

Rose Mary Gerber

MULHERES E O MAR

Pescadoras embarcadas no
litoral de Santa Catarina,
sul do Brasil



MULHERES E O MAR:
pescadoras embarcadas no litoral de
Santa Catarina, sul do Brasil

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Reitor

Ubaldo Cesar Balthazar

Vice-Reitora

Catia Regina Silva de Carvalho Pinto

EDITORA DA UFSC

Diretora Executiva Interina

Flavia Vicenzi

Conselho Editorial

Agripa Faria Alexandre

Antonio de Pádua Carobrez

Carolina Fernandes da Silva

Evelyn Winter da Silva

Fábio Augusto Morales Soares

Fernando Luís Peixoto

Ione Ribeiro Valle

Jeferson de Lima Tomazelli

Josimari Telino de Lacerda

Luis Alberto Gómez

Marília de Nardin Budó

Núbia Carelli Pereira de Avelar

Priscila de Oliveira Moraes

Sandro Braga

Vanessa Aparecida Alves de Lima

COMITÊ EDITORIAL DA COLEÇÃO BRASIL PLURAL

Vânia Zikán Cardoso (Coordenadora da Coleção)

Alicia Castells

Esther Jean Langdon

Márcia Grisotti

COMITÊ GESTOR DO INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA BRASIL PLURAL

Deise Lucy Montardo (UFAM)

Eliana Elisabeth Diehl (UFSC)

Esther Jean Langdon (UFSC)

Sônia Weidner Maluf (UFSC)

Vânia Zikán Cardoso (UFSC)

Editora da UFSC

Campus Universitário – Trindade

88040-900 – Florianópolis-SC

Fone: (48) 3721-9408

editora@contato.ufsc.br

www.editora.ufsc.br

Rose Mary Gerber

MULHERES E O MAR:
pescadoras embarcadas no litoral de
Santa Catarina, sul do Brasil

© 2021 (e-book) Editora da UFSC [Nota do Editor = mesmo conteúdo]
© 2015 (impresso)

Coordenação editorial:

Cristiano Tarouco

Capa e editoração:

Paulo Roberto da Silva

Revisão:

Júlio César Ramos

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina

G362m Gerber, Rose Mary

Mulheres e o mar [recurso eletrônico] : pescadoras embarcadas no litoral de Santa Catarina, sul do Brasil / Rose Mary Gerber. – Florianópolis : Editora da UFSC, 2021.

303 p. : il. – (Coleção Brasil Plural)

E-book (PDF)

Disponível em: <https://doi.org/10.5007/978-65-5805-031-5>

ISBN 978-65-5805-031-5

1. Antropologia social. 2. Pescadoras – Santa Catarina. 3. Pesca artesanal. 4. Pesca – Mulheres – Santa Catarina. I. Título. II. Série.

CDU: 391/397(816.4)

Ficha catalográfica elaborada por Fabrício Silva Assumpção – CRB-14/1673



Este livro está sob a licença Creative Commons, que segue o princípio do acesso público à informação. O livro pode ser compartilhado desde que atribuídos os devidos créditos de autoria. Não é permitida nenhuma forma de alteração ou a sua utilização para fins comerciais.

br.creativecommons.org

Às pescadoras, mulheres de rara
linhagem de guerreiras.

À Laura Gerber, exemplo de
tenacidade e força.

AGRADECIMENTOS

Este livro é resultado de minha pesquisa no doutoramento em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, sob orientação da Prof. Dra. Sônia Weidner Maluf. Esta empreitada de três anos e meio de trabalho só foi possível pelo apoio de familiares, amigos, amigas, entidades, instituições, orientadora, que estiveram presentes e contribuíram para que o percurso de construção desta escrita se tornasse possível.

À Epagri, que me permitiu a experiência do Doutorado, e para a qual reforço a importância do investimento no processo de qualificação continuada de seus profissionais. Que mais mulheres tenham esta oportunidade. Em especial, agradeço aos colegas da Gerp e GPI. E também a Yara, Adilson, Leticia, Berna, Ivanete, Ivanda, Eonir, Aires, Tião, Estevão, Tânia, Diva, Bete, Ivanir, Cilana, Eduardo, Antônio, Barros, Jana, Lena, Jane, Beth, Jeferson, que contribuíram incentivando, facilitando contatos e disponibilizando dados.

À Capes, que viabilizou a realização do Estágio de Doutorado em Portugal, e ao Instituto Brasil Plural (IBP), que apoiou financeiramente parte do trabalho de campo. Ambos me possibilitaram um exercício intelectual, afetivo, emocional por meio de deslocamentos essenciais para a fantástica experiência de vida que me foi oportunizada.

Ao PPGAS/UFSC, que me recebeu após tantos anos de afastamento. Agradeço as trocas, sugestões, os aprendizados que levo comigo nesta tarefa que me propus de levar a antropologia para além dos muros da universidade. Entendo que é preciso caminhar lado a lado com nossos pares, tanto dentro quanto fora do meio acadêmico.

Aos mestres que fizeram parte do percurso no doutoramento: Alicia Castells, Miriam Furtado, Oscar Calávia Saez, Maria Regina Lisboa, Alberto Groisman, Rafael José de Menezes Bastos e Sônia Weidner Maluf. Alguns foram centrais em minha trajetória: Neusa Bloemer, Esther Jean Langdon, Rafael José de Menezes Bastos, Ana Luiza Carvalho da Rocha e Sônia Weidner Maluf.

Às colegas da turma do doutorado 2009/2: Bárbara, Cinthia, Clarissa, Cláudia, Danielli, Fernanda, Raquel e Tatyana. À querida turma de colegas à qual me agreguei: Mirella, Fernanda e Tati; aos colegas do

Transes, pelas leituras e trocas instigantes que compuseram os diferentes momentos de crescimento em conjunto, em especial Ana Paula, Marco Aurélio, Mirella e Glauco pela experiência de estágio de docência, em que dividimos ideias e compartilhamos responsabilidade e compromisso.

Em Portugal, ao meu orientador, Dr. João Leal, que soube me indicar de forma certa bibliografias e pessoas inseridas no mundo da pesca: Dr. Luís Martins e Dr. Francisco Oneto Nunes. À UMAR-Açores que me recebeu de forma muito simpática, acolhedora e interessada em meu trabalho e na troca de experiências. Às pescadoras que me receberam com alegria, disposição e sinceridade, em especial as senhoras Maria José, Paula, Virgínia e Cecília em Póvoa de Santa Iria; às senhoras Suzana, Isabel e Madalena em Póvoa de Varzim, e Ilidia e Maria em Açores. Joaquim Piló; Carlos Robalo; Maria Manuel, Senhora Noé, Catarina Quintela e respectivas famílias; Catarina Mira; Joana Agra; Teresa Nóbrega; Manuel Costa e sua equipe de trabalho, pela recepção, gentileza, material cedido e contatos viabilizados; senhora Luísa da Costa, padre João Francisco Marques, senhor José Azevedo, Deolinda Carneiro; Carlos e Inês, da Formar.

Às duas amigas que se fizeram especiais nesse processo, lendo os primeiros escritos de minha tese, que se converteu neste livro. Em Portugal, Maria Manuel Quintela. No Brasil, Micheline Ramos de Oliveira.

Aos amigos e amigas de muito tempo. São muitos e eles sabem quem são.

À minha família: mãe, sobrinhos e sobrinha, cunhados, pelos momentos de carinho, amor, apoio e gargalhadas. Especialmente às *filhas da mãe*, Rosa, Raquel, Regina, Rose Ane e Rita, minhas irmãs; minhas primeiras e sempre amigas.

Muito especialmente, à Sônia Weidner Maluf, mestra e amiga; competente, séria, comprometida não só com seu ofício, mas com aqueles que lhe cercam. Sua orientação meticulosa, atenta e pautada pelo respeito e entusiasmo, embora às vezes contido, soube, por um lado, relevar minhas limitações e, por outro, valorizar e tirar de mim o que tenho de melhor. Acredito que conseguimos como resultado um trabalho denso, ético e comprometido.

Finalmente, às mulheres pescadoras visibilizadas no decorrer deste livro e às suas famílias, que abriram suas casas, suas vidas e que compartilharam comigo angústias, alegrias, risos, questionamentos, (a)sujeitamentos, experiências, ensinando-me a cada dia o quão caro pode custar nossas vidas quando a *distração* nos tira a *concentração* necessária à sobrevivência no mar, mas também em relação à própria existência humana.

O teu olho olha de outra forma. É uma forma que busca mostrar nós mais de dentro, mostrar aquilo que os outros olhos não veem. Tens que escrever que cada uma de nós faz de um jeito. Tens que falar sobre os tipos de embarcações, os tipos de redes. Cada uma de nós tem um jeito de fazer. Tudo isso tens que falar. (Safira, pescadora, 38 anos, Barra do Sul¹).

Por mais que se diga o que se vê, o que se vê não se aloja jamais no que se diz, e por mais que se faça ver o que se está dizendo por imagens, metáforas, comparações, o lugar onde estas resplandecem não é aquele que os olhos descortinam, mas aquele que as sucessões da sintaxe definem. (FOUCAULT, 2009).

A continuidade é apenas nossa emoção, nosso tumulto, nossa melancolia, e o papel da emoção talvez seja apenas o de suavizar a novidade excessivamente hostil. (BACHELARD, 1994).

¹ Município de Santa Catarina cujo nome oficial é Balneário Barra do Sul.

LISTA DE SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
Acarpesc	Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina
Acaresc	Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina
AMRVEA	Associação de Mulheres Ribeirinhas e Vítimas de Escalpelamento da Amazônia
ANP	Articulação Nacional das Pescadoras
AKTEA	Rede Europeia de Mulheres na Pesca
CEE	Comunidade Econômica Europeia
Cemar	Centro de Culturas Marítimas
CNPA	Confederação Nacional de Pesca e Aquicultura
CRAS	Centros de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CGTP	Confederação Geral dos Trabalhadores de Portugal
CPP	Carteira de Pescador Profissional
Epagri	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
Formar	Formação do Mar
GRPE	Programa Gênero, Raça, Erradicação da Pobreza e Geração de Emprego
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IQT	Cotas Transferíveis
FMI	Fundo Monetário Internacional
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA	Movimento de Mulheres Agricultoras
MMP	Movimento de Mulheres Pescadoras
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NEA	Núcleo de Estudos Açorianos
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RGP	Registro Geral de Pesca
SESEP	Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza
SUS	Sistema Único de Saúde
UE	União Europeia
UMAR	União de Mulheres Alternativa e Resposta

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	13
INTRODUÇÃO.....	16
Sobre as desventuras da perda da inocência	32
O exercício da antropóloga como sombra	37
Sobre o corpo da antropóloga	43
Narrar trajetórias; ouvir narrativas.....	46
A respeito dos capítulos do livro	47
Capítulo 1 BRASIL DE ÁGUAS: ANTROPOLOGIA E PESCAS....	50
1.1 Mussolini, a precursora dos estudos de pesca no Brasil	51
1.2 Estudos antropológicos sobre a pesca no Brasil.....	56
1.3 Homens, mulheres, mar e terra	66
1.4 Nem exóticos o suficiente, nem cidadãos o bastante	75
Capítulo 2 MULHERES PESCADORAS: NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS.....	78
2.1 Elas, por elas	83
2.1.1 Josi.....	83
2.1.2 Rosinha.....	86
2.1.3 Fátima.....	87
2.1.4 Geni.....	89
2.1.5 Alzira	91
2.1.6 Cecília	92
2.1.7 Neia.....	94
2.1.8 Márcia	95
2.1.9 Terezinha.....	97
2.1.10 Tina.....	98
2.1.11 Cheila	100
2.1.12 Adriana.....	101
2.1.13 Zica	103
2.1.14 Paulina	103
2.1.15 Iliete.....	104
2.1.16 Adriana.....	105
2.1.17 Tereza	107

2.2 Um mergulho mais profundo: Naca e Mãezinha	109
2.2.1 Eu sou Naca: uma pescadora de verdade	109
2.2.2 Até a minha batera tem esse nome: Mãezinha.....	112
2.3 Então, eu mergulhei um pouco mais: Safira, Patrícia, a irmã, e Luísa, a mãe	115
2.3.1 A Safira	115
2.3.2 Patrícia, a irmã.....	119
2.3.3 Luísa, a mãe.....	121

Capítulo 3 | O MUNDO DA PESCA DAS MULHERES

3.1 O mar	124
3.1.1 A sutil complexidade dos elementos atores.....	124
3.1.2 O mar como vício, fuga, terapia	128
3.2 Instrumentos de trabalho.....	132
3.2.1 Embarcações	132
3.2.2 Agulhas, linhas, redes	135
3.2.3 As bandeiras	136
3.3 Os peixes	139
3.3.1 Os mais cobiçados e os mais perigosos	139
3.3.2 Os peixes e as redes.....	140
3.3.3 A morte do peixe; a vida na pesca	141
3.3.4 Outros bichos: cachorros, gatos, gaivotas, urubus	144
3.4 Em terra: o trabalho continua.....	146
3.4.1 Entre o cru e o cozido, cozinhas e ranchos de pesca.....	156
3.4.2 Mulheres-máquina; mulheres e máquinas	151
3.4.3 As bicicletas.....	153

Capítulo 4 | O MUNDO DAS MULHERES NA PESCA:

APRENDIZADOS E CORPOS

4.1 Aprender: aprendizado, transmissão e circulação de saberes.....	156
4.2 Amizade e camaradagem	163
4.2.1 Entre amigas: com quem se trabalha em terra.....	163
4.2.2 Dois que são um: camaradas	167
4.3 De perto e de longe; de dentro e de fora: por que se trabalha embarcada.....	170
4.4 O corpo na/da/para a pesca	174
4.4.1 Sobre o corpo na pesca	174
4.4.2 Roupas que fabricam corpos.....	180
4.4.3 Corpos: os riscos; a morte	183

4.4.4 O corpo como memória da profissão.....	190
4.4.5 Corpo-mãos: prova da profissão	194

Capítulo 5 A RELAÇÃO COM O ESTADO: ENTRE SABERES, RECONHECIMENTO E (IN)VISIBILIDADE, UM SUJEITO QUE NÃO SE ENQUADRA?	198
5.1 Saberes e fazeres: pescadoras e extensionismo	200
5.2 Pesca e tecnologia	212
5.3 Sobre reconhecimento dos direitos	217
5.4 Acerca de (in)visibilidades e anonimatos	220
5.5 Uma linhagem de guerreiras: mulheres de valentia	236
5.6 Enredamentos de uma rede feiticeira	243
CONSIDERAÇÕES FINAIS	247
REFERÊNCIAS	256
FOTOGRAFIAS	287

PREFÁCIO

Este trabalho inédito sobre as mulheres pescadoras do litoral de Santa Catarina é resultado de uma longa e densa pesquisa de campo realizada por Rose Mary Gerber, que nos oferece uma perspectiva extremamente original e impactante sobre a realidade do cotidiano e do trabalho, dos sofrimentos e das dificuldades, dos sonhos e dos projetos dessas mulheres. Tornadas invisíveis e não reconhecidas pelas políticas oficiais voltadas à regulamentação do trabalho da pesca, pelos benefícios previdenciários, pelas políticas extensionistas e mesmo pelos estudos sobre pesca, neste livro as pescadoras têm voz e existência real.

Desse diálogo entre pesquisadora e pescadoras, tecido em uma longa pesquisa de campo, emerge aos poucos um outro mundo da pesca, diferente daquele tradicionalmente considerado e reificado como universo masculino por excelência. Rose mostra, junto com elas, que a presença das mulheres na pesca e a existência de mulheres pescadoras não são uma exceção nem uma inversão das regras da divisão sexual do trabalho. No seu ir e vir entre o mar e a terra, essas mulheres trabalham por conta própria em pequenas embarcações, adaptam instrumentos e vestuário de trabalho feitos para serem utilizados por homens, são agentes ativas de todo o processo que envolve a pesca artesanal. Estão presentes na pesca e no que faz a pesca funcionar: preparam os instrumentos, consertam os barcos, fazem e remendam as redes, transformam o produto de seu trabalho, limpando e preparando peixes e frutos do mar para o consumo próprio e para o comércio. Trabalhadoras em situação de extrema pobreza, fazem tudo isso sem crédito nem direitos reconhecidos, já que, para o Estado, mulher na pesca só existe como “mulher de pescador”.

Rose Gerber descreve tudo isso não apenas a partir do que observou mas também a partir do que viveu em campo, embarcando com elas no mar, ajudando a preparar embarcação e rede, rodando pelas estradas do litoral de Santa Catarina para acompanhar a experiência de pescadoras em diferentes comunidades, circulando com elas pelas instituições como colônias e federações de pescadores, INSS, Epagri, Marinha do Brasil e Capitania dos Portos, em busca de um registro, de um número previdenciário, de alguma forma de reconhecimento oficial de sua existência como pescadoras. Ela denomina essa presença constante ao lado das pescadoras de metodologia da sombra e define seu campo como uma escuta feita com os olhos. No entanto a leitura nos mostra que é mais que isso, sua escuta é feita com ouvidos, olhos, mãos e com o corpo como um todo – que aos poucos foi se moldando para ser também um corpo que embarca, que enfrenta os enjoos e os caprichos e movimentos do mar. Mar, maré, ventos e luas, são também personagens desta história, dotados de agência, vontade e poder. Assim como embarcação, rede, linha e agulha, bandeiras, cores e nomes – e os peixes e seus modos de habitar a água, no fio da superfície, na profundidade. Tudo faz parte dessa rede de relações e múltiplas agências percorrida pela antropóloga.

Desta forma Rose se insere no campo dos estudos antropológicos da pesca mostrando a singularidade de seu olhar e de sua análise. Sua descrição sensível e detalhada e sua análise fina de toda essa realidade nos levam muito além do reducionismo das versões oficiais sobre o mundo da pesca no Brasil, relativizando a dicotomia entre natureza e mundo social, e mostrando de um lado o modo singular e original com que cada uma delas constitui a sua pesca e de outro a necessidade premente de reconhecimento e de direitos para as mulheres pescadoras.

Os impactos deste trabalho para as políticas públicas são muitos, tanto na dimensão de política previdenciária e trabalhista e dos direitos à aposentadoria quanto nas políticas de crédito, que exigiriam linhas de crédito adaptadas às dimensões e ao tipo de pesca que realizam, que possibilitassem, por exemplo, a aquisição de embarcações menores do que aquelas que são normalmente subsidiadas.

É uma leitura que também nos diz muito das potencialidades da pesquisa antropológica contemporânea em relação aos efeitos e aos impactos sociais e políticos de seus resultados. É justamente a partir desse olhar de dentro do mundo da pesca das mulheres, e de uma experiência etnográfica levada à sua radicalidade intensa, que emerge a crítica às várias invisibilidades a que as pescadoras são submetidas. De

um lado, uma luta cotidiana pelo respeito e reconhecimento por parte de familiares, vizinhos, comunidade; de outro, uma luta incansável e nem sempre bem-sucedida por seus direitos e pelo reconhecimento por parte dos órgãos públicos.

Mulheres e o mar é assim uma etnografia de grande qualidade, que traz uma contribuição original, comprometida, ética e consistente para os estudos antropológicos da pesca e também para a antropologia feminista e das relações de gênero, ao mostrar uma realidade complexa de mulheres que lutam por seus direitos e inventam seu cotidiano e seu mundo, mundo da pesca, para além das dicotomias e divisões reificadas do trabalho e da experiência social.

Sônia Weidner Maluf
Universidade Federal de Santa Catarina

INTRODUÇÃO

Se eu posso resumir o que é a vida na pesca para vocês da universidade entenderem, eu poderia dizer assim: seis anos, faculdade; dez anos, mestrado; quinze anos, doutorado. Vinte anos: tudo está só começando. De tão complexo que a pesca é. (Safira, pescadora, 38 anos, Barra do Sul).

Este é um livro sobre pescadoras embarcadas na pesca artesanal² em Santa Catarina, Sul do Brasil. Procurei observar como, onde, por que e até que ponto essas mulheres se reconhecem, são reconhecidas, e como estariam buscando o reconhecimento de seus direitos como pescadoras. Muitas são as formas possíveis de mulheres trabalharem na pesca. Os equipamentos e aparelhos são diversificados, mas, além de algumas pescadoras com telefone celular, nenhuma das que acompanhei dispunha de qualquer tipo de equipamento eletrônico, como radar ou sonar.³ Afirmar que essas mulheres atuam como embarcadas significa dizer que trabalham em embarcações pequenas, deslocando-se ao mar e retornando a terra diariamente em períodos que oscilam de três a 16 horas, dependendo o tipo de pesca que realizam.

Algumas mulheres encontram nas saídas cotidianas ao mar uma espécie de refúgio que está disponível e ao qual podem recorrer para suprir a falta de alimentação de sua família, uma das situações que encontrei em campo e que oscilavam entre a pobreza e a pobreza

² O Capítulo IV da Lei nº 11.959, em seu artigo 8º, classifica pesca como I. Comercial: a) *artesanal*: quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria; podendo utilizar embarcações de pequeno porte; b) *industrial*: quando praticada por pessoa física ou jurídica e envolver pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceria por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial (BRASIL, 2009). Embora eu tenha trabalhado com mulheres que atuam em lagoas e rios, a grande maioria atua no mar.

³ Sobre o uso da tecnologia no fundo mar, ver Martins (1999).

extrema,⁴ em que o mar é uma fonte garantida de alimento.⁵ Muitas trabalham de maneira informal e, portanto, sem formas imediatas de serem reconhecidas como profissionais. Outras atuam comercialmente, visando ter uma renda que mantenha suas famílias. São muitas as possibilidades de vida ligadas ao mar. Dados da própria Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) confirmam a presença de mulheres em diferentes formas e espaços de pesca.

Milhões de mulheres de todo o mundo trabalham, com ou sem remuneração, no setor pesqueiro. Embora elas participem,

⁴ O Banco Mundial define a *pobreza extrema* como viver com menos de um dólar por dia e *pobreza moderada* como viver com entre um e dois dólares por dia. Estima-se que 1 bilhão e 100 milhões de pessoas em nível mundial tenham níveis de consumo inferiores a 1 dólar por dia e que 2 bilhões e 700 milhões tenham um nível inferior a 2 dólares. No Brasil, de acordo com o Censo 2010 do IBGE, estão em situação de pobreza extrema 16,2 milhões de brasileiros que vivem com menos de R\$ 70 por mês. Voltado para esta situação, foi criado um programa social, Brasil sem Miséria, do governo federal brasileiro, na gestão da presidenta Dilma Rousseff, lançado em junho de 2011. Consiste na ampliação do programa anterior de combate à pobreza do governo Lula (conhecido por Bolsa Família). Tem como objetivo promover a inclusão social e produtiva da população extremamente pobre. A Sesp, ligada ao Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome, é responsável pela coordenação das ações e gestão do Plano Brasil Sem Miséria, que prevê ações nacionais e regionais, pautadas por três eixos: garantia de renda, inclusão produtiva e acesso a serviços públicos. *No campo, o objetivo central será aumentar a produção dos agricultores* (grifo nosso). Na cidade, qualificar a mão de obra e identificar oportunidades de geração de trabalho de renda para os mais pobres. Simultaneamente, garantir maior acesso da população mais pobre à água, luz, saúde, educação e moradia. O programa visa ações em: documentação, energia elétrica, combate ao trabalho infantil, segurança alimentar e nutricional (cozinhas comunitárias e bancos de alimentos), apoio à população em situação de rua para que saia dessa condição, *educação infantil*, saúde da família, rede cegonha, distribuição de medicamento para hipertensos e diabéticos, *tratamento dentário*, exames de vista e óculos, assistência social por meio dos CRAS e CREAS (Disponível em: <www.mds.gov.br; www.brasilsemmiseria.gov.br>).

⁵ Segundo dados da FAO (2012), “*en 2010 cerca un 86 por ciento del total de la producción pesquera (128,3 millones de toneladas) se utilizó para consumo humano directo. El 14 por ciento restante, es decir 20,2 millones de toneladas, se destinó a productos no alimentarios, principalmente a la fabricación de harinas y aceite de pescado. Cerca de un 47 por ciento del pescado destinado a consumo humano era en forma de pescado vivo y fresco*” (FAO, 2012, p. xxi, grifo nosso). Se levarmos em conta que a) aproximadamente 925 milhões de pessoas no mundo não comem o suficiente para serem consideradas saudáveis e que isso significa que uma em cada sete pessoas no planeta vai para a cama com fome todas as noites; b) o número um na lista dos dez maiores riscos para a saúde é a fome, que mata mais pessoas anualmente do que AIDS, a malária e a tuberculose juntas (FAO, 2013), podemos afirmar que, além de uma atividade econômica, a pesca é central no fornecimento alimentar em forma de proteína para populações ribeirinhas e costeiras que muitas vezes não têm acesso a programas e políticas públicas.

sobretudo, das ocupações anteriores e posteriores à pesca propriamente dita, às vezes, participam nesta. No âmbito artesanal, suas atividades de preparação consistem em elaborar e reparar as redes, cestos e vasilhas e os anzóis para a isca, além de prestar serviços aos barcos pesqueiros. Elas mesmas pescam por razões comerciais ou de subsistência, às vezes em canoas em zonas próximas aos lugares onde vivem. Também recolhem larvas de lagostins e pescados para alevinos para suprir os tanques de aquicultura. Recolhem algas marinhas e mariscos e, às vezes, trabalham com os homens no mar. (FAO, 2012, p. 118).

Por outro lado, o trabalho atribuído às mulheres, como limpeza, evisceração, descasque, embalagem, transformação – afora o das embarcadas, que causam surpresa e descrença sobre sua existência – não é devidamente considerado trabalho da pesca, mas uma obrigação de *mulher de pescador*. Ainda é forte, portanto, a visão segundo a qual quem atua na pesca e, principalmente, quem embarca, é homem. Urge rever o conceito que preconiza que pesca é retirar o peixe do mar e quem a faz, por definição, nos dicionários de língua portuguesa, é um ser masculino singular: pescador. A pesca é, envolve e implica muito mais do que isso. Trata-se de ponderar sobre a inclusão de trabalhadoras que, tanto quanto os homens, são profissionais da pesca.

Não há, no entanto, um jeito único de ser pescadora. Trata-se de pescas. Trata-se de pescadoras. Neste momento da escrita, o uso no plural – pescas – é proposital. Impossível falar sobre a pesca, uma pesca. São muitas, e a minha experiência em campo me faz acreditar que dificilmente daremos conta de nos referir, contemplar e compreender a diversidade que elas implicam. Ao se referir à “heterogeneidade do universo marítimo”, Amorim (2008, p. 54) faz menção às muitas tentativas de classificação buscadas por registros oficiais aludindo a essa complexidade do mundo da pesca. Essa complexidade foge às restritas possibilidades aventadas nos registros formais, tendentes à homogeneização.

Assim, embora à primeira vista a pesca possa parecer um espaço eminentemente masculino, já que são os homens, em grande maioria, que vão para o mar, o exercício que proponho é o de pôr essa aparência em questão a partir do momento em que se trata de um livro que diz respeito às mulheres, objetivando mostrar que elas estão em praticamente todos os espaços da pesca artesanal.⁶

⁶ Exceção encontrada em campo se refere à construção naval, na qual encontrei somente homens trabalhando na construção de embarcações. Barra do Sul, onde esta pesquisa se

No entanto, não vejo que a questão seja irmos, radicalmente, para um apagamento dos homens da pesca e visibilizarmos apenas as mulheres, a exemplo do trabalho de Sally Cole, 1994, *Mulheres da praia: o trabalho e a vida numa comunidade costeira portuguesa*, cuja pesquisa realizou na década de 1980. Embora ponderando que seu trabalho está inserido no contexto de uma época em que fervilhava um forte discurso feminista sobre a visibilidade da mulher, é interessante considerarmos a pesca composta, em muitos contextos, de atividades complementares, intergêneros, se posso assim definir, em que homens e mulheres trabalham em funções distintas, semelhantes ou iguais, que se entrecruzam. Como muitas vezes me falavam, *um complementa o outro*, e os dois completam os processos da pesca. Não pretendo, dessa forma, enaltecê-las por serem mulheres trabalhando em espaços vistos, de uma forma geral, como masculinos, mas apontar que as atividades – também no plural – feitas por elas, constituem etapas centrais para compor o trabalho da/na pesca e que, pelo fato de serem mulheres, muitas vezes, se deparam com dificuldades de serem reconhecidas como pescadoras que fazem da pesca a sua vida.

De acordo com Tabet (1998, p. 43) “a pesca faz parte da série de atividades definidas por Murdock e Provost (1973) como ‘quase masculinas’”, uma vez que em alguns locais há mais de 80% de homens a praticando, mas em outros são as mulheres a fazê-lo; ou seja, há muitas formas de homens e mulheres viverem na pesca e dependerem dela. Tabet ainda afirma:

Para a pesca, a situação é mais complexa do que para a caça. As mulheres dispõem, de fato, de uma grande variedade de ferramentas: diferentes tipos de redes, armadilhas, linhas, venenos, etc. Além disso, a importância do papel das mulheres e os tipos de ferramentas que elas podem utilizar variam consideravelmente de uma população a outra. Finalmente, trata-se, muitas vezes, de ferramentas fabricadas a partir de materiais que são, geralmente, trabalhados pelas mulheres. Na pesca, por conseguinte, a totalidade do processo técnico, da fabricação

aprofundou, é conhecida como a *capital nacional da construção naval artesanal*, o que merece um estudo futuro, pois é uma atividade central naquela comunidade e realizada, em grande parte, por pequenos pescadores artesanais que aliam ao trabalho de pesca o de construtor naval. A construção naval de embarcações artesanais merece uma pesquisa mais aprofundada, tendo em vista que, cada vez mais, esses construtores estão desaparecendo e cujo aprendizado geralmente se dá entre familiares, *passando de um para outro*, de pai para filho. Encontrei mulheres participando da pintura das embarcações.

da ferramenta até sua utilização. poderia ser controlada pelas mulheres, pelo menos pelas técnicas que elas utilizam. Esta autonomia é, entretanto, limitada pela necessidade frequente de dispor de uma embarcação, cuja construção é, na maior parte do tempo, masculina. (TABET, 1998, p. 42).

A autora se refere às dificuldades que as mulheres encontram em termos de autonomia, o que passa, por exemplo, pela questão de muitas não serem proprietárias de embarcações ou, quando buscam ser, as próprias linhas de crédito, em se tratando de Brasil, não condizem com as necessidades dessas mulheres. Como aponta Tabet (1998), elas utilizam uma gama enorme de equipamentos e formas de exercer a pesca que diz respeito às diferenças tecnológicas, em muitos contextos, entre as pescas realizadas por homens ou por mulheres. Ainda segundo ela, as mulheres realizariam uma pesca mais moderada, porém constante e indispensável. Concordo com a autora: são muitas as formas de ser pescadora, estando a grande maioria inserida na pequena pesca. Dessa forma, entendo como central mostrar e falar sobre essas peculiaridades visando contribuir com subsídios que venham a testemunhar a sua existência, o que pode trazer informações que respaldem reformulações futuras de políticas de financiamento que levem em conta o fato de as mulheres precisarem de utensílios, como panelas e bacias, e de embarcações menores do que aquelas que as linhas de crédito priorizam.

As muitas situações que encontrei em campo coadunam-se com a assertiva segundo a qual o gênero não pode ser visto como uma condição dada, imutável ou evidente (STRATHERN, 1988, 1999, 2006; BUTLER 1998). Não é porque, em princípio, a pesca seja um universo eminentemente masculino, que se dê como evidente a ausência de mulheres, ou que seja possível afirmar o que as pescadoras *são*, de modo genérico, considerando-se que muitas são as formas de ser. Butler (1998), entre outras autoras, preconizaria que a busca de uma identidade coletiva – nesse caso a das “pescadoras” – não permite explanar sobre as diferenças internas; porém, eu gostaria de ponderar que, em alguns casos e em alguns momentos, uma identidade voltada para fora, por exemplo, perante o Estado, poderia contribuir com o processo de reconhecimento como categoria profissional: “as pescadoras”. Por outro lado, concordo com Butler (1998) quando pensamos que o grande desafio continua sendo o de resguardar as diferenças alusivas à diversidade dentro dessa categoria ampla e geral.⁷

⁷ Por exemplo, quando pensamos no Brasil, precisamos considerar que, dentro de

Em termos de Santa Catarina, entendo que é possível propor não uma classificação, mas algumas denominações em que se visibilize diferentes formas de ser pescadora, vindo a contribuir com o reconhecimento da própria atividade. Nesse sentido, em termos do que pude observar, tendo em vista que este livro trata de algumas pescadoras em Santa Catarina e que há muito mais a ser visto, considero três formas centrais de ser pescadoras, que denominei como: a) as que trabalham embarcadas (incluo aqui as que estou chamando de *stand by*); b) as que coletam à beira d'água; e c) as que trabalham em terra.

Em relação às embarcadas, estão as que atuam nas embarcações em rios, lagoas e mar, na pesca de peixes diversos, camarão, siri, ou peixes específicos. Sobre as que coletam à beira d'água, encontrei as que lidam com berbigão. As que trabalham em terra estão inseridas no processo que faz a pesca funcionar, como comercialização, limpeza, beneficiamento, aí incluídos processos de descasque de camarão, filetagem de peixe, desconchamento de mexilhões, extração de carne de siri, para citar alguns exemplos.

É interessante nos questionarmos se as mulheres não atuam nas pescas nos muitos contextos pesquisados ou se somos nós que não as enxergamos nos momentos em que realizamos nossas pesquisas. Isso porque há muitas delas, ou uma grande parte, que trabalham de forma muito sutilizada, muitas vezes nos fundos de suas casas e em situações difíceis, quase invisíveis. Trata-se de mulheres que pescam em embarcações minúsculas, com poucos apetrechos e em condições precárias. Outra questão que precisa ser considerada se refere ao que vem se denominando de materialidade. Maluf (2009) pontua que a materialidade do gênero não é o sexo biológico, mas os efeitos da diferença (social, simbólica e política) nos corpos, na vida e na trajetória e experiência cotidiana e histórica das mulheres. Concordo com ela ao afirmar que “diferentes mulheres implicam diferentes materialidades que precisam ser abordadas, compreendidas, consideradas” (MALUF, 2009, p. 14). As pescadoras apresentam várias formas em que essa materialidade emerge sob os efeitos da diferença em seus corpos, suas trajetórias de vida e experiências cotidianas, que deveriam também constituir as *provas necessárias*, segundo exigem os postulados do

uma categoria ampla, “as pescadoras brasileiras”, teria que se salvaguardar o direito à diferença: “pescadoras” incluiria as mariscadeiras, as caranguejeiras, as pesqueiras, as catadoras, enfim, as diferentes denominações usadas em distintos contextos brasileiros que dizem respeito às muitas formas de viver da pesca, portanto, de ser pescadora.

Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), para o seu reconhecimento profissional, o que nem sempre acontece.

Os deslocamentos que fiz ao percorrer o litoral de Santa Catarina e passar por instituições, como Colônias⁸ e Federação de Pescadores, INSS, Epagri, Marinha do Brasil, Capitania dos Portos, me levaram a constatar que há ainda uma grande dificuldade de órgãos públicos e das próprias localidades em que essas mulheres se inserem em aceitar a denominação *pescadora* para pessoas que trabalhem na pesca que não sejam homens. Assim, o mundo da pesca se mostra instigante. Se a maioria dos homens, desde sempre, é reconhecida e se reconhece como potenciais pescadores, as mulheres *são* em relação aos homens, inicialmente, *filhas de pescador* para, a seguir, serem *mulheres de pescador*. Não há, dessa forma, uma compreensão de que, nos diferentes

⁸ Os pescadores profissionais se organizam em torno de colônias ou sindicatos. Embora eu não vá me deter aqui em uma discussão sobre a temática da organização, cabe uma nota sobre as colônias, que foram as primeiras a serem organizadas no início do século XX com o objetivo de defesa da costa brasileira, pois se entendia que os pescadores eram os que mais a conheciam (VASCONCELLOS; DIEGUES; SALES, 2007, p. 3). Inclusive o lema que encimava a frente das colônias e que em muitas ainda persiste é “Pátria e dever”. Ao analisar a missão do Cruzador-auxiliar Jose Bonifácio, ocorrida entre 1919 e 1924, cujo lema era nacionalizar a pesca e organizar os seus serviços, também chamada Campanha de Nacionalização da Pesca e Saneamento do Litoral, os autores discorrem sobre os movimentos sociais de pescadores no Brasil, afirmando que, se por um lado, os pescadores realizaram alguns movimentos sociais, por outro se mostram tímidos e reticentes no processo de lutas. Eles afirmam que “seus ganhos políticos se apresentam mínimos, o afloramento de lideranças praticamente nulo e a capacidade para a luta extremamente difícil” (VASCONCELLOS; DIEGUES; SALES, 2007, p. 4). Os autores também afirmam que, na verdade, os movimentos de pescadores só vieram a ocorrer a partir de 1968, com a implantação das comunidades eclesiais de base da igreja católica, aí inserida a pastoral da pesca. Para os autores as principais organizações junto aos pescadores foram a Marinha de Guerra, as Ligas Camponesas e a Igreja Católica, sendo a Marinha a criadora das Colônias de Pesca no litoral brasileiro, durante muito tempo a única forma organizativa dos pescadores. Em Santa Catarina, as colônias contam com cerca de 45 mil associados. Segundo informação coletada na Federação de Pescadores de Santa Catarina – que inclui tanto o litoral quanto águas do interior (com quatro colônias: Z-29/Chapecó; Z-34/Concórdia; Z-35; São Carlos, Z-38/Joaçaba) – o Estado contava, em 2011, com 39 colônias, e estava em discussão a instalação da colônia Z-40/Lages. Sobre essa temática, ver: Vasconcellos, Diegues e Sales (2007); Leitão (1997). Há estados brasileiros em que também é forte o trabalho da Pastoral dos Pescadores, ligada à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). No litoral catarinense esse trabalho ocorria em Laguna, na região Sul, mas não se trata de um trabalho estabelecido nas demais localidades. Por exemplo, ao conversar com representantes da Diocese de Itajaí, fui informada de que naquela região ele não é realizado. Uma das justificativas é que a ênfase maior é na pesca industrial.

contextos de pesca, homens e mulheres constituam, um em relação ao outro e ambos, o movimento mar/terra.

As pescadoras se deparam continuamente com questões concernentes às relações e aos papéis de gênero nos processos de aprendizado, vivência e continuidade na pesca, um universo de gênero hierárquico que não reconhece: primeiro, a existência de mulheres pescadoras; segundo, o fato de que, se uma mulher está na pesca, já não se trata de uma mulher, mas de um homem. Essa não é uma questão, inicialmente, delas, mas desse mundo que as rodeia e que, portanto, se torna também delas por nele estarem inseridas. Por exemplo, quando elas colocam o macacão de pesca e dizem: “*estou me vestindo de homem*”, de certa forma, dizem isso para a pesquisadora. Não necessariamente para elas. Estão aludindo ao que Butler referiu como *se montar*, fazer uma *performance* de gênero; estar em um universo onde os modelos são extremamente hierárquicos, e que é vivenciado dentro e fora, pois não diz respeito apenas à pesca, mas à forma como o próprio Estado concebe a pesca.

É muito interessante pensarmos que o estado brasileiro, ao mesmo tempo que dispõe de uma Secretaria Especial dos Direitos da Mulher, que preconiza a igualdade, a simetria dos direitos, em outras dimensões, como o Ministério da Pesca e o INSS, por exemplo, tem dificuldade em reconhecer esses direitos como iguais, invisibilizando mulheres que estão em certos espaços concebidos como masculinos, por partir do pressuposto de que ali elas não poderiam estar. O Estado constrói, portanto, dispositivos biopolíticos de hierarquização em que um homem é reconhecido como pescador, mas nos quais uma mulher, que desempenha o mesmo trabalho, para ser reconhecida como pescadora e ter, por exemplo, o direito à aposentadoria, precisa constituir provas, entre as quais, que é filha ou mulher de pescador. Por si só, ela não se basta.

Dessa forma, questões de gênero, de corpo e de corporalidade respaldam o foco central de problematização deste livro: a (in)visibilidade de mulheres pescadoras diante das políticas públicas voltadas à pesca e as formas como vêm se construindo como sujeitos (MALUF, 2001), por tratar-se de mulheres em uma profissão considerada e reconhecida como de homens. Como afirma Maria Alice Samara, ao falar sobre a história de Maria-Rapaz, uma menina que se disfarçou de homem para poder sobreviver em empregos vedados às mulheres, “estas mulheres são como uma espécie de falhas no sistema; são fugas à normalidade e ao que ao gênero é imposto” (SAMARA, 2007, p. 31). Essa fuga à normalidade preconizada e imposta a partir do gênero faz com que

essas mulheres enfrentem sérias dificuldades em serem reconhecidas como sujeitos de direito, como profissionais da pesca.

Ao empreender minha pesquisa e encontrar mulheres pescadoras que embarcam, isso me instigou a mostrá-las. Dessa forma, o fulcro que percorre o material que ora apresento é o de afirmar que as pescadoras que embarcam fazem parte do contexto pesqueiro que compõe o litoral de Santa Catarina, Sul do Brasil, e que elas não são uma exceção que confirma a regra. Elas próprias compõem um universo, e é esse universo que procurei compreender. Não se trata de denominá-las *mulheres de pescadores; mulheres da pesca*. Elas são pescadoras; por isso, o meu propósito foi desvendar esse mundo que elas vivem, que criam e que também as cria, buscando compreender o que ele tem de específico, mas também o que tem de semelhante ao que é considerado pesca de modo geral.

Calávia Saez (2009) preconiza que a antropologia tem como objetivo descobrir ou inventar objetos. “Descobrir porque o objeto, em certo sentido, já está ali, em forma de algo que atrai a atenção do pesquisador.” Algo que faz com que nós, antropólogo, antropóloga, tenhamos olhos, ouvidos, sentidos voltados para questões, detalhes, bordas, margens que, de certa forma, nos afetam (FAVRET-SAADA, 2005). “Inventar porque ele só se define no diálogo entre o pesquisador e o nativo” (CALÁVIA SAEZ, 2009, p. 14-15). O inventar ao qual se refere Calávia Saez diz respeito a algo que, uma vez trazido à tona, de certa forma, ganha vida própria apontando para a busca e o estranhamento com que criamos nossos *nativos*, mas somos também por eles criados; faz a antropologia, mas somos por ela feitos. Tal argumento me remete a um diálogo com Bastos (2010), quando afirma que “seja o que seja nossa disciplina, ela não só é – e tem sido desde que se pode falar dela – produto dos antropólogos, mas, ao mesmo tempo, produz a todos nós – trata-se, a antropologia, enfim, de um fazer e ser feito enquanto faz” (BASTOS, 2010).

O fazer e ser feito pela antropologia à qual se refere Bastos (2010) e a descoberta e invenção em Calávia Saez (2009) têm em comum o que considero o ponto nodal que viabiliza nossas criações, invenções, e, como via de mão dupla, o sermos criados, feitos e inventados: o campo. A criação aponta para a necessidade de estarmos atentos às situações do campo, considerando que é ali que emergem as afetações que condicionam nossas experiências, positiva ou negativamente, mas cujo saldo nos trará subsídios para refletir, escrever, rever quando exercitarmos o distanciamento pós-campo no que, segundo Paul

Ricoeur, é um “*vis-à-vis* não dado na situação do discurso (mas) criado, instaurado, instituído pela própria obra” (RICOEUR, 1997, p. 57).

Vi-me instigada a descobrir e inventar meu *objeto* quando mergulhei⁹ nesta pesquisa com pescadoras, e elas começaram a emergir à medida que eu me deslocava pelo litoral de Santa Catarina compondo um campo que não tinha, *a priori*, uma definição. Ele não estava situado em um só local, especificamente em uma só comunidade pesqueira. Seria, por isso, um campo dessituado? Assituado? Multissituado? (MARCUS, 1986, 1998). Que contornos dar a esse campo, cuja realização foi instigada pela vontade de saber quantas e quem são; onde estão; como vivem, o que pescam, como pescam, mulheres embarcadas na pesca artesanal?

Fui seguindo pistas e não me desloquei de uma só forma. Pedi carona, fui de ônibus ou de carro próprio. Cruzei a BR-101 e fiz travessias de balsa, dependendo de aonde queria chegar. Em cima do mapa de Santa Catarina, fui criando o percurso de meus deslocamentos e, por conseguinte, o de onde encontrei as pescadoras. Outras há com certeza. As que encontrei são mulheres que trabalham com seus maridos, filhos, irmãos, genros, filhas. São as suas *camaradas*; em alguns casos elas próprias são as mestras das embarcações.

Acabei concluindo minha pesquisa com 22 mulheres entre 22 e 70 anos,¹⁰ a maioria iniciada na pesca muito cedo com seus pais, entre

⁹ Mergulhar, mergulho, mergulhando são expressões utilizadas como metáfora que querem dizer respeito à especificidade de meu campo, que é mar, mas também a um dos pressupostos centrais do trabalho etnográfico que preconiza viver intensamente o estar em campo. A expressão “é preciso mergulhar” me foi instigada por minha orientadora, Sônia Maluf, durante um de nossos muitos diálogos. Bachelard (2008), ao falar sobre os obstáculos epistemológicos (experiência primeira, conhecimento geral, obstáculo verbal, conhecimento unitário e pragmático, obstáculo substancialista, obstáculo animista, obstáculo do conhecimento quantitativo) preconiza que urge ao conhecimento epistemológico uma construção que vai do interior ao exterior, sendo que muitas vezes prevalece a experiência externa evidente, se escapando a crítica pelo *mergulho na intimidade* (BACHELARD, 2008, p. 121, grifo nosso). É neste sentido que mergulho se refere em Maluf à necessidade de adentrar ao campo de forma profunda, o que corrobora com Bachelard quando ponderamos que quanto mais o mergulho adentrar a intimidade, possivelmente mais complexos serão os elementos encontrados que nos permitirão criticar, questionar e ponderar sobre o vivenciado. Para Amit (2000, p. 6), “*the notion of immersion implies that the ‘field’ which ethnographers enter exists as an independently bounded set of relationships and activities which is autonomous of the fieldwork through which it is discovered. Yet in a world of infinite interconnections and overlapping contexts, the ethnographic field cannot simply exist, awaiting discovery*”.

¹⁰ Mantive a idade da ocasião do trabalho de campo, entre 2010 e 2012.

os 8, 9, 10 anos de idade. Mulheres cujas trajetórias são pautadas por dificuldades econômicas, de *pobreza*. Meninas que saíram da escola, pois tinham que trabalhar. Geralmente eram as filhas mais velhas e foram chamadas sem que lhes perguntassem se queriam ou gostariam de trabalhar na pesca. Precisava-se delas. E elas foram. Outras se impuseram na pesca, mesmo os pais não querendo que saíssem para o mar. A curiosidade em saber como era pescar lhes instigava desde cedo. Outras tiveram os maridos como seus mestres no aprendizado. Algumas foram, elas próprias, as mestras de seus maridos. Diziam-me que se *acostumaram* com a atividade; ou que *é só isso* que sabem fazer. Em comum, o riso, o bom humor e a jocosidade, aliados ao uso de expressões como *gostar, amar, ter paixão, vício* pela vida no/do mar.

Em relação ao meu campo, que é mar, devo dizer que rapidamente me dei conta de que teria que lidar com muito mais do que a relação terra/mar/praias. Teria que ficar atenta aos diferentes tempos e ritmos. *Melhora do tempo; tempo bom; tempo ruim; mudança de tempo* eram expressões que remetiam não exatamente a questões de clima, de temperatura, mas no sentido de *tempo bom* para a pesca, geralmente aliado ao calor, mas que para alguns peixes, como a tainha, é exatamente o oposto: quanto mais frio, melhor, ou mau tempo, definido como *tempo ruim*, que significava sempre tempo de espera para que o tempo melhorasse. As épocas de agito com a movimentação diária por causa do *tempo bom*, por conseguinte, preenchiam de diferentes ritmos minha pesquisa.

Ingold e Kurttila (2000, p. 187-192), ao discutirem questões relacionadas ao conhecimento tradicional como advindas das práticas da localidade, citam os Sami, da região Norte da Finlândia, os quais usam a expressão *weather* (tempo) em contraposição à expressão dos cientistas, *climate* (clima). O clima, que é registrado pelos cientistas, diz respeito a variáveis que são medidas, como temperatura, precipitação e pressão atmosférica. Tempo diz respeito a calor ou frio, época de colheita, tempestade. Em vez do clima, que é registrado pelos cientistas, o tempo é experimentado pelo grupo como o ambiente obedecendo ao ciclo das estações. Os autores postulam que não se trata de prescrições culturais, mas do conhecimento que vem da prática, das experiências de vida e do movimento naquele lugar. Concordo com os autores sobre esse aprendizado se dar, na prática, ocorrendo nas relações intra ou intergeracionais. Portanto, não se trata de prescrições culturais, mas da experimentação vivenciada em contextos específicos.

Ao que Ingold e Kurttila se referem como diferentes épocas que compõem uma experiência, Bachelard (1994) denomina de “ritmaná-

lise”, segundo a qual a vida é ondulação. “O calendário das frutas é o calendário da ritmanálise. A ritmanálise procura em toda parte ocasiões para ritmos” (BACHELARD, 1994, p. 133). Ingold e Kurttila (2000) falam de época de colheitas. Bachelard (1994) fala de épocas de um calendário. Em meu campo, o que vi diz respeito a um ciclo composto de diferentes épocas de um calendário anual de peixes, camarão, siri; calmarias ou tempestades; fartura ou escassez. Uma “ritmanálise” que dizia respeito à vida na qual o ciclo das estações era orientador não só dos períodos de ir ao mar ou esperar, mas da própria experiência de quem vivencia esses tempos.

Tempo bom ou tempo ruim dizem respeito às épocas de fartura ou escassez de pescado, sendo o verão considerado a melhor época, pois, com o aquecimento da água, os peixes migram e *entram*, facilitando a pesca. O inverno, período mais difícil para as pescadoras que acompanhei, é a *época de miséria*, porém, é *mais do que* isso. O tempo se destrincha para além de tempo bom ou tempo ruim. Percebi, assim, que a marcação cronológica dos relógios, que eu buscava definir com elas para saber quando sair ao mar, era um tempo aproximado que me davam como referência para me orientar, mas o que contava, na prática, era a observação de mudanças muito sutis na luminosidade do céu. As saídas para o mar, inicialmente combinadas para cinco da manhã, em Florianópolis, por exemplo, se mostravam mais complexas para que eu estivesse no horário combinado na praia. “O tempo era simplesmente algo que não podia ser consignado” (BARLEY, 2006, p. 101).¹¹

Guardadas as diferenças, recorro a Barley (2006), no sentido de expor o quão difícil era conciliar a angústia por querer avançar em minha pesquisa e o tempo necessário de espera em que a temporalidade (BACHELARD, 1994)¹² que compunha as muitas idas e vindas me mostrava que não era eu quem definia, nem tampouco os pescadores propriamente, mas uma conjunção de outros fatores que, de certa forma, faziam parte do que denominavam de tempo. Tratava-se de chegar no horário previamente combinado, mas se ficava à espera de algo que, no princípio, não entendi: todos, ou parados, ou

¹¹ Barley (2006, p. 100) observa em especial que “a calendarização dos acontecimentos na Terra dos dowayos é um pesadelo para quem quer que procure planejar, além dos dez minutos seguintes”. O autor observa que os dowayos organizam as coisas a seu próprio jeito, em um tempo ao qual ele levou muito tempo a habituar-se.

¹² Bachelard (1994), ao falar do que define como temporalidade, diz que em tudo há uma ritmanálise que modula momentos de agito e de descanso em uma composição temporal que faz parte da duração. Aqui, do fazer-se pescadora e do viver na/da pesca.

conversando, esperando até que o movimento se desse de forma muito rápida, quando corriam em direção às suas embarcações. Era um matiz de luminosidade no céu em que já não era noite, mas também de dia não se tratava. Era naquela mudança sutil que saíamos para o mar na Armação do Pântano do Sul, em Florianópolis.

Em Barra do Sul, nas saídas para ver as redes que tinham sido colocadas no dia anterior próximo ao costão, o horário orientador era em torno de seis horas da manhã, mas a saída dependia de fatores como o clarear do dia, aliados à situação de mais ou menos agito na saída da barra,¹³ considerado o local mais perigoso, pois se trata de passar a fronteira da tranquilidade do abrigo que está antes, próximo da terra, e o mar aberto. Já para sair para a pesca do baiacu em São Francisco do Sul, dona Paulina poderia sair às sete, às nove; voltar às dezessete, às vinte ou às vinte e duas horas, dependendo do nível da maré. Tempos que não seguem o determinado *crono* do relógio, mas que se definem pelo ritmo *cronos* (LEACH, 1972)¹⁴ que o começo do nascer do dia, a agitação na saída da barra ou o movimento das marés indica ou que o agito do mar impede.

As pescadoras, ao mesmo tempo em que estão diariamente sintonizadas com o que os meteorologistas dizem, comentando a previsão do tempo, trabalham e observam ciclos e mudanças constantes

¹³ A barra é o local limite para saída das embarcações em Barra do Sul. Quando o tempo estava ruim, era comum os pescadores voltarem do local chamado *boca da barra*. A boca da barra é o perigo e, ao mesmo tempo, a permissão, pois é ali que o mar mostra se deixa sair para mais um dia de trabalho ou se não permite essa saída. É o ponto crítico de perigo, de possibilidade de acidente. Da barra para dentro é a calmaria. Sair da barra implica ir para o mar aberto e, portanto, para as surpresas que ele reserva. Quando em campo, eu ficava em vários momentos diferentes na saída da barra *apenas* observando as embarcações saírem e voltarem, momentos em que percebi que todas saíam e voltavam pelo lado direito da barra, de quem olhava de dentro para fora, demonstrando que há uma forma, uma técnica, um ponto-chave, para sair e entrar na barra, dando mais abrigo e segurança às manobras das embarcações.

¹⁴ Leach (1974), em uma discussão sobre a valoração e formas de ver o tempo, rememora três histórias sobre o deus Cronos, pai de Zeus, citando como ritual mais importante o festival conhecido como Cronia, que “ocorria no tempo da colheita, no primeiro mês do ano, e parece ter sido uma espécie de celebração do Ano Novo” (LEACH, 1974, p. 198). O autor esclarece que o tempo de *cronos* não é aquele como o consideramos, pautados “em relógios, rádios, observatórios astronômicos [...] O tempo de Cronos é uma oscilação, um tempo que vai e vem, que nasce e é engolido e é vomitado, uma oscilação do pai para a mãe, da mãe para o pai, repetidamente” (LEACH, 1974, p. 192, 199). Cronos, portanto, é oscilação.

em que a composição é sempre plural.¹⁵ Não há vento. Há qualificações de ventos: *sul*,¹⁶ *nordeste*, *este*, *leste*, *rebojo*, *lestada*, *terral*, conforme explica dona Merabe.

Lestada é o vento que mais deixa o mar agitado; traz tempestades que costumam durar muitos dias seguidos, às vezes 15 dias, mas é o que traz fartura, traz tudo. Com o vento terral não dá para pescar. Ele só leva a pessoa para fora, para o golfo do mar. É um vento que vem da terra e dura cerca de três dias. O rebojo é um vento que não dá para ir para fora. Ele não engrossa o mar, mas é muito forte. Também não traz nada; só leva, e dura cerca de dois dias. Entre o sul e o leste, seria o rebojo. Rebojo por quê? Porque reboja, como uma máquina lava. Na época da tainha é bom para trazer ela. (Merabe, 60 anos, Barra do Sul).

Segundo Safira, que viveu por vinte anos em uma ilha e que observava diariamente as frequentes *mudanças do tempo*, ao explicar sobre as diversas formas de manifestação do vento, contou-me que há, inclusive, *briga de ventos*.

Passava vinte minutos, meia hora, de vento sul. Daqui a pouco, o nordeste vencia o sul. E pelo nordeste que está forte, já se sabe como o sul vai entrar. Outro dia a gente vê: hoje a briga já está diferente! A briga é este/sueste. Entre o leste e o oeste tem o norte que os antigos aqui chamam de nortão duro. Não é de pegador como o leste. O nortão é temporário. Tem o noroeste, que é um vento quente, que fica entre o terral e o norte. É um vento doentio, quente, de novembro, dezembro; traz a mutuca.¹⁷ Para nós o melhor é o nordeste porque é seguro, o tempo firme, água quieta, limpa, calmaria. É mais no verão. É um vento que limpa o tempo. (Safira, 38 anos, Barra do Sul).

O vento influencia as mudanças para o sucesso ou insucesso da pesca, pois, dependendo de como estiver, é impossível se arriscar e

¹⁵ A minha cabeça fervilhava quando ouvia comentários que, a princípio, me eram ininteligíveis: *ou vai entrar uma lestada ou um terral. Ontem já deu rebojo*.

¹⁶ Dependendo da localização geográfica, o impacto dos ventos se dá de forma diferenciada. O vento sul traz, geralmente, marés agitadas, mas também, na época da tainha, de maio a julho, traz esse peixe, que é muito esperado, e que migra de sul para norte do estado, e do país.

¹⁷ Mutuca é um pequeno inseto que, ao picar, provoca muita coceira, podendo produzir sérias reações alérgicas.

sair para fora, como costumam dizer. Há ventos mais temidos, de um modo geral, como o leste, chamado também de *lestada*, e o terral, *que vem da terra*. Chegam com força e permanecem dias, impossibilitando qualquer atrevimento no sentido de tentar a pesca. Os pequenos barcos são puxados para os ranchos ou amarrados e ficam em descanso até que o tempo melhore. Para tanto, é preciso que o vento mude, pois contra vento só outro vento.

Os diferentes tempos, de maré alta ou baixa, de vento nordeste, sul, terral, lestada, interferem nas saídas para o mar. Mas não se trata de um tempo de espera ociosa, porém repleto da agilidade dessas mulheres em remendar ou fazer redes, lavar roupa, fazer comida, comprar mantimentos, olhar a embarcação averiguando se tudo está bem. Não há um tempo de descanso definido no que diz respeito a fim de semana. É o *tempo bom de pesca* que guia os dias de trabalho, inclusive sábados, domingos e feriados, assim como o *tempo ruim* dá uma trégua nas idas ao mar.

Essas diferentes temporalidades interferiam diretamente no tempo que eu levava para realizar o que era, previamente, combinado com as mulheres, pois quando me diziam que o tempo não estava bom, queria dizer que teríamos que dar, de fato, tempo ao tempo, e esperar a melhora do vento, da maré, do mar agitado. Oliveira (1995, p. 2) propõe, entre outros objetivos, mostrar “os limites do método, ou [...] o que poderia estar em seu lugar”. As contradições, a diversidade, as inquietações que emergem quando estamos no exercício do campo contribuem com o aprendizado de nosso ofício. Fazer um campo que é mar exigiu-me muita paciência e um exercício contínuo de espera e observação antes de ser acionada pelas mulheres para o que, inicialmente, a meu ver, constituía participar de seu cotidiano, o que, às vezes, me deixava angustiada pela sensação de não estar fazendo nada a não ser observar e esperar.

Me via inquieta, pois, de meu ponto de vista, eu me sentia *perdendo tempo*. Uma espécie de agito interior me irritava. “Odiava desperdiçar tempo, detestava perdê-lo” (BARLEY, 2006, p. 101). Muito distante da sensação de aventura nas saídas para o mar, ficar esperando me fazia sentir que faltava algo, que havia uma incompletude nos momentos, mais de observação do que de participação; até que busquei me aquietar e buscar viver apenas o que estava me sendo disponibilizado. Foi aí que os tempos de espera se converteram em tempos de muita conversa, nas quais buscava compreender os meandros de suas vidas, observando e experimentando o que faziam enquanto

se esperava o tempo melhorar, instigando-as a me contar como veem suas vidas, por que optaram por embarcar em vez de atuar em terra. Enfim, tempos de escuta de narrativas sobre *aventuras* vividas, dores, alegrias, dificuldades, aprendizados. Por vezes elas choravam; outras era eu quem não conseguia me conter com as suas narrativas, o que fazia, por vezes, meu humor oscilar entre a solidariedade ou uma profunda angústia, solidão e decepção comigo mesma por não ter me contido.

Perguntava-me constantemente: estava fazendo bem feito o que fazia? Estava utilizando corretamente o método etnográfico? Seria aquela a melhor forma de fazer o campo ao qual me propunha? Agitava-me uma angústia por desejar ter uma *resposta certa* que desse conta de esclarecer as muitas questões mesmo quando ainda estava tão incipiente meu trabalho de campo. Sobre esse constante questionar-se, Bachelard (2008), ao discutir o que definiu como obstáculos epistemológicos, afirma que precisamos estar atentos ao processo de construção do conhecimento científico em que emergem contradições, erros e insuficiências. É preciso honestidade e paciência, fazendo-se central buscar formular bem os problemas e conviver com uma constante reformulação de perguntas, pois tudo é construído e reconstruído continuamente. “Todo conhecimento é resposta a uma pergunta. Se não há pergunta, não pode haver conhecimento científico. Nada é evidente. Nada é gratuito. Tudo é construído” (BACHELARD, 2006, p. 18).

Certeau (2008), ao tratar sobre a operação historiográfica, levanta questões como “o que fabrica o historiador quando faz história? Para quem trabalha? Que produz? [...] O que é esta profissão?” (CERTEAU, 2008, p. 65). Por outro lado, Deleuze e Guattari (2009), na obra *O que é a Filosofia?*, afirmam que simplesmente chegou a hora de perguntar o que é a filosofia, embora tenham uma resposta que não variou; “mas não seria necessário somente que a resposta acolhesse a questão, seria necessário também que determinasse uma hora, uma ocasião, circunstâncias, paisagens e personagens, condições e incógnitas da questão” (DELEUZE; GUATTARI, 2009, p. 10). Tanto nas questões de Certeau (2008) quanto na alusão à hora final de Deleuze e Guattari (2009), se inserem as possíveis paisagens, personagens, condições e incertezas que, muitas vezes, nos remetem ao que afirma Bastos (2010) sobre ser irresponsável de maneira cabal esta questão: o que é a antropologia?

Quando Deleuze e Guattari (2009, p. 9) afirmam que “talvez só possamos colocar a questão [...] tardiamente, quando chega a velhice, e a hora de falar concretamente”, apontam para o fato de que não

é que não vínhamos nos questionando sobre o que é a antropologia, mas parece que agora nos propomos a “não ficar só na rama, mas em deixar-nos engolir por ela” (DELEUZE; GUATTARI, 2009, p. 9). Ao usarem a figura da rama, os autores nos remetem a pensar sobre uma busca contínua de aprofundamento, de ir da rama à raiz de nossas próprias questões, angústias e dúvidas e, ao nos deixar engolir por ela, passar, de certa forma, a fazer parte dela, e ela de nós. Nos momentos mais solitários em campo, a angústia se aprofundava em forma de dúvidas e questionamentos persistentes sobre se não estaria eu sendo irresponsável e ingênua confundindo o exercício da experiência do mergulho etnográfico com uma aventura.

Sobre as desventuras da perda da inocência

Ao discutir questões relativas à necessidade de uma contínua discussão teórica sobre os caminhos da observação participante, em que postula que é necessário valorizar tanto a observação quanto a participação,¹⁸ e que deseja saber por que a observação participante se transformou em participação observante, Cardoso (1988, p. 101), refere-se ao texto de Roberto da Matta (1978), comentando que o autor mostra que nossa formação postula o planejamento do trabalho, mas não nos prepara para ver com olhos críticos nossos humores, cansaços, infortúnios e, eu diria, desventuras.

Segundo a autora, às vezes, os relatos se limitam às aventuras dos antropólogos sem colocá-las, de fato, como etapas do conhecimento,

¹⁸ Durham (1988, p. 33) considera dois tipos de participação: a objetiva (que estaria mais afeita aos trabalhos com povos indígenas) e a subjetiva (pesquisa realizada nas cidades), sobre a qual diz que é preciso ter cuidado para não cairmos em análises a partir de categorias nativas. Pondera ainda sobre os meandros de quando uma pesquisa passa de observação participante para uma participação observante, resvalando para a militância (DURHAM, 1988, p. 27). Para a autora, ter-se-ia que ponderar uma discussão apurada sobre questões teórico-metodológicas e epistemológicas aí envolvidas. Segundo ela, a observação participante é um trabalho importante, mas é preciso avançar na procura de novos caminhos (DURHAM, 1988, p. 34). Considero que a observação participante é o que nos propicia a aproximação com o campo. É o princípio do que o decorrer do tempo em campo permitirá vivermos e que eu estou qualificando como uma experiência densa. Entendo que cabe um salto em termos de avançarmos no que Malinowski (1976) postulou. A observação participante do autor estava contextualizada em uma antropologia feita a partir da varanda, se podemos assim pensar. Atualmente, considero que precisamos qualificar nossa estada em campo como participação que contempla observação, inserção no cotidiano, afetação e uma disponibilidade de vivenciar uma experiência densa.

etapas estas que irão compor o processo de conhecimento que se constrói em um questionar-se contínuo. Bachelard (2006) se propõe a mostrar o que chama de dificuldades das abstrações corretas “ao assinalar a insuficiência dos primeiros esboços, o peso dos primeiros esquemas, ao sublinhar também o caráter discursivo da coerência abstrata e essencial, que nunca alcança seu objetivo num só golpe” (BACHELARD, 2006, p. 8). Barley (2006), por sua vez, diz que se trata de erro e revisão constante. Eu acrescentaria que é o próprio campo que se encarrega de nos colocar constantemente em estado de atenção e autorrevisão.

O dia em que o mar me mostrou sua força me permitiu avançar em questionamentos sobre os limites da minha observação, o que se queria também participação, entendendo ambas como centrais no investimento antropológico. Nesse sentido, no início de meu trabalho de campo, quando eu contava a colegas da antropologia ou demais pessoas que estava iniciando uma pesquisa com mulheres pescadoras, a grande maioria demonstrava curiosidade e admiração, tentando esclarecer o que eu dizia: com mulher de pescador? Com pescadoras mesmo? Que vão para o mar? A seguir, não raro, resumiam que consideravam que eu estava vivendo uma *verdadeira aventura*.

Assim, logo após o início dos embarques, a vaidade me seduziu e tudo parecia, de fato, uma grande aventura, até o dia em que o mar mudou de repente, e o tempo passou de bom a ruim. Primeiro, olhei o mar de baixo para cima, de dentro da pequena embarcação, pois ele *creceu* tão rapidamente que fiquei estática, embora extasiada com o que via. Só conseguia pensar que parecia estar diante de uma grande catedral, inspiradora de respeito. A seguir, o mar agitado jogou a embarcação para cima, e com ela fui junto no breve desequilíbrio de meu corpo. Ao olhá-lo de cima para baixo e observar o que me parecia ser uma grande boca que recebia violentamente água de quatro direções, e que vindo de quatro direções se encontrava no centro, eu só consegui pensar, antes de projetar meu corpo para cair dentro da embarcação: não adianta saber nadar! Naquele momento, assimilei que estava em um campo tão perigoso quanto instigante. Acabou a aventura-fantasia¹⁹ e comecei o que considero uma aventura antropológica.

¹⁹ Leiris (2007), ao falar sobre “A África fantasma” disserta sobre suas decepções em que o campo lhe permitiu desmitificar ilusões anteriores. Na apresentação da obra, Fernanda Peixoto afirma que “é de decepção que nos fala Leiris ao longo do relato: a partida, rodeada por imagens românticas e fantasias de evasão; o cotidiano em terra estranha; o regresso, definido antes por frustrações que por conquistas [...] a narrativa aponta assim para a desmistificação da viagem, das realidades encontradas e do próprio

Segundo Cardoso (1988),

A nossa *Aventura Antropológica* pode lembrar a visão romântica que cerca os antropólogos, quase sempre confundidos com excêntricos aventureiros que se lançam em estranhas viagens por regiões desconhecidas ou espaços urbanos inabitais. Mas, mesmo rejeitando estas pinceladas românticas, não seria enganoso dizer que a pesquisa é sempre uma aventura nova sobre a qual precisamos refletir. (CARDOSO, 1988, p. 13, grifo da autora).

A autora não aprofunda uma discussão sobre a composição que ela própria apresenta. No entanto, entendo ser interessante ter claro que, ao adjetivarmos aventura – uma aventura antropológica – estamos qualificando uma experiência que nada tem de romântica ou excêntrica. Pelo contrário, trata-se de um exercício que implica superar a inocência que permeia a aventura-fantasia, se considerarmos que a aventura antropológica seria o exercício da própria etnografia, aquela que, no dizer de John Vann Maanen, implicaria perder a inocência. Diz Maanen (2004, p. 427): “a etnografia não é mais pintada como um procedimento relativamente simples de olhar, escutar e aprender, mas antes como algo próximo a uma intensa prova de fogo epistemológica”. O autor se refere ao que denomina de fim da inocência, a qual pressuporia que a etnografia emerge mais ou menos naturalmente a partir de uma simples estada em campo. O autor enfatiza que a etnografia não estará dada em um primeiro momento, mas precisará ser construída no aguçamento do olhar em campo.

Nesse direcionamento, pondero que a imersão em campo deve ter os sentidos voltados para a observação de sutilezas, como vimos discutindo há muito tempo na antropologia, mas que aqui cito como exemplo o antropólogo inocente de Barley (1983, p. 63), em que é preciso tempo para apreendê-las. O autor ainda preconiza que é central estar atento ao que daí será extraído, selecionado, como um

trabalho etnográfico como possibilidade de acesso ao ‘outro’” (PEIXOTO, 2007, p. 31). Considero que a ida a campo propicia e coloca à prova qualquer romantismo, ingenuidade ou ilusões iniciais que, por sua vez, nos alertam, como no meu caso. Ou nos decepcionam, a exemplo do que afirma Leiris (2007). Mas, eu argumentaria que também nos surpreendem e nos fornecem subsídios para pensarmos sobre o próprio exercício etnográfico. Se não tivesse se decepcionado, se frustrado, Leiris (2007) não teria como escrever *A África fantasma*. Ou seja, não teria deixado uma contribuição tão rica sobre tópicos vivenciados em campo.

verdadeiro processo de garimpagem em que “o trabalho de campo tem muito em comum com a mineração” (BARLEY, 2006, p. 136). “É preciso muito esforço para extrair algumas onças de ouro”, enfatiza. Eu diria que é preciso aguçar os sentidos, pois muitas vezes estamos tão determinados a garimpar em um lado e não nos damos conta que as onças de ouro podem estar de outro. É preciso olhar, cheirar, tocar, observar, participar, viver a experiência com o máximo que o campo nos possibilitar e nos permitir.

Enquanto Cardoso (1988) empreendia uma discussão visando compreender os meandros entre *observação participante* e *participação observante*, Geertz (1989), ao defender a centralidade de uma *descrição densa* afirmava que em “todo empreendimento nós já estamos explicando e, o que é pior, explicando explicações. Piscadelas de piscadelas de piscadelas” (GEERTZ, 1989, p. 19). Concordo com Cardoso sobre ser a participação tão importante quanto a observação, e concordo que a busca de uma descrição densa, preconizada por Geertz, é central. Por outro lado, há campos e campos e formas distintas de compor o fazer antropológico: uma pluralidade. Nas palavras de Bastos (2010), tomaríamos “essa pluralidade [...] como uma primeira grande marca da antropologia, uma pluralidade que tem sido – e é – tensa” (BASTOS, 2010, p. 3).

Em alguns trabalhos de campo, a possibilidade viável é a observação; em outros, é possível exercitar a participação, aliando uma e outra. Porém, quero ponderar que em alguns campos, como aquele em que eu me propus a realizar com as mulheres pescadoras com o que eu denominei como *sombra* (sobre o que falarei a seguir), só me foi possível a partir da busca por apreender meandros, sutilezas, temporalidade, corporalidade, em seus cotidianos, com o que eu proponho chamar de uma experiência de observação/participação densa. A descrição densa sobre o vivido será mais densa quanto densa tiver sido a experiência do exercício de um profundo *mergulho* em campo, no meu caso, o mar. O que tem a ver com um exercício extenuante vivido em uma tensa suspensão e expectativa sobre o que vem no momento seguinte. Ao mergulhar em campo, nós imaginamos o que podemos encontrar, mas é só o fazendo que se torna possível ver/sentir/experienciar repetidamente o exercício etnográfico.

Considero, portanto, que a etnografia se dá pela repetição. É repetir a observação, repetir a convivência, repetir momentos como

se nada fosse acontecer e,²⁰ de repente, tudo acontece. Fazer etnografia é estar presente de forma intensiva, visceral (LAGROU, 1992) e repetitiva; extenuante. É a repetição que permite viver a experiência densa que inclui o inesperado. Fazer etnografia, às vezes, era ficar sentada na praia observando aquilo que me parecia não ter sentido. Mas esse é o sentido. E esse aprendizado o campo me trouxe. Esse é o próprio sentido da pesca: essa espera contínua. A etnografia é, portanto, a repetição da experiência que se densifica à medida que temos condição de observar se um fato é extraordinário ou ordinário.

E é no ordinário, segundo Certeau (1994), que é possível observar a criatividade e as formas como as pessoas e os grupos conseguem se reinventar, se recriar no seu cotidiano. É essa observação contínua, cansativa e exaustiva que, eu acredito, nos permite construir a etnografia, como método, como epistemologia, como um conjunto de saberes-fazeres que dizem respeito à antropologia. Embora, cada vez mais outras disciplinas estejam fazendo uso do exercício etnográfico, o saber-fazer etnografia dentro da antropologia tem a especificidade desse convívio, dessa imersão, desse mergulho de longa duração. Os ancestrais da antropologia tinham razão: mergulhar em campo é necessário, pois é a partir dele que reconstruímos nossos pressupostos iniciais e parimos nossos trabalhos; criamos e somos criados pela antropologia.

As embarcações entravam e saíam todos os dias. Assim foi o meu fazer etnografia. Um mergulho no cotidiano da repetição da pesca buscando compreender como as mulheres são e vivem como pescadoras. “Um ato solitário” (MALUF, 2010), que se realiza com o aporte de nossos pares. Acredito que só assim é possível fazer e ser feito, como resumiu Bastos (2010). Wagner (2010, p. 29) diz que “um antropólogo experiente, de um modo ou de outro, seu objeto de estudo”. Tão difícil quanto viver essa experiência é, a partir de nossos próprios significados, encontrar formas de comunicar a experiência vivida, inventando a cultura do outro e, assim fazendo, inventando formas de fazer antropologia.

²⁰ Leiris fala sobre o que considera uma *rotina monótona* permeada pela *mesmice* que tem o efeito permanente de paralisar o tempo em que, segundo ele, nada acontece: “as cidades e os lugares se sucedem no correr das horas, das jornadas, das estações, dos meses do ano. Mas como a viagem etnográfica não narra aventuras – ao contrário, está enraizada na rotina –, seu registro frisa monotonia e tédio” (LEIRIS, 2007, p. 32). Considero que é aí, no que parece a *mesmice*, que está a possibilidade e de onde emerge a experiência da etnografia.

O exercício da antropóloga como sombra

Hoje me preparei em Barra do Sul para seguir até Itapoá e parei em frente à casa de dona Ci para avisar quando voltaria. Quando saí de sua casa, o inesperado aconteceu: a bateria do carro havia parado de funcionar. Enquanto aguardava a vinda do mecânico, dois de seus filhos, Simão e Marques, ficaram conversando comigo. Um senhor que passava em outro carro parou e veio sorrindo em nossa direção, curioso para saber o que houve. Marques, muito rápido, disse: ah padre, a bateria do carro da Rose pifou. E quem é ela, perguntou o padre. Simão, que além de pescador é diácono, foi respondendo: é uma antropóloga que está aqui pesquisando a gente, com as nossas mulheres. Antropóloga? Mas o que é uma antropóloga? Nessas alturas, embora eu já estivesse cansada com um padre tão curioso, fiquei, eu, curiosa para ver o que Marques iria responder, o que ele, prontamente fez: olha padre, é tudo ólogo, ólogo. O senhor é teólogo. Ela é antropóloga. E se bem estamos entendendo, com o trabalho da Rose, uma antropóloga é aquela pessoa que vê a gente do fio do cabelo ao dedão do pé. Tudo o que o senhor imagina ela está vendo com a gente. Tudo. Aonde a gente vai, ela vai junto, em tudo. [...] Como ela diz, é uma sombra. (Trecho do meu diário de campo).

Embora eu me propusesse a estar em tudo com o intuito de ver o máximo possível, estava muito claro que seria sempre alguém exterior àqueles espaços, lição que já tinha vivido intensamente em meu trabalho de campo no mestrado quando fui alertada que mesmo que eu vivesse cem anos lá, eu jamais seria um deles. Convicção esta que vai ao encontro da arguição feita por James Clifford, quando afirma que, embora o etnógrafo tente se inserir dentro da sociedade que estuda, é e sempre será um *outsider*.

O etnógrafo, antes de tentar misturar-se na sociedade em estudo, “desempenha o papel do seu estrangeiro”. Um intruso amistoso, mas determinado, pressionando constantemente contra interdições usuais, o etnógrafo vem para ver como alguém que, precisamente por causa da sua exterioridade com respeito a instituições nativas, provavelmente os falsificará. (CLIFFORD, 1983, p. 144).

Sendo eu uma *outsider*,²¹ queria encontrar uma maneira de me aprofundar naquele cotidiano das mulheres pescadoras. Foi assim que, ao me preparar para as primeiras conversas com elas visando expor a proposta de minha pesquisa, que era ficar com elas diariamente, acompanhando-as, trabalhando, fazendo as mesmas coisas, eu só consegui denominar para elas o que e como gostaria de realizar a pesquisa recorrendo à expressão *sombra*. Expliquei-lhes na ocasião que significava que o que fizessem e aonde fossem ali eu estaria como uma espécie de duplo delas. Por outro lado, se era eu a sombra, o propósito era o de serem elas a luz, o que nos traz a questão da visibilidade/invisibilidade. Outra ponderação poderia ser pensada nos meandros do proposto por Nietzsche (2007),²² em que a sombra seria um eu do meu eu, antropóloga, uma viajante que saiu em busca das pescadoras. Luz e sombra como um mesmo e como a relação entre mulheres em diálogo: antropóloga e pescadoras.

Após ouvirem e concordarem com a proposta de ser eu uma sombra, embora inicialmente me poupassem um pouco do esforço, no decorrer do andamento da pesquisa rapidamente me colocaram a trabalhar com elas, fazendo exigências, mandando, orientando, às vezes se irritando comigo devido ao meu ritmo mais lento e a minha *fraqueza* física. Uma das pescadoras, no primeiro dia de campo em seu rancho de pesca, me alertou rindo muito quando eu me mostrei um pouco lenta para os seus parâmetros: *Não és sombra? Se és sombra, é pra fazer igual. Então me ajuda com essas estivas.*²³

²¹ *Outsider*: intruso. Uso o termo no sentido de Elias (1994), ou seja, pensando que eu não era nem seria membro daquele grupo social. Embora não fosse rejeitada ou excluída, estava claro para mim ser eu “de fora”; portanto, de certa forma, uma intrusa. Por outro lado, Becker (2008, p. 15) utiliza o termo no sentido de “alguém de quem não se espera viver de acordo com as regras estipuladas pelo grupo”. Embora eu me propusesse a viver em campo as regras estipuladas pelo grupo, eu não fazia nem faria parte daquele grupo. Eu e elas sabíamos disso.

²² No diálogo entre a sombra e o viajante, o viajante afirma: “[...] Para que haja beleza do rosto, clareza da palavra, bondade e firmeza de caráter, a sombra é tão necessária quanto a luz. Não são adversárias: antes, elas tomam amigavelmente a mão uma da outra e quando a luz desaparece, a sombra foge atrás dela” (NIETZSCHE, 2007, p. 14).

²³ Estivas são troncos de madeira que servem de apoio para tirar as embarcações dos ranchos e colocá-las na praia; e vice-versa. Elas são dispostas em sequência sobre a areia e a embarcação deve deslizar por cima delas à medida que são empurradas, no caso pela pescadora e por sua sombra. As estivas que essa pescadora usava pesavam entre 15 e 25 quilos cada uma, o que ela levantava com facilidade. Eu comecei pelas mais leves.

A receptividade das pescadoras e de suas famílias foi muito boa e todas levaram a sério quando lhes dizia que propunha que o método da pesquisa se pautava por eu ser uma sombra delas: criticavam ou sugeriam o que eu deveria fazer enquanto elas faziam. Muitas vezes brincavam: *Vamos lá, minha sombra; anda sombra; se é pra ser sombra, empurra daí* eram comentários ditos em tom jocoso e acompanhados de risos, assim como ordens do tipo puxa, empurra, lixa, separa, carrega. Como eu não demonstrava cansaço nem reclamava das dores físicas, em dado momento uma das pescadoras comentou: *mas parece que já trabalhasse²⁴ nisso. Levas jeito para a pesca.* Ao ouvir tal comentário, lhe disse: talvez seja porque eu já trabalhei na roça quando adolescente. *Ah, tinha que ter um motivo. Está explicado então.* O comentário da pescadora, de certa forma aludia a diferenças de corpos criados em contextos distintos, como os da pesca ou da roça e os citadinos.

Em relação ao exercício de ser uma sombra, uma das pescadoras foi mais incisiva. Ao explicar-lhe a proposta da pesquisa e de meu método de trabalho, implicando como seriam os dias junto a ela, acompanhando-a, fazendo o que fizesse, saindo para pescar, organizando materiais, entre outros, a jovem afirmou rindo: *mas isso não é sombra. É um encosto.* Ao perguntar-lhe o que seria um encosto, ela me falou sobre estar “encostado, grudado, junto, como se fosse um espírito”. Perguntei-lhe: que tipo de espírito eu te pareço? “*Um espírito bom, né, senão eu corria contigo daqui*”, respondeu-me rindo.

Com o passar do tempo, as pescadoras se mostraram muito à vontade, demonstrando inclusive o que me pareceu ser um aproveitamento da mão de obra que a pesquisadora lhes oferecia quando ocorria o que poderíamos denominar de um desdobramento da sombra. Sombra e seu duplo trabalhavam juntas, mas cada qual em atividades diferentes, visando agilizar a realização das muitas atividades, o que me era verbalizado na expressão *enquanto*: Enquanto eu faço isso, fazes aquilo. “*Enquanto eu puxo daqui, tu puxas dali*”; “*enquanto eu empurro a embarcação, tu pegas a estiva*”; “*enquanto eu limpo o peixe, tu colocas no saco*”.

No transcorrer do trabalho, antes de concordar em fazer parte da pesquisa, uma das pescadoras foi conversar com outra com a qual eu já estava há alguns dias. Depois, esta segunda pescadora me contou do ocorrido rindo e me dizendo o que havia dito à outra:

²⁴ O português correto seria “trabalhaste”; porém, como se trata de um jeito muito próprio de elas falarem, mantive a expressão, assim como mantereí em outras ocorrências similares neste livro.

Eu disse pra ela: participa da pesquisa sim. Tu não podes ficar de fora, pois se eu sou pescadora, hoje tu és mais do que eu porque estás indo pra fora todo dia, saindo de madrugada e voltando só final da tarde. Participa sim. A forma da Rose pesquisar é muito boa, a gente fica muito à vontade. É uma pessoa séria. A gente fala muito, ela acompanha a gente em tudo. É como uma terapia. Ela escuta, escuta, escuta. É como se ela fosse um médico, mas um médico da alma porque ela escuta a gente. A gente fala tudo o que quer [...]. (Safira, 38 anos, Barra do Sul).

Assim, de sombra a encosto, de encosto a médico da alma, os desmembramentos foram muitos e permaneci os dias com elas, repetindo gestos e atividades, tentando interferir o mínimo possível em seu cotidiano com minha presença/sombra e, de certa forma, sendo um encosto, posto que não largava um minuto sequer a pescadora com a qual estivesse: ir para o mar, voltar, puxar as redes, as embarcações, estender roupas, amassar pão, ir a cultos religiosos, limpar a casa, atender clientes que vinham comprar peixe, pesar e empacotar os produtos, ir ao mercado, lixar embarcações, empurrá-las para o mar. Onde a pescadora fosse ou o que fizesse, ali eu estaria. Da manhã à noite. Noites dormindo em suas casas; madrugadas acordando em suas portas.

Mesmo que buscasse evitar ou que não quisesse, eu já tinha feito o que Barley (2006, p. 209) afirma: “todos os antropólogos alteram de alguma maneira o povo que estudam”. No entanto, ao dito de Barley, eu acrescentaria que, muitas vezes, se não quase sempre, o campo também nos altera. Às vezes, irremediavelmente. As pescadoras já tinham alterado minha vida de forma inexorável, afetando-me nas formas de observar, conviver e tentar compreendê-las. Eram vidas e formas de viver que me colocavam em cheque quanto aos ritmos impregnados de temporalidades outras que não as que eu até então tinha me dado conta.

Entretanto, no agito contínuo do extenuante exercício da sombra, preservei momentos de afastamento, de isolamento, pois entendo e concordo que se faz necessário resguardar o que Velho (2004), denominou de *tempo psicológico*. Aquela necessidade de tanto eu quanto elas terem um tempo, uma sem a outra. Se em alguns momentos eu me sentia cansada, irritada, com vontade de ficar sozinha, porque elas não sentiriam o mesmo? Assim, propositadamente reservei alguns momentos para ficar afastada delas. E também preservar-lhes de minha presença insistente e constante.

O exercício da sombra colocou-nos frente a frente, elas em relação a elas, eu em relação a mim mesma, e ambas uma em relação

à outra, pois a sombra, sendo um duplo do eu, nunca é o eu. Ela aponta, de forma próxima e aproximada, os contornos do eu que, estando na luz, lhe projeta. Ao convivermos durante o período em que transcorreu a pesquisa, não só a sombra acompanhou as pescadoras. Elas demonstravam uma atenção desperta e aguçada na observação do que a sombra lhes dizia ou indicava sobre elas. Verbalizações como: “*estás fazendo a gente pensar sobre quem a gente é*”; “*fizesse eu pensar sobre minha vida*”; “*que a gente é exceção a gente sabia. Tu viesses lembrar que a gente é pescadora*” são exemplos de como a sombra fez-se boa para que elas olhassem para si próprias a partir do olhar que a sombra sinalizava que estava vendo.

A sombra se fez boa para pensar e se fez boa como exercício de uma etnografia que se propôs extenuante e no limite da proximidade que só uma sombra nos indica. No entanto, à medida que o trabalho avançava, eu me perguntava constantemente: o que é uma sombra? O que pretendo com isso? Por um lado, eu queria viver de forma intensa o cotidiano das pescadoras. Por outro, percebi que estava provocando nelas uma espécie de auto-observação, na medida em que se viam ao ver as reações da sombra projetada, grudada de forma contínua e persistente.

O exercício da antropóloga como sombra visando a uma observação/participação/experiência densa em seus cotidianos se aliou ao que eu definiria como uma escuta feita com os olhos. Explico-me melhor: como percebi que, no início do trabalho de campo, algumas não me olhavam diretamente nos olhos; ou olhavam para baixo ou para o lado enquanto eu anotava alguns dados iniciais, eu optei por largar a caderneta. E assim fiz. Largar papel e caneta me permitiu olhá-las totalmente nos olhos de forma que tive delas o mesmo retorno. Olhá-las nos olhos propiciou uma despreocupação minha em anotar o que me era dito. Por outro lado, me permitiu estar com o corpo todo em estado de atenção em que, não só os ouvidos, mas os olhos passaram a fazer parte de uma escuta que se propôs atenta. Escutar com os olhos permitiu-me exercitar uma proximidade plena com elas, pois a minha escuta não era menos atenta, interessada, curiosa do que a atenção delas.

Entretanto, havia muito mais do que escutar as pescadoras. Era preciso exercitar a sombra. “*Será que não vás marear?*” foi a primeira pergunta que ouvi de algumas das pescadoras quando conversamos sobre a possibilidade de ir nas embarcações visando melhor compreender seu cotidiano. Tal pergunta demonstrava uma preocupação central para as profissionais da pesca, pois, uma vez no mar, só resta seguir e cumprir

o que estiver por ser feito. Eu garantia categoricamente que não iria marear, ou seja, enjoar em alto-mar.²⁵ Porém, para garantir que não teria qualquer inconveniente e que não interferiria no ritmo de trabalho delas, municiei-me com um pequeno estoque de medicação própria para evitar enjoos. Internamente ponderava que nunca se sabe quando nossos corpos podem nos trair, colocando em risco o estabelecimento de uma relação de confiança em campo. Nunca fiz uso da medicação, mas, por precaução, sabia que estava comigo. Para garantir que não enjoaria, também estabeleci por norma não comer antes de sair ou comer parcimoniosamente. Impus-me o jejum como forma de prevenir qualquer possibilidade de enjoo.

Se eu mareasse, como dizem, colocaria em risco a continuidade da pesquisa, tendo em vista que alguém vomitando é sempre uma desagradável interferência dentro da embarcação. Afora algumas experiências iniciais em que me colocaram à prova, como pedir que eu me sentasse próximo à saída da fumaça do motor, ou propositadamente acelerar a embarcação fazendo círculos de idas e vindas no mar, ambas para testar minha capacidade de não marear, tornou-se comum ouvir de pescadoras e seus camaradas: *tudo bem?*

Em um dos dias em campo, fui colocada à prova pelos camaradas de uma das pescadoras, seu filho e um de seus irmãos. Era a primeira vez que saía com eles. Depois de colocarmos as redes em três diferentes pontos, as quais só seriam retiradas no dia seguinte, seu irmão gritou para seu filho: “*agora vamos procurar aquela rede que perdemos ontem*”. A pescadora, surpresa, perguntou: “*perderam uma rede ontem? Como não me falaram nada?*” Inicialmente desconfiei que houvesse algo errado, mas, imediatamente pensei: eles não fariam isso comigo! E passei a ajudar a procurar a rede, perscrutando atentamente o mar. Eles davam voltas e voltas, aceleravam a embarcação que fazia a água fria do mar entrar pela gola da capa e escorrer em um filete até minhas nádegas. Depois, diminuía e faziam outra volta; mais uma, até que resolveram voltar. Ao chegarmos a terra, minha suspeita se confirmou quando o marido da pescadora, que havia ficado remendando redes, perguntou:

²⁵ Gianpaolo Adomilli também se deparou com esta preocupação dos pescadores quando embarcou no litoral do Rio Grande do Sul para realizar sua tese de doutorado. Ele relata o seguinte sobre se deparar com a possibilidade de enjoo e o que fez para preveni-lo: “notei que faziam sempre a mesma pergunta: se eu já havia navegado. Ao responder, percebia aqueles sorrisos que faziam alusão ao enjoo. Com a ajuda dos remédios, consegui superar em parte o mal-estar, evitando vomitar, o que demonstraria uma fraqueza perante o grupo” (ADOMILLI, 2007, p. 76).

E daí? Seu filho respondeu rindo: “*Passou no teste. Nada de enjoar! Dá para ir quando quiser*”. E se virando para mim complementou: “*Olha, amanhã vou sair às cinco da manhã. Se quiseres, pode vir*”.

Outro aspecto referia-se ao horário em que começava o dia a dia dessas mulheres e em que, portanto, deveria começar o meu durante o trabalho de campo. Sobre esse aspecto, cada um de nós que se propõe a realizar uma pesquisa passa por adequações conforme se mostra necessário, visando não decepcionar nossos interlocutores por um lado, e objetivando conquistar sua confiança por outro. No caso das pescadoras com as quais convivi, descobri que seus dias começavam muito antes do que eu estava habituada: duas, três, quatro, cinco horas da manhã. Acordavam muito cedo e começavam a realizar atividades como preparar o lanche que seria levado na embarcação, ou deixado em casa, lavar louças, arrumar o espaço da cozinha, onde o dia começava. Assim, mesmo considerando que, para os meus parâmetros, costumava acordar cedo, entre seis e sete horas da manhã, me vi tendo que exercitar meu corpo para acordar um pouco antes do habitual.

Assim, no início dos trabalhos, ainda nos primeiros contatos, quando me perguntavam se eu estaria com elas no horário que me indicavam imediatamente, eu demonstrava estar completamente familiarizada com este e me obrigava à afirmação: *Mas é claro!* E assim passei a ter meus dias iniciados muito cedo e se estendendo até tarde, pois essas mulheres têm atividades que preenchem o dia e parece faltar hora. Em alguns momentos o cansaço era extremo e adormecia à tarde. Em outros, mesmo exausta, não queria perder detalhes que só acompanhando-as de perto seria possível perceber. Entre um e outro dia, oscilei entre momentos em que eu mergulhava freneticamente nas atividades sem me questionar e entre outros em que me via irritada pelo cansaço. Nessas ocasiões, uma espécie de duplo de mim mesma me atormentava de forma aflitiva com questionamentos constantes: para que tudo isso? Para que este desgaste? Em que vai levar este esforço? Achas mesmo que esta pesquisa vai trazer alguma contribuição para a vida dessas mulheres? Para que exigir do teu corpo aquilo para o qual só o corpo delas está preparado?

Sobre o corpo da antropóloga

Reportando-me à pergunta de Lima (2005): o que é um corpo? Pondero que, mais do que uma pergunta, é um desafio no sentido de

que, para além de pensar sobre o corpo do outro, é no nosso próprio que o exercício da antropologia deixa suas marcas, seja no adestramento da imobilidade para as muitas horas de escrita solitária e, portanto, o estar sentado, seja, no meu caso, para a mobilidade e abertura para o imprevisto em campo. Por muitas vezes, nos deparamos com provações corporais que dizem respeito a comer o que não se quer ou jamais se comeria, a ocupar espaços incomuns ou a acompanhar rituais, festas, formas de trabalhos e momentos que não seriam acompanhados se ali não se estivesse com o estatuto de pesquisador ou pesquisadora.

Ouvi de diferentes pescadoras: “*é melhor sair na embarcação com chinelo de dedo, pois dá mais firmeza*”. Para outras, “*o melhor é usar botas de borracha*”. “*Roupa nova, nem pensar. Tem que ser roupa velha, usada*.” “*E o cabelo deve ser preso*” visando à segurança do cabelo e da própria cabeça.²⁶ Fiz uso de botas por questões de segurança, sendo a bota dois números maior do que o pé, seguindo orientação das pescadoras, pois em qualquer imprevisto se tornaria mais fácil tirá-las. “*Tens macacão?*” Tal pergunta referia-se ao que eu deveria usar quando em campo junto com as pescadoras que embarcam: macacão de oleado,²⁷ gorro, casaco, itens que constituem exemplos visíveis das exigências e da indumentária necessária a uma profissão tão específica como a da pesca, moldadora de corpos que ficam escondidos atrás de camadas de tecido ou do plástico grosso dos macacões. Essa indumentária é considerada pelas pescadoras com as quais convivi como *masculina*; como *roupa de homem*.

Se, como diz Csordas (1999), o corpo é um campo fértil para a antropologia, também o é para pensar o ofício e o fazer-se antropólogo, antropóloga. Não são só os corpos dos *outros* que se constroem. Nossos corpos também passam por processos e rituais de passagem com o intuito de nos fazermos e sermos feitos pela antropologia. Vi meu

²⁶ Ocorrem muitos acidentes em embarcações cujo eixo fica exposto; por isso o cabelo recebe atenção especial para evitar qualquer imprevisto, devendo estar totalmente preso. Muitas usam boné ou gorro. Uma das pescadoras me contou sobre um episódio que viveu há alguns anos, quando o cabelo foi puxado pelo eixo quando ela se abaixou na embarcação. Ficou totalmente careca, e esse fato desencadeou um quadro de depressão. Segundo ela, por causa da vaidade: “*não é porque é pescadora que não quer se sentir bonita. Quando me vi careca, não aguentei, tive depressão*”.

²⁷ Macacão feito de uma espécie de plástico grosso, cujo nome advém de épocas passadas em que os pescadores literalmente passavam óleo na roupa para que tivesse uma maior durabilidade, segundo depoimento oral. As pescadoras que trabalham nas embarcações menores não costumam usá-lo.

corpo sendo moldado ao campo. Deixei de fazer as unhas para que fossem mais grossas e, portanto, mais protegidas do vento, do salitre, do sol ou de possíveis cortes; passei a usar o cabelo sempre bem preso para evitar acidentes que pudessem ocorrer com os cabelos soltos. O traje se compunha de calça comprida justa, porém não colada ao corpo para não atrapalhar os movimentos, sobreposta pelo macacão de oleado quando nos embarques mais longínquos, camisetas, umas sobres às outras, casaco quente e impermeável e gorro para as manhãs frias. A obediência à indumentária exigida foi cumprida, portanto, e imitava as pescadoras. Essa composição dava, de certa maneira, uma forma disforme ao meu próprio corpo. Ou seja, também eu fui me construindo e deixando meu corpo ser construído pela pesca no decorrer da pesquisa. Poderíamos dizer que também o meu se tornou um corpo, de certa forma, *masculino*.

A indumentária necessária a um campo como o mar e, portanto, o da pesca, é só um exemplo de sua especificidade. Porém, as exigências são mais profundas, passando pelo adestramento do próprio corpo para as horas no mar, resistindo ao frio, ao sol e à possibilidade de enjoo. Não enjoar é fundamental na pesca, pois é impossível fazer qualquer coisa quando um acesso de enjoo toma conta do corpo, conforme já expus.

No entanto, o mais difícil para mim foi o controle da própria bexiga. Imaginar que eu seria capaz de urinar sentada na borda das embarcações era um exercício por demais fantasioso. Eu nunca teria destreza suficiente para me concentrar no ato de urinar aliado ao medo de uma iminente queda na água. Jamais. Então, só me sobrou, caso se fizesse necessário, a alternativa usada pelas mulheres quando há muitas embarcações próximas: urinar na latinha.²⁸ Diminuí drasticamente a ingestão de água objetivando evitar sentir vontade de urinar quando estivesse nas embarcações.

Quem inventou o macacão de embarque nunca imaginou que haveria mulheres na pesca. Primeiro, porque é uma dificuldade tirar só um lado do macacão; segundo, porque é necessário, além de se livrar de um lado do macacão, abaixar as calças e puxar a calcinha; terceiro, a embarcação não para para a pessoa urinar. É urinar e acompanhar o balanço do mar. O joelho treme, a canela dói. E o pior: a urina não sai.

²⁸ Já no final do trabalho de campo, aprendi com uma das pescadoras uma de suas invenções: uma garrafa PET transformada em um seguro urinol que se encaixa perfeitamente entre as pernas, evitando que se molhe muito a calcinha ao urinar em alto-mar.

Para se treinar um corpo é preciso muito mais tempo do que o tempo de um campo. “São anos assim”, me disse rindo uma das pescadoras.

Assim sendo, estabeleci o consumo de água muito espartano quando no mar, e abundante quando em terra; muito biscoito salgado, pão e pirão de água escaldada com peixe de diversas formas. As mudanças no corpo foram se mostrando: aumento de peso devido ao consumo de carboidrato em excesso. Muita farinha de mandioca, além do que usam muita fritura, praticamente todos os dias. A cor da pele se alterou por causa da exposição contínua ao sol à medida que o campo seguia, mas não tinha me dado conta disso até que uma das pescadoras comentou rindo: “*Chegasse aqui branquinha e já estás mais escura. Olha o que a pesca faz com o corpo da gente!*”.

Narrar trajetórias; ouvir narrativas

Em relação ao uso de gravador, optei por não fazê-lo, com exceção do contato inicial com as primeiras pescadoras. Essa opção se deu, não só porque os locais em que as mulheres trabalhavam ou se encontravam, geralmente eram ruidosos, movimentados e cheios de sons de embarcações, conversas, motores, mas principalmente porque optei, por um lado, em escutar atentamente o que as pescadoras me narravam e, por outro, em viver a experiência que me estava sendo permitida. Eu entendia que ao me preocupar em gravar, meus sentidos se dispersariam da experiência vivida. Portanto, reservei as noites para os registros em meu diário de campo. Quis experimentar o que minha memória registrava do que me era dito e repeti um exercício que tinha realizado no mestrado (e que, naquela ocasião, chamei “eu entendi o que você disse?”), quando encontrei um campo altamente tenso.

“Eu entendi o que você disse?” consta de, após escrever ou digitar tudo o que minha memória acionava como lembrança do dito pelas mulheres, voltar a elas em outra ocasião e ler lentamente o que havia registrado, solicitando que observassem se estava de acordo com o que tinham me dito e se gostariam de acrescentar ou suprimir algo. Foi um exercício extremamente interessante porque elas ficavam muito atentas e todas, sem exceção, se emocionavam ao ouvir a própria narrativa. Ouvir a narrativa que tinha me contado sobre sua própria trajetória de vida se mostrou um exercício de escuta atento por parte das pescadoras e ao mesmo tempo de uma espécie de estranhamento do que ouviam sobre o que tinham me dito dias atrás. Elas próprias demonstravam admiração,

interesse e uma atenção concentrada na narrativa que ouviam e que lhes confirmava a própria história de vida.²⁹

A respeito dos capítulos do livro

Este livro está dividido em cinco capítulos. No primeiro, “Brasil de águas: antropologia e pescas”, longe de esgotar uma discussão que abranja o resultado das pesquisas na área da pesca, o propósito foi o de apresentar uma reflexão a partir de alguns estudos antropológicos sobre pesca no Brasil, aí incluída, em Santa Catarina, em especial. Apesar da riquíssima gama de temas abordados, dei-me conta de que a grande maioria dos trabalhos tem em comum a ênfase dada à pesca como um espaço estritamente masculino de onde emergem, como foco de discussões, observações e interlocução dos homens, o que me trouxe subsídios para pensar sobre a invisibilidade das mulheres nos estudos sobre a pesca brasileira.

O segundo capítulo, “Mulheres pescadoras: narrativas autobiográficas”, traz narrativas das 22 pescadoras com as quais convivi no decorrer do trabalho de campo. São elas próprias que se apresentam com o que decidiram contar sobre si mesmas em relação a suas experiências como mulheres que embarcaram ou embarcam na pesca artesanal catarinense. Os trechos de narrativas apresentados naquele capítulo, bem como outros que surgem no decorrer do texto, constituem os fios, a linha e a agulha a partir dos quais defini os nós que compõem este livro. As narrativas dizem respeito às suas trajetórias de vida, que são pautadas por dificuldades, alegrias, aprendizados e são relativas a como se construíram na pesca e como constroem a pesca; como se inventam, reinventam, são inventadas e reinventadas na/pela pesca.

O terceiro capítulo, “O mundo da pesca das mulheres”, aborda questões ligadas à composição do mundo da pesca no que concerne às muitas agências de elementos que estão implicados e que se implicam diretamente neste universo: ventos, marés, mar, luas, colocando constantemente humanos e não humanos um no lugar do outro. Aborda também o significado do mar para as mulheres pescadoras para além de ser um lugar de onde tiram alimento e renda em que linha de fuga e

²⁹ Todas também me pediram cópia impressa do que eu havia lido, e seis delas sugeriram que eu fizesse um *livro* com as narrativas e entregasse uma cópia para cada pescadora. Enquanto não escrevia o livro, fiz uma compilação na íntegra das narrativas, encadernei e lhes entreguei.

terapia acontecem. Aparecem ainda como locais centrais em suas vidas os ranchos de pesca e as cozinhas onde o elemento fogo é presença certa para que os processos de transformação de cru em cozido sejam possíveis.

O quarto capítulo, “O mundo das mulheres na pesca: aprendizados e corpos”, é dedicado a discorrer, em primeiro lugar, sobre os processos de aprendizados das mulheres na pesca em que emergem questões ligadas ao parentesco, que mostra com quem elas aprenderam a ser pescadoras. Na sequência, emergem os corpos, que falam sobre como a pesca vai deixando suas marcas à medida que é vivenciada pelas pescadoras. Nessa junção, podemos dizer que, ao serem experienciados na prática cotidiana, os meandros da aprendizagem passam por outro processo que diz respeito à construção dos corpos dessas mulheres. Ou seja, o aprendizado da/na/para a pesca – com quem se aprende – está intimamente ligado com as relações de parentesco e de gênero. Mas o lócus – onde o aprendizado se mostra – está no corpo e na corporalidade que vão sendo construídos à medida que a pescadora se constrói.

O quinto capítulo, “A relação com o Estado: entre saberes, reconhecimento e (in) visibilidade, um sujeito que não se enquadra?” destina-se, inicialmente, a discutir questões que dizem respeito à relação entre diferentes saberes, que trazem como mote da discussão o extensionismo de Santa Catarina, exercido pela Empresa de pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), com o propósito de problematizar a relação entre saber técnico e saber local, perscrutando como a circularidade desses diferentes saberes-fazeres se atrita e se acomoda no cotidiano das pescadoras. Por outro lado, detenho-me sobre questões que dizem respeito às (in)visibilidades de mulheres na pesca. Para tanto, interessou-me discutir como elas vêm se construindo como sujeitos – pescadoras – abordando alguns dados sobre o processo e as dificuldades de aposentadoria, o critério definido pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), no qual se inserem pescadores, além da questão central do anonimato e da invisibilidade da mulher na pesca. Ou seja, como, pelos constantes (a)sujeitamentos, elas vêm se construindo como sujeitos.

Desejo que a leitura não seja enfadonha me referindo ao termo pescador(a). Assim, embora a gramática culta da língua portuguesa preconize o contrário, utilizo, de forma geral, a(s) pescadora(s), pois se trata de uma etnografia sobre mulheres. Porém, outras vezes faço referência a pescadores, incluído-as com eles. Ou seja, incluo pescadores e pescadoras quando abordo questões que dizem respeito à categoria profissional de forma ampla, fazendo, de certa forma, alusão

à pesca, na qual tudo é muito fluido e o trabalho é feito tanto por homens quanto por mulheres.

Sônia Maluf, em exposição oral nas Jornadas Antropológicas do ano de 2010, ao falar sobre escrita e campo, se referiu à emergência de ponderarmos sobre a relação teoria/campo em que uma afeta e é afetada pelo outro, e ambos nos afetam no decorrer do percurso investido em construir campo e escrita e, por conseguinte, a nós próprios. Diz a autora:

[...] É do campo, e não de fora dele, que vêm os fios que vão compor a escrita. É preciso considerar como puxar esses fios, de um material às vezes enorme, abundante, desordenado, registrado das mais diferentes formas (diário de campo, entrevistas anotadas, entrevistas gravadas, registros visuais, sonoros, mentais). É preciso trabalhar esse material, e a melhor maneira é ler, ouvir, passar e repassar e aos poucos começar a fazer alguma coisa que a gente faz quando lê um texto mais difícil: anotar, fichar, mapear os conceitos, as expressões, cartografar esse material, reuni-lo em mapas, constelações. Lévi-Strauss dizia sobre a análise dos mitos que o etnógrafo deveria se impregnar deles, lê-los tantas vezes quanto necessário para tê-los na cabeça, conhecê-los por dentro. A gente pode transpor essa lição para o conjunto do material etnográfico de uma pesquisa, em todos os seus registros – passar e repassar, ler e reler, e a partir daí construir confluências, dissonâncias e consonâncias, encontrar sentidos nas convergências, mas também nas divergências. Esse é o momento também de organização e classificação de todo esse material. E num segundo momento tentar perceber como essas confluências e dissonâncias podem nos ajudar a estabelecer perguntas e a colocar problemas em relação [...] Escrever é percorrer um caminho. (MALUF, 2010, exposição oral).

Fui a campo com algumas questões e retornei com o propósito de compartilhar algumas reflexões que busquem dar conta de parte da complexidade que consegui ver. Do mergulho nos cotidianos e das narrativas que escutei em campo, este livro se compõe. As pescadoras são carne e sangue (MALINOWSKI, 1976) desta escrita. São os nós e as malhas que compõem os enredamentos que aqui apresento. Espero ter puxado bem os fios.

Capítulo 1

BRASIL DE ÁGUAS: ANTROPOLOGIA E PESCAS

É importante também que restem mais dados do que os tratados por meu interesse específico, de maneira a preservar uma sensação de trabalho parcial. (STRATHERN, 2006, p. 23).

Neste capítulo, o propósito é apresentar uma reflexão a partir de estudos antropológicos sobre pesca, pescadores e pescadoras no Brasil, aí incluída Santa Catarina em especial, em que, se por um lado foi possível constatar uma amplitude e riqueza nas temáticas abordadas, por outro lado, a grande maioria dos trabalhos tem em comum a ênfase dada à pesca como um espaço estritamente masculino.

Após situar o leitor em relação aos trabalhos pioneiros na área, busco *traduzir* na escrita o exercício de aproximação que fui tecendo entre alguns trabalhos, mesmo que estes estivessem distanciados no tempo e no espaço. Temáticas abordadas nos anos 1980, por exemplo, aparecem em pesquisas mais recentes apontando-nos que ainda rendem, tanto como objeto de discussão acadêmica quanto como material que possa servir de subsídio para contribuir com a formulação de políticas públicas.

A crítica que Simone Carneiro Maldonado faz em *Pescadores do mar*, publicado em 1986, às tentativas burocráticas ou acadêmicas de definir e classificar os pescadores volta a emergir com vigor no trabalho de Wilma Leitão (1997) quando, ao procurar entender a questão das classificações que os órgãos públicos fazem sobre os pescadores, estes lhes respondem, resumindo o como veem quem são: *é pescador mesmo*.

Busquei também observar aproximações e distanciamentos a partir do que os trabalhos focam com os dados de minha pesquisa, tentando elucidar o que há de novo e quais suas contribuições em relação à trajetória dos estudos antropológicos sobre pesca no Brasil.

1.1 Mussolini, a precursora dos estudos de pesca no Brasil

Nos meados de nosso século, a antropologia brasileira deixou de ser uma ciência dedicada exclusivamente ao estudo das sociedades consideradas “exóticas”, como as indígenas, e voltou a sua atenção para diversos segmentos de nossa própria sociedade. Desenvolveu-se, por exemplo, uma forte linha de pesquisa sobre o campesinato. Um segmento, contudo, não mereceu a mesma atenção, trata-se daquele dedicado à atividade econômica da pesca. (LARAIA, 1994, p. 9).

O excerto acima foi retirado da apresentação que Roque de Barros Laraia fez à obra de Simone Carneiro Maldonado, *Mestres e mares*, resultado de sua tese de doutorado, quando esse autor se refere à existência de poucos trabalhos dedicados à pesca, citando as esparsas produções entre as décadas de 1950 e 1990. Andrea Ciacchi, em 2007, ao se debruçar em uma pesquisa sobre a trajetória da professora Gioconda Mussolini, da USP,³⁰ a quem aponta como precursora dos estudos sobre pesca no Brasil, tece uma crítica semelhante à enunciada pelo professor Laraia, quando afirma:

O território praiano, líquido e incerto, parecia periférico demais e nunca esteve nem estaria no centro do campo brasileiro das ciências sociais nem no topo de sua hierarquia temática. De fato, aliás, algumas relevantes trajetórias acadêmicas surgidas na década de 1970 e no começo da sucessiva frequentaram, de início, esse território, para, mais cedo ou mais tarde, voltarem-se para âmbitos mais “fortes” ou em vias de fortalecimento. Penso

³⁰ Segundo Ciacchi, Gioconda Mussolini ocupou a Cadeira de Antropologia da USP, “onde lecionou de 1944 a 1969”. Embora tenha trabalhado durante todos esses anos, a professora nunca concluiu sua tese de doutoramento, a qual Ciacchi se refere como “inconclusa e desaparecida tese de doutorado”, afirmando que seria uma peça importante para dar sentido à importante produção teórica de Gioconda Mussolini (CIACCHI, 2007, p.182).

em nomes como os de Alcida Rita Ramos, Luiz Fernando Dias Duarte, Roberto Kant de Lima e Marco Antônio Mello, no Rio de Janeiro, Mariza Peirano, em Brasília, e Fernando Mourão, na própria USP. (CIACCHI, 2007, p. 215).

Vinte anos se passaram desde a apresentação feita pelo professor Laraia; e mais de sete desde a pesquisa de Andrea Ciacchi, mas considero que as críticas de ambos ainda são extremamente pertinentes. Embora seja possível constatar um aumento na produção de estudos desde o Sul ao Norte do Brasil, vislumbro que há ainda um grande percurso a ser empreendido pela antropologia brasileira no sentido de avançar em contribuições sobre a atividade da pesca e as populações pesqueiras, quando temos uma costa com mais de sete mil quilômetros de extensão.

Ciacchi (2007), ao apontar Gioconda Mussolini como autora das primeiras pesquisas na referida área no Brasil, remete-se a dois trabalhos sobre a pesca de cerco na região de Santos, litoral de São Paulo, que foram publicados postumamente.

O foco principal do trabalho é constituído pela descrição pormenorizada da técnica do “cerco”, que ocupa as últimas cinco páginas do texto. Trata-se, em absoluto, da primeira descrição dessa técnica, no Brasil, além de permitir efetivamente que o leitor visualize com precisão os movimentos das canoas, os lanços das redes de tresmalho, as batidas dos remos para assustar os peixes, o recolher das redes e até a partilha do pescado. (CIACCHI, 2007, p. 191).

Ciacchi (2007) afirma, portanto, que se trata da fundadora do que considera que poderia ser definido como o subcampo dos estudos de socioantropologia marítima e da pesca brasileira, dada a inexistência de outros estudos até aquele momento. Gioconda Mussolini de fato produziu os primeiros trabalhos na área, começando a construção de um objeto de pesquisa pautada pelo pioneirismo e originalidade, conforme constatou Ciacchi (2007).

A originalidade e o pioneirismo desses dois estudos revelam-se, entre outros aspectos, pela modestíssima presença de remissões bibliográficas: no primeiro artigo, apenas a tese inédita de Maria Conceição Vicente de Carvalho, *Santos e a geografia humana do litoral paulista*, (aliás, a primeira tese em geografia no Brasil, orientada pelo também professor de Gioconda na FFCL, Pierre Monbeig), e, no segundo, apenas o *Anuário da pesca marítima no estado de São Paulo* (1945). Em outras palavras, trata-se de

pesquisas inéditas, sobre temas novos, e cujas fontes foram quase exclusivamente etnográficas. (CIACCHI, 2007, p. 193).

Mussolini não dispunha, naquela ocasião, de referências na área, sendo que ao iniciar os primeiros escritos se pautou por sua experiência etnográfica a partir da descrição de forma pioneira do cerco da pesca da tainha, trazendo subsídios sobre este, com minúcias sobre a relação entre os pescadores, as especificidades de apetrechos, a embarcação, entre outros fatores, apontando questões de cunho hermenêutico, teórico e metodológico, que viriam a contribuir com pesquisas futuras. Os estudos selecionados por Ciacchi (2007) elucidam isso:

Muitas vezes uma canoa penetra dentro do círculo, a fazer barulho sobre os bordos com os remos para “assustar o peixe”. A vibração dos remos na canoa produz um barulho surdo, característico, que fica nos ouvidos da gente, mesmo depois que acaba a estação. (MUSSOLINI apud CIACCHI, 2007, p. 191).

Numa análise sincrônica da pesca, poderíamos aproveitar a sugestão oferecida pelos próprios barcos em seu deslocamento e, estrategicamente, nos situar ora num ora noutra extremo das suas rotas. Abrangeríamos, assim, *toda a trama* que envolve os grandes mercados de pesca e as pequenas comunidades pesqueiras numa *relação complementar* necessária, ainda que mutável. (MUSSOLINI apud CIACCHI, 2007, p. 211, grifo da autora).

Ao se aprofundar no estudo da trajetória de Gioconda Mussolini, Ciacchi (2007) tece uma crítica contundente sobre a invisibilidade da autora na história da antropologia no Brasil. Ao mesmo tempo identifica muitos trabalhos subsequentes que, por sua vez, tiveram grande aceitação tanto na academia quanto fora, o que considera uma continuidade dos trabalhos dessa pesquisadora brasileira.

Não será inócuo localizar, em muitos trabalhos e trajetórias sucessivos à morte de Gioconda, um rastro importante da perspectiva a que estava chegando a nossa autora. Penso, para um programa mínimo e inicial de pesquisa, na dissertação de mestrado em sociologia defendida por Antonio Carlos Diegues na USP, em 1973, com a orientação de Fernando Mourão, aluno, por sua vez, de Gioconda Mussolini. O trabalho, *Pesca e marginalização no litoral paulista*, é certamente devedor dessa renovada perspectiva epistemológica inaugurada por Gioconda.

Perspectiva que encontrará talvez a sua realização mais completa na tese de doutorado em sociologia (1980), ainda orientada por Mourão, do mesmo Diegues. Intitulada *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*, e publicada numa coleção muito difundida em âmbito acadêmico, ela marca a retomada de uma tradição interrompida pela morte da professora paulistana e que daria frutos que ainda estão em plena fase de desenvolvimento nos dias de hoje. (CIACCHI, 2007, p. 215-216).

Ciacchi (2007) não só localiza a professora Gioconda Mussolini como a grande precursora dos estudos sobre pesca no Brasil, como aponta no resultado dos trabalhos de Diegues (que foi orientando de um ex-aluno de Gioconda), de certa forma, um devedor e continuador da proposta que a então professora da USP vinha construindo e que teve interrompida por sua morte súbita.

A pesquisa que realizei me leva a concordar com Ciacchi (2007) no que diz respeito ao fato de que nos trabalhos de Diegues (1979, 1983, 1995, 1998, 1999) não se localize com veemência qualquer diálogo ou alusão a Mussolini. No entanto, em um artigo de 1999, ele reconhece sua importância fundadora quando a cita em uma publicação em que apresenta alguns dados sobre a trajetória dos estudos sobre pesca no Brasil dentro das Ciências Sociais.

Até a década de 1960, o número de estudos e publicações sobre comunidades de pescadores brasileiros foi relativamente reduzido. No entanto é preciso destacar os trabalhos dos antropólogos Pierson e Teixeira (1947), *Survey de Icapara, uma vila de pescadores do Litoral Sul de São Paulo*, e de Gioconda Mussolini, *O cerco da tainha na ilha de São Sebastião como centro de difusão no Brasil* (1946). A contribuição etnográfica de Mussolini foi importante para o entendimento das relações entre as comunidades caiçaras (oriundas da miscigenação entre o colonizador português, o índio e o negro), o mar, os estuários e a Mata Atlântica. Ela analisou também o processo de disseminação, entre os caiçaras, do cerco flutuante, aparelho de pesca introduzido pelos migrantes japoneses. (DIEGUES, 1999, p. 363).

O que nos fica claro na leitura do texto de Ciacchi (2007), bem como nas referências às quais pesquisadores que se voltaram, em algum momento, para pensar o percurso dos estudos sobre pesca no Brasil (LARAIA, 1994; DIEGUES, 1999; MOTTA-MAUÊS, 1999), é que situam com unanimidade o nome da professora Gioconda Mussolini como a

grande pioneira de estudos que, conforme afirma Ciacchi (2007), estão ainda em pleno desenvolvimento.

Ao mergulhar em uma pesquisa sobre a trajetória de Gioconda Mussolini, Ciachhi (2007) fala de um subcampo da antropologia, enquanto Diegues (1999) disserta sobre o debate concernente a ser a antropologia marítima uma subdisciplina no interior da antropologia ou um campo de investigação antropológica (DIEGUES, 1999, p. 369). Diegues ainda explana sobre as muitas formas de denominações possíveis em que encontramos variações como antropologia marítima, antropologia das sociedades de pescadores ou haliêuticas, sociologia e antropologia das comunidades marítimas, antropologia marítima e da pesca.

Leitão (1997) relembra que a primeira definição de camponês, apresentada por Raymond Firth (2002), partiu de sua análise antropológica de uma sociedade de pescadores. Assim, em termos de discussão dentro da antropologia, a pesca poderia ser relacionada aos estudos sobre campesinato, em especial no que diz respeito ao “pouco controle que os camponeses têm sobre as condições que governam suas vidas [...]. As relações não são apenas relações econômicas, mas sociais” (LEITÃO, 1997, p. 32). Firth (2002) se diferencia, portanto, de outros autores que trabalharam com campesinato, pois ele acrescenta aqueles que lidam com a terra, os que participam do mesmo tipo de organização econômica simples. Leitão ainda se refere a Breton (1981), que parte da proposta de Firth (2002), mas argumenta que é preciso considerar que há dimensões distintas que envolvem agricultores, ou outro grupo, pescadores.

Embora possamos considerar os estudos de campesinato como uma referência para uma discussão inicial sobre populações pesqueiras, até porque alguns estudos iniciais no Brasil foram realizados em contextos que aliavam pesca e agricultura (MOTTA-MAUÉS, 1977; BECK, 1979; DIEGUES, 1983), seria interessante ponderarmos que talvez porque na ocasião do estudo pioneiro de Firth (2002), não tivesse ainda uma área ou subárea voltada aos estudos sobre a pesca, ter-se-ia, dessa maneira, pensado na aproximação ao campesinato como forma de pensar sobre o que se denominava *sociedades simples*.

Entre os estudos pioneiros de Gioconda Mussolini e os dias atuais, entendo que precisamos avançar, pois há peculiaridades que diferenciam agricultura e pesca, sendo o primeiro grande diferencial onde e como se trabalha. Mesmo ponderando que é extremamente válido considerar ambas como partes das denominadas *populações rurais*, especialmente no que diz respeito a fortalecer suas formas específicas

de vida e de trabalho ou a busca de direitos, é preciso considerar as especificidades de cada qual exatamente para fortalecer a diversidade interna ao que se define atualmente como população rural.

Maldonado (1994, p. 29) vai nesse sentido quando inicia suas ponderações dizendo que “essa coexistência da agricultura com a pesca foi um dos fios condutores para a conclusão pelo uso do conceito de camponês para pensar os pescadores”. Porém, ao distinguir pesca industrial e artesanal, a autora aponta algumas características que entendo serem específicas e que constituem o grande diferenciador do mar em contraponto a terra: “os imperativos do mar, a mobilidade, a indivisão, a sazonalidade, se impõem a ambas as pescas” (MALDONADO, 1994, p. 171). Entendo que caberia, assim, pensar em uma antropologia das populações pesqueiras levando-se em conta as muitas possibilidades de compor os espaços pesqueiros e as formas de pescar no território brasileiro.

1.2 Estudos antropológicos sobre a pesca no Brasil

É interessante notar que desde as primeiras pesquisas antropológicas sobre pesca e pescadores no Brasil,³¹ diferentes foram os territórios e focos aos quais autores e autoras se dedicaram. Por exemplo, Roberto Kant de Lima, em sua dissertação de mestrado, analisou os princípios que organizavam a vida social de um grupo de pescadores que se autodefinia como de Itaipu, município de Niterói, Rio de Janeiro. Em

³¹ O território brasileiro é banhado pelo Oceano Atlântico, desde o cabo Orange até o arroio Chuí, numa extensão de 7.408 km, que aumenta para 9.198 km se considerarmos as saliências e as reentrâncias do litoral, ao longo do qual se alternam praias, falésias, dunas, mangues, recifes, baías, restingas e outras formações menores. Ao todo, 17 dos 27 estados do Brasil são banhados pelo mar. A maior parte está localizada na Bahia, com 932 quilômetros (12,5% do total); seguida de Maranhão, 640 km; Rio de Janeiro, 636 km; Rio Grande do Sul, 622 km; São Paulo, 622 km; Amapá, 263 km; Ceará, 573 km; Pará, 562 km; Santa Catarina, 531 km; Rio Grande do Norte, 399 km; Espírito Santo, 392 km; Alagoas, 229 km; Pernambuco, 187 km; Sergipe, 163 km; Paraíba, 117 km; Paraná, 98 km e Piauí, a menor área, com 66 quilômetros (LITORAL..., 2013). Faço alusão a essa dimensão para referir-me ao fato do quanto agucei minha cautela para falar sobre a pesca no Brasil, até porque ela não existe como uma única pesca. Como já referido na introdução deste trabalho, são muitas formas, seja quando nos referimos aos locais onde são realizadas, como em mar, rio, mangue, lagoa; seja aludindo a territórios como Rio Amazonas, Nordeste Brasileiro, Litoral Catarinense; seja no que diz respeito a apetrechos, técnicas e armadilhas diversas, como rede, anzol, puçá, espinhel, cultivo com as mãos, com flechas, com linha, entre outras possibilidades.

seu trabalho, o autor observou e se deteve em investigar a importância do “segredo relativo aos pontos de pesca” (LIMA, 1978, p. 68) como forma de manutenção da própria sobrevivência dos pescadores.

A instigante temática do segredo foi também estudada na tese de doutorado de Simone Maldonado, em 1991, quando ela buscou compreender a percepção e a organização do espaço marítimo e social entre pescadores do litoral paraibano. A partir da condição de patrimônio comum da humanidade que caracteriza o mar, a autora analisou os mecanismos de divisão e de apropriação que pressupunha não só viáveis como necessários à produção pesqueira. Constatou que os pescadores delimitavam, classificavam e dividiam o mar com finalidades de usufruto e produção em que a unidade terra-mar que eles realizavam nesse movimento estava expressa em três instâncias do social: o bote, a marcação e a mestrança, práticas sociais universais à pesca marítima, nelas se expressando noções de espaço, hierarquia e familiaridade.

Ao escolher o bote, a marcação e a mestrança como foco central de seu estudo, Maldonado (1991) conseguiu reunir em seu trabalho questões extremamente pertinentes, dado que o bote imprime um dos equipamentos indispensáveis à realização da pesca e o que caracteriza cada tipo de pescaria; a marcação, que se imbuí do segredo, define os pontos que cada pescador reconhece e tem reconhecido como seu. Parece-me que temos aí elementos que desmitificam a visão predominante do senso comum de que o mar não teria regras nem delimitação territorial. A mestrança aponta para o saber de quem detém o conhecimento adquirido e vivido no mar e por ele.

Um dos elementos abordados por Maldonado (1991), a marcação, emergiu como central em meu campo, não só no que diz respeito ao fato de que percebi sua importância na demarcação, no reconhecimento e na localização dos pontos de pesca de cada pescadora, como também como indicativo sinalizador do ponto de outros pescadores, cuja indicação visual se dava pelas *bandeiras*. Ou seja, como mostra irrefutável de organização espacial e controle territorial de cada indivíduo e do grupo que ocupa determinada área de pesca.

Muito próximo à temática do segredo, está a da sorte e a da imprevisibilidade. Gláucia Oliveira da Silva, em 1988, trabalhou com pequenos pescadores, observando que eles não viviam só da pesca a não ser em determinados períodos; ou seja, já se observava a multiatividade (SILVA, 1988, p. 2). Seu objetivo era observar o que denominou de especificidade da inserção social dos pescadores como “produtores” e da sua relação com a “natureza”. Ou seja, “certa natureza por eles elaborada,

onde se articulam o mar, nuvens, ventos, fases da lua, chuvas, tempo (condições meteorológicas), mato, plantas, bichos, animais, pedras e também a própria noção de Deus” (SILVA, 1988, p. 16).

Segundo a autora, os pescadores compreendiam a natureza em dois grandes mundos: o do mar e o da terra, em que a diferenciação entre esses universos constituía uma importante base de classificação, em que animais e plantas eram pensados e ordenados por pertencerem a um ou outro domínio. Saber pescar era visto pelos pescadores como imprescindível para sobreviver, mas não o suficiente, porque, além disso, a natureza precisava ser dadivosa (SILVA, 1988, p. 14). Quanto melhor fosse o pescador, mais independente seria das dádivas naturais. Porém, eles não acreditavam na independência total. Era a partir dessa lógica que explicavam por que a pescaria de um pescador estava *dando* e a de outro, experiente, não. Considerava-se, assim, essa dimensão insondável da natureza como uma face da imprevisibilidade da pesca (SILVA, 1988, p. 14).

Embora seu objeto de estudo fosse centrado nos pescadores e na sua relação com a natureza, a autora observou e registrou a presença e o trabalho das mulheres na pesca: “As atividades de casa podem ser preteridas pelas mulheres caso tenham urgência em consertar alguma rede” (SILVA, 1988, p. 14). Isso também pode ser observado no trecho a seguir:

O conserto dos apetrechos de pesca é feito pelo pescador ou sua esposa – remendo das malhas e vedação de embarcações – em conjunto. Separadamente, só o manuseio das redes pode ser feito porque isoladamente as mulheres não mexem nas canoas, só como ajudantes para um reparo ou no auxílio à pesca na lagoa [...]. As mulheres não pescam no mar. A justificativa é porque não têm coragem. (SILVA, 1988, p. 7).

É interessante notar que, embora as mulheres não se responsabilizassem pelo manuseio da canoa e não tivessem o que denominavam como *coragem* de pescar no mar, elas faziam parte das lides da pesca. Embora denominassem o que faziam como *auxílio* na atividade que era realizada na lagoa, considero que há indícios de que a pesca tinha uma centralidade em seus cotidianos. Ao *auxiliar* na pesca na lagoa, elas ou entravam ou interagiam com outros pescadores, provavelmente seus maridos, nas embarcações. E, se fosse necessário consertar alguma rede, por exemplo, a casa ficava em segundo plano, tópico este que, como veremos, apareceu em meu trabalho como

central: ser uma boa pescadora é inversamente proporcional a ser uma péssima dona de casa.

Luiz Fernando Dias Duarte, em sua dissertação de mestrado, se deteve na análise da reprodução social de trabalhadores da pesca na localidade de Jurujuba, buscando compreender suas formas identitárias e organizativas. O autor optou por acompanhar as traineiras, observando que, diferentemente do modelo de companhia,³² próprio da pequena pesca, havia uma lógica de responsabilidade individual, junto com a qual caminhavam outras opções de trabalho, “seja o continuar na pesca, seja o sair da pesca e nortear-se para os três caminhos previsíveis do trabalho operário, do serviço público e do trabalho por conta própria” (DUARTE, 1978, p. 264). Para o autor, a permanência na atividade pesqueira não significava apenas continuidade, mas também diferença, pois se, por um lado, o pescador continuava na pesca, por outro, saía do modelo da pequena pesca, vivida na companhia, indo para as grandes traineiras. O autor ainda afirma que trabalhar na pesca era o índice de qualificação dos “homens”³³ enquanto “eixos e representantes das identidades familiares: os pescadores” (DUARTE, 1978, p. 1).

Também tratando de transformação, em sua tese de doutorado, de 1996, Márcia Maria Gramkow, aborda-a a partir de quatro comunidades pesqueiras: Barreiras, Rio do Fogo, Barra e Pontal, situadas no litoral nordestino e no Sudeste brasileiro, tanto no que se refere à ação prática da pescaria como também ao fenômeno da mudança cultural. Focaliza o processo de mudança/continuidade no decorrer de quarenta anos, a partir da pesca da lagosta, partindo do pressuposto de que essa prática pesqueira, mudança externamente induzida na década de 1950, é nativamente orquestrada pelo *habitus* – transformação e reprodução – orientador da pesca tradicional, fazendo uma reflexão sobre mudança na continuidade e a leitura do processo de incorporação da pesca da lagosta no universo da prática da pesca do peixe (GRAMKOW, 1996).

Ainda enfocando processos de transformação em comunidades pesqueiras na Ilha de Santa Catarina, destaco os trabalhos de Mara Lago, 1983, e Raquel Córdova, 1986. Córdova (1986) postulou como seu objetivo estudar o processo migratório de pescadores da comunidade de Ingleses, localizada na região Norte da Ilha de Santa Catarina, orientada pelo que definiu “como um dos momentos terminais do processo de

³² Companhia diz respeito aos camaradas que compõem os tripulantes de uma pequena embarcação. Atualmente, esta expressão não é muito usada no Brasil.

³³ Aspas no original.

expansão do capital até o litoral” (CÓRDOVA, 1986, p. 11). A autora buscou compreender as motivações para a migração rumo ao centro de Florianópolis, observando o destino de grupos que se deslocavam, bem como as possibilidades de alcançar seus objetivos ao efetivar a saída de seu local de origem como pescadores e passarem a atuar, principalmente, na limpeza pública e na vigilância bancária.

Lago (1983) analisou as transformações decorrentes do forte impacto da urbanização na comunidade de Canasvieiras, região Norte da Ilha de Santa Catarina, que vivia da agricultura e da pesca e que, rapidamente, se transformou em balneário. A autora se deteve em analisar os processos de trabalho resguardando um espaço de descrição específica sobre o trabalho feminino. Segundo a autora, sua conclusão foi a de que os habitantes daquela comunidade deixaram de ser camponeses devido à pressão sofrida por duas frentes de expansão capitalista: a pesca industrial e a urbanização, sendo que a especulação imobiliária foi um forte motivador do abandono da agricultura e da perda do acesso ao mar pelos pescadores, resultando aos habitantes locais o assalariamento.

Lago inicia seu texto com o pressuposto de que aquela população seria, em primeiro lugar, camponesa e, em segundo, pescadora, para quem “a pesca se constituía claramente no que podemos chamar de trabalho acessório” (LAGO, 1983, p. 54), além de ser um importante fornecedor de alimento. No entanto, no decorrer de seu trabalho, a autora vai mostrando que a maioria dos adultos já tinha a pesca como atividade central, e isso lhe interessava, pois queria entender como ali se relacionavam trabalho acessório e trabalho principal. “A pesca já se tornara o trabalho principal dos habitantes de Canasvieiras a partir das décadas de 30 e 40” (LAGO, 1983, p. 63).

É interessante notar que Lago observou que “com base na bibliografia utilizada, caracterizamos os habitantes de Canasvieiras, tal como nos foram descritos nos relatos do passado, como camponeses” (LAGO, 1983, p. 63). Porém, na linguagem nativa, seus entrevistados, homens idosos, se referiam a seus pais como lavradores, mas se autodenominavam como pescadores, o que nos traz um dado interessante para pensarmos que na década de 1980 já havia mostras de que a pesca era o trabalho central dessas populações inicialmente ditas lavradoras (DIEGUES, 1979; LAGO, 1983).

Diegues (1979, p. 293), ao referir-se aos pescadores como “esses poucos e últimos homens livres”, definiu como propósito de sua tese de doutoramento em Ciências Sociais estudar as transformações ocorridas

no setor pesqueiro, o qual apontava como esquecido da divisão social da produção. Para ele, era possível confirmar na pesca “as características da trajetória da expansão da produção capitalista em outros setores da produção social: ela se desenvolve esgotando as duas fontes de onde jorra a riqueza: o mar e os trabalhadores”.

Diegues (1983, p. 3), considerado um clássico da área dos estudos sobre pesca, cita de forma muito esparsa as mulheres, sem se aprofundar em nenhum momento sobre o trabalho delas. O seu propósito foi o de apresentar um trabalho voltado ao estudo das “transformações ocorridas num setor esquecido da divisão social da produção: a pesca enquanto captura de recursos marinhos”. A sua análise abrange dados de observações feitas em vários países, como Holanda, Inglaterra; algumas regiões da África, China, Bali e Indonésia, porém com ênfase no litoral paulista, Brasil, onde analisa a transformação do pequeno pescador no que denomina de “proletário do mar” (DIEGUES, 1983, p. 3).

Em outra obra, Diegues (1998, p. 58), ao se deter em uma discussão sobre maritimidade, insularidade e ilheidade, cujos contextos centrais são o litoral de São Paulo e o do Rio de Janeiro, se refere à ausência das mulheres nos barcos, sobre o que eu gostaria de ponderar que há muitos contextos de pescas. Há locais em que elas não entram e estão ausentes dos trabalhos, como ranchos e embarcações. No entanto, há situações em que elas atuam de forma pontual, e outras ainda em que sua atuação é intensa e sua presença constante, como nos exemplos que observei ao percorrer o litoral de Santa Catarina.

Em relação ao trabalho da mulher, Lago (1983) afirma que eram as lides da casa, do quintal, bem como a feitura da renda de bilro. No entanto, a autora nos dá pistas de que as atividades da mulher não se restringiam à casa, quando constatamos afirmações como: “o camponês de Canasvieiras não podia prescindir do auxílio da mulher no trabalho da roça” (LAGO, 1983, p. 69), ou quando se refere a mulheres que perderam seus maridos, ou que viviam sozinhas: “além de realizarem as tarefas domésticas, trabalhavam na roça como qualquer homem” (LAGO, 1983, p. 77), fato este que a autora observou não ser raro quando as mulheres assumiam as atividades enquanto os homens rumavam para embarcar no Rio Grande do Sul. Ao concluir sobre o trabalho feminino, Lago é enfática ao afirmar a importância e indispensabilidade deste para a sobrevivência e a reprodução familiar (LAGO, 1983, p. 81).

Maluf (1989, 1993) também observou na comunidade por ela estudada a vivência do que denominou de um acelerado processo de mudança em que foi possível constatar um deslocamento da atividade

econômica central da pesca e agricultura de subsistência para o trabalho assalariado, aliado ao contato intensivo com uma “cultura urbana” a partir da pavimentação das estradas e da difusão dos meios de comunicação. No entanto, Maluf chama atenção para um detalhe central que diz respeito às formas como as pequenas comunidades se reinventam continuamente: “no lugar de simplesmente desaparecerem nesse processo de urbanização, o que se pode observar até agora é que características importantes da cultura local são reelaboradas e têm seus significados redefinidos” (MALUF, 1993, p. 15).

Essa autora também constatou que, no grupo familiar, a autoridade pública exercida era a masculina, na figura reconhecida por todos como o “pai”, sendo ele o que respondia pela família e tomava as decisões vistas como mais importantes (MALUF, 1993, p. 32). No entanto, ao contrapor o que era enunciado como modelo formal com o que era vivido no cotidiano, as práticas e as narrativas sobre mulheres bruxas, Maluf percebeu que as mulheres exerciam poder no que se referia à continuidade da família.

Os discursos de ambos, homem e mulher, reconhecem que a autoridade e a chefia legítima no interior da família são a masculina. Mas esse é um modelo público, uma das faces de uma situação que é bastante mais complexa no que se refere ao exercício da autoridade e do poder [...] existe um desnível entre de um lado aquilo que, no discurso de homens e mulheres, se constitui um “modelo ideal” sobre os papéis masculino e feminino no interior da família, e de outro as suas práticas e representações. (MALUF, 1993, p. 33-34).

É interessante, a partir do que afirma Maluf (1993) sobre esse jogo autoridade/poder que perpassa o grupo familiar, trazermos suas ponderações para o próprio cotidiano da pesca. Quando afirma que a pesca é uma atividade *essencialmente masculina*, a autora nos dá pistas de que o jogo dialético entre autoridade masculina e poder feminino no grupo familiar seria um indicativo de que também em espaços, em princípio, pensados como essencialmente, mas não exclusivamente dos homens, as mulheres teriam contribuição.

Nesse aspecto, embora ela se refira à proibição e participação da mulher, “não só nas tarefas que a envolvem como nos espaços a ela relacionados: os ranchos de barcos, as embarcações, o mar” (MALUF, 1993, p. 34), a seguir a própria autora nos traz dados que contribuem para pensarmos sobre a presença das mulheres em atividades da pesca, mesmo

que não seja como embarcada: “as únicas atividades pesqueiras realizadas também por mulheres são a pesca do camarão e do siri feitas na beira da lagoa” (MALUF, 1993, p. 36). E embora ela tenha observado que o produto da pesca das mulheres era utilizado na alimentação familiar, suponho que em alguns momentos de dificuldade econômica era também vendido visando à aquisição de outros para o consumo familiar.

Também, em 1975, Maria das Graças Tavares realizou sua dissertação de mestrado sobre a composição e organização de grupos que exploravam o mar de Icaraiá, no litoral cearense, em que pressupunha, inicialmente, que os grupos de trabalho seriam influenciados especialmente pelo parentesco, pela vizinhança, pelo compadrio, em vez de outros fatores como produtividade, lucro e eficiência. No entanto, o trabalho de campo lhe mostrou que, muito mais do que os fatores inicialmente pensados, era a maximização da produção o motivador central, sendo os demais fatores subordinados a este. Segundo a autora, o resultado de sua pesquisa contribuiu com uma reavaliação do papel do parentesco na composição de tripulações e grupos de trabalho em torno da pesca. A afirmação da autora se faz interessante no sentido de ponderarmos que são muitos os contextos pesqueiros e, portanto, muitas as formas como a atividade da pesca se organiza. Nesse sentido, encontrei como motivador central de agrupamentos em torno da pesca a junção de uma tríade composta por parentesco, amizade e disposição para o trabalho, o que será abordado adiante.

Juliana Pereira Lima Caruso, em 2011, ao realizar sua pesquisa na Costa da Lagoa, Ilha de Santa Catarina, sobre a fuga matrimonial, constatou uma preferência pela união entre pessoas do mesmo lugar, e observou um destaque para cônjuges ligados por algum laço de parentesco, como os primos. Ao fazer um paralelo com a renda de bilro, “onde as flores da renda são ligadas umas às outras por inúmeros fios”, a autora conclui que a fuga é como uma pétala da renda, “que depende de inúmeros fios para existir” (CARUSO, 2011, p. 120). A fuga, dessa forma,

depende dos arranjos de parentesco que vão além do parentesco dado por consanguinidade e pela aliança. Ser parente na Costa da Lagoa é bastante relativo. O parentesco é construído e desconstruído a cada geração através de princípios que perpassam as escolhas de residência, comensalidade e convivialidade. (CARUSO, 2011, p. 120).

Embora todos, de alguma forma, sejam parentes, “existem sensíveis camadas de parentesco que se encontram articuladas diretamente ao cotidiano dos seus moradores” (CARUSO, 2011, p. 120).

Por sua vez, Peirano (1975), em sua dissertação de mestrado, realizou um estudo voltado para a alimentação, em especial sobre os comportamentos simbólicos relativos à pesca, centrando-se no que se refere à ideologia alimentar, ao sistema de classificação sobre as proibições concernentes aos cuidados no consumo de algumas espécies de peixes, seus efeitos no comportamento das pessoas, formas de prevenção ou questões relativas ao agravamento de males e doenças no caso, por exemplo, de peixes que eram considerados perigosos e inadequados para o consumo em algumas situações. A autora observou que os produtos assim considerados eram classificados como uma alimentação *reimosa*.

Na mesma linha de estudos sobre alimentação, porém com outro enfoque, Maldonado (1979) analisou os hábitos alimentares da comunidade de Ponta do Meio, no litoral paraibano, onde percebeu que para os pescadores considerados autônomos (assim denominados em contraposição aos assalariados que trabalhavam em empresa de pescado), ter disponibilidade de peixe para o consumo era uma forma de confirmação da própria autonomia. Segundo a autora, os pescadores classificavam o alimento em três categorias: *salgado*; *mistura* e *verdura*. O salgado se subdividia em *salgado de água* e *salgado de terra*. O *salgado de água* compreendia o peixe e a lagosta, os primeiros na ordem de preferência alimentar em que o peixe se sobressaía. *Salgado de terra* dizia respeito à carne de boi e de frango. A *mistura*, expressão que também ouvi muito em campo, referia-se ao que acompanha o peixe, aí incluindo, por exemplo, feijão, pirão de farinha de mandioca, macarrão e arroz.

Encontrei em campo, em relação à alimentação, a centralidade do peixe e da farinha de mandioca para fazer o pirão,³⁴ acompanhamento considerado essencial, sendo os melhores peixes guardados para a família em épocas consideradas *boas*, ou vendidos em épocas consideradas mais *difíceis*, e o fato de poder guardar o melhor peixe para a família e para oferecer às visitas era motivo de orgulho. Porém, também era visto como demonstração de que a família estava bem financeiramente o fato de

³⁴ Encontrei duas variedades do pirão de farinha de mandioca: *escaldado*, feito com água fervendo. Ou feito com água fria que, em algumas localidades era denominado de *jacuva*, como em Florianópolis; e em outras, de *xiputa*, como em São Francisco do Sul.

poder oferecer outros tipos de alimentos, como a carne de gado ou de frango. Alimentar-se somente de peixe dias seguidos era indicativo de que a família estava passando por uma fase difícil e não poderia escolher o que comer, recorrendo ao que pescava diariamente. Um terceiro item considerado central em algumas das localidades percorridas é a cachaça, que recebe uma dupla classificação: bebida e remédio *para tirar a friagem*.

Outra vertente na abordagem sobre as questões de alimentação, saúde e doença foi realizada por Raymundo Heraldo Maués e Maria Angelica Motta-Maués, cujo trabalho de campo ocorreu em Itapuá, no Pará, os quais concluíram o mestrado no ano de 1977, vindo o trabalho de Raymundo a ser publicado posteriormente como livro: *A ilha encantada: medicina e xamanismo numa comunidade de pescadores*. O objetivo do trabalho de Raymundo foi o de fazer uma análise dos conceitos e das práticas sociais ligados às doenças reconhecidas pela população de Itapuá que, segundo o autor, classificavam-nas em *naturais* e *não naturais*. Para tanto, ele procurou estudar uma sequência completa, especificamente ligada ao caso das doenças não naturais, contemplando suas causas e agentes causais, passando às questões ligadas à sua prevenção e classificação, bem como ao processo que compõe o diagnóstico e respectivo tratamento. O autor apresenta a análise da classificação de cinco domínios inter-relacionados, em que três deles, espíritos, seres humanos e astros, contêm as categorias de agentes causais de doenças não naturais. Os outros dois domínios analisados são as próprias doenças não naturais e os especialistas no seu tratamento.

O trabalho de Maluf (1993) discorre sobre a questão saúde/doença, quando a autora se debruçou para analisar as narrativas sobre bruxas e bruxarias na Lagoa da Conceição, como um texto que lhe viabilizou “compreender mais sobre a constituição, na comunidade, de uma cultura de gênero, o campo simbólico em que as diferenças entre o ‘feminino’ e o ‘masculino’ são construídas e representadas entre os lagoenses” (MALUF, 1993, p. 13). Ao discorrer sobre narrativas de bruxas, Maluf trabalhou questões ligadas à posição da mulher no contexto por ela estudado em que, na tensão saúde/doença, mau-olhado, quebranto, adoecimento e cura, o poder feminino, ora como bruxa, ora como benzedeira, se mostrava central.

Outra temática emerge na tese intitulada *O arpão e o anzol: técnica e pessoa no estuário do Amazonas (Vila Sucuriçu, Amapá)*, do ano de 2007, de Carlos Emanuel Sautchuk. O autor discorre sobre a pesca como modo de construção da pessoa, estabelecendo uma reflexão sobre a relação entre o técnico e o humano. Sua interessante etnografia

enfoca dois grupos de pescadores que habitavam a Vila Sucuriju: os laguistas e os pescadores de fora. Os laguistas dedicavam-se à pesca do pirarucu em lagos onde o acoplamento do arpão e da canoa ao pescador e a relação intersubjetiva com os animais se mostraram primordiais. Segundo o autor, eles se constituíam através de um longo processo de protetização do corpo, considerada condição para a interação pessoa a pessoa com o peixe.

Já os pescadores de fora atuavam na região costeira, onde tripulavam barcos a motor e agiam em coordenação com a maré e o espinhel (linha com centenas de anzóis) para capturar a gurijuba. Seu prestígio estava ligado à demonstração de coragem para enfrentar os perigosos movimentos do anzol e à vontade para suportar a árdua integração na dinâmica a bordo. Estabelecendo relações distintas entre pescadores, artefatos e ambiente, as pescas lacustre e costeira emergem como associadas a modalidades próprias de subjetivação, incluindo corpos, habilidades e modos de socialidade específicos (formas de reciprocidade, socialização das crianças, participação nas festividades, organização do espaço doméstico etc.). O referido estudo examinou em detalhe o fato de que, para além da eficiência produtiva e do domínio de um saber-fazer, o engajamento em atividades técnicas implica configurações particulares da pessoa.

1.3 Homens, mulheres, mar e terra

Em boa parte dos trabalhos sobre pesca, as mulheres, quando citadas, o são de forma muito sutil, e na maioria elas não aparecem. Dois exemplos próximos e recentes são os de Alejandro Labale e Renata Britto, que trabalharam a questão da maricultura, atividade de cultivo marinho na qual estão envolvidos muitos pescadores oriundos da pesca artesanal. Embora fazendo uma pesquisa sobre a maricultura em Penha, litoral norte de Santa Catarina, um dos lugares mais expressivos na produção de moluscos no estado e no Brasil, Labale (2005) se fixa em uma discussão de fundo marxista, por um lado e, por outro, em uma escrita de inspiração latouriana, colocando como elemento central de suas ponderações o mexilhão *Perna perna*, conhecido popularmente em Santa Catarina como marisco. Embora tendo como fulcro central de sua tese o contexto da maricultura, o autor não traz ao seu texto as mulheres, sujeitos centrais nos processos de limpeza, desconchamento e beneficiamento do mexilhão.

Britto (2012), embora traga como central a figura de dona Eva como articuladora da Associação de Maricultores e Pescadores Profissionais do Sul da Ilha, no Ribeirão da Ilha, por ela analisada, não se detém em discorrer sobre o trabalho das mulheres nos processos que compõem o cultivo marinho. Por outro lado, em Gerber (1997), embora eu tenha pesquisado em uma comunidade onde as mulheres trabalhassem diretamente nos processos de descasque de camarão ou filetagem de peixe, em que tinham e têm um lugar central, eu não me detive na ocasião em discutir com mais profundidade os meandros de seus cotidianos na pesca. Ou seja, trabalhei com elas como *mulheres de pescadores*, em que, embora apareçam como detentoras de certo ou muito poder em suas comunidades, são ainda os homens publicamente reconhecidos, no que Maluf (1993) tão bem distinguiu como *poder feminino, autoridade masculina*.

Outras pesquisas, mesmo se detendo no trabalho do homem, referenciaram-se em algum momento às mulheres, como Lago (1983); Maluf (1989, 1993); Silva (1988). Há, porém, em alguns escritos a proposição aberta em discutir questões de gênero. Edna Ferreira Alencar apresentou uma dissertação, em 1991, sobre um estudo acerca da construção de gênero na tradição pesqueira, na qual propôs como objetivo a análise da construção de gênero e as formas de organização do trabalho na pesca tradicional na comunidade de Lençóis, Maranhão. Ao realizar seu trabalho de pesquisa, observou as práticas produtivas e os espaços de ação dos gêneros, assim como as representações nativas levando em consideração as especificidades históricas, culturais e as formas de envolvimento nas quais o grupo interagia com o meio natural.

Ana Maria Beck, em seu estudo pioneiro em Santa Catarina intitulado *Lavradores e pescadores: um estudo sobre trabalho familiar e trabalho acessório* (BECK, 1979), já apontava questões que mais tarde continuaria investigando sobre a não visibilidade do trabalho da mulher, denominado comumente como *à toa*, ou um *servicinho*. Já em *Trabalho limpo: a renda-de-bilro e a reprodução familiar*, de 1983, ela se refere aos artesãos que, assim como as mulheres, recorriam a fontes de renda alternativas, e afirma que “os mais jovens acabam por se integrar, de forma definitiva, ao mercado de trabalho urbano” (BECK, 1983, p. 8), o que trazia subsídios para estudos futuros sobre processos migratórios e de mudança e transformação das pequenas localidades de Florianópolis. Já naquela ocasião, a autora observou o incentivo das mães para que as filhas buscassem outras formas de vida diferentes das que elas tinham, a exemplo do que vi sobre as pescadoras.

No caso observado por Beck (1983) em relação à renda de bilro, entendido pelos nativos como um trabalho menor, o incentivo era que as filhas procurassem outros que lhes dessem um salário fixo e, ao mesmo tempo, preservassem mais o corpo, tão exigido na confecção da renda de bilro. Diz a autora que

[...] as possibilidades de se conseguir um trabalho fora, com remuneração imediata, têm sido um grande atrativo para as mulheres jovens e mesmo para as meninas. Também a escola tem sido incentivada e as mães preferem que as filhas estudem e se preparem para um trabalho futuro em lugar de ficar perdendo tempo na renda. (BECK, 1983, p. 20).

Embora o trabalho que as mulheres faziam na renda fosse definido como “um trabalhinho à toa”, Beck observou um grande desgaste físico produzido ao longo do tempo, “resultante da postura e da iluminação inadequada em que trabalham” (BECK, 1983, p. 30).

Maria Angelica Motta-Maués que, em 1993, publicou seu trabalho em forma de livro, fez uma pesquisa sobre o *status* das mulheres e, segundo ela, implicitamente, dos homens, em que examinou as atribuições próprias de cada sexo com base nas diferenças entre eles manipuladas pelo grupo do qual faziam parte. A autora deu ênfase ao estudo do ciclo biológico da mulher tendo como pressuposto o que denominou de *estados peculiares*, como menstruação, gravidez e parto, apontados como uma das diferenças básicas entre homens e mulheres em Itapuá, no Pará. A sua proposta visava estabelecer as conexões existentes entre os dois sistemas presentes na atualização de concepções e comportamentos das pessoas: o simbólico e o social. Para tanto, foram estudadas as atividades econômicas consideradas centrais, como a pesca e a agricultura. Segundo a autora, a pesca se ligava a um desempenho exclusivamente masculino e a agricultura, predominante, mas não exclusivamente feminino, o que apontaria para um *status* inferior das mulheres em relação aos homens; uma espécie de marco divisório entre o que era considerado como *trabalho* próprio do homem e da mulher (MOTTA-MAUÉS, 1993, p. 19). No decorrer de seu texto emerge o que poderíamos considerar como uma minimização da complexidade social de Itapuá. Com seu foco voltado para a hierarquia, o *status* e o poder assimétrico, a autora não traz para sua discussão a possibilidade de uma fluidez nas interações sociais.

Dentro da *classificação social* de sua análise, caberia à mulher uma atuação e circulação extremamente rígidas enquanto que ao

homem estaria a liberdade e o poder total. Embora indicando que haveria tentativas, espaços e possibilidades de inversões simbólico-sociais dos papéis sexuais na vida daquela comunidade pesqueira, a autora não aprofunda os indícios de resistência das mulheres nas esferas da vida social, como alguns exemplos que ela própria cita, como o xamanismo, o comércio e a religião. Outra questão é que, embora afirme que as mulheres jamais participavam da atividade pesqueira, dá exemplos de coleta de produtos no mangal e nos rios. Ou seja, a visão que preponderava em seu trabalho àquela ocasião era a que considerava pesca como uma atividade exclusiva dos homens que vão ao mar, o que, reafirmo, precisamos revisar com urgência no sentido de contribuir com a reversão desse pressuposto tão arraigado em várias localidades e instituições públicas.

Uma terceira questão que merece cuidado emerge quando a autora afirma que o dia do homem começava muito cedo, as duas, três horas da manhã, quando saía para a pesca. “Para o pescador [...] é por volta das duas, três horas da madrugada que ele sai de casa [...]” (MOTTA-MAUÉS, 1993, p. 14), o que contrapõe com o que seria o início do dia da mulher: “Para a mulher, o trabalho diário começa um pouco mais tarde. Lá pelas cinco horas da madrugada, quando o dia começa a clarear, ela levanta para dar início às suas tarefas diárias” (MOTTA-MAUÉS, 1993, p. 14).

Em relação às minhas próprias observações, elas apontam para outra direção. As mulheres com as quais convivi, e minha hipótese é que não seja algo exclusivo de Santa Catarina, levantavam-se bem antes dos homens para preparar a refeição que seria levada no barco e o café matinal para os que ficavam em casa. Depois de tudo feito, é que chamavam seu marido. Ou seja, seu dia começava muito antes, quando preparava o início do dia dele. Maria do Rosário Leitão, no resultado de um trabalho feito em 2012 com mulheres que atuam na pesca em cinco estados brasileiros (Pernambuco, Santa Catarina, Pará, Ceará e Paraíba), mostra que as pesquisadoras observaram algo semelhante ao que eu vi: “as tarefas domésticas são realizadas, na maioria das vezes, pelas mulheres. Algumas comentaram que o marido ajuda, mas sempre necessita ser solicitado, incentivado. Na maioria das vezes, elas acordam antes de todos e os chamam para o café” (LEITÃO, 2012, p. 24). No contexto analisado por Motta-Maués, poderíamos ponderar que o fato de as mulheres irem para a roça às cinco da manhã não necessariamente apontava o horário em que seus dias iniciavam.

Outro aspecto pelo qual podemos pensar sobre a pesca e que quero aqui trazer diz respeito ao que se denomina de complementaridade.

Em um estudo feito em uma comunidade pesqueira da região Norte do Brasil, Woortmann (2007) a discute. Porém, se a relação inicial era de complementaridade entre o trabalho dos homens no mar com o das mulheres em terra, que se dedicavam mais à agricultura, a autora observou a passagem a uma relação de dependência destas em relação a eles à medida que o espaço antes utilizado pelas mulheres para os cultivos agrícolas foi sendo invadido por turistas e veranistas. Ao mesmo tempo, chama a atenção de que é preciso relativizar a noção de complementaridade, tendo em vista que em um contexto pode-se assim a ela se referir, o que não quer dizer que servirá para outros.

Há que se problematizar a noção de complementaridade que, parece-me, se dá em termos de relações de trabalho e de vida sim, mas onde ainda a mulher é alguém em relação ao homem. Reforço o que Maneschy (2000, p. 86) afirma:

[...] as atividades femininas tendem a ser multidirecionadas, ao contrário das masculinas [...]. Esse fato reforça a invisibilidade de seu trabalho e dificulta sua identificação como trabalhadoras. Nessa condição, ficam excluídas dos correspondentes direitos sociais e previdenciários.

Enquanto o homem é considerado como *o pescador*, ela é *mulher de pescador*.³⁵

Tudo o que fazem não constituiria trabalho, mas uma obrigação, o que traz sérias implicações sobre questões como acesso a reconhecimento e direitos, como a aposentadoria. Ou seja, a mulher

³⁵ Quist (2005), ao dizer que está satisfeita com o conteúdo da Declaração do ICSF na Conferência Internacional do Trabalho, que defende a ampliação da definição de “pescador”, pondera que seria necessário incluir aí o que se denomina de “esposa colaboradora” (*collaborating spouse*). Trata-se de mulheres que trabalham no empreendimento de pesca da família, mas não possuem outro estatuto que não seja o de *esposa de pescador*, a exemplo do que vimos no Brasil. Seu trabalho é visto como uma continuação das tarefas domésticas em que ela não tem direito de representar o empreendimento familiar, ser eleita nos conselhos das organizações de pescadores ou se beneficiar como profissional na previdência social. Quist esclarece que em relação à “esposa colaboradora”, a legislação na França já considera essa condição, o que foi instituído como fruto das demandas das esposas de pescadores na Bretanha após a crise do setor pesqueiro naquele país. As mulheres reivindicaram o estatuto de *esposa de pescador* a fim de terem direito a se aposentarem, direitos profissionais e acesso a treinamento profissional, o que alcançaram em 18 de novembro de 1997, com a aprovação da Lei de Orientação da Pesca. As esposas de pescadores ganharam assim o estatuto correspondente, podendo se aposentar, representar os maridos nos conselhos econômicos e nos programas de treinamento.

não é ainda reconhecida por si só, mas tomada como uma espécie de apêndice de um homem.³⁶ Pensar a mulher como um sujeito – mulher/pescadora – que trabalha em terra ou que embarca, remenda ou faz redes, limpa, eviscera, tanto quanto ou, em alguns casos, mais do que ele, ainda parece estar longe de ser uma conquista efetiva para as mulheres que atuam na pesca, assim como parece estar longe reconhecer como pesca as muitas atividades que estão além do ato de trazer seres vivos de ambientes aquáticos (MANESCHY, 2000, p. 88).

Como já dito, minha pesquisa foi realizada no litoral de Santa Catarina. É central, porém, frisar que não basta dizer de forma genérica “o litoral”. É preciso relembrar aqui que, ao percorrer esse litoral, me detive em algumas localidades, tais como Governador Celso Ramos, São Francisco do Sul e Barra do Sul, região Norte do estado, o que quer dizer que se tivesse realizado meu campo em outras localidades, o resultado seria diferente, embora eu ainda estivesse falando do litoral catarinense, além do que, outros pesquisadores poderiam fazer suas pesquisas exatamente onde fiz e outros olhares seriam trazidos à tona após a realização do campo.

Ao compor minha pesquisa, guiei-me por questões que diziam respeito à existência de pescadoras embarcadas (Existiam? Quantas? Onde? Com quem tinham aprendido a atividade?), a partir das quais me desloquei em idas e vindas e novas idas. Como resultado, o trabalho me trouxe como diferencial, em relação aos estudos sobre pesca aos quais tive acesso, a existência de mulheres trabalhando embarcadas na denominada pesca artesanal catarinense. Ou seja, na pesca simples (DIEGUES, 1983; MALDONADO, 1994), compondo dados do que considero ser uma contribuição interessante não só para a trajetória dos estudos sobre pesca na antropologia brasileira, mas centralmente como subsídios que poderão contribuir para respaldar a formulação futura de políticas públicas voltadas às pescadoras.

A partir do momento em que meus dados de campo desconstroem a pesca como espaço exclusivamente masculino, eles me apontam que há

³⁶ Segundo Beauvoir (1991, p. 10), “a humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele [...] o homem é pensável sem a mulher. Ela não, sem o homem”. Para a autora, é a mulher que se diferencia, determina-se em relação ao homem; nunca ele em relação a ela. Ele é o absoluto; ela é o Outro. A autora ainda afirma que “o casal é uma unidade fundamental cujas metades se acham presas indissolúvelmente uma à outra: nenhum corte é possível na sociedade por sexos. Isso é que caracteriza fundamentalmente a mulher: ela é o Outro dentro de uma totalidade cujos dois termos são necessários um ao outro” (BEAUVOIR, 1991, p. 14).

aí uma diversidade que se implica e é implicada em uma “dinamicidade e inventividade que os conceitos disponíveis” (MALUF, 2011a, p. 49) não dão conta. Algo alusivo ao que afirma essa autora ao discorrer sobre uma antropologia reversa em que o campo desconstrói continuamente nossos pressupostos iniciais.

É o campo e o trabalho etnográfico que legitimam as novas questões trazidas pela antropologia, que calibram as possíveis transformações no interior da disciplina e que autorizam os diálogos possíveis com conceitos e teorias advindos de outras áreas. Assim, teoria e conhecimento antropológicos estão no crivo de sua interminável desconstrução pelo campo, ou seja, pelo mundo dos outros. (MALUF, 2011a, p. 43).

A partir do momento em que muitos de meus colegas antropólogos realizaram seus trabalhos de campo em localidades de pesca e não nos trazem qualquer alusão às mulheres, há que se ponderar: a) não existem mulheres circulando naquele contexto; b) existem mulheres, mas não foram *vistas* pelo pesquisador. Mesmo que o objeto de estudo não seja a “mulher no mundo da pesca”, considero salutar apresentar algumas notas que façam referência a elas. Isso não só traria ao leitor uma visão mais ampla sobre a complexidade dos espaços de pesca, mas também uma condição para que a antropologia construa dados que venham a contribuir com um processo mais amplo e, quiçá, mais rápido, de visibilização das mulheres nos diferentes contextos em que a pesca ocorre.

Compactuando com Maluf (2011), reafirmo a prerrogativa que diz respeito a ser o campo e o trabalho etnográfico legitimadores de novas questões trazidas pela antropologia. Os dados que o campo me trouxe me levam a ponderar que precisamos ampliar os olhares com os quais olhamos para localidades ditas pesqueiras em que é central situar o lugar da mulher que aí se insere, seja ela trabalhadora de atividades realizadas em terra ou que atue como embarcada.

Revisitar etnografias clássicas e mais recentes sobre a pesca a partir de um olhar permeado de um distanciamento espaço-temporal me instigou ponderar que haveria muito a ser dito se os espaços em que as mulheres atuavam tivessem sido um pouco mais focados. No entanto, boa parte das etnografias não se deteve nas mulheres. Ou, quando se deteve, colocou-as em espaços separados como, por exemplo, pesca/homens *versus* agricultura/mulheres (WOORTMANN, 2007; MOTTA-MAUÉS, 1977, 1993), trazendo-me

como questão que também no espaço da antropologia ainda se vê e se parte do pressuposto de que a pesca é predominantemente – e não exclusivamente – um espaço masculino.

Woortmann (2007) cita os espaços da agricultura como da mulher, e o mar como do homem. A autora de refere a não privilegiar apenas o ponto de vista dos homens, esquecendo-se o ponto de vista das mulheres: “privilegiar o ponto de vista masculino seria esquecer as atividades agrícolas que constituem o domínio das mulheres” (WOORTMANN, 2007, p. 2). Se, por um lado, corroboro com a autora no sentido de não privilegiar o ponto de vista dos homens para compreender como as relações acontecem e as atividades são divididas, por outro, acrescentaria que, em alguns contextos, mesmo no espaço da pesca, é preciso prestar atenção ao ponto de vista das mulheres. Ou seja, em relação ao que pesquisei não se trata de olhar pesca e agricultura, mas pesca e pesca.

Woortmann (2007) nos traz ainda elementos para pensarmos que classificações ou divisões ideais de espaços propostos teoricamente, na prática se mostram bem mais complexos quando afirma em relação ao contexto por ela estudado que “em um plano mais geral, o mar é percebido como domínio do homem em oposição a terra, domínio da mulher. Não obstante, essa classificação bipolar se relativiza e se decompõe em outras oposições de menor escala” (WOORTMANN, 2007, p. 2). Nos resultados de meu trabalho, encontrei dados que indicam serem os espaços da pesca mais complexos e diversificados do que apontar para uma divisão mar/homem; mulher/terra.

Ao apresentar uma análise sobre a produção acadêmica na área da pesca, Motta-Maués (1999, p. 381) afirma que, em relação às comunidades pesqueiras, “a questão da mulher e das relações de gênero, com raríssimas exceções, não tem sido contemplada como tema de estudo na produção acadêmica brasileira [...]”. Há aí, a meu ver, pistas sobre o que a autora denominou de um estrabismo daqueles que estudaram comunidades pesqueiras e não “viram” as mulheres (MOTTA-MAUÉS, 1999, p. 389).³⁷ Ou, poderíamos pensar também nos moldes preconizados por Strathern (2006, p. 23) quando afirma que faz “parte do exercício antropológico reconhecer quanto que a criatividade

³⁷ A autora também chama a atenção para as dificuldades, muitas vezes, de localizar trabalhos cujo título não deixa claro que trata sobre a temática em questão, mulheres e pesca. A autora se refere ao catálogo da ABA, no qual sua própria dissertação de mestrado, que aborda a relação homens e mulheres em uma comunidade pesqueira, aparece sob a rubrica “trabalho”.

desses povos é maior do que aquilo que pode ser compreendido por qualquer análise singular”.

Motta-Maués (1999, p. 382) fala em um jogo de invisibilidades ao qual se refere como “dos homens pescadores, das mulheres em comunidades de pesca”. Segundo ela, em relação aos pescadores, haveria uma invisibilidade que se dá de fora para dentro, no nível mais formal e público do estado, por exemplo. Quanto às mulheres, haveria uma dupla invisibilidade,

[...] desde dentro, no nível interno da hierarquia entre os gêneros, mas se dá também de fora para dentro, atingindo as mulheres em consonância, ou em relação de homologia com a distinção hierárquica interna que sobrepõe os homens às mulheres. (MOTTA-MAUÉS, 1999, p. 382).

A autora sinaliza que, diferentemente do discurso oficial que invisibiliza o pescador, de forma geral, quando se trata de reconhecimento e políticas públicas, por exemplo, o discurso acadêmico seguiria um percurso diferente no qual a visibilidade do homem pescador é a regra (MOTTA-MAUÉS, 1999, p. 383). Nesse sentido, os pesquisadores fixariam seu olhar e privilegiariam os homens como seus interlocutores quando realizam pesquisas em contextos em que a pesca é a atividade central. Ou seja, enquanto o discurso oficial não enxerga o pescador, no meio acadêmico a visibilidade seria apenas dele.

Há, de todo modo, formas de invisibilidade quando falamos de populações pesqueiras, e o ponto em comum é que ambos, discurso oficial e discurso acadêmico, raramente supõem a presença de mulheres em espaços de pesca. Mesmo as pesquisadoras que se dedicaram a estudar, ou que em algum momento de seus trabalhos se referenciaram às relações de gênero em comunidades pesqueiras (WOORTMANN, 2007; MOTTA-MAUÉS, 1977, 1993; GERBER, 1997, 2007; MALUF, 1989, 1993), não se detiveram em trazer em seus estudos subsídios sobre o espaço privilegiado das mulheres, não como *mulheres das comunidades pesqueiras*, ou *mulheres de pescadores*, mas efetivamente como pescadoras.

Michelle Rosaldo é enfática quando afirma que “a descoberta feminista das mulheres começou a nos sensibilizar para as formas nas quais o gênero penetra a vida e a experiência social” (ROSALDO, 1995, p. 13). Os estudos sobre mulheres em comunidades pesqueiras aumentaram desde as primeiras pesquisas realizadas no Brasil, onde contamos com etnografias interessantes sobre o cotidiano feminino, como os exemplos aqui referidos em que os dados sobre os trabalhos

realizados por mulheres em terra nos trazem algumas pistas sobre os espaços delas na pesca. Porém, considero que há uma lacuna no que se refere aos estudos que apresentam de forma mais específica, explícita e central peculiaridades alusivas a como as mulheres vêm se constituindo como pescadoras, entre as quais as embarcadas.

É nisso, acredito, que os resultados da pesquisa que empreendi podem trazer sua contribuição e inovação no que diz respeito a compor a trajetória dos estudos antropológicos sobre pesca no Brasil. Uma contribuição para uma antropologia que, parafraseando Maluf (2001), “não é nem a dos ameríndios, nem a dos melanésios, nem a desses ‘outros’ sujeitos clássicos dos estudos antropológicos” (MALUF, 2001, p. 43), duplamente falando a partir do momento que não se trata de mulheres (de pescadores) nem mulheres (das comunidades pesqueiras), mas delas próprias, mulheres pescadoras.

Quando Maluf (1996, 2010) recorreu ao conceito ameríndio de *cosmologia* e trabalhou com o que definiu como *sínteses cosmológicas singulares*, tentando dar conta do que encontrou em campo, a autora estava falando sobre o quão complexo pode ser o campo e o quanto ele nos traz de instigador e desafiador no sentido de que nem sempre damos conta do que vimos – ou, em relação à pesca – não vimos em campo. Maluf (2011) nos esclarece sobre o quanto o campo nos traz de desafios quando nos voltamos para pensar teoricamente sobre este, quando nos conta: “o que chamei de culturas espirituais e terapêuticas alternativas são um exemplo de plasticidade, dinamicidade e inventividade que os conceitos disponíveis [...] não ajudavam a explicar” (MALUF, 2011, p. 49).

O campo/mar me trouxe mulheres que exercem a atividade da pesca, tratando-se, portanto, exatamente do que estou dizendo: pescadoras. Reside aí uma proposta de re-invenção nos estudos sobre pesca no Brasil que diz respeito a contribuir para quebrar uma espécie de ruído auditivo quando nos deparamos, como antropólogos, antropólogas, com uma espécie de estranheza quanto a escutar o que precisa ser considerado quando pensamos em pesca: pescadora. Substantivo feminino.

1.4 Nem exóticos o suficiente, nem cidadãos o bastante

Tentei olhar os trabalhos aos quais tive acesso percorrendo-os segundo os postulados do que Maluf (2012) denominou de uma “leitura

a contrapelo”, como explicitarei no início deste capítulo, exercício este em que foi possível encontrar indícios, pistas, evidências sobre a presença de mulheres no que os autores se referiam como comunidades pesqueiras. Duas questões centrais me instigavam: primeira, diferentemente do que vi em campo, nos contextos apresentados pelos autores e autoras, as mulheres não teriam qualquer acesso aos espaços da pesca; segunda: de alguma forma elas teriam mas, como não compunham o objeto de estudo, não foram vistas. Portanto, embora a presença delas não fosse explícita em seus escritos, poderia estar de forma sutilizada, trazendo elementos *bons para pensar*.

Não procurei, nessa leitura a contrapelo, encontrar uma unidade que dissesse respeito ao trabalho das mulheres na pesca. Eu própria não encontrei, e pressuponho que não há uma unidade (BACHELARD, 2006)³⁸ que possa ser resumida, por exemplo, como “A pesca de Santa Catarina”; “A pescadora de Santa Catarina”; porém, como muitos trabalhos partem e fixam suas análises sobre os pescadores, o intuito foi ponderar que elas – as pescadoras – podem estar em muito mais contextos do que às vezes seria possível inicialmente supor.

É central, porém, aludir que algumas iniciativas em termos de Brasil se reúnem em torno da temática “pesca” de forma ampla, sendo exemplos o Museu Goeldi, em Belém do Pará, e a Universidade Federal da Paraíba, por meio de seus departamentos de Antropologia, e o Centro de Culturas Marítimas (Cemar), ligado à USP (DIEGUES, 1999, p. 373), os quais vêm realizando pesquisas e produzindo material sobre questões alusivas à pesca em diferentes contextos brasileiros, o que, com certeza, contribuirá para que tais espaços acadêmicos se tornem referência, participando diretamente na construção de linhas de pesquisa, área ou subárea voltadas ao que eu definiria como uma antropologia das populações pesqueiras.

Leitão (2012), na obra intitulada *Gênero e pesca artesanal*, apresenta o resultado de um trabalho de pesquisa realizado com mulheres em cinco estados brasileiros, conforme já referenciado, o qual traz dados sobre as demandas de mulheres que atuam na pesca. O trabalho foi realizado por meio de oficinas sobre quatro temáticas: trabalho, saúde, hábitos alimentares e a relação entre instituições públicas e as pescadoras

³⁸ Bachelard (2006) disserta sobre o fato de o espírito pré-científico desejar a unidade como um princípio, o que considera que sempre é realizado sem esforço, pois, para tal, basta definir uma maiúscula em que não cabem contradições e se negam as dualidades. “O que é verdadeiro para o grande, deve ser verdadeiro para o pequeno, e vice-versa. À mínima dualidade, desconfia-se de erro” (BACHELARD, 2006, p. 107).

(LEITÃO, 2012, p. 4), em que as mulheres que participaram dos eventos falaram sobre seus cotidianos como pescadoras, sendo possível constatar a diversidade de pesca e de atividades que elas realizam, como a das que trabalham na coleta de mexilhões, no cultivo marinho, na pesca noturna de camarão, entre muitas outras.

Por sua vez, as mulheres que compuseram minha pesquisa trabalham como pescadoras embarcadas e nos trazem como dado central a constatação de que realizam um trabalho que é eminente, mas não exclusivamente, feito por homens. As que conheci trabalham em três tipos de pesca: 1) pesca de peixes diversos no mar, deslocando-se durante o dia e ficando no mar por cerca de duas a quatro horas; 2) pesca de camarão marinho, camarão-de-sete barbas, deslocando-se no período noturno, geralmente saindo duas, três, quatro horas da madrugada. O retorno para terra varia muito, dependendo como tenha sido a pescaria. Algumas me relataram que há dias em que ficam 16 horas no mar; 3) pesca exclusiva de baiacu, que encontrei especificamente em São Francisco de Sul, na Baía da Babitonga.

Retomando o que dizia o próprio professor Laraia (1994), a pesca continua um segmento que “não mereceu a mesma atenção”. Se nomes hoje reconhecidos na antropologia brasileira iniciaram seus trabalhos sobre a pesca e os pescadores, o processo de continuidade não ocorreu, pois migraram para outras áreas de interesse. Segundo Motta-Maués (1999), uma hipótese seria que “essa ‘modernização’ que atingiu as (suas) ‘aldeias’ de pescadores poderia ter algo a ver com seu ‘desencantamento’ com a temática” (MOTTA-MAUÉS, 1999, p. 385). Ou seja, os antropólogos viram seu “nativo”, de certa forma e da forma como o viam, desaparecer.

Não tenho certeza se seria um desencantamento com o nativo apenas, pois muitos são os imponderáveis que permeiam uma trajetória profissional. Uma hipótese talvez seja que os pescadores não são indígenas, temática fundadora e central na disciplina, mas também não são totalmente urbanos para serem inseridos em um ou outro. Apesar de o Brasil ser um país com um litoral privilegiado em termos ambiental/social/humano, tem muito que avançar em estudos antropológicos sobre as áreas que o compõem, aí incluídos pesca, pescadores e pescadoras. Podemos afirmar que a antropologia, e não apenas a sociedade de forma ampla ou os órgãos públicos, ainda não reconhece a contento a pesca, os pescadores e as pescadoras como uma temática que se faz interessante. Assim, os pescadores e as pescadoras, de forma mais profunda, me parece, estão em um caminho do meio. Ou seria ainda às margens?

Capítulo 2

MULHERES PESCADORAS: NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS

O narrador – eis um indivíduo capaz de permitir que o pavio de sua vida se consuma inteiramente na suave chama de sua narrativa. (BENJAMIN, 1975, p. 81).

Eu acho também que estás mostrando outra forma de olhar, porque, lembrando aquilo que já falamos muitas vezes: o olho que olha. E o teu olho olha de outra forma. É uma forma que busca mostrar nós mais de dentro, mostrar aquilo que os outros olhos não veem. Tu chegasses Rose, com essa pesquisa, algo grandioso, com as mulheres pescadoras de Santa Catarina: quantas histórias? Quanto sofrimento? Quanta luta? Mas também quanta coragem? Chegasse para ouvir a minha história; para me fazer falar e, ao mesmo tempo, me ouvir. E depois viesse para ler a história que eu contei, e eu ouvir. E eu, te contando, ouvindo o que eu contei, eu me emociono [lágrimas] porque não parece ser a minha história. Parece que não sou e não fui eu. Mas é. Essa é a minha história. (Safira, 38 anos, Barra do Sul).

O capítulo anterior teve como propósito situar o leitor sobre a produção antropológica no Brasil a respeito da pesca, e em específico da mulher pescadora. Diante de seu conteúdo, que faz alusão à dificuldade em encontrar o que poderíamos chamar de uma antropologia das mulheres na pesca, ou das mulheres pescadoras, optei por trazer a seguir “o como” e “o que” as próprias pescadoras me falaram de si mesmas. Embora alguns autores questionem o conceito de autobiografia porque este traria em si a pressuposição de que, ao usá-lo, se estaria falando efetivamente o que foi vivido, optei por empregá-lo não porque o aqui

narrado seja a verdade, ou que foi efetivamente o vivido, mas porque, a partir do que foi vivido, elas selecionaram trechos de suas vidas para apresentar como narrativas que lhes dão sentido à própria vida.

Bakhtin (2010) considera que não existe um limite acentuado e de princípio entre a autobiografia e a biografia e entende “por biografia ou autobiografia (descrição de uma vida) a forma transgrediente imediata em que posso objetivar artisticamente a mim mesmo e minha vida” (BAKHTIN, 2010, p. 139). Estou considerando narrativa autobiográfica aquela em que a pessoa que narra, ao falar de si própria, expõe lembranças, ponderações, motivos, questionamentos, dúvidas que compõem um testemunho de sua trajetória, algo que vai em direção a um “desvendamento ou revelação da pessoa, dando um sentido à sua experiência” (MALUF, 1999, p. 76). Ao narrar sobre si, o narrador revela-se, portanto, ao outro, permite ao ouvinte saber um pouco de si e, à medida que narra, sua narrativa mostra-se como reveladora da “marca do narrador” (BENJAMIN, 1975). Em relação às pescadoras que compuseram esta pesquisa, elas teceram suas narrativas tendo como fio condutor suas próprias vidas, o que Benjamin (1975, p. 69) denominou como uma inclinação dos narradores que “apresentam todo o relato como produto de experiências próprias”.

Ao me responder a uma pergunta inicial ou a uma proposição genérica como: eu gostaria que me contasses sobre sua vida de pescadora, imediatamente as mulheres acionavam uma memória que dizia respeito a fragmentos que compõem o percurso que me foi contado sempre na primeira pessoa: *eu sou; meu nome é; eu comecei*. Ao me narrar sobre si próprias, as falas, os silêncios, as pausas, as introspecções, quase sempre em meio a risos, por vezes, em meio à afluência de lágrimas, diziam respeito a uma organização mental, afetiva, emocional, corporal, da existência dessas mulheres.

As reminiscências de sua vida me eram narradas em dois tempos: um, como lembrança do vivenciado; outro, como imagens do cotidiano ainda vivido de forma intensa em que tempo passado e tempo presente oscilavam nas idas e vindas com que construíam suas narrativas na junção do agora e da memória. Durand (2002, p. 403) afirma que “a memória é poder de organização de um todo a partir de um fragmento vivido [...] a memória – como imagem – é essa magia vicariante pela qual um fragmento existencial pode resumir e simbolizar a totalidade do tempo reencontrado”. Tempo que diz respeito ao vivenciado desde muito cedo nos contextos da vida na pesca em que moldaram a si próprias e à própria pesca, compondo uma existência pautada por

trabalho e aprendizados iniciados quando a vida recém começava, aos sete, oito, nove anos de idade.

Ao instigarem suas memórias para me falar sobre suas trajetórias de vida na pesca, essas mulheres acionavam lembranças, muitas vezes, dolorosas, angustiantes; algumas rememorando o sentimento de revolta quando tiveram que se iniciar tão cedo na vida da pesca pela imposição dos pais diante da necessidade de sustento da família. Lembranças estas intransferíveis. “Diremos que não pertencem aos outros, mas a nós porque somente nós podemos reconhecê-las [...] as lembranças que nos são mais difíceis de evocar são as que dizem respeito somente a nós” (HALBWACHS, 2006, p. 50). Algumas pescadoras falavam desse começo em que não tinham vontade própria e foram *obrigadas* a começar a pescar: “*Eu tinha raiva. Não gostava, queria brincar, ficar em casa. Não sei. Não queria pescar, mas fui obrigada porque eu era a filha mais velha e não tinha irmão para ir junto com o pai. Foi assim que comecei na pesca. Hoje é a minha paixão*” (Iliete, 42 anos, Itapoá).

Segundo Durand (2002, p. 403), “a memória permite um desdobramento dos instantes e um desdobramento do presente [...] é poder de organização de um todo a partir de um fragmento vivido”. Ao narrar uma trajetória pela qual pautou sua vida desde menina na pesca, algumas lembranças diziam respeito à *raiva* aliada a entrelaçamentos com o presente, quando a pesca se converteu em *paixão*, narrativas estas que se juntavam a de outras pescadoras sobre a *curiosidade* inicial e ao *gosto desde o começo* na profissão, a partir de quando *nunca mais pararam*. Estas me narravam que preferiam, desde cedo, a vida na rua, nos ranchos de pesca, nos barcos, em vez do trabalho *presa* em casa ou indo à escola: “*Eu gostava de ser solta; viver na pesca, sair no barco, estar no mar. Não gostava dessa coisa de ficar presa em casa ou ter que ir à escola. Eu fugia porque queria pescar. Eu amo a pesca. Desde o começo foi assim*” (Neia, 32 anos, Barra do Sul).

Mulheres entre os 22 e os 70 anos, todas me narraram que *gostam, amam*, não conseguem viver sem a pesca e sem a vida de liberdade, que tanto prezam, conforme é possível constatar nos trechos que pincei de suas narrativas:

A pesca, o mar, é uma coisa que não tem explicação. A gente é livre. Eu não consigo mais viver sem ser nesta vida. Eu tenho três amores: o meu marido, os meus filhos e pescar. Não me peça para dizer qual eu amo mais. (Alzira, 49 anos, Barra do Sul).

Eu amo pescar. Eu amo o mar. Amo a liberdade. Não adianta me mandar parar. Só vou parar quando morrer. Eu me acostumei assim desde cedo quando usava as roupas do meu pai amarradas com uma corda na cintura. (Naca, 62 anos, Governador Celso Ramos).

O mar é minha paixão. Um amor, minha vida. No começo, eu odiava. Era algo obrigado. Com o tempo aprendi a amar e hoje não sei viver sem estar no mar. É uma vida de liberdade. (Iliete, 42 anos, Itapoá).

Aprender a pescar exige amor porque não é uma vida fácil, mas é uma vida que a gente se apaixona; de liberdade. (Mãezinha, 49 anos, São Francisco do Sul).

Quando eu não vou para o mar, sinto falta. O mar vicia. É uma paixão. A gente se sente solta, livre. (Josiane, 26 anos, Armação do Pântano do Sul).

As conversas sucessivas compuseram momentos nos quais me propus ao que denominei de uma escuta disponível, algo que remete ao que Bourdieu (2003, p. 695) definiu como “uma escuta ativa e metódica [...]”. Efetivamente, ela associa a disponibilidade total em relação à pessoa interrogada, a submissão à singularidade de sua história particular [...]”. Ou seja, uma escuta focada totalmente na atenção à narrativa do outro, buscando, “além de olhar, ver; além de ouvir, escutar; além dos fatos, sentido” (MALUF, 1999, p. 70), o que me permitiu coletar narrativas densas em que, a cada repetição do ato de narrar, um aspecto, às vezes novo, emergia da memória dessas pescadoras. Outras vezes, a repetição do que parecia o mesmo, o já dito, se mostrava em um autoestranhamento por parte da pescadora sobre a própria trajetória de vida remetendo a momentos que denominavam de *miséria*, *dificuldade* ou *superção*, mas também de *coragem* e *determinação*.

Propus e fizemos, ao final do trabalho de campo, a leitura do que cada uma havia me narrado, em que o exercício de ouvir a própria narrativa fazia-lhes reverberar em emoção e inesperada constatação: *ouvindo assim, não parece que é, mas esta é a minha história!* Diante do meu ato de ler as suas próprias narrativas, a postura corporal das pescadoras era de total atenção. Sentada, olhos voltados para baixo ou para o nada, em uma introspecção de quem não queria ver, sentir, ouvir outra coisa que não o que estava sendo verbalizado sobre o que ela própria tinha me narrado no decorrer do tempo. A emoção ao ouvir sua própria narrativa selava o ato de narrar da pescadora/narradora, posto

que não é preciso só querer; é preciso saber narrar uma vida. E para saber narrar uma vida é preciso tê-la vivido. Aí reside a proposta que denominei como narrativa autobiográfica de pescadoras.

As narrativas não têm nem me foram apresentadas em um sentido linear. Ao narrar, as narradoras iam e vinham em suas trajetórias, oscilando entre o vivido enquanto meninas e o que vivenciavam como pescadoras. Apresentar essas narrativas na íntegra tornaria este livro por demais volumoso. Coube-me fazer uma compilação visando propiciar ao leitor o acesso ao que elas escolheram narrar a partir da proposta de uma *apresentação inicial de si mesmas*, com um cuidado atento para não transformar “ambiguidades e diversidades de significado da situação da pesquisa em um retrato integrado” (CLIFFORD, 2008, p. 40), até porque no decorrer do livro outros trechos de suas narrativas e de outras pescadoras emergirão.³⁹

No entanto, trechos do que me foi narrado não serão publicizados, considerando aspectos que dizem respeito a episódios de constrangimento e sofrimento que, se aqui fossem expostos, poderiam ter sérias implicações éticas no sentido do preconizado pelo código da ABA (1986), quando diz que “constitui direito das populações que são objeto de pesquisa o direito de ser informadas sobre a natureza da pesquisa e o direito de preservação de sua intimidade, de acordo com padrões culturais”. As pescadoras compartilharam comigo esses episódios a partir da relação de confiança que foi sendo construída no decorrer do trabalho de campo, o que, no entanto, não me dá o aval de tornar públicas questões extremamente privadas. Pelo contrário, por ser uma antropóloga-interlocutora que se propôs a uma escuta atenta, tenho este comprometimento com a antropologia e tenho com elas o compromisso de não tornar público tudo o que me foi narrado a partir da confiança que com elas construí.

³⁹ Nos demais capítulos, nos depoimentos alusivos a críticas, sugestões, ponderações, aparecerão como “uma pescadora”, visando preservar-lhes a identidade, como já esclarecido. Em relação à redação de suas falas, em alguns trechos, excluem-se vícios de linguagem que tornavam a leitura extremamente cansativa, como os sucessivos né, então, daí. Fiz esta opção tendo em vista uma experiência vivenciada por ocasião de minha especialização em Gerontologia, em 1992, quando apresentei o trabalho final reproduzindo as falas como me foram ditas, ao que fui questionada por meus interlocutores sobre o porquê de a minha fala se apresentar corretamente e as deles com erros gramaticais e vícios de linguagem. Tal episódio me fez refletir sobre a questão de nossa autoridade/humildade/honestidade no processo de escrita e de apresentação do *outro*. Este exercício também foi realizado por Maluf (1993) no seu trabalho sobre narrativas de bruxas na Ilha de Santa Catarina.

Inquietei-me inicialmente sobre como fazer as edições necessárias sem comprometer o que elas escolheram narrar, sem expor alguns episódios dramáticos, por um lado, e sem intervir de forma irresponsável em suas narrativas, por outro. Nesse sentido, compactuo com o que afirmou Bourdieu (2003):

Como de fato não experimentar um sentimento de inquietação no momento de tornar *públicas* conversas *privadas*, confidências recolhidas numa relação de confiança [...]. Sem dúvida, todos os nossos interlocutores aceitaram confiar-nos o uso que seria feito de seus depoimentos. Mas jamais houve um contrato tão carregado de exigências tácitas como um contrato de confiança. (BOURDIEU, 2003, p. 9).

O capítulo está dividido em três subseções: inicialmente, “Elas por elas”, na qual as pescadoras se apresentam a partir do que escolheram narrar. Três das pescadoras ficaram fora dessa subseção e estão nas duas seguintes, considerando que com elas o *mergulho* foi mais denso. Com elas convivi de forma mais próxima, o que propus ser uma observação-participação/experiência densa. Vamos às pescadoras:

2.1 Elas, por elas⁴⁰

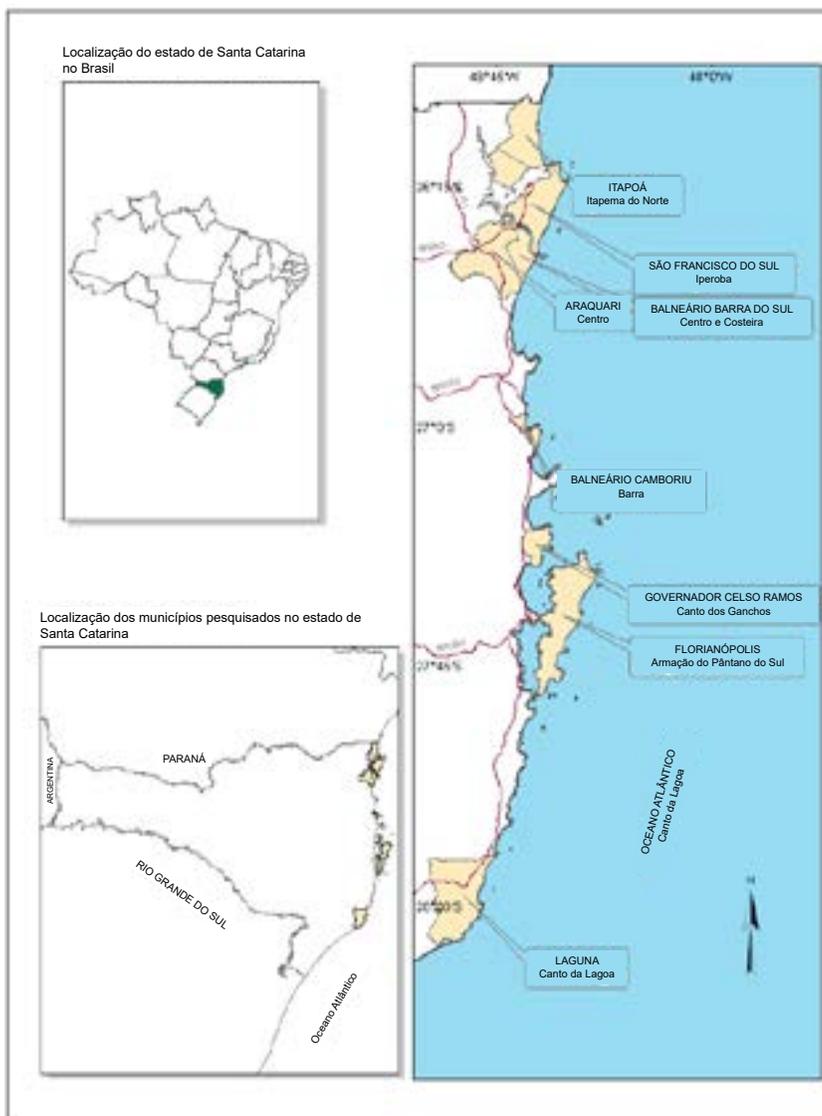
2.1.1 Josi

Meu nome completo é Josilene. É Josiane, Josilene, Josimara. Então é Josilene Maria, Maria da mãe, e da Silva, do meu pai. A minha mãe também era Silva. Meu pai é Manoel Joaquim da Silva e minha mãe Maria de Lourdes. De irmãos que pescam tem o Márcio, Marquinhos, Luis, Adriano, Luciano, Cristiano, Fernando. Somos 11 irmãos, dois faleceram. Eu sou a décima a ter nascido. Estou com 27 anos. Comecei na pesca com 18 anos; faz oito anos. Quando comecei, eu não sabia. Na real, no começo o pessoal ficava meio cabreiro. Até os meus irmãos. Tinha feito umas três semanas que eu tinha me formado e antes de me formar eu trabalhava de ajudante de pedreiro com o meu tio, lá no morro, na casa do meu irmão. Aí trabalhava. Chegava 11 horas, saía, deixava ele levantando tijolinho maciço. Ia fazer o almoço. Chegava uma e meia, ia

⁴⁰ As narrativas foram coletadas no decorrer de 2011, data na qual mantenho a idade das pescadoras.

de novo até às cinco. Às vezes atrasava um pouquinho porque tinha que lavar o material. Só dava tempo de tomar banho e ir para o colégio, que começava às seis e quinze. Eu ia comer alguma coisa só no recreio.

Figura 1 – Localização dos municípios pesquisados⁴¹



⁴¹ Visitei também Garuva, Navegantes, Biguaçu, São José e Palhoça, onde conversei com pescadoras que trabalhavam em terra, secretárias e presidentes das colônias de pescadores e técnicos da Epagri.

Correria! Aí, a família toda pescava, mas eu não me interessava. Não era assim de, ó, pesca, tal. Aí chegou a minha cunhada e disse: “*O Nego, não queres que a Josi trabalhe contigo?*”. Porque eu estava assim: com que vou trabalhar? Não sei o que vou fazer da vida; 18 anos! A minha mãe tinha falecido, fazia uns cinco, mas eu estava meio desnorreada, meio perdida ainda. Aí, o Márcio assim: se ela quiser ir pra ver como é que é. Aí, fui. Comecei a ir, a ir, e hoje estou aí. Não tem nada que eu não faça no cerco e eu não sabia nem o que era cerco. Eu nem imaginava como é que era. Daí fui indo, indo, o meu irmão foi me ensinando na base do esporro. Oh, coisa medonha! Hoje eu sou o braço direito dele. Trabalhei com o Guê, com o Márcio, com o pai, com o César. Estou trabalhando com ele agora porque ele está aguentando no inverno, senão eu teria que arrumar uma vaga para trabalhar com outra pessoa, entendesse? Agora é o cerco. A espada dá o ano todo. Às vezes dá mais no verão, às vezes no inverno. É na rede de espera. O peixe que passar ali, fica: espada, tainha, um peixe diferente. Em novembro foi peixe-galo. Passou. De dezembro a abril eu trabalho na temporada em passeio de barco. Janeiro e fevereiro são os meses melhores. Janeiro é mais bombado. Tem vinte embarcações. É pela listagem. Todo mundo já sabe a sua vez. O dinheiro é pago no final do dia. Normalmente, no verão, fecha todo dia. Quando tem movimento, é só encostando embarcação e saindo. De abril em diante, é na rede de espera. O cerco e a rede de espera é a mesma coisa. Ela pega todo tipo de peixe: cação, abrótea, entrou dentro daquele saco onde a batera⁴² fechou a boca, que tu visses, fica. Mas é mais espada. E a divisão de quem pesca é por parte. Metade do dinheiro fica para o cerco, que é o dono da rede, da manutenção, tudo. A outra metade é para dividir pelos tripulantes, inclusive ele que é tripulante também. Tem meses que dá melhor, outros menos. Eu ganho uma parte e meia por trabalhar no bote porque quando eu comecei a trabalhar com o meu irmão eu falei: por uma parte e meia eu trabalho.⁴³ Menos do que isso, eu não trabalho porque eu tenho mais responsabilidade do que os outros. O Márcio ganha uma parte e meia. Não é a questão de ser o dono, ele é o responsável, ele cuida. Aí é dividido. No final, tira a metade e divide a

⁴² Bateira, tipo de embarcação utilizada na pesca artesanal.

⁴³ Na embarcação que Josi trabalhava, o pagamento era dividido por partes, e cada tripulante ganhava uma parte. Como Josi realizava uma atividade considerada de maior responsabilidade, que consiste em guiar o bote, ela recebia uma parte e meia. No final do mês se somava o que deu e se dividia: metade para a embarcação visando pagar custeios, combustível, consertos, e metade entre os tripulantes. Quem realiza atividades diferenciadas, como Josi, recebe mais do que os que atuam apenas como tripulantes.

outra. Muda de mês para mês. Depende a época. E também faço filé. O meu marido é professor, também faz, mas é mais demorado. Eu, em duas passadas, tiro o filé inteiro. Já estou mais acostumada. A pesca é uma área que tem desafio e, para mim, quanto mais desafio melhor. Quanto mais diz que não dá, mais eu vou lá e faço. Tudo tem que ser uma coisa bem mais planejada. Além de trabalhar, tens que saber administrar o dinheiro, porque não vem todo mês certinho, tem que fazer economia. Tem que saber o que entra, o que não entra. Tem que saber que este mês deu fraco na pesca, mas eu fiz um filé, já entra mais um dinheiro. Entendes? É um jogo de cintura. Tem que ter muita força de vontade também: não tem domingo, feriado, Natal. É direto.

2.1.2 Rosinha

Eu sou a Rosinha, que é assim que me chamam. Sou casada com Aparício Ramos da Silva, que está hoje com 64 anos. A gente chama ele de Parício. A gente se acostumou nesse ritmo. Eu acho que se for para botar alguém da cidade para fazer o que eu faço, não faz porque eu estou acostumada neste ritmo desde os oito anos de idade. Nós estudávamos de manhã e à tarde nós descascávamos camarão. Eu estudei até a terceira série. O meu marido também. Passamos para a quarta, mas os pais não deixaram continuar porque nós tínhamos que cuidar dos nossos irmãos porque eles trabalhavam na pesca e na roça. Das filhas, eu sou a mais velha. Comprei o meu enxoval, tudo com o dinheiro do camarão. Eu casei com 18 anos. Aí, com 19 eu tive o primeiro filho, que hoje é mestre de barco em Santos. Depois, quando o menino estava com um ano, um mês e 18 dias, ganhei a menina. Quando a menina fez três anos e seis meses, eu ganhei o Oziel, que é esse que está pescando com o pai. Quando esse estava com dois anos e dois meses, eu ganhei o outro, o Oscar; esse trabalha sozinho numa embarcação. O meu marido trabalhava no camarão. Depois começou na rede de malha. Daí, ele botou rede junto com o meu cunhado. Depois, o meu cunhado não veio um dia. Ele ficou apavorado e eu falei: *“então vamos que eu vou contigo”*. Ele disse: *“mas tu vais enjoar”*. Eu disse: *“não, eu não vou enjoar”*. Aí, fomos lá colhemos a rede, arriamos. Voltamos. Cheguei. Fui arrumar todo o peixe. Limpamos, congelamos o peixinho. Eu não sei direito que idade tinha. Eu acho que ia fazer 40 anos quando comecei com ele. Eu pesquei 22 anos com ele. Dos 40 aos 62. Até agora. O meu cunhado não apareceu mais, e eu fiquei pescando direto com ele. Mas a vida do mar, quando o mar está manso é tudo muito bom. Quando vira o tempo! Agora, com o meu rapaz, nós saíamos duas horas. Meu

marido estava no hospital. Enquanto ele estava no hospital eu ia com o meu filho pra fora. Daí nós saíamos de casa, eram duas da manhã. Aí, sete horas, oito horas, nós já estávamos em casa. Colhia tudo no escuro, com luz porque ele botou luz. No camarão é na hora que as pessoas querem ir. Hoje eu me levantei era três horas. Levantei, cozinhei o arroz, fiz o café, fritei carne pra eles levar, arrumei o baldinho da comida, tudo. Daí eram quatro horas, eu fui ali chamei ele: nego, não vais pra fora já. E quando eu vou junto é a mesma coisa, eu que levanto primeiro para deixar tudo pronto. Hoje, os dois estão lá fora pegando peixe. Eu estou em casa: estou limpando, empanando, embalando, pesando. Se nós chegarmos oito horas, já chego aqui, tomamos mais um cafezinho, eu vou limpar o peixe, de tarde eu já vou congelar, tudo individual. E se é para empanar, no outro dia eu não limpo. Eu vou empanar aqueles que eu limpei um dia antes. Depois eu vou congelar individual. Quando ele está em casa, ele me ajuda. Agora ele quase não me ajuda assim porque nós temos uma máquina de limpar, de consertar. Aquela lá. O pai era pescador. Nós descascávamos o camarão, ficávamos até tarde da noite descascando camarão porque naquela época não tinha gelo, era tudo cozido. Aí, nós descascávamos camarão na salga. A mãe era mais de roça. Ela gostava muito era de roçar, capinar, colher. Era mais com o meu pai. Para embarcar, foi com o meu marido. Eu disse, vou, e fui, e pronto. Não enjoei nada. Sábado e domingo eles também vão para o mar. Não tem sábado ou domingo. É a semana inteira. Desde que tenha produção, eles não param. Eles não parando, eu também não paro. Hoje de manhã estou parada; à tarde eu tenho que pegar o carrinho (de mão) que está lá no porto, vou lá pegar gelo, trago, boto aqui, levo o carrinho para o porto. E assim vai, a luta de cada dia. Isso porque eu dormi e perdi a hora. Dormi até as oito e eu não gosto de acordar tarde porque me atrasa. [Então a senhora dorme quantas horas por noite? Vai dormir que horas à noite]. Ah, depende. Se eu sair da salga ali umas seis horas, sete horas por ai. Aí já faço a janta, já estou lavando a louça, quando termino, tomo um banho. Jantamos. Aí, já limpo a louça de volta. Vou me deitar, é umas dez e meia, onze horas. Durmo umas quatro, cinco horas. Me sinto bem. Eu não tenho canseira, nega. Graças a Deus que eu não tenho canseira. Eu gosto dessa vida da pesca.

2.1.3 Fátima

Sou natural de Joinville. Meu nome completo é Fátima Regina Soares Persike, mas me chamam de Fá. Tenho 49 anos e sou casada com Simião Persike. Conheci Simião trabalhando de garçom. Eu trabalhava

na Cipla. Casei com 23 anos, ele tinha 25. O futuro dele já era pra cá mesmo. Mais ou menos em 1994 vim para Barra do Sul. Montamos um mercado. Quando fechou o mercado, abrimos um bar. Também gosto de trabalhar na igreja. Sou ministra da eucaristia. Comecei a pescar com o meu marido que me ensinou. Aprendi com ele. Pesquei siri, aprendi a remar. No começo, fazia errado porque para remar tem um jeito, com o remo para frente e para trás. Eu pesco há 15 anos, mas tive problema com a documentação. Descascava siri, sozinha, pescava, levava. É um dinheirinho que entra pra gente. O dinheiro é um monte só. Daí a gente decide para que quer. Decide junto: é para construir a casa? Então é para a casa. O barco pequeno está no nome dele. O grande vai para o meu nome. Mas sempre sou eu que corro. Sempre a mulher né. Eu que tenho que olhar. Pescamos mais com rede de cerco. Nossa rede é em torno de 12, 13 metros, malha seis, sete e oito grudada num pano. A gente paga para remendar. Pegamos peixe, o parati. O nosso horário, ou vamos às 10 e voltamos duas, três horas. Ou vamos à uma e meia e voltamos às cinco horas. Às vezes vamos à noite, mas preferimos ir de dia. Depende quando está dando o peixe e também depende do peixe. A pesca do parati é assim: ele espana. Então tu vais bem quietinha. Daí, o companheiro de trás é quem vê porque eles vão atrás. Nós na frente porque eles são mais fortes. Daí ficamos quietos, escutam. Daí faz tac tac, tac. Daí sabe que é o parati. Então cerca e faz o caracol. Um vai no remo, eu, e ele bate porque ele tem mais força. Assim, o parati corre para dentro. Vendemos ali na minha sogra. Já é uma referência. Todos pescam, os quatro casais, e botamos pra vender ali na minha sogra. A maioria já acostumou ali porque é tudo fresquinho. Hoje, vendemos o parati pequeno a três reais e o grande a quatro reais. No inverno é o mais difícil. Ultimamente, sinto problema de coluna. Quando dói muito, paro de ir um pouco. Acho que sinto muito o corpo porque é mais para homem, mas tem que ajudar porque se vai outro camarada, divide em três. Se eu vou junto, eu sou a camarada, fica pra gente. As mãos é o que mais usa para puxar as redes. Daí responde no ombro. Dá dor. Ataca a coluna porque tudo depende dela. Acho que a maioria das mulheres que conheço não conseguiria fazer este trabalho porque é muito difícil. Na verdade, eu não gosto, mas precisa. Outra coisa é que pescando é também uma meditação pra gente. Mesmo que pegue pouquinho, a gente agradece a Deus. Claro que se pegar mais, fica mais contente. Daí a gente fica naquele silêncio. Agradece a Deus, tudo o que ele fez pra gente. Eu sinto a presença de Deus junto comigo. É paz, alegria, tranquilidade. Tá no meio do mar. A gente tem que se cuidar também

porque é perigoso. Como a gente luta, Deus vai ajudando. Sou ministra da eucaristia. Sou coordenadora dos ministros. O meu marido também é ministro. A gente visita os doentes. Isso faz um bem! Eu estudei até a sétima série. O meu marido até o quarto ano. Eu tenho a Juliana, de 26 anos, que fez o segundo grau, e o Otávio, de 19 anos, é seminarista. Deus me preparou: se fosse para dar o teu filho, você daria? Deus prepara bem a gente. Quando a gente diz sim, as coisas acontecem. Na pesca, o vento mais perigoso é o rebojo porque além do vento, ele faz onda. Ele roda e a água cai dentro da batera. Um dia, deu. Me grudei na batera com as mãos e os pés. Me deu um apavoramento. Por isso tem gente que morre: de apavoramento. Por isso, não é toda mulher que vai.

2.1.4 Geni

Eu sou casada. É bom ter um companheiro. Sou casada com Miguel Luiz dos Santos, o Gel, que tem 34 anos. Tenho o Lucas, de 11 anos, o Lídio de 20, e a Jaqueline, de 16 anos. [Desde quando pescas?]. Eu pesco desde que estava na barriga da mamãe (risos). A família toda pescava siri. Meu pai, Atanásio Persiki, tarrafeava e a minha mãe, Iraci Shroeder Persiki, trabalhou a vida toda no siri, mas nunca conseguiu se aposentar. Inclusive, quando fui ver o auxílio-maternidade do meu último filho, lá, não sei por que, botaram que eu era empresária e que a mãe estava trabalhando para mim. Meu nome é Geni.⁴⁴ Eu comecei com 12 anos. Estudei até a sétima série de manhã. À tarde ia pegar o siri de “pega”.⁴⁵ Era uma vida difícil porque naquele tempo não tinha mercado para vender. Tinha a carne do siri e vendia por uma mixaria. A mãe toda vida no siri e vendendo peixe ali na frente da casa dela. O pai dava umas tarrafeadas. Aquele dinheiro não dava para nada, além de comer. Nós só vivíamos da pesca para poder sustentar a casa. Casei com 21 anos com meu primeiro marido, que era pescador. Daí, fui pescar de rede

⁴⁴ Durante o meu trabalho de campo, em junho de 2012, Geni recebeu o diagnóstico de câncer de pele em estágio que demandava o início imediato do tratamento com radioterapia, exigindo cuidado com a exposição solar e, portanto, o seu afastamento das atividades da pesca. Por outro lado, como seu filho havia casado com uma moça que já tinha uma filhinha, Geni estava como cuidadora da menina enquanto a nora trabalhava fora. As duas questões serão abordadas em capítulos posteriores.

⁴⁵ Segundo explicação de Geni, o “pega” é uma armadilha feita com ferro redondo. Deixa duas pontinhas e amarra com um pau que se pega no mato. O que a mãe usa hoje é o covo (que é retangular), mas ela chama de “pega” também. E é certo porque também pega siri.

de parati, rede de cerco. Lá para fora é rede de caceio, solta a rede com a maré. De caracol. Faz o caracol com o barco. A rede de caceio é para a anchova, guaivira. A de caracol é mais para pescadinha. Fiquei cinco anos com o primeiro marido. Ele morreu de tétano. Quando a Jaque tinha 12 dias, ele morreu. O Lídio já tinha cinco, porque eu casei ele já estava na barriga. Continuei na mesma rotina. Eu ia pescar com os meus irmãos. Ia na pesca do parati. Eu fiquei, vamos supor, um ano. Depois de um ano fiquei com o Gel e depois de um ano fiquei com ele. Daí, fomos morar juntos. Continuei na pesca com ele, que já era pescador. Daí, o Lucas eu tive quando já estava há dois anos com ele. Gosto da pesca. Pra pescar lá fora, sai as três da madrugada e fica até às 11 horas. Eu pesco há 30 anos, mas só faz 15 anos que tenho a carteira de pescadora. Eu fiz a inscrição em dois de junho de 1997. A gente nem pensava em fazer isso porque naquele tempo não fazia das mulheres ainda. Então a gente já pescava, mas não tinha a documentação. Sou a coordenadora do dinheiro. Mas hoje em dia a gente vê que diminuiu a pesca. Até o camarão diminuiu. Agora nem vou tanto no inverno porque é mais difícil. Tem muita escassez. É mais para o verão. Daí eu vou com ele, tanto no peixe quanto no siri. O siri é mais que o peixe no verão. Com essa água viva que está aí não dá. É uma praga. Nadar? Só sei nadar cachorrinho. Na pesca, o corpo judeia⁴⁶ muito. O mais difícil é puxar a rede lá fora. Ainda mais eu que puxo a parte do chumbo que é mais pesado. Eu tenho que fazer força no bote para ficar na posição certa. Ele já puxa mais o lado da cortiça porque daí ele puxa mais pano de rede e eu não consigo. Na verdade, o trabalho mais pesado fica comigo, no bote. A parte do corpo que mais se usa é as mãos, os braços. Fica tudo dolorido. Acho que de tanto fazer força. Com o tempo vai aumentando a dor. Acho que de tanto fazer força. Tem dias que nem vou, do cansaço. Não dá. No verão é mais fácil porque dá mais peixe. Tem dias que é terrível. Tu assistisses aquele filme *Mar e fúria*? Tem dias que parece aquele filme. Um dia deu uma tempestade. Uma ventania de repente. Desamarrou as bateras. Uma afundou. Depois, foi passando. Nunca vi um mar tão grande na minha vida. Sabe que é bom contar a história da gente. Quando a gente morrer, vai ficar de lembrança para os filhos e os netos. Pelo menos uma coisa que a gente fez. Uma história. Quantas pessoas não têm uma história para contar? Morre e não tem uma história para contar para seus netos: uma história de luta, de guerreira!

⁴⁶ Sinônimo de algo que provoca sofrimento; que sofre.

2.1.5 Alzira

Todo mundo me conhece por Alzira. Eu e a Cecília somos duas irmãs casadas com dois irmãos, que são pescadores. A minha sogra tem três filhos pescadores, meu marido Dé, o Marquinho, o Simão; e uma irmã deles, a Geni, minha cunhada, é pescadora, casada com o Gel, também pescador. A minha sogra, a vida toda trabalhou com a pesca, principalmente de siri, mas não conseguiu se aposentar como pescadora porque nunca pagou. O nome de meu marido é José Persiki, mas a gente chama de Dé. Ele está com 47 anos. Tenho uma filha, a Lilian, de 20 anos e um filho, o Tiago, de 18 anos. Ela é estudante de História e ele é pescador, mas está cursando o Curso Técnico em Mecânica Industrial. Eu pesco há vinte anos. Aprendi com o Dé. Estudei até a oitava série, ele também. Quando eu cheguei aqui na Barra do Sul, eu sempre tive vontade de aprender as coisas. Depois de já estar vivendo com ele, eu vi, pela primeira vez, ele remendando uma rede de pesca. Eu já me interessei em aprender. Pedi pra ele dar pra mim a agulha e me ensinar a remendar rede. Comecei com meia malha, que é só uma perninha de cada malha da rede. Depois é buraco de malha; e assim por diante. Hoje sei remendar todo tipo de estrago na rede. Eu comecei a ir com ele, sem noção do que era pescar com rede, mas a vontade de aprender foi tanta que em poucos dias eu já estava apta para exercer a profissão. E foi o que eu fiz. Me tornei camarada de pesca do meu marido. Nós fizemos mais o cerco, mas fizemos o caracol, o arrasto de camarão, o caceio da espada, rede de caceio mesmo, espada, gaivira, sororoça, parati e tainha é feito de cerco mesmo. Até de anzol nós pescamos. Enquanto a rede fica caceando,⁴⁷ pesca-se de linha porque pescador que é pescador pesca de tudo. Ostra, siri, aproveita tudo o que o mar oferece. Pescador não tem só uma função. Geralmente ele pesca vários tipos de pesca. Nossa família mesmo é preparada para vários tipos, mas é assim, cada um pesca pra si. Cada casal, cada marido com a sua esposa pescam juntos, e cada um vende pra si próprio. Cada um tem a sua pescaria, cada um vende o seu produto. Uns vendem na salga, outros entregam no porto. E quando faz o filé daí ganha um pouco mais. O filé de espada é muito procurado. É trabalhoso claro, doem as costas pra puxar aquela rede. A mão faz calo de puxar a rede. O próprio remo, em si, faz calo na mão. Vai endurecendo aquela mão, vai ficando áspera, mas de machucar é pouco. Lá uma vez ou outra que vai de acertar a espora do peixe, o osso, daí machuca. Eu sou fascinada pela pesca mesmo. É uma

⁴⁷ A rede fica à deriva esperando os peixes que nela entram.

emoção muito grande pescar. Aquela rede que vem com bastante peixe é uma emoção parecida, não é a mesma claro. Não existe comparação entre ser mãe e ser pescadora. É diferente, mas é uma emoção tão forte quanto. De forma diferente, mas é tão forte quanto tu vê o rostinho do teu filho pela primeira vez. Cada peixe que tu tiras da rede, uma alegria toma conta de ti. É emocionante, é incrível. Só quem é pescador e ama o que faz para entender. É uma coisa inexplicável. Mas eu quero que os meus filhos tenham uma vida melhor porque a vida da pesca não é ruim, mas é incerta. Tem época que ganha bastante dinheiro, mas tem época que fica muito sem poder pescar. Eu amo a pescaria, mas para trabalhar na pesca tem que estar unido como o dedo e a aliança. O casal tem que atuar junto, na venda, no beneficiamento para poder dar certo. Um não é mais importante do que o outro. Eu sempre ensinei para os meus filhos que homem e mulher no casamento têm o mesmo sexo. Isso porque tem que trabalhar igual e sempre junto. Eu adoro o meu marido, de verdade mesmo. Ele é o meu tudo. Claro que eu amo demais os meus filhos, lógico. Na verdade, não sei dizer qual que eu amo mais: o marido, os filhos, a pescaria, ou o acampamento.⁴⁸ São formas diferentes de amar, mas são parte da minha vida. Agora estou encostada, parada, mas sinto falta. Entrei em uma depressão danada pela falta da pescaria mesmo. E ainda tem quem diz que mulher não é pescadora. E como é. Aqui em Barra do Sul tem umas quantas delas. [...] Hoje, infelizmente, por motivo de doença me encontro afastada da pesca porque rompi o tendão do braço esquerdo devido a uma queda da bicicleta e estou aguardando cirurgia.

2.1.6 Cecília

Sou casada com Marques Persike, o Marquinho, que está com 55 anos. Sou mais conhecida como Cila. Cila de Cecília. Cecília Conradi Persike. A família do meu marido é uma família onde os filhos são registrados com “e”, Persike, e “i”, Persiki. O meu é com e. Marques era para ser Max. Só em 2007 o pai descobriu o erro e ficou muito bravo.

⁴⁸ Quando Alzira se refere ao acampamento, está falando do que considera que já virou uma tradição da família que ela e o marido criaram, pois há cerca de dez anos começaram a fazer uma vez por ano, no mês de julho, um período de acampamento em região próxima, porém para a qual se deslocam de embarcação. Dizem que é o seu período anual de férias. No entanto, da mesma forma que se deslocam de embarcação, levam todos os apetrechos de pesca e continuam pescando no período, em teoria, de descanso. Na ocasião do trabalho de campo, participei do acampamento com eles, conforme já dito na introdução.

Eu pesco há 26 anos; aprendi com ele. Eu morava em Joinville. Ele foi trabalhar lá. Nos conhecemos, casamos. Ficamos uns seis anos lá. Depois, viemos para cá. Já tínhamos dois filhos, que são quatro. Viemos morar onde moramos até hoje. Hoje, se tivesse que voltar pra cidade, eu não voltava porque eu não me acostumo mais com o barulho da cidade. Aqui é mais tranquilo, o meio de vida é mais prático, mais simples. Na pesca, a rede que mais trabalhamos é a de cerco redondo. Outros chamam “pra bater” porque faz o cerco e bate com o remo na água para o peixe emalhar. Tem tempo que pescamos de dia, tem dia que pescamos de noite. É lá fora; saímos de madrugada. Mas lá fora é rede de caceio. Põe com a bandeira e deixa a rede à deriva. Lá fora não tem ferro. Só deixa a bandeira. Para vender, vendemos no mesmo local que os outros filhos, na casa da minha sogra. Pegamos parati, espada, camarão, tainha, depende a época. O parati da malha sete está quatro reais o quilo. É uma média de três a quatro por quilo. A espada vende mais no filé, dez reais o quilo; suja, sai por cinco. O camarão é o sete-barbas, dez reais o quilo. Tem época que fica em torno de quatro reais o quilo. A tainha a sete ou a oito com ova. Eu tenho carteira de pescadora profissional. Pra sair na boca da barra dá aquele friozinho na barriga porque dá a impressão que o mar vai engolir a embarcação porque o barco sobe e desce nas ondas. Dá um aperto no estômago. Depois que está lá fora, daí não. Daí, pronto. Daí acalma. Lá fora é tranquilo; quando o mar está ruim a gente não vai. No começo, eu morria de medo de enjoar, mas nunca enjoei. Quando eu comecei, foi assim: ele precisava de um camarada e comentou: “*se tu soubesses pescar, ia comigo*”. Daí eu disse: “*mas não tem nada que a gente não aprenda*”. Daí, fui. Não foi difícil porque é uma coisa que não tem muito segredo. É preciso força pra trabalhar no mar, é preciso prática de puxar a rede, de enrolar certinho. O que eu mais custei é para fazer o monte redondinho do chumbo da rede para sair mais fácil da embarcação. Senão amontoa tudo, não sai certinho. Depois peguei prática ligeiro. Eu gosto da vida na pesca, mas é uma vida difícil porque, além de pescar, chega em casa, manuseia o pescado, faz o serviço, faz as compras, tudo. Não só para a mulher, para o homem também porque é muito frio. No verão é muito quente; no inverno já é o frio. Hoje estou com problema de saúde, na coluna, no ombro. Tudo em função da pescaria porque a gente usa muito o corpo. O que mais se usa na pesca, depois da mão, o que mais judeia é o ombro e a coluna porque a gente diz: puxar a rede. Mas a gente não puxa a rede, puxa a embarcação. A gente recolhe a rede, mas nisso vem o peso da embarcação. Quanto peso tem ali? Eu fui ao médico. Quando eu fui, ele perguntou: “*A senhora pesca*

como?”. “Pescando”, eu respondi. “Mas pescando como?” “De pescador mesmo.” Vida de pescadora. Ele queria que eu dissesse que trabalho com pescado. E não que eu pescava. É assim, muitos não entendem porque são poucas as mulheres que pescam, que embarcam. O correto seria ter um documento diferente. Manipuladora de pescado, um. Pescadora, outro. Mas todas trabalham na pesca.

2.1.7 Neia

Meu nome completo é Dulcinéia Conceição Borges, Neia. Fiz 32 anos. Sou casada com Cristiano Mendes, o Kriki. Ele está com 36 anos. Trabalho na pesca e também invento outras coisas: salgadinho, docinho, tortas decoradas, crochê. Crochê eu levo até pro mar para fazer enquanto aguardamos puxar as redes. Desde pequena eu gosto da pesca. Eu aprendi a pescar com o meu pai. Eu tinha uns 12 anos, eu acho. O pai ia sair de manhã, quando via, eu já estava esperando pronta pra ir com ele. Eu tinha aquela curiosidade de ver e saber como era a pesca, como se fazia, como se pescava, como vinham os peixes. Eu dizia: “*me leva pai, me leva!*”. Ele dizia: “*não filha. Está muito frio. Outro dia tu vais com o pai*”. Aí, no outro dia eu insistia, insistia. Quando eu levantava, ele já tinha saído. Aí, eu percebi que ele me enganava. Ele dizia um horário e saía mais cedo. Entendesse? Por exemplo, quando ele falava que ia as cinco, ele ia bem antes. Às quatro horas, vamos dizer. Daí, quando eu percebi isso, eu enganei ele. Um dia ele acordou. Quando viu, eu já estava na cozinha com tudo pronto para ir. Tinha feito o café, arrumado as coisas, já tinha deixado tudo pronto. Aí, não teve jeito: ele me levou junto. E dali pra frente, não teve jeito, me levava com ele. Ele dizia: “*eu vou te levar, mas se tu enjoar pode enjoar como for que eu não vou te trazer para casa!*”. Mas eu não enjoava. Os meus irmãos enjoavam e eu não. Eu sou a mais velha. É um ano de diferença entre cada um. Éramos cinco filhos. Um morreu no mar, como eu te contei outro dia. O pai sempre foi pescador. A família toda. A gente é natural de Joinville, mas só nascemos lá. Só na maternidade, depois viemos pra cá. Depois casei com o Kriki com 16 anos, que também já era pescador. Ele pescava aí no rio e eu ia junto. Nós não tínhamos embarcação. Só uma batera a remo, e fiquei de camarada dele. Nós íamos pra ilha a remo, tirávamos marisco, colocávamos rede no costão. Aquela pesca que a Safira faz. Fazíamos tudo isso a remo. Hoje, vou menos porque peguei um problema de pulmão pela friagem muito grande da madrugada que a gente pega lá

fora.⁴⁹ Eu tenho uma bronquite que, quando ataca, me acaba e, com os filhos pequenos, a gente achou melhor eu ir menos. Quando esquenta mais é que vou. Senão fico muito doente. Trabalhamos com várias redes, arrasto de camarão, o caracol, a rede de tainha. A gente faz uma divisória na embarcação e mantém em cada lado para, se vir um peixe, cercar. Tem a rede que lanceia na praia, tem a rede de costão. E, como eu já te disse outras vezes, eu gosto de pescar. O mais difícil é aquela época que não dá nada. Miséria. Isso depende, não tem época. Tem verão que dá. Têm outros que não dá. Além de pescar, eu limpo. Um dia, ele com outro rapaz pegaram, no caceio, naquele dia não fui junto, pegaram 600 quilos de cação: sujo. Eu, com outra guria, viramos a noite, e mais um dia, o dia todo, limpando tudo. Limpava, colocava as caixas com gelo e organizava tudo. Já, por exemplo, com o camarão, dependendo a quantidade, a gente demora dez horas por dia para descascar. Tudo depende da quantidade; se o camarão é grado; se é miúdo. Não tem uma hora certa para parar. A mão parece uma máquina porque a gente tem que ser rápida. A parte que mais usa é a mão, na pesca, mas eu acho que a que mais prejudica é a coluna pelo esforço, pelo balanço do mar, daqui pra lá, de lá pra cá, a gente puxar a rede. Quando está época ruim, de miséria, como eu tenho te falado, é que eu invento as outras coisas pra fazer. Dali, aviso às pessoas: “*olha estou fazendo salgadinho; estou fazendo docinho*”. Às vezes, pego uns aniversários inteiros para fazer, dos docinhos ao bolo. Eu faço tudo. Antes, por falta de tempo ou até por ser mulher, a gente achava que não era tão necessário fazer a carteira. Mesmo porque as mulheres só tiveram o direito à carteira de pescadora há bem pouco tempo. E é assim, quando dá pesca, a gente pesca; quando é miséria a gente inventa outras coisas. A pesca é um vício. Só quando não dá pesca e a situação está difícil mesmo, a gente inventa. Então nós dois gostamos da pesca. A nossa vida é só isso: pesca. Tem que ser uma vida de companheirismo. De amor e companheirismo. Acho que é isso.

2.1.8 Márcia

Sou casada com Lourenço da Silva. Fiz 50 anos dia dois de maio. Ele está com 52 anos. Sou casada há trinta anos. Meu nome completo é

⁴⁹ Quando estava em campo, em junho de 2012, comecei a sentir um frio instalado nas costas, no que equivale à parte dos pulmões e diminuí as saídas para o mar, principalmente quando aumentaram os acessos de tosse à noite. Ao comentar com as pescadoras, elas me falaram: isso é o que a gente chama de *friagem da madrugada*.

Tânia Márcia da Silva, mas todo mundo me chama de Márcia. Tenho 50 anos. Eu estudei até a quinta série; ele também. Temos três filhos, uma faleceu com três mesinhos. Os outros são uma menina e um menino. Eles gostam de comer peixe, mas não trabalham na pesca. O meu filho não deu certo, passa mal e a minha filha diz que não dá para ela porque tem dia que dá, tem dia que não dá, porque a pesca não tem estabilidade. Ela preferiu trabalhar em uma firma, com carteira assinada, assistência médica para ela e para o filho, que é aquele menino que eu cuido. Eu pesco há 11 anos e vai fazer seis anos que tenho a carteira de pescadora. Nós temos dois botes, um para o peixe e um para o camarão. Um bote está no meu nome e outro no nome dele. Eu aprendi a pescar com o meu marido quando casei. Eu tinha 19 anos. Eu já pescava quando morava lá em Joinville. Lá é pesca de baía; é diferente daqui que pescamos no mar aberto. Com o passar do tempo, passamos a trabalhar juntos. Daí eu fui indo, fui gostando. No começo, era difícil porque, para soltar a rede, não podia enlear. E para puxar, não pode puxar muito rápido nem muito devagar porque descontrola o barco. E eu me empolgo, quero puxar bem rápido para ver o peixe, para ver o que vem na rede, e para poder largar de novo. A do camarão, a gente puxa, a gente vê se tem muito ou tem pouco. Ele já sabe. E às vezes tem muita água-viva. Daí deixa umas duas horas, mais ou menos. Tem que saber a direção. Por exemplo, aqui tem uma ilha. Marca aquela ilha como ponto de guia, ou uma luz que se está vendo. Ele diz: “*fixa essa ilha*”. Tem que ter um ponto de referência. Tem que soltar a rede retinha, senão uma prancha engata na outra. E se ele está no leme, eu tenho que ir soltando bem ligeiro, bem ligeiro. E tem que esticar a rede para ficar bem reto. Eu vou no chumbo, ele vai na boia. Mesmo sendo mais pesado, eu já me acostumei. Eu gosto de ir no chumbo. Ele, indo na boia, ele tira o peixe mais rápido. Ele tira peixe até no escuro. Para que ir atrás de camarada que não dá certo? Então, eu sou a camarada dele. Ele é melhor no tirar o peixe; eu sou no botar e puxar a rede, sou muito prática. Para escolher o camarão, também já peguei mais prática do que ele. Outra coisa é que às vezes a gente se machuca muito. Pra catar o camarão, a farpa do camarão entra embaixo da unha, a mão fica gosmenta, lisa. A minha mão engrossou muito no passar do tempo. É a fumaça do motor, aquela sujeira, aquela lama. Por isso, tem mulher que diz que nunca entraria num barco. E mesmo com tudo isso, eu gosto, gosto de ver o peixe na rede; o camarão é a mesma coisa. Quando a rede vem cheia, o meu marido fica contente, diz: tem coisa mais linda do que isso! É uma sensação gostosa porque a gente se anima. Agora, quando puxa e não vem nada, é um desânimo. Aí, xinga

tudo. Quando a gente se molha e fica todo molhado na chuva, aí que é um sofrimento. Por isso tem que gostar. E tem que ser as duas coisas juntas: o gostar e o saber fazer porque a gente está quentinha na cama, duas, três, quatro da manhã, tem que levantar, seja chuva, sol, frio. Tem que ver a maré, que para nós tem que estar cheia, mas não cheia demais, porque não conseguimos passar embaixo da ponte que tem ali, que conheces. Eu acho que o gostar é porque, todo dia que a gente sai, a gente não sabe o que vai encontrar. É uma ansiedade. Essa coisa que a gente sente que é bom. Uma curiosidade pra ver o que vai ser: hoje pode estar bom; outro dia pode ter que fazer a volta e vir. A pesca é assim: tem que gostar muito e saber por que é uma vida difícil. No inverno, eu boto três meias, uma por cima da outra, três calças, cinco blusas, três toucas, e o macacão e mais as botas. E mesmo assim, às vezes, não sinto a mão. E tu imaginas, com tudo isso, se acontecer de se molhar às três horas da madrugada? Tem dias que já desanimei de pegar a rede porque é muito pesada. Eles dizem que é serviço para homem. Mas a mulher também pode fazer. O meu marido diz: “*tu fazes melhor que qualquer homem*”. Isso porque tem que ser tudo certo para não dar errado. Tem a hora de soltar a rede, a hora de puxar a rede. Se for noite, tem que saber botar o pisca.⁵⁰ Eu mesma rezo muito, peço a Deus muita proteção porque é o mar que manda. Se a gente sai ou se volta pra casa, é o mar que diz. Pra mim, o mar é que manda. Sempre. Se a gente não obedecer, sofre. Essa madrugada, se o mar deixar, a gente vai. E eu uso sempre bastante agasalho, casaco, gorro. Eu uso aqueles gorros que a gente chama de gorro de traficante. Queres ver?

2.1.9 Terezinha

Sou natural de Faxinal, Paraná. Viemos para Escalvado, Navegantes. Com 11 anos comecei a cortar cana com o pai. Isso aí foi até os meus 24 anos. Depois, viemos para Joinville. Já vim casada. Casei com 15 anos com um cortador de cana. Fui trabalhar de empregada doméstica por vinte anos nessa residência do meu patrão que te falei ontem. O patrão fechou o escritório e botou uns vinte funcionários que tinha para a rua. Eu também. Ainda em Joinville me divorciei. Casei de novo faz dez anos. Eu pensei: ou vou trabalhar de doméstica ou na roça, que é o que eu sei fazer. Mas aqui não tem roça! Aí, tive a ideia e mandei fazer um barco para mim. Enquanto fazia o barco, providenciei

⁵⁰ Sinalizador luminoso.

a mudança para cá. Daí comecei a pescar com o meu irmão. Quando o meu irmão voltou para Joinville pegamos outro pescador, que ficou com a gente por dois anos. Era eu e esse pescador de camarada. Ele já era um senhor de idade. Resolveu parar por causa da saúde. O barco está no meu nome. Fiz minha documentação, carteira de pescadora. Estou trabalhando até hoje. Quando comecei, queria vender camarão. Mas o camarão estava com o preço muito baixo. A gente resolveu então limpar o produto. Indicaram a Marisete, descascadeira. Trabalhamos juntas há quatro anos. Além de a gente trabalhar juntas, a gente se tornou amiga. Do mar, eu acredito que quem tem medo não entra no mar, porque o mar tem vida. Tem dias que está uma mãe calma. Têm outros que está uma mãe, mas uma mãe brava. É ele quem diz se a gente sai ou se volta da boca da barra. Não tem jeito. Ele manda. Vou te dizer uma coisa bem séria: se não gostar, não fica porque isso aqui não é fácil. Tem que gostar. Eu nunca pensei que ia gostar. Eu podia imaginar qualquer coisa na vida, mas não que ia fazer isso aqui. Na verdade, a gente simplifica a história porque se for contar tudo da vida da gente, dá um livro.

2.1.10 Tina

Meu nome é Cristine Lançoni, a Tina. Tenho 44 anos. Nasci em Paranaguá e fui morar em Curitiba devido a problemas de saúde porque ainda bebê eu tive um melanoma. Com 5 anos, começou a crescer uma bola no rosto. Depois fui para Guaratuba. Quando fiz 13 anos, me apaixonei por aquele mar. Eu era um moleque naquela praia. Aprendi a pescar com o seu Janjão, um senhor bem velhinho que tinha lá. Aprendi a fazer tarrafa, a fazer a saia da tarrafa. Eu ficava com ele aprendendo. Ninguém da minha família era da pesca. Trabalhei lá na pesca de 1986 a 1990. Daí, vim trabalhar em Santa Catarina. Vim morar em Joinville, mas quem é do mar não consegue ficar longe. Aí, decidi vir para Barra do Sul, mas, por problemas de saúde, tive que voltar pra casa da minha mãe. Casei e fui morar em Araquari. Desse primeiro casamento, eu tive um rapaz, que está com 26 anos. O meu marido morreu de acidente. O meu menino tinha 2 anos. Casei de novo aos 31 anos e tive a menina, que está com 11 anos. Ele era grosso. Prendia nós duas em casa. Eu tentei aguentar porque eu pensava que já tinha criado o filho sozinha; e é difícil. Quando ia fazer os BOs, por ele ser médico, porque ele me conheceu na saúde, eles diziam: “*ah, mas o Dr. fulano de tal, tenta aguentar, vai passar*”. Até que consegui: separei aos 39 anos. Ele não queria que eu trabalhasse, que eu pescasse. Aí, quando me separei,

voltei a ser a Tininha. A Tininha do mar! Aí conheci a Márcia. Passamos a trabalhar juntas, faz três anos, e estamos vivendo juntas há dois anos e seis meses. Nós temos três redes. Uma de 120, e duas de 60 metros porque são malhas diferentes. Eu gosto de tarrafejar. Agora, no inverno, fico mais por aqui pelos rios: rio Parati, rio Linguado e subo para a ilha de barco, para a Ilha do Encantado, para a Ilha do Mel, que é mais longe porque hoje estamos precisando ir cada vez mais longe porque diminuiu muito, muito mesmo o peixe. Nós também estudamos. Fazemos curso de hidráulica na Tigre, gratuito. Onde tem curso gratuito, a gente está. Hoje mesmo, fazemos as construções porque só da pesca nós passamos fome. Eu agora terminei a faculdade de pedagogia pela UDESC, gratuito. Faço música para manter o cérebro ativo porque, com o câncer, eu tive que botar uma platina aqui na lateral do rosto. A Márcia está fazendo o segundo grau, eu incentivo. Digo: tem que estudar, tem que continuar! Nós temos um barco de alumínio de três metros e oitenta. Um barco muito grande vai forçar o motor. Nós saímos de casa às cinco, cinco e meia. Retornamos lá por umas 11 horas, meio dia. Eu pegava 25 quilos de camarão. Hoje, pego dois quilos. Então diminuiu muito! Nós costumamos pegar robalo, carapeva, guaivira, parati, tainha nas redes e usamos berimbau⁵¹ para o camarão. Eu tenho a carteira de pescadora, a carteira de Arrais⁵² e agora vou fazer a de mestre amador, mas estão esperando porque mudou a legislação. Para mim, o mar é tudo. Eu amo esse mar. Ele me acalma, eu me sinto bem. É como se fosse uma parte minha, e eu dela: essa mãe natureza. Eu fico triste quando venho da pesca que, de um lado da embarcação é o peixe e do outro é o lixo, que nós vamos recolhendo no caminho. Tem dias que a Márcia chora no mar: como podem fazer isso! É garrafa PET, é lixo. Vemos pegadas de homens na lama onde tem os ovinhos de tartaruga, sabe. Acreditas que eles pegam os ovinhos, fazem fogo e ali mesmo comem assado. Eu digo para a Márcia que não tem que chorar. Tem é que denunciar! Se quiserem comer ovo, que vão comer ovo de galinha! Tem muitos empresários que vêm aos finais de semana, que pegam os barcos de pescadores, e vão pescar. Muitos empresários e pescadores não têm ainda a consciência de que isso aqui é para as gerações que ainda vêm. Tem pescador que deixa a rede à noite toda. Colocam a feiticeira. A feiticeira é proibida, mas a gente sabe que a polícia ambiental não dá conta. Na lua de quarto, todo

⁵¹ Tipo de armadilha usada para pesca de camarão.

⁵² Equivale à habilitação de motorista.

lugar tem rede feiticeira.⁵³ Muitos já estão cuidando. Nós vemos muitos pescadores que trazem, com o peixe, o lixo. Nós fazemos isso muitas vezes. O efeito nós não vamos ver agora, apesar de que já estamos vendo muito, mas os nossos filhos, netos? Os filhos deles?

2.1.11 Cheila

Meu nome completo é grande: Cheila Cristina Sebastião da Silva Verbienen. Cheila com C. mesmo. Tenho 33 anos; três filhos. Sou natural de São Francisco do Sul, conhecido aqui como São Chico. Meu marido é de Itapocu, em Araquari. Casei com 22 anos com Valdelir Verbienen, que hoje está com 45 anos. Eu estudei o segundo grau completo. Aprendi a pescar com meu marido quando eu tinha 23 anos. Pesco há dez anos. Tenho a carteira de pescadora profissional. Pescamos no camarão e no peixe. Temos um bote, tipo baleeiro, com sete metros e meio, que está no nome dele. O outro, de nove metros de comprimento e três de boca, está no meu nome. No começo, foi no camarão. Eu não queria ir não, mas daí ele dizia: “*Vamos neguinha! Vamos!*”. Eu achava que ia enjoar, e enjoava. Depois eu fui vendo como era. Aprendi tudo com ele: separar o peixe, o siri, o camarão. Ele precisava de um camarada. Olhava pra mim. Eu, no começo dizia que não. Foi indo, indo, até que um dia, fui. A única coisa que não sei fazer é remendar rede. É muito complicado. Da minha família? Eu sou de uma família grande. Somos 12 filhos. Eu sou a do meio. Quando eu tinha 7 anos, a minha mãe morreu, de tanto apanhar do meu pai. Foi indo, indo, se acabando, e morreu. A minha irmã, que hoje está com 44 anos, é minha mãe. Ela que me criou. Ela é minha mãe. É assim mesmo que eu chamo ela: mãe. Ela ficou comigo. Quando a minha mãe morreu, o meu pai botou nós tudo embaixo de um pé de pitangueira para quem quisesse pegar e levar. Daí veio um juiz, eu acho que era um juiz e o meu cunhado disse: essa aí não. Essa aí, a minha mulher quer ficar, que a minha irmã já era casada. Que é essa, que é minha mãe. O meu pai era um bruto. Batia na mãe, batia em todos nós. Na verdade, eu nem queria casar. Queria ser livre, mas o meu marido foi indo, foi indo, devagar me conquistou. Eu pedia a Deus, na nossa Igreja, que é a mesma da irmã Safira, para me dar uma luz. E foi assim. Um dia eu estava na porta de casa e batia o sol muito forte no meu rosto. Eu vi que vinha alguém chegando e botei a mão assim, para proteger o olho

⁵³ Tipo de rede usada geralmente na pesca esportiva, considerada pelas pescadoras como extremamente nociva, pois captura tudo que encontra. É considerada uma rede que traz muitos danos à preservação das espécies e está proibida por lei.

e ver: era ele chegando. Aí, eu pensei: está aí a luz que pedi. Vou tentar. Hoje sou casada com ele, embora no começo não quisesse nada com ele, que ele é um alemão, como visse. Sei lá. Eu achava que não ia dar certo. Hoje eu tenho uma família. Agora, estou sem sair para pescar com ele porque as crianças estão muito pequenas. Eu tenho uma menina de oito, uma de seis e o meu filho menor de quatro anos. Se eu for com ele, tenho que pagar alguém para ficar com eles e a pesca está dando muito pouco para poder pagar alguém. Assim que eles estiverem maiorzinhos, volto a ir com ele. Daí, eu participo nos cursos na Epagri. Faço parte do Projeto Cambira, que é uma cooperativa que a gente formou. Eu gosto dessas coisas. De ir, participar. É assim a minha vida.

2.1.12 Adriana

Meu nome é Adriana Gonzales Ludovino Zepelin. Me chamam de Adriana mesmo. Tenho 22 anos. Meus pais moravam aqui. Como aqui não tinha nada, não tinha um hospital, eu nasci no hospital de São Francisco do Sul. Fiz o segundo grau completo. É assim: desde pequena o pai ia pescar e eu queria ir junto. Eu tinha uns 7 anos, Por aí. Aí, a mãe não deixava eu ir junto porque era muito frio, porque o pai só ia à noite. Daí eu chorava. De vez em quando ela deixava eu ir. De vez em quando só. Tinha o meu irmão também. Eu tinha sete, ele tinha seis. Aí, eu comecei a ir junto com o pai, a mãe deixando, não deixando, e assim foi indo. Fui crescendo, aprendendo cada vez mais e continuei pescando. Eu estudava de manhã ou à tarde, depende o ano que estava, e no outro horário, ia com o pai de noite, pescava quase todo dia. Pescava na lagoa. Assim, com uns 10, 11 anos, eu ganhei uma rede do meu pai, uma rede pequena. Aí o meu irmão⁵⁴ começou a ir comigo. O pai ia para um lado, e nós pro outro. Às vezes não dava certo. Eu estava começando. A primeira vez que deu certo eu peguei um quilo de camarão. Quando chegamos ali, o meu tio estava com vinte quilos e nós, contentes com um quilo. Dai em diante foi dando certo, pela idade da gente, a gente ficava feliz com o que tinha pegado. A gente tinha uma baterinha⁵⁵ também. Sempre eu e ele. Daí, a gente aprendeu

⁵⁴ O irmão de Adriana continua pescando com o pai e também tem a própria rede e embarcação. A mãe também pesca camarão com o marido, de aviãozinho, que é uma armadilha para pesca noturna de camarão.

⁵⁵ Adriana usou o diminutivo de batera, uma embarcação usada na pesca que tem o formato de seu fundo achatado. Quando é de dimensão pequena, costumam chamar de baterinha.

com o pai outro tipo de pescaria, que é o arrasto de camarão, mas na água, andando na água, de noite, duas pessoas, eu e o meu irmão. Um de cada lado. É a pesca de cambau. A gente só fazia isso quando o pai tinha bastante encomenda de camarão. Quando a maré vaza, é hora de colocar rede. Quando a maré está naquela maré de quarto, não dá de colocar a rede porque a rede não fica certinha. A maré de quarto, ela não enche nem vaza. Ela fica pra lá e pra cá e pra essa pesca não dá porque o camarão entra na rede e sai. Os bambus ficam fincados e com esta maré não fica certo. Isso é o que se chama de pesca de camarão vivo. Quando eu tinha, tipo uns 16 anos, eu ia para a escola; depois que eu vinha da aula é que eu ia, mas isso não era sempre. Só quando a maré estava de quarto é que eu ia arrastar na água; e quando a maré estava boa eu botava rede no barco, de estaqueio. Hoje a gente faz qualquer tipo de pescaria, tarrafeia, coloca rede, peixe, tudo. Casei com 20 anos. Foi assim: ele é de Pomerode. Veio para cá e ele tinha um barco de turismo e eu sempre estava ali no rio, contando camarão e lavando rede. Ele passava. O meu primo era ajudante dele porque no barco de turismo tem que ter dois: o comandante e o ajudante. Daí, foi indo. Começou a ir lá em casa, conversando com meu pai. Mas era para me ver! Um dia ele pediu para namorar comigo. Fiquei com vergonha. Ele passou a ir pescar comigo e com o meu irmão para ficar perto de mim. Eu tinha muita vergonha porque eu nunca fui de ir para a noite, sair. O meu negócio era pescar. Eu falei pra ele: Só se tu falar com o meu pai. E ele falou. Quando eu estava noiva, comecei a ir de ajudante no turismo com ele. Isso no verão. Depois, como eu sabia pescar, a gente mandou fazer um barco de sete metros para o arrasto do camarão. O nome do meu barco é Adriana. Nós dois escolhemos o nome porque eu sempre quis ter um barco com o meu nome. Nós dois temos carteira de pescador. A gente começou a pescar nós dois juntos, no mar. Começamos a gostar, vendemos o camarão, o peixe. Até lá para Pomerode vendemos. Ficamos só na pesca, na rede de camarão, no caracol e no peixe. Mais ou menos a gente sai às cinco e meia da manhã e a volta depende da produção. Entre uma hora, uma hora e meia, por aí volta pra casa. Ele também gosta. Nós dois arrumamos o barco: ele arruma o motor, eu pinto. Faço nome. Cada um faz uma coisa. O trabalho da pesca tem que ser a dois. Cada pescador tem um ponto, um território da pessoa, cada um tem o seu. É um ponto de família. Passa de um para outro. Ninguém coloca ali na frente. Nessa pesca de estaca. Também se chama de aviãozinho, daquela pesca que tem lá em Laguna. São poucos que pescam assim no rio aqui, uns sete,

oito só. A vida na pesca, pra mim, é a liberdade. É ar livre, natureza, coisa que muita gente não tem. Nem conhece o mar talvez. O pessoal de firma fica o dia inteiro trancado.

2.1.13 Zica

Sou Elzi Maria da Silva Krieger, a Zica, tenho 51 anos. Vivo aqui na praia do Paulas, que faz parte de São Francisco do Sul. Faço tratamento médico direto porque tenho talassemia. Não é leucemia, porque se fosse leucemia eu poderia fazer um transplante de medula. É talassemia, uma doença herdada da genética, como se diz, que os negros têm muito. Tenho que tomar remédio todo dia e, a cada seis meses, fazer o controle com o médico. Na pesca, desde os 7, 8 anos, eu comecei a pescar com o pai. Eu saía para pescar com ele. A mãe também pescava. Eu estudei até o quarto ano. Hoje tenho um filho e uma filha. Os dois não quiseram seguir a pesca. Eu já pesquei no espinhel, já pesquei com rede, com tarrafa, com fiska, que é para pegar o peixe. É só à noite. É um garfo grande que a gente fiska o peixe. Depois fui para o berbigão. Faz 32 anos que pesco berbigão. É a minha vida. Da casca faço um monte de coisa: bonequinhos, cortinas, vasinhas. Aproveito tudo. Boto no terreiro de casa. Eu pago a colônia e tenho a carteira de pesca. Fiquei um tempo sem pescar. Fui trabalhar em outra coisa, mas voltei para a pesca. Quando dá época boa, eu tiro uns trinta quilos de berbigão por dia. Na época ruim, é uns oito quilos. [E a senhora gosta desta vida?]. Eu não conheço outra vida. Eu conheço mesmo, mesmo, só a pesca. Me sinto útil trabalhando, mas eu te digo: para fazer aquilo, tem que gostar, porque as vezes dói tudo: é mão, é braço. O que mais sofre é a coluna pelo peso que a gente pega. A mão também sofre muito porque é um movimento repetitivo. Não tem até aquela doença hoje? A LER. Então, é disso: movimento repetitivo.

2.1.14 Paulina

Eu já pescava com 8 anos. Eu pescava junto com o meu pai. E aí depois eu aprendi mais coisas. Aprendi tudo com ele. Desde nova. Ele me ensinou a passar a rede em cerco para fazer o cerco para pegar o peixe, tirar marisco. Tirava ostra. Lá onde a gente viveu não tem berbigão, mas tem bacucu.⁵⁶ Nós vendíamos saco de bacucu. Nós tirávamos,

⁵⁶ Espécie de bivalve parecido com o berbigão, porém mais alongado.

descarnávamos e vendíamos. Sempre foi assim minha vida. Hoje eu pesco baiacu. Baiacu, tudo. Eu pesco ostra. De tudo. Mas o mais que eu pesco e do que eu vivo é o baiacu. Eu estou com 70 anos. Eu pesco faz 63 anos porque comecei com oito anos de idade. Oito anos de idade! É bastante tempo não é? Eu pesco baiacu hoje. Vou com meu filho. Ou com a minha filha, quando ela está em casa. São os meus camaradas. A gente pesca todo santo dia. Eu limpo porque tem que saber limpar o baiacu porque ele tem um fel que é veneno. Se não souber tirar, mata. Mata até pessoa. Pessoa, bicho, tudo. Ele mata. O fel é uma bolsinha que tem ali que tem que saber tirar bem certinho. Então, eu limpo. Já deixo tudo limpinho, pronto e todo sábado o pessoal vem pegar. Vem o pessoal lá de Curitiba pegar para servir nos restaurantes, para fazer aquelas comidas de japonês. [E a senhora gosta da vida da pesca?] Eu gosto de pescar. [É verdade que a senhora fica doente se não vai pescar?] Chego a ficar doente quando não vou. Pego a cama. É saúde o mar né? [Por quê?] Em casa tem muitas coisas. Diversas coisas. Trabalho sim, mas também os problemas. A gente faz os deveres de casa também, mas só que no mar é mais divertido. A gente vê a natureza. A gente se alegra até com a natureza. Mas tem que levar repelente por causa do mosquito. Óleo não adianta. Ele não registra. Tem que ser repelente. Eu mesmo tenho que ir todo dia. Não adianta dizer que não. Eu tenho que ir. [Quantas horas por dia a senhora fica no mar?] Às vezes nós saímos às sete horas. Conforme a maré, nós saímos: sete horas; oito horas; dez horas. Depende de como está a maré. Viemos às cinco horas. Tem vezes que viemos nove horas da noite, quando a maré seca que não dá de acostar. O perigo da maré seca é bater nas coroaas. [O que é a coroa?] São os bancos de areia e pedra, que a gente não vê. E aqui nessa região tem muito. Às vezes, quando vê, já está em cima. E só vamos com pão e café. Só, porque não dá de levar salgado para o mar porque azeda. É só pão e café. Levo ali um pote de margarina com pão e é isso. [Não cansa a senhora?] Não, a gente se acostumou naquele ritmo. O corpo já está acostumado. É desde muito nova que começou. Não cansa. A gente já está acostumada. Já se acostumou no ritmo. Daí não cansa. O corpo já se acostumou naquilo. [Tem mais alguma coisa que a senhora quer me contar?]. Não. Não sou de falar muito. E já falei bastante até. [E qual o seu nome completo?]. Paulina de Oliveira. Tenho 70 anos. Deu?

2.1.15 Iliete

Eu sou casada com Raul da Silveira. Ele está com 54 anos. Nós temos cinco filhos. Marta, de 30 anos; Marcos, de 29; Marceli, de 28;

Maicom, de 27; Eduarda, de 12. Temos um neto, com dois anos. Eu tenho carteira de pescadora. Tenho duas embarcações no meu nome e uma no nome do meu marido. O grande passo na nossa vida foi que eu tive coragem. Quem teve coragem de fazer empréstimo primeiro fui eu porque ele tinha medo de não conseguir pagar. Aí eu resolvi tentar e deu certo. Tem esse do Pronaf, que é bom; é 3% ao ano. É o juro e o valor do capital. Em uma embarcação de 20 mil reais, estamos pagando 3.200 ao ano, para seis anos. A primeira vez que fui foi difícil porque eles não queriam fazer para mulher. Eles alegavam que mulher não pesca. Como ela vai pagar? Isso faz oito anos. Naquela época se fazia só em grupos de cinco. Tinha três homens e duas mulheres. Daí os homens falaram que se responsabilizavam pelas mulheres. Depois de algum tempo vieram na Colônia de Pesca e perguntaram se as mulheres estavam ali, pois era o único grupo que estava em dia. Esse empréstimo foi o ponto de partida porque a gente trabalhava para os outros. Hoje trabalha pra nós. Estudei até a quarta série. O Raul não teve estudo. Quando fomos para a Barra, fomos para embarcação a motor. Conheci ele com 13 anos; com 15 fui morar com ele; com 16 tive a mais velha. Quando casei, passei a pescar com ele. Nós criamos os filhos tudo pescando junto. Eu deixava uma menina cuidando deles e ia. Com o remo, era rede de fundeio. Deixava à tarde e ia ver de manhã. Ou de manhã e ia ver à tarde. A motor é rede de caceio. A gente solta com as águas e deixa. Fica mais ou menos uma hora, uma hora e meia. Daí, começa a recolher a rede. A nossa pesca é mais ou menos assim: janeiro e fevereiro, malha sete, pescadinha e bembeca; agora (julho) é época da cavala, já é outra rede, de malha dez. No final do ano dá mais a salteira, a corvina. De acordo com a pesca, é o tipo de rede. Os nossos filhos, os dois meninos seguiram a pesca. As nossas duas filhas mais velhas caçaram as carteira, a Colônia. Teríamos que ter mais apoio da Colônia. Por que tem algumas no estado que funcionam e outras não?

2.1.16 Adriana

A minha história é assim: o meu nome é Adriana Meneghetti Martins. Tenho 37 anos. Trabalho na pesca há 17 anos. Eu tirava férias em Itapoá como turista. Aí conheci o meu esposo, Luis Martins, filho de pescador, que está com 35 anos. Filho de pescador, neto de pescador, pescador é! Sou natural de Anchieta, divisa com Argentina, perto de Barracão. Eu era oficial jurídica. Aí, larguei toda a minha vida. Nós casamos um mês depois que vim para cá. Comecei a pescar. Tenho a

carteira de pescadora. Nós temos duas embarcações. Uma para o camarão sete-barbas, se chama Vilma 1. É o nome da minha mãe; e Esperança, que é para o peixe, robalo, cavala, prejarica, sargo. Eu te digo que pescador é do mesmo barro que é feito. Não se cria o pescador. Se é pescador! Se ficar um dia sem ver o mar, é uma tragédia. Então não tinha escolha: fui pescar com ele, e hoje eu também sou assim. A gente tem que acordar e ir para o mar. Se não vai, a sensação é de que está faltando alguma coisa. Quando volta, a sensação é do dever cumprido. A gente não sabe onde começa o mar e onde começa o pescador. É uma coisa só. Não tem lógica. Hoje, eu consigo sentir onde está o cardume do peixe ou do camarão. Tem coisa que não é para ser explicada: essa é uma delas. Nós trabalhamos com arrasto de camarão e com peixe. Tem dias que a gente fica 16 horas. É o arrasto de sete-barbas. Isso porque tem duas enchentes de maré. Você tem que acertar. Às vezes está dando. Às vezes dá duas vezes; às vezes não dá. Então, você persiste. Pescaria não é só uma questão de sorte. É uma questão de persistência também. Quando a gente não está pescando, a gente chega a ir ver o mar umas dez vezes ao dia: tem que ver como está a maré, como está a coloração da água, se passa algum cardume; se a cor do morro diz se vem tempo ruim. É Assim mesmo. Agora estamos na manutenção da caixa do barco. Em termos de administração, são os dois que combinam. Pescaria é sintonia. É um no chumbo, um na rede; ou um em cada rede. Assim é na vida. Dentro do mar, e fora do mar, pois nós dois temos uma profissão única. Os dois trabalham na mesma coisa. A atividade é sempre estar colado. Na pesca, o corpo sente. Para mim é as mãos, mas não é só as mãos porque a caixa de gelo pesa 25 quilos; a de camarão também. Então é braços, é pernas, é equilíbrio, é saber ranger os dentes na hora que ergue as caixas porque se eu estiver falando, minhas costas já era. Então tem que abaixar os joelhos, ranger os dentes, fechando a mandíbula. Aí, você ergue a caixa de produtos. Eu lembro que, quando comecei a pescar, eu me sentia atropelada por um trem, ou melhor, por um bitrem. E mais: tudo isso em movimento, que o mar não para pra gente levantar isso; pegar aquilo. É pegando peso, em movimento. No mar, se o vento for nordeste, que é o nosso caso aqui, o que mais pega de frente, vai nos jogar para todos os lados. E tem mais, quando a gente volta do mar, o corpo todo balança. Se vai tomar um banho, o corpo balança, a cabeça balança, o chuveiro fica pra lá e pra cá. Você fica assim por algum tempo. E a gente não tem escolha. Tem que aguentar. No ritmo do ano, tem dias que pegamos camarão, tem dias que pegamos peixe. Vai no que está dando. Não tem um ritmo único. Às vezes isso é quase como boato. Se espalhar, um vai e pega, conta. Os outros vão para ver se pegam. Não

tem os pescadores que pescam por esporte? Eles não tiram foto com aquele peixe grande como se fosse um troféu? Assim somos nós. Quando pegamos um cardume grande, fazemos um bom cerco, aquele é o nosso troféu. E tem outra coisa: pescador pode falar mal de pescador; quem é de fora não pode. Não é assim nas nossas famílias? Experimenta falar mal de um, para ver se todos não vão defender. Sobre a vaidade, eu acho que é fácil como outra profissão, desde a hora que a pescadora não diminua a sua profissão. Eu me pinto, passo batom, uso brinco porque eu gosto. Eu sou assim. Não é porque estou escolhendo um camarão, que tenho que ter cabelo sujo; não é porque sou pescadora, que vou ganhar menos. Você pode ganhar tanto quanto outra profissão. A gente pensa em investir cada vez mais na pesca, nós dois. Não importa mais para nós o mundo lá fora, buscar outro tipo de profissão; não nos interessa mais. Por isso, o nosso interesse em preservar o ambiente para termos esta profissão por mais tempo. A pesca para nós não é uma obrigação. É um prazer. Mas está diminuindo. Não se pode negar. Está diminuindo cada vez mais, e não é culpa nossa porque quem faz uma toalhinha de crochê não vai acabar com a linha do mundo. É a indústria que está acabando com a pesca. A traineira. E o governo incentiva mais a pesca industrial do que a artesanal.

2.1.17 Tereza

Meu nome é Terezinha Aparecida Cardoso, mas me chamam de Tereza. Moro aqui em Laguna. Tenho 45 anos. Eu não nasci aqui. Nasci em Tubarão. Vim para cá, devia ter na faixa dos cinco, seis anos de idade. A gente veio antes da enchente. Depois, na época da enchente, fugimos para Tubarão porque aqui, com a enchente, juntou mar e lagoa. Encheu tudo. Lá em Tubarão a casa era no alto. Depois voltamos para cá e comecei na pesca. Na pesca é assim: eu aprendi com meu pai. Começou o meu pai com minha mãe. Depois, fui eu. Depois a minha irmã. Não tinha opção. Era: fulano, vamos; sicrano, vamos! Era com qualquer tempo: sol, vento, chuva, frio. Às vezes, eu ia com raiva porque eu não queria ir. Era de madrugada. Queria ficar dormindo na cama quentinha. Apanhava para ir. Na verdade, nós criamos os nossos irmãos porque não dava tempo de estudar. Então, como se diz, tinha que sacrificar alguém. Uns estudaram, só os mais novos. E nós não. Estudei só até a quarta série; depois não deu mais porque era o dia todo na pesca, porque não era só ir pescar. Ia pescar e, quando voltava, tinha que arrumar a isca, o espinhel, tudo. O meu pai era agressivo, duro. A gente queria brincar, mas quando chegava do mar tinha que arrumar as coisas. Com 10 anos se quer brincar, não é mesmo?

A minha irmã não. Ela pescava porque gostava mesmo. Ela era diferente de mim: ela gostava! Desde o começo foi assim. Até hoje ela pesca,⁵⁷ mas está na casa da filha que vai ter um filho. É o primeiro neto dela. Voltando à minha história: então fiquei adulta. Sou mãe solteira. Sou mãe solteira dos meus três filhos. Os filhos dependiam de mim. Daí, eu trabalhava de dia e de noite para criar eles. Tenho uma filha, com 23 anos, um filho com 19 anos e um filho com 15 anos. A de 23 e o de 19 já se formaram; eles terminaram o segundo grau. O mais novo está estudando. A de 23 é secretária de um consultório de dentista. O filho trabalha naquela loja de chuveiro. A minha filha pescava, botava a rede, pescava siri enquanto estudava. O meu filho também sabe tudo, mas teve osteomielite. Hoje ele tem uma diferença nas pernas. Então é perigoso para ele devido à friagem, à umidade. E porque a pesca está muito difícil. Cada um hoje tem o seu trabalho, e o de 15 só estuda. Da pesca eu tirei tudo: o estudo, o alimento deles. Esta casa eu não tinha. Na verdade, um tênis, eu não podia comprar. Andei anos só de chinelo; com a mesma roupa anos seguidos porque se quisesse comprar um tênis ou uma peça de roupa não tinha para o pão, para o leite, para o estudo deles, para a passagem de ônibus que sempre foi muito cara. E isso era o principal porque era para os meus filhos. Eu era e sou responsável por eles. Como hoje. Eu vivo na e da pesca até hoje. Quando eles nasceram eu morava em um ranchinho que era duas peças. Numa peça fiz uma cozinha, no outro um quarto. A luz era de liquinho. Água: era de balde. O rancho era todo furado. Botava uns panos. Era assim. Não posso ter vergonha de contar porque foi isso o que passei. Construí essa casinha há três anos e continuo pescando, pescando. Tem gente que acha a pesca fácil, mas não. A gente envelhece muito, pega muito tempo ruim. Mas era por necessidade que a gente começou. Não tinha opção. Tinha que ir e pronto. Agora, menstruada eu não vou não. Me poupo. Grávida eu ia até o último minuto. Só parava na quarentena. Nunca fiz um pré-natal de um filho. O preço do ônibus sempre foi muito caro. Se tirasse 15 reais na lagoa, tinha que pagar dez de ônibus. Então, nunca fiz. Ainda bem que nasceram todos saudáveis. É assim na pesca: o corpo sofre muito. Uma porque a gente se relaxa com a gente mesmo. É como se o tempo passasse mais rápido para a gente do mar: tem muito sol, a água salgada, o vento, o salitre. Já começa, olha pelo cabelo: o sol e o sal

⁵⁷ Na localidade que vive Tereza, Canto da Lagoa – que é chamada de Ilha pela população local porque a chegada via Laguna é por balsa – existem mais mulheres que pescam com seus maridos, mas que, segundo Tereza, não é por necessidade: Tereza; Cida (irmã de Tereza); Ivonete; Ivonete M.; Nilda; Glória; Fátima.

já toma conta. Parece que não adianta passar um creme. A pele já é mais dura, ressecada, grossa. Diferente de uma mulher da cidade. A mulher pescadora adoece mais rápido do que as outras. É artrose. É dor na coluna. Ataca mais a parte dos ossos porque a gente pega muita friagem, muita umidade. A minha mãe está com 72 anos. De tanto que pescou, perdeu os rins. Hoje ela vive de hemodiálise. De tanta friagem deu uma infecção e demorou muito para conseguir médico. Pelo SUS leva muito tempo, um ano, mais. Hoje ela tem as pernas atrofiadas e vive de hemodiálise. Põe aí no teu trabalho para ver se chega ao governo e para eles saberem que nós precisamos disso: mais assistência na saúde. Um plano de saúde para a mulher pescadora. Mais assistência e linha de crédito adequada para as nossas condições e porque a gente precisa muito. Menos burocracia para a aposentadoria, para conseguir se encostar quando estiver doente. Mais fiscalização. E fiscalização honesta. Põe no teu trabalho. E eles não vão poder dizer que é mentira porque tu filmasse, tirasse foto, falasse com a gente. Não é só um trabalho escrito. A filmagem prova que é de verdade que estivesse aqui e que falamos contigo. Quanto mais falar de nós, mais vão ver que nós existimos, que trabalhamos na pesca. Tu perguntas se eu hoje gosto da pesca? Eu gosto. Hoje eu não vivo sem a pesca. Hoje é a minha vida. Antes eu tinha aquela obrigação. Hoje eu gosto. Se alguém me oferecesse outro serviço, eu não aceitaria. De jeito nenhum! Eu me sinto viva. A vida da pesca me dá uma sensação boa. Estar na lagoa. Ver a natureza que Deus fez. Eu me sinto viva! Viva! É isso. Não sei se falei dentro, como é que se diz, da tua expectativa, mas é isso que eu tinha para te falar.

2.2 Um mergulho mais profundo: Naca e Mãezinha

2.2.1 Eu sou Naca: uma pescadora de verdade

Eu me chamo Naca porque quando nós éramos crianças tinha a minha prima que era a Moca. Daí, eles deram o apelido de Naca. Daí era a Naca, a Moca e a Nica, que é uma irmã minha. Quem naquela época não tinha apelido? A minha outra irmã, Maria, é a única que não tem apelido. A gente chama ela de Mana.⁵⁸ Todo mundo chama de Mana. O meu nome mesmo é Nair, eu estou hoje com 62 anos de idade.

⁵⁸ Embora dona Naca não considere, a forma de chamar a irmã, Mana, não deixa de ser um apelido.

Naquela época nós só saía com o pai e a mãe. Quando tinha festa de São Pedro, a mãe comprava roupa pra mim, mas tinha que ser tudo igual, eu e a Nica, as duas iguaizinhas, como gêmeas: de saia plissada ou vestido de florzinha. A minha mãe era costureira. Naquela época era assim: se comprasse para a Nair, tinha que comprar para a Geni. As duas eram quase do mesmo tamanho, tinham que ir pra baixo com roupinha igual. Eu nunca fui presepeira. Olha, aquilo ali foi me dando uma coisa ruim porque eu me acostumei na pesca. [E com quem a senhora aprendeu a pescar?] Com meu pai. [E como foi?] Desde 8 anos eu já tarrafeava. Eu já fazia rede e tarrafeava com 8 anos, eu. Oito; 9 anos. A minha mãe botava as roupas do pai em mim porque naquela época não tinha roupa para eu pescar. Eu era muito magrinha. Eu era a filha mais velha e, naquela miséria, tinha que ir, tinha que fazer. Eu fui criada lá naquele mato vestindo as calças do meu pai para poder ir pro mar. Já pensasse? Com uma corda amarrada na cintura! Eu só vesti vestido para casar e depois eu dei de presente. [Uma das filhas, que está junto no rancho de pesca, pede: “*mas a senhora não contou que, depois desses anos todos, usou saia; ou vestido? Conta! Foi em São Paulo, na formatura da Isabel, que eles fizeram a mãe colocar e eu não vi*”.] Ah, foi. Me botaram uma saia por aqui (altura dos joelhos) com um blazer e ficou por lá mesmo. Eu não saí de dentro do salão. Um sapatinho meio alto. Fiquei ali dura que nem uma estátua, eles convidavam para ir, eu tinha que ir pela mão porque eu não sei andar de saia. [A filha: “*quando eles falaram pra mim que eles foram nessa festa lá na faculdade, eu não acreditei. Era o meu sonho ver a mãe de saia ou de vestido; 41 anos eu tenho. Nunca vi a mãe, nem de saia, nem de vestido*”.] Não! Levei o meu filho no casamento na igreja, fui de terninho, mandei fazer. Fui à formatura da Lucinha, Pedagogia. Fui assim. Estou com dois sapatos novos. Um do casamento e um da formatura. O do casamento do filhinho, encarunchou, botei fora. Eu não uso; eu não uso salto. Pra mim, é tênis ou rasteira. Eu não sei andar de salto, nem dançar, nada. Não dá. Eu já me acostumei. A minha vida é isso. [Há quantos anos?] É só 49 anos! Eu tarrafeava tanto, tanto! Chegou vez de eu ter oito tarrafas. O meu marido vendeu tudo, de tanto que eu andava dentro da água. Era anoitecer, eu já corria pra praia. E de manhãzinha, estava o dia clareando, eu pegava a tarrafa e ia pra praia porque a gente morava ali, onde eu me criei, casei. Depois é que fui morar lá onde moro. Ele vendeu as tarrafas todas. Levou para Florianópolis e vendeu. [A filha: “*e quantas vezes nós chorava porque queria ir junto com a mãe pescar e a mãe não deixava. Aí ficava correndo pelas pedras, indo atrás dela pelo mar. Nós chorava um monte. Desesperados. Parece que a*

mãe ia para o mar e não ia voltar mais”.] Eu saía correndo e deixava eles. Pequeninhos. Esse aqui foi criado lá naquela casa de cima. Ele foi pra lá com 6 anos. E dali, eu tinha a minha batera a remo, porque toda vida pesquei a remo. Eu puxava lá na praia da cruz. E eu me escondia quando ia ver rede de manhã. Daí, eu saía escondida, ele dava falta. “*Onde é que tá a mãe? Onde é que tá a mãe?*” Aquele não era a verdadeira sombra não, ele era um carrapato. Aquilo era uma tristeza. Ele já começava a chorar: “*eu quero ir com a mãe; eu quero ir com a mãe*”. Aí ele já sentava no meio da estrada, que era de barro, e ficava chorando. Às vezes, eu chegava na praia, botava a estiva, levava a batera rápido pra água. Quando eu tava embarcando na batera ele chegava de corrida: “*oh mãe, eu quero ir com a mãe. Deixa eu ir*”. Eu dizia: “*Vai pra casa. Vai pra casa senão quando eu chegar tu vás apanhar*”. Dava até pena, sabe, porque eu ia na batera. A gente rema com a frente pra praia. Eu dizia: “*vai pra casa, vai*”. Ele ficava lá chorando. Porque demorou ir os cinco para o colégio. A Naizinha, a Lucinha e o Beto, eles andaram na escola porque a diferença é de um ano e meio cada um. Então os três estavam na aula e os outros dois em casa. Quando eles estavam em casa, a Lucinha cuidava do Neco; mas quando eles não estavam, era a minha preocupação. Por exemplo, eu saía de manhã, o meu marido vinha pra baixo, esquecia, ia para o bar e ficava no bar. Bebendo pinga. E eu preocupada. Mas, às vezes, eu chegava, ele estava lá no terreiro brincando. Brincava. Era aquela pobreza. A minha casa nem janela tinha. Era um buraco, não tinha nem como fechar. Era com um saco. Um saco de estopa que eu botava. Eu, nós, somos tudo rico hoje. Cruze! Bota riqueza nisso! Aquilo era trabalho. Tristeza! Mas era bom. Eu tinha saúde. Eu tinha uma disposição que eu subia e descia aquele morro correndo, aquele morro ali da praia da Cruz. Precisava ir à praia, eu já descia correndo. E já subia correndo lá em casa. Até hoje, se eu quiser fazer, eu faço. Não muito, mas eu ainda tento fazer alguma coisa hoje. Mas era bom, bom demais, porque quando a gente é nova é bom demais. Graças a Deus ainda continuo. No meio disso, eu fui pra São Paulo, vim pr’aqui. Depois fui pra Navegantes. Depois que o meu marido morreu, eu fui pra Navegantes, em 85. Depois voltei pra cá e aqui vou ficar até morrer. Gosto de pescar. Só que no inverno é meio difícil. É duro no inverno. É fogo! Muito frio! A idade que a gente tá já não anima mais. Vontade de sete horas tá debaixo do cobertor. No sol, eu estou com uma disposição que já saio. Agora, no tempo ruim. Ih, fico encolhida, com dor no joelho, dor nas costas, dor nos rins, dor na coluna. Já estou com frio porque eu sou muito frienta demais. Eu sou frienta demais! Com 20 anos eu tinha três filhos. Eu era tão gelada, tão

gelada. Bem, eu vivia o dia inteiro no mar. Então é assim: eu sou Naca. Sou uma pescadora de verdade!

2.2.2 Até a minha batera tem esse nome: Mãezinha⁵⁹

Sou conhecida como Mãezinha. Meu nome é Maria da Graça Araújo Castilho; tenho 49 anos e pesco desde os 14 anos. Idade de 8 anos eu já andava pegando marisco, caranguejo. Adoro a vida no mar. Quero morrer nela. Primeiro nós tínhamos o engenho. Vou começar lá do engenho de farinha do meu pai. Com 12 anos eu comecei a raspar mandioca, passar na máquina para moer a mandioca. Nós enchíamos os balaies de massa dentro e botava na prensa. Tudo na mão. Depois enxugava bem a massa. Botava dentro, num fogo. Acendia o forno para nós fazer a farinha. Daí, quando não tinha mandioca para fazer nós íamos pescar. Eu aprendi com o meu pai lá na praia do Forte. Ia eu, o meu pai, o meu irmão. Em três irmãos nós íamos. Tinha dia que fazia alguma coisa; tinha dia que não fazia. E a minha mãe fazia muita coisa de beiju. Eu pegava a bicicleta. Naquele tempo dois beijus eram cinquenta centavos, vamos supor. Então eu enchia. Botava vinte, trinta, quarenta em uma caixinha e saía a vender. Quando chegava o final da tarde, nós éramos obrigadas a estar com aquele dinheiro na mão para comprar o arroz, o açúcar, o café. E meu pai gostava muito de fumar. Quando não tinha dinheiro para comprar o cigarro pra ele, ele ficava variado. Ele chegava a bater até em nós por causa da vontade do cigarro. Aquele dinheiro tinha que ser sagrado pra comprar o cigarro pra ele. E a nossa vida foi assim. Depois, nós vendemos o engenho. Fomos para o baiacu. Matar baiacu. Eu limpava duzentos, trezentos quilos de baiacu por dia. Depois do baiacu, nós viramos para o peixe. E assim foi a nossa vida. Depois o pai arrumou uma peixaria lá na praia, pesca de tainha: no Forte. Aí, no Forte. Todo dia, meio-dia, com 15, 14 anos, eu era obrigada a levar a comida pra ele lá no Forte. Tinha dia que a maré estava seca. Dava de passar no rio. E tinha dia que não dava de passar. A água era pelo peito, pelo pescoço. Nós éramos obrigadas a atravessar o rio para

⁵⁹ Na praia do Capri, em São Francisco do Sul, quatro irmãs de Mãezinha e uma de suas filhas participavam anualmente da pesca da tainha em um grupo que reunia cinco mulheres e cinco homens. São elas Crescência (Quecha), Gilmara, Zenite (Zique), Gilmara e Jaque, segundo me relatou Zenite Araújo da Silva, 48 anos, que começou a pescar com 12 anos, segundo suas palavras: comecei a jogar rede com o pai. Nessa pesca da tainha faz muitos anos que estamos que nem lembro quanto. Saímos às cinco, cinco e meia da manhã e voltamos às seis, seis e pouco da tarde. Ficamos mais ou menos umas sete horas.

levar a comida pra ele, mas tudo era gostoso porque a gente fazia com amor e com carinho pra levar as coisas para o meu pai e o meu pai era tudo na vida que eu tinha. Depois que ele morreu, eu sinto muita saudade dele (emoção; lágrimas; pausa). É isso aí. [Ele era o seu companheiro de pesca.] Ele era o meu companheiro. Tudo aprendi com ele, com a minha mãe e com os meus irmãos. E agradeço a educação que ele deu para nós. Nós éramos 13 irmãos. Todos os 13 irmãos eram educados. E Deus o livre se saísse fora do sério, porque ele brigava com nós. Eu aprendi muitas coisas com ele. [E a vida da pesca foi tudo direto com ele?] A vida da pesca foi tudo com ele, desde o engenho à pescaria foi com ele, e é essa vida que eu estou levando agora. Graças a Deus, a vida que ele deu pra mim e para os meus irmãos foi uma vida boa demais. Até hoje, agradeço a educação que ele deu pra nós: foi o meu pai. E a nossa família está tudo desunida. Não sei por quê. Algum motivo tem. Está tudo desunida. É isso que eu tenho que falar. Hoje eu moro aqui no Iperoba. Eu era muito chegada ao meu pai, era a camarada dele na pesca. Eu mesmo me emociono muito quando falo do meu pai. Eu tive depressão quando ele morreu. Na época a gente pescava camarão de tarrafa, camarão de picaré. Um pega lá, outro cá e vai puxando pela lama. A gente também tinha um engenho de farinha. Eu já pesquei parati, tainha. Eu defumava e vendia. No verão eu também trabalho na peixaria descascando camarão e limpando peixe. Hoje o que eu pesco mais é o parati. No inverno, maio e junho é tempo de tainha. Depois, a tainha se acaba. É o tempo do parati. Novembro e dezembro é tempo de camarão aqui no nosso mar. Aqui é o camarão ferrinho. Caranguejo também é novembro e dezembro. A melhor época é no verão. Se vender em casa, se ganha o dobro. Está escasso para nós. Então a gente vai para o berbigão ou defumo o peixe. Nós éramos 13 irmãos, um falecido. Não tinha que querer. Todos os filhos tinham que trabalhar. Depois, as mais novas é que foi ficando mais leve. Tinha que cortar lenha, fazer comida. E assim, pela pesca, sempre me interessei. E vou me interessar até o fim da minha vida. Eu sou casada há 32 anos com o Eleomar. É Eleomar Dias Castilho. Ele está com 58 anos. Eu casei com 18, ele com 24. Ele trabalha na Prefeitura. Eu quero mostrar o exemplo que minha mãe deu para meu pai para mostrar para meus filhos e meus netos. Tudo o que acontecer ficar junto até o fim dos dias. Não é casar e separar. A pesca é obrigatória para a nossa sobrevivência e eu comecei cedo. Minha especialidade, como se diz, é fazer a cambira, que é uma técnica de fazer o peixe. A gente lava bem o peixe. É cortada a cabeça, abre o peixe pelas costas até a barriga. Põe a faca por baixo da espinha para separar a

espinha da carne. Lanha tudo. Tira o preto. Coloca em uma caixa plástica e salga. Deixa ali por uns 15 minutos. Dali, pego e levo no fumeiro; estendo tudo e boto o fogo embaixo. Com o calor do fogo, o peixe vai secando, vai enxugando e ficando amarelinho. Isso leva umas cinco, seis horas. Quando é época de bastante, é de uns duzentos a quatrocentos quilos. Hoje eu tenho cinco filhas casadas. Elas pescam comigo no intervalo do trabalho delas, mas não querem seguir essa profissão. “É muito trabalho e pouco retorno financeiro”, intervém uma de suas filhas que está ouvindo, ao que Mãezinha continua: Dá trabalho, mas eu faço porque amo. Eu amo tudo que é da pesca, camarão, peixe, defumar, tudo. As pescarias aqui têm quatro tipos de pescaria: o calado. É redondo, fecha a rede. Depois entra dentro e bate com o remo. O puxado: quando a maré está seca, nós jogamos cinquenta braças de cabo. Saímos pra fora. Um fica em terra com o cabo na mão. Nós saímos para fora. Quando termina o cabo, jogamos o calão até na outra ponta da praia. Chegamos com a outra ponta do cabo. Fica um puxando para a terra e o outro arrumando a canoa. O trolhado: nós damos o lanço, fechamos a rede. Depois, amarramos um calão no banco da canoa e depois pegamos a outra ponta. O peixe fica num saco. O cerco: espiamos o peixe à noite com a maré cheia. Saltou dentro no mangue, entramos lá dentro, jogamos o calão. Saímos por fora rodeando o mato. Vai umas 250 braças de rede. Depois, entramos no mangue com a outra ponta do calão. Depois, caímos na água; pegamos a vara. De dois em dois metros fincamos as varas. Levantamos a cortiça. Quando a maré seca, os peixes vão saindo do mangue e ficam presos. Juntamos tudo. Quando a maré enche, pegamos as redes. O cerco é muito sofrido, principalmente ocasião de lua; o mosquito é demais. Mata a gente. Hoje é muito difícil fazer esse cerco porque é muito sofrido, muito trabalhoso. Mas eu tenho orgulho de ser pescadora e levar a vida que eu levo e mais tarde, os meus netos vão dizer: a minha avó foi pescadora. Todos perguntam pra minha neta: quem é a tua mãe? Quem é a tua avó? Minha avó é a Mãezinha, ela é pescadora. Eu tenho orgulho dela dizer que eu sou pescadora. Os homens aqui tudo gostam de pescar comigo porque eu sei puxar uma rede, sei dar um lanço, sei botar uma rede. Sei tudo na vida. E eu queria que um neto, uma neta minha fosse igual a eu, mas até a ora não teve pra isso. Tem dia que leva coisa pra casa; tem dia que não leva nada. A vida da gente é muito difícil no mar. Tanto faz dia de inverno que é dia de chuva, e tanto o dia de sol. Sol é uma coisa que queima a gente e dá muita sede; e dia de chuva, a gente se molha um bocadinho, já começa a tremer de frio. Até a capa que a gente traz, às vezes, molha. Então é

assim a vida de um pescador. E quem bater no peito que é pescador mesmo. Eu digo: sim! Porque a vida que é melhor é a vida da pesca. E eu estou muito orgulhosa de estar aqui contigo. Estou mesmo: muito orgulhosa de estar aqui contigo fazendo esta passagem contigo aqui porque hoje eu possa estar viva. Ano que vem, não sei. Quando tu terminar este CD, essa gravação,⁶⁰ eu quero que tu traga pra mim que eu quero mais tarde, botar e mostrar para os meus netos para eles ver como que a avó deles era. E estou muito feliz! [E por que Mãezinha?] A minha história de Mãezinha é assim: além de pescar com o meu pai, eu cuidava dos meus irmãos para a mãe ir para a roça. Os meus irmãos começaram a me chamar de Mãezinha e ficou até hoje. Até a minha batera tem esse nome: Mãezinha. Quando comprei ela, todos diziam que ela era muito louca. Ninguém gostava de andar na batera. Aí eu botei o nome da batera de Mãezinha. Não vendo por dinheiro nenhum. Aquela batera pra mim, é tudo na vida que eu tenho. Eu botava 12 sacos de berbigão nela. Minha filha deitada em cima. Mais que umas duas, três remadas. Ela é igual um motor de popa de tão boa que ela é. O nome dela é Mãezinha, o meu apelido! E eu adoro essa batera.

2.3 Então, eu mergulhei um pouco mais: Safira, Patrícia, a irmã, e Luísa, a mãe

2.3.1 A Safira

Eu sou casada com Enézio de Souza, que também é pescador. Quando eu tinha 18 anos, fomos viver juntos. Daí, eu comecei a ensinar ele a ser pescador. Eu não tinha noção de que estava ensinando. Parecia que eu estava aprendendo na questão emocional. Parece que foi aprendido junto porque eu estava vivendo uma experiência a dois. Voltando àquele assunto de que te falei outro dia de aprender a paciência. Queira ou não, ele aprendeu comigo, mas lá atrás eu não tinha noção nenhuma de que isso estava acontecendo. É muito forte em mim a noção de que eu não tenho a ensinar. A gente só tem a aprender. Mas quando a gente vê já ficou lá atrás o que a gente deixou de fundamento. A gente saía junto. Ele trocou uma moto por um

⁶⁰ Mãezinha se refere à cópia das fotos e filmagens que eu ia fazendo à medida que o trabalho de campo seguia. Ao terminar o trabalho, entreguei para cada uma das pescadoras cópia em DVD e impressa.

motor, comprou um casco de lancha e uma rede, e a mãe deu outra rede pra nós começar. Nós passávamos o dia no mar. Botava as redes e ia fazer pesca submarina caçando lagosta, garoupa e tirando marisco no mergulho. Isso foi por uns cinco anos. Daí nasceu nossa filha, Aline. Falando de mim, eu fui com 4 anos para a Ilha dos Remédios. Faz seis anos que estou aqui nessa casa direto. Vivi na ilha 24 anos. Essa casa que tem lá na ilha é um fruto do passado. O pai com a mãe era 18 anos de diferença. O pai era alcoólatra. Tinha problema com o álcool. O pai era daqui, a mãe do Paraná. Ele ia pescar lá e se conheceram. O pai roubou a mãe e foi preso. Dormiu umas duas noites na cadeia. Ele adoeceu, sempre teve problema de fígado. Essa tia que me adotou era irmã dele. Soube que nós estávamos passando dificuldade e foi lá. Arrumou pra nós vir morar de favor no galpão da igreja católica aqui em Barra do Sul. Nenhum de nós tinha registro. Éramos quatro filhos nessa época. A Patrícia era bebê, os dois outros eram meninos. Quem sabe a tia adotou eu por eu ser menina, ela ficou comigo. Precisava colocar na escola. Como colocar na escola sem registro? Tinha que registrar. Então me registrou lá mesmo em Curitiba. Então, eu sou filha de Luiza Castanho Correia e de Jetel Mendes, mas no registro de nascimento está o nome de minha tia, Eulália Mendes, como minha mãe, porque ela me registrou. Ela vinha uma vez por mês para pagar algumas contas. Eu vinha junto. E a vontade de ficar? Até que um dia, fiquei. Lá era uma rotina muito diferente: se tinha que tomar café, era bolacha doce, café amargo. Purê de batata, coisas assim que marcam a infância. Pequenas coisas. Colocar meia, colocar sapato, tomar banho todo dia para dormir. Muito rígido, tinha muita regra. Tudo isso na cabeça de uma criança de 4 anos que até aí era livre. Eu me lembro de passar vontade de comer as coisas com a mãe, mas eu nunca me lembro de ter sido obrigada a tomar café amargo. E com ela foi. Quando tinha que ir embora, eu ia chorando porque eu queria ficar. Ela comprava tudo pra mim. Isso não durou mais de seis meses. Colocar pijaminha, camisola. Coisas que eu nunca tinha feito. Com a mãe tomava banho tudo um depois do outro. Tinha medo do pai, mas eu lembro que ali eu era feliz. Um dia, ela queria ir primeiro na casa de outra tia. Daí eu disse: “*deixa eu ir primeiro na casa da mãe. Deixa, deixa*”. Cheguei contente de ver os irmãos, brinquei, me sujei toda. Eu nem liguei. Ela mandou alguém me chamar. Quando me viu: “*Safira, para que você se sujou?*”. Ela ia sair, mas parou a Kombi para falar alguma coisa para minha mãe. Eu

disse: “*eu não vou mais, tia*”. Vi a mãe chorando, meio disfarçado, sabe, e perguntei: “*a mãe gosta de mim mãe, não é? Gosta né, mãe? Diz, mãe, que gosta!*”. Eu fiquei com aquela jardineirinha. Sei lá como dormi. Mas eu lembro que foi o dia mais feliz da minha vida. Daí eu me lembro do pai chegando depois de dias, porque ele não estava, com uma camisa meio rosinha, com um cabeçote do barco. Quando me viu: “*Pois sim, Luíza!*”. Porque ele me viu, sabe. Eu com vontade de chorar, de emoção. Daqui a pouco passou dois anos: vamos voltar a morar na ilha. A Safira fica para estudar. Daí eu não sei se eu completei dois anos de estudo, porque eu tive duas professoras. O pai e a mãe mandaram me buscar para ajudar porque deu uma enfermidade na mão da mãe. Daí eu fui para ficar na ilha e não voltei mais para estudar. Eu tinha entre 8 e 9 anos quando comecei a pescar. Eu lembro que a mãe me disse: Sabe, tu vai puxar a rede com o pai na canoa. A mãe não vai poder ir. Filha, tu abre bem a perna para poder ficar firme e não cair. Fui, puxamos toda a rede. Depois, a mão da mãe veio a melhorar. Teve um determinado tempo que era eu e a mãe que pescamos muito sozinhas porque os meninos eram mais de não ir. O pai não ia por estar doente. Eu e a mãe cansamos de ir seguido. Só nós duas. Era motorzinho a gasolina na época. Se dava problema lá fora, ela montava e desmontava. Arrumava e vínhamos nós duas. Então, ela aprendeu com o meu pai. Eu, na verdade, aprendi com os dois. Mas aprendi muito mais com a mãe: remendar rede, entralhar, fazer, tudo. Eu pesco desde os 8 anos de idade, mas só faz três que tenho a carteira de pescadora. Como a gente vivia na ilha, não pensava nessas coisas de documentação. Eu só fiz a carteira em 2008. O Nezinho já tem a carteira há mais tempo. Quando essa minha tia morreu, me deixou terrenos, pois ela não tinha filhos. Resumindo, eu vendi os terrenos mais barato e fizemos o sobradinho lá na ilha. Tudo é o tempo, porque tu não vai fazer a mesma coisa a vida inteira. O que tu lembras da vida na ilha? Essa pergunta foi constante durante vinte e poucos anos. Era assim essa pergunta porque lá é um lugar muito visitado. Então perguntavam: É bom morar aqui? É bom morar aqui? É uma resposta que precisa ter conteúdo. Não pode ser sim ou não, porque a pessoa quer saber por que sim, por que não. Tem que ter um porquê, né? Durante muito tempo respondi assim: deve ser bom, porque ainda estou esse tempo aqui. Deve ser porque eu não tinha tempo de analisar por que estava lá e se era bom ou não, porque era contínuo. O dia que mais me marcou, que eu resolvi experimentar viver nesta casa aqui, foi

quando eu estava sozinha na lancha com minha filha. Ela tinha entre 8 e 10 anos. A lancha encalhou num banco de areia. Ela me ajudou. Era tão estranho. Vinha a água e escoava pela embarcação. Chuva fina. Frio, frio! Ela se molhava. Depois, a gente conseguiu sair daquela parte de sufoco. Ela disse: “*Sofrimento né mãe?*”. Aí, aquilo me doeu na alma. Eu disse assim: “*Meu Deus, está na hora. Chega!*”. Então, não foi naquele dia, mas aquilo assim. Que judiação! Pra que? Tinha uma amiga que me dizia: “*tu nunca vais sair daqui*” e eu não tinha o controle se ia ou não. Mas como aquilo doeu na alma, aí foi tudo sendo favorável. E as condições da própria saúde. Lá é tudo mais difícil. Botijão de gás, tu levas, tem que carregar; subir pelas pedras, caixa de gelo. Tudo é mais judiado. Então foi uma questão de entendimento mesmo porque chega uma hora, tu tens que parar porque não tem condições. E depois que deu para sair. E é interessante o teu trabalho, Rose, porque com o teu sentimento, com o teu trabalho tu consegues entender que as pessoas, na verdade, são duas. No nosso caso, nós procuramos a parte espiritual. Nós procuramos servir a Deus. E em todo lugar, cada religião, cada pessoa. Tem duas pessoas. Tu estás procurando conhecer melhor o que há além daquilo que se vê só com os olhos. Eu pedia a Deus nos últimos dias: Senhor me dá um sinal. Por que disse tudo? E na Igreja ele falou que viria algo, alguém de algum lugar que eu nem esperava, que era algo mais grandioso que eu nem poderia imaginar. E tu chegasses, Rose, com essa pesquisa, algo grandioso, com as mulheres pescadoras de Santa Catarina: Quantas histórias? Quanto sofrimento? Quanta luta? Mas também quanta coragem? Chegasse para ouvir a minha história; para me fazer falar e ao mesmo tempo ouvir. E eu, te contando, eu me emociono (lágrimas), porque não parece ser a minha história. Parece que não sou e não fui eu. Mas é. Essa é a minha história. Mas eu quero te dizer que eu fiquei pensando essa noite na tua pesquisa e lembrei que tem mais pescadora: a filha da Ana e do Dé, a Cheila, a Patrícia, minha irmã, que trabalha também na banca de peixe. E a Patrícia é muito interessante. Conversando contigo sobre a tua pesquisa e com as conversas que a gente tem todo dia, eu passei a observar mais. A Patrícia inverte os papéis. Eu não tinha me dado conta disso. Vê se tu concordas comigo: nós todas somos as camaradas dos nossos maridos, dos nossos irmãos, como tu já escrevesse. Eles são os mestres. Acho que, de certa forma, a gente reproduz o ser esposa e o ser camarada. Eles é que são as referências. No caso da Patrícia, não. Ela inverte. Quando ela sai com

o marido, ela que é a mestre. Ela que vira aquele motor e lá vai. Ele é que senta na popa, como nós, as camaradas. Então tens que acompanhar ela também. A minha mãe não pode de ficar fora porque foi com ela que eu aprendi. Hoje, ela está mais na banca de peixe, mas se precisar ir, ela vai. Ela sabe tudo. E tem mais: eu sei que eu já falei e que vais fazer isso, mas eu quero reforçar: tens que escrever que cada uma de nós faz de um jeito. Tens que falar sobre os tipos de embarcações, os tipos de redes. Cada uma de nós tem um jeito de fazer. Pode ver: quando a gente viu o que tu mostrasses da Josi, lá de Florianópolis. É rede de espera, mas é outra forma de fazer. Tudo isso tens que falar. É muita coisa, Rose. Até para mim, às vezes, faz um nó na cabeça, mas é assim mesmo!

2.3.2 Patrícia, a irmã

Começo pelo meu nome: Patrícia Castanho Conradt. Hoje eu estou com 34 anos. Tirei o primeiro ano do primário. Sou casada com Ednilson Conradt, que tem 36 anos. Ele não era pescador. Agora é. Ficou sendo depois que casamos, pela dificuldade de ganho, por causa dos cinco filhos. Ele era eletricitista e tinha época que não tinha como sustentar os cinco filhos com o que ele ganhava. Na época que as crianças eram pequenas, eu ficava em casa cuidando delas. Que nós começamos a pescar mesmo junto, nós dois, foi depois que eu tive o meu barco, o Dandico, em 2008. Dandico porque é o apelido do meu filho mais velho. O Dandico mede sete metros. Daí é tudo na mão. É motor de 11 HP. Eu tenho a carteira de pescadora. Ele também tem a dele. O barco, a gente conseguiu adquirir com o seguro-desemprego. Eu já tinha a carteirinha de pesca e economizei para isso. Quando recebi o primeiro salário-desemprego já guardei com esse fim. Nossa pescaria é camarão. Essa ele faz sozinho. A pescaria do caracol ou do caceio é a que nós dois fazemos juntos. Isso da pescaria, lá na ilha, quando a gente era criança, a Safira ia com gosto. É assim: não é todo mundo que é para aquela coisa, para o mesmo. Ela gostava daquilo que fazia. Não era só porque gostava. Como ela te falou, ia também pela nossa necessidade. Não tinha que gostar. Tinha que ir e pronto. Eu, quando tinha que ir, ia chorando. Eu não gostava. Eu era a menor e não tinha o entendimento deles, que eram maiores do que eu: de que tinha que ir pela necessidade. Todos tinham que ir. Então era um berreiro só. Eu fui crescendo e acho que pela nossa necessidade, pela aquela vida de dificuldade, eu sempre dizia que não

queria aquela vida para mim, que nunca ia casar com um pescador. Daí, eu não casei com um pescador. Eu transformei depois (risos). [A filha que, nesse dia, estava junto ouvindo, falou, rindo junto conosco: “*Não adiantou muita coisa. Pelo menos, a promessa que ela fez, ela cumpriu: não casou com um pescador*”.] Hoje, a vida pesqueira, para mim, é muito abençoada porque a minha vida, eu construí na pesca porque quando vivia só com o serviço dele, não passava necessidade, mas só dava mesmo para viver. Aí, depois que nós passamos a pescar juntos, Deus abençoou bastante. A pescaria nossa, nós mesmos pescamos e eu mesma vendo. Daí valoriza mais porque o trabalho que nós fazemos entra todo para nós. Não passa por intermediário. Às vezes, quando por algum motivo não estou pescando, compro do Nego e da Safira porque eu vendo na banca do peixe, ali onde sempre vais olhar e conversar com a gente. Para vender na banca de peixe, eu acho que a mulher tem mais paciência porque a gente escuta cada coisa ali, cada besteira ou asneira dos clientes. O homem já vive mais estressado. Chega do mar com o peixe fresco e não tem paciência para ficar ouvindo o que às vezes a gente ouve. Por exemplo: o cliente olha e diz: “*ah, esse peixe não é de hoje*”, e o peixe acabou de chegar! Eles chegam com as caixas e jogam tudo e a gente que vai organizar, congelar, vender. Ali na banca mesmo só tem um rapaz que vende, mas ele vende porque ele não pesca e os homens que pescam estão ali só para ajudar na limpeza do peixe. Não estão no balcão. Outra coisa é que os clientes querem mostrar que entendem de peixe: chegam cheirando o ar e querem dizer que, pelo cheiro, sabem como está o peixe. Se um peixe estiver estragado, como alguns deles querem dizer, o urubu já teria carregado até o vendedor (risos). Na semana passada, uma senhora falou para a amiga: “*Olha, se deve olhar o olho do peixe e esse não está bom*”. Ela pensou que eu não tinha escutado. E eu não aguentei porque o peixe tinha acabado de ser descarregado: “*A senhora não conhece nada de peixe, porque o olho deste peixe está vivo!*”. O peixe era fresquinho, tinha acabado de chegar! Aí, ela assim: “*Ah, eu quis dizer que o que a gente tem que olhar é o olho do peixe*”. É isso que a gente escuta; fora o cansaço, a dor que sente de movimentos repetidos. Na profissão da pesca, no tipo de pescaria, o que mais sofre são as mãos e as costas da gente. As mãos, os braços e as costas é o que mais força porque nós puxamos tudo nas mãos. Tem os barcos maiores que trabalham com rede, que puxam no guincho, no rolo. Eles não põem a mão em nada. Nós não. Nós é tudo na mão mesmo. Eu já fiquei doente pelo esforço repetido. Pegou os dois braços

de tanto limpar peixe. Estou descansando estes dias porque o braço está doendo demais. Então, eu parei hoje e amanhã. Acho que era isso que eu queria te contar.

2.3.3 Luísa, a mãe

Meu nome é Luísa Castanho Correa. Tenho 62 anos. Eu sou nascida no Paraná, em Guaraqueçaba. Sou filha de pescador. Me criei desde pequena na ilha de Superagui. A gente vivia na pesca. Quem me ensinou foi o meu pai e a minha mãe, os meus irmãos. Desde os 10 anos de idade eu pescava de rede, de linha com meu pai. Sei fazer rede, entralhar, sei tarrafejar. Estudei só o primeiro ano incompleto. Eu sou a terceira filha. A minha família sobrevivia da pesca. A mãe da minha mãe também já vinha da pesca. Era misturado: pesca e plantação. Daí, lá eu conheci o meu marido. Ele já era separado da primeira mulher. Nos conhecemos e viemos para cá. Isso eu estava com 18 anos. Ficamos na casa de parentes por algum tempo, depois arrumaram pra nós ficar ali no salão da igreja católica. Quando tinha festa, nós tínhamos que sair tudo. Depois voltava. Depois é que fomos para a Ilha, a dos Remédios. O meu marido tinha 36 anos. Com 20 eu tive o meu primeiro filho. Em nove anos eu tive cinco filhos: é esse mais velho, o Ananias; depois vem a Safira; depois o Salomão; depois vem a Patrícia; depois o Simião. Quem vive hoje da pesca é eu, a Safira, a Patrícia, o Nego. O Nia também vivia, mas ele está doente, tem o HIV. Ele pegou pelas drogas. Essa é a realidade. Faz uns oito anos, mas é viciado desde os 14. Começou com maconha, depois foi indo e está doente. A família dele toda já vem assim. É uma tristeza. Essa é uma tristeza na minha vida. Eu ensinei a minha filha porque a gente levava ela junto. Depois, quando o pai ficou doente, era só eu e ela que ia. Eu e a Safira. Ela, desde os 10 anos já tinha uma cabeça de gente grande. O mais velho não. Então, ela assumiu o papel de mais velha. Quando o pai faleceu, ela que continuou a ir comigo. Ele batia muito em mim. Em mim e nas crianças. Ou era em mim ou nas crianças. Ele tinha que bater em alguém. Era assim. Tinha que ter a bebida também. Quando começava, eu gritava para as crianças correr. Antes em mim do que nelas! Corriam tudo, iam pro mato e ficavam até eu dar sinal. Às vezes eu passava alguma comida pela janela para elas comer. Deus o livre se ele visse! Era mais desespero. Foi assim. Eu acho que o mais velho ficou viciado porque ele ficava na casa de um lá, de outro pescador

mesmo, até eu chamar de volta; e eu nem podia imaginar que isso acontecia. Se fosse sozinha eu tinha fugido, tinha me virado porque eu ia conseguir sobreviver. Mas tinha as crianças e eu me sujeitava àquilo para elas não morrerem de fome. Quando ele ficou doente, fomos a uma miséria extrema. Miséria. Miséria! Nessas horas, de miséria, de fome, a gente fica muito frágil sabe. Daí, foi quando essa minha cunhada me convenceu, me fez a cabeça e adotou a Safira. Em troca, ela nos mantinha. Dava comida para eu dar para os outros. Foi uma situação extrema, no limite da miséria. Quando a menina foi, eu chorava dia e noite. Não tinha dia que eu não fosse botar comida para os outros filhos, que eu não lembrasse ela e não chorasse. Eu não aguentava. Depois, chegou um dia, ela veio com a tia, que a tia sempre vinha e trazia ela. Ela veio e pediu para ficar brincando com os irmãos. Quando a tia voltou para ir embora, ela disse: *“Eu não vou mais!”*. A tia disse: *“Como assim?”*. *“Eu não volto mais, tia. Quero ficar com a minha mãe, que a mãe gosta de mim, não é mãe?”* Aí, a tia disse: *“Mas tu não tens nem mais roupa aqui. Com o que é que vais dormir?”*. *“Eu durmo de calcinha. Não tem problema nenhum. Eu não volto mais!”* Acho que, na época, ela devia ter uns 6 anos. Era de seis pra baixo. Depois que ela ficou é que nós fomos então para a Ilha dos Remédios. Nós vivíamos de doação também. Ganhava sacos de roupa, eu cortava mesmo à mão, sabe, e fazia as roupinhas deles: shortinho, blusa, calça. Tudo. Fazia assim. Eles ainda se lembram disso. Vai fazer 18 anos que vim da Ilha para a Barra do Sul. Fiquei quase quatro anos sozinha; depois é que casei com ele. É União Estável. Ele tem 47 anos; às vezes é meio criança, mas é um companheiro. Alegria na minha vida era bem pouco, era mais sofrimento, mas era assim. A gente resume porque se fosse contar tudo ia ficar aqui dias e dias e dias contando. Contar me faz pensar, me faz lembrar a minha vida, me vem muita coisa na memória. Me faz ficar alegre, mas também fico triste com as lembranças da tristeza, da miséria, com o meu filho que é doente, com tudo o que a gente passou. Mas também me faz ficar contente porque quatro filhos estão bem. Lutaram, venceram, têm suas famílias. Eu posso dizer que consegui criar os meus filhos; que eles são gente do bem. E, mesmo naquela miséria, tinha horas de alegria. E a minha filha preferiu ficar comigo, mesmo naquilo que a gente vivia.

Capítulo 3

O MUNDO DA PESCA DAS MULHERES

Começo este capítulo discorrendo sobre a relação das pescadoras com alguns elementos que interferem diretamente na pesca, como luas, ventos, marés, tentando apresentar detalhes que compõem sutilezas de seus cotidianos. A ação de tais elementos remete à complexidade que norteia não apenas as saídas e chegadas das embarcações, mas o próprio ritmo dos ciclos de fartura ou de escassez da pesca. Se, por um lado, há uma proximidade das pescadoras com elementos ditos naturais para realizar a pesca, por outro, elas se referiam à relação que têm com o mar como de terapia, o qual, além de ser um fornecedor de alimentos, converte-se em um amenizador de problemas, estresses, dores. Ir ao mar tornava-se uma forma diária de encontrar renovação física, emocional e mental para conseguir dar conta de tudo o que lhes espera em terra: marido e filhos, tristezas, problemas, aflições, mais trabalho. O que elas denominavam de *vício* pelo mar dizia respeito à forma como encontram forças para cumprir suas obrigações cotidianas.

Na sequência do capítulo, detenho-me nos instrumentos de trabalho, como as embarcações, agulhas, linhas, bandeiras para, logo a seguir, falar sobre os peixes, os mais cobiçados e os mais perigosos; a morte do peixe *versus* a vida na pesca; a relação com outros bichos. Sigo na escrita abordando algumas considerações sobre o trabalho em terra, onde observei a centralidade da cozinha, dos ranchos de pesca e do fogo. Após, me detenho na relação das mulheres com as máquinas. E, por fim, as bicicletas.

3.1 O mar

3.1.1 A sutil complexidade dos elementos atores

Eu estava no rancho de pesca de uma das pescadoras enquanto ela terminava uma rede que um cliente viria buscar mais tarde, quando chegou outro pescador e, com uma voz baixa, iniciou o seguinte diálogo, em um tom de quase segredo, não sem antes dar uma olhada para trás em direção ao mar, como se alguém pudesse ouvir:

- *Visse como ela chegou de surpresa?*
- *Então. E visse como ela veio exibida, mostrando força?*
- *Ela, quando quer, chega e vem. Não manda recado.*
- *Mas eu avisei que ela vinha. E quando ela vem, sai de baixo.*

Eu, perto, apenas ouvindo, me perguntava: de quem estão falando? Quem é essa a qual se referem desta forma, falando baixinho? Será que é alguém que fez algo e pode voltar? Quem é essa tão poderosa da qual falam neste tom, como se ela, onde estivesse, fosse capaz de ouvir? Foi então, na sequência do diálogo, que consegui entender o que se passava, quando dona Naca continuou.

- *Olha aqui. Eu tinha limpado tudo, varrido. Ela chegou e foi trazendo água por tudo. Só deixou a marca.*
- *Pois é. Essa triste, sem-vergonha!*
- *Hoje ela não vem mais. Pode ficar tranquilo. Já veio de manhã, mas vai voltar nessa madrugada. Tem que botar os botes⁶¹ para a água. Olha lá do outro lado, como está forte. Está assim pra lá porque o vento é norte. Só naquele canto ali que ela não foi. Mas eu já disse que ali a maré não consegue chegar. No mais, é assim: ela vem e vai arrastando tudo. É poderosa!*

No decorrer de meu trabalho de campo percebi um conjunto que mesclava complexidade e sutileza em que há elementos/atores outros, como marés, ventos, luas, cuja agência⁶² repercute diretamente no

⁶¹ Um tipo pequeno de embarcação.

⁶² Para Latour (2008), ator é tudo o que age. “*Usar la palabra ‘actor’ significa que nunca está claro quién y qué está actuando cuando actuamos, dado que un actor en el escenario nunca está solo en su actuación*” (LATOURE, 2008, p. 73). Daí se tratar de ator-rede em conjunto, cujas agências ocorrem em simultâneo. Nesse aspecto, visando deixar claras

cotidiano pesqueiro. São elementos/atores que mandam, desmandam, influenciam, são observados, ouvidos, obedecidos, nas saídas para o mar ou nas permanências em terra. Para tentar entender o mundo da pesca, é preciso levar em conta que elementos, considerados comumente como naturais e, muitas vezes, sob os efeitos da ação do ser humano, têm uma agência que interfere diretamente na relação humano/não humano exigindo que o elemento humano esteja continuamente atento aos sinais, às mudanças e direções que fogem à sua vontade diante do inesperado do vento que *muda*; da maré que *crece* e do mar que *não deixa sair*.⁶³

Não há uma maré. Há maré cheia,⁶⁴ maré vazante. Segundo os comentários que presenciei e a atenção dada pelas pescadoras, há uma agência na maré que a torna conhecida como *poderosa, exibida*, aquela que chega e vai invadindo tudo, destruindo e bagunçando o que encontra pela frente. Ou vaza, diminui vigorosa e rapidamente levando as pescadoras a questionamentos como: “*se ela enche aqui, vaza em algum lugar. E quando vaza, para onde ela vai? Para algum lugar tem que ir!*” (Safira). É ela, dizem, que manda e determina se o mar se agita ou se acalma. Os movimentos de encher e vazar da maré são ritmados, da direita para esquerda, ou da esquerda para a direita, depende de

as muitas agências na actor-network theory (ANT), emerge o termo “actante”: o que atua, que move, que produz ação. Latour vê todos e tudo como actantes. Porém, entendendo que o sentido que se dá aos actantes advém do elemento humano que está em relação e, no caso das pescadoras e da pesca, tendo reações à ação dos demais elementos que as cercam e que influenciam suas atividades. Embora possamos considerar o vento, a lua, a maré, o mar como actantes, que agem sobre as possibilidades de pesca/não pesca, são as pescadoras quem lhes dão este sentido. Em última instância, portanto, são elas as atorais centrais da relação humano/não humano, tendo em vista que são elas e os pescadores que interpretam, traduzem, compreendem o que os demais atores lhes *dizem* quando o tempo muda, a maré vira, o mar cresce ou a lua engorda.

⁶³ Viveiros de Castro (2002) trabalha com a noção de perspectivismo em que o mundo, para os indígenas é habitado por seres humanos e não humanos, e que um ponto de vista não é uma interpretação subjetiva. Não existe um ponto de vista sobre algo; este algo é o ponto de vista, tratando-se, portanto, de uma “ontologia integralmente relacional” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 385). A personitude e a perspectividade dizem respeito à experiência pessoal, que é mais válida do que qualquer dogma cosmológico substantivo na determinação dos seres que podem ser considerados agentes. Seguindo um raciocínio pautado pelo perspectivismo, poderíamos dizer que nas pescas outros seres ganham uma humanização a partir da qual mandam, desmandam, influenciam, permitem ou impedem saídas e chegadas.

⁶⁴ As marés são influenciadas pelos ciclos da lua, existindo o que os técnicos chamam de “tábua de maré”, que registra e indica os horários do dia em que ela enche e vaza.

onde se está. Olhar a maré encher ou vazar eram momentos que me permitiam observar a força que ela tem quando uma pequena folha seca caída na água era levada pelo fluxo rápido em direção ao mar ou a terra, dependendo se o momento era de encher ou esvaziar. Atentar repetidamente para esses movimentos permitiu-me constatar, de forma muito frontal, que se trata de um grande organismo vivo em que tudo respira junto no movimento: enche, vaza; inspira; expira.

Muito próximo da maré está o mar, posto que este seja totalmente influenciado por ela. Suas oscilações são decorrência dos movimentos que dela advêm. Assim, *se a maré enche, o mar cresce; se a maré vaza, o mar fica magro*. Definições, verbos ou adjetivos costumeiramente atribuídos a humanos, como traiçoeiro, crescer, magro, inchado eram corriqueiramente definidores desses elementos/atores dos quais a pesca recebe influência. Se a maré enche, vaza e é poderosa, o mar não deixa por menos. Ele se mostra calmo ou se agita quando menos se espera. Mais do que isso, segundo minhas interlocutoras, ele tem o poder de perceber sentimentos, como ouvi várias vezes: *“o mar sabe quem tem medo dele; não pode demonstrar; tem que ter respeito; quando ele sente, ele pega quem tem medo. Escuta o que eu estou te dizendo: tu nunca podes demonstrar medo!”* (Neia).

Definiram-me as pescadoras que *“o mar tem vida. Ele é vivo. Ele surpreende. Ele mostra para a gente quem manda. Mostra poder quando menos se espera. Às vezes, a gente sai com ele calminho, calminho. De repente, tudo muda. Ele cresce, encrespa, fica bravo. Assim, de uma hora para outra”* (Naca). Essas falas resumem as muitas que ouvi a esse respeito e as próprias experiências vivenciadas ao embarcar. O mesmo mar que um dia estava calmo, tranquilo, dias depois, ou no mesmo dia, se mostrava agitado. Alguns dias, as embarcações me pareciam pequenas cascas de ovo flutuando em meio a uma imensidão de água que vinha de todos os lados.

Quando perguntei se o que manda na mudança de marés e do mar é, em especial, o vento, Safira me respondeu: *“Não. É mais do que isso. É um conjunto de coisas”*. No entanto, a lua foi apontada como agente central influenciadora dos processos ligados à pesca e que dizem respeito às diferentes e repentinas mudanças, o *encher e vazar* das marés, o *engrossar* do mar, a entrada de peixes. As pescadoras diziam-me que *ela influi em tudo. Pois não influi até na gravidez de uma mulher?* A lua se alterna em nova, crescente, cheia, minguante, cada qual sinalizando como poderá ser a pescaria. Trata-se de uma relação antiga e de um aprendizado de longo tempo, que vem desde os mais velhos, segundo as palavras de Safira.

Ainda se for analisar, a lua é a chefe. É ela que comanda tudo: o mar, a maré, o peixe. Lua minguante e lua cheia são ótimas para peixe predador, que é o robalo, a anchova. Tem pontos na ilha que a gente espera o quarto minguante para botar a rede. A lua nova já é ótima para peixe grande. O quarto crescente é bom, mas para tempo ruim. Ela rege. Rege sobre o mar, o clima. Ela influi nas gestações. Conta três dias. Três dias antes e três dias depois. Assim somos nós com os peixes. Ela tem força sobre o organismo, as plantações, tudo que cresce. Por que a maré cresce? Vaza? Influência da lua! Os antigos de nossas mães e pais para trás só se guiavam pela lua. Por ela, eles sabiam se ia dar um ou outro tempo; se a maré ia encher ou vaziar. Mas não é só isso. É um conjunto de coisas, como te falei, tem vezes que está uma lua cheia e a maré realmente enche. Mas, lá, outro dia, está uma lua cheia e a maré dá uma vazada. Então, não dá para dizer que tem uma regra única e clara. Pode ser aquilo que se espera e que normalmente acontece. Mas também pode não ser.

É interessante notar nas palavras de Safira que o exercício de uma escuta e observação contínua dos *elementos da natureza* lhe propiciou concluir que há um conjunto de fatores que, embora às vezes sejam previsíveis, podem também surpreender, fazendo com que não seja possível uma resposta fechada ou um consenso, conforme ela própria me advertiu certo dia: “*Não tenta achar uma resposta para tudo o que estás vendo, ouvindo, acompanhando com a gente, com o mar, com o vento, com a lua, porque é mais complexo do que dizer: é isso!*” (Safira). Poderíamos dizer, tendo como inspiração Ingold (2012) que, por um exercício de convívio, observação e diálogo cotidiano com a natureza, Safira pondera sobre possibilidades e põe em questão as (in)certezas que a natureza traz a cada momento. Ela não vê, prevê ou afirma. Apenas especula e pondera que pode ser uma coisa, mas também pode não ser o que se espera. Nesse sentido, “à medida que a evidência é orientada por um diálogo com a natureza, a previsão extrapola os fatos observáveis. Com base nesses fatos, trata-se de especular sobre o futuro e não de ver o futuro” (INGOLD, 2012, p. 24).

A especulação sobre o futuro, na prática, significa que as pescadoras se postulam por uma observação contínua e apurada dos movimentos do mar para a realização de seu trabalho a partir de uma relação que, longe de ser resumida a uma contemplação superficial de seus movimentos, passa por uma busca constante de interpretar o que o mar estaria querendo dizer. Aliada a isso, elas mantinham uma troca

continua com demais pescadoras e pescadores no que diz respeito a confirmar o que sua observação indicava como, por exemplo, quando havia suspeita de uma mudança brusca de maré. Elas buscavam se inteirar também sobre o que os meteorologistas estavam anunciando via meios de comunicação e o que os pescadores que possuíam equipamentos mais avançados estavam sabendo pelo rádio.

Juntamente com isso, poderíamos considerar duas qualidades extremamente apuradas nelas: a sensatez e a paciência. Elas só saíam para o mar de acordo com os comandos desses elementos agentes ou esperavam o tempo que entendessem ser necessário para voltar à pesca, mesmo que essa atitude, em princípio, significasse perdas financeiras pelo fato de ficarem em terra. O tempo de espera era utilizado, na maioria das vezes, para revisar e remendar redes, arrumar fios, retocar a pintura da embarcação, arrumar um motor, fazer novas bandeiras. Ou seja, cuidar e manter os instrumentos de trabalho utilizados na pesca.

Em alto-mar, o que aparentemente poderia ser visto como contemplação, era um exercício de interpretação em que as pescadoras mantinham uma atitude de atenção contínua, pois, segundo elas, no mar não se pode ter qualquer momento de distração. Além da observação, a concentração é, portanto, uma atitude obrigatória para quem lida com o mar, tanto para preservar a vida quanto para realizar o que as pescadoras denominavam de *terapia*, sobre o que veremos a seguir.

3.1.2 O mar como vício, fuga, terapia

As pescadoras definiam como *vício* a vida no mar, em que, aliado ao que consideravam que é o que melhor sabem e mais gostam de fazer, diz respeito a uma necessidade interior de fazer, de precisar sair todo dia, de ir. Segundo elas, não se teria como definir esse sentimento, pois somente quem é pescador é que teria condições de entender o que elas queriam dizer quando me diziam o que sentem pelo mar. “*Não tem como explicar. Só quem é pescador para saber o que é; para sentir*” (Josi). “*É um vício. A gente precisa ir, mesmo que não pegue nada, mas tem que ir*” (Alzira). “*É um vício: a vida na pesca é um vício. Só quem é pescador para entender o que se sente*” (Naca).

Outra questão refere-se a encontrar nas saídas para o mar uma espécie de *linha de fuga*⁶⁵ da mesmice do cotidiano na casa e em terra.

⁶⁵ Na proposta de Deleuze e Guattari, o rizoma, que é multiplicidade, é formado de linhas. “As multiplicidades se definem pelo fora: pela linha abstrata, linha de fuga ou

Ao fazer a constatação – que denominavam de gosto, paixão, vício – de que é essa vida que amam, elas colocavam em questão os papéis que se espera que desempenhem de ser pescadora e ser dona de casa em que, segundo elas, este último *apenas disfarçam*, conforme me narraram.

Eu prefiro a vida na pesca a trabalhar em casa porque em casa a gente trabalha, trabalha, trabalha a vida toda e não aparece; e na pesca, a gente vê a produção. Vê resultado. (Cheila).

A vida que eu mais adoro na minha vida é andar nessa vida aqui do mar. Em casa é todo dia tudo igual. A gente mesmo disfarça, né? (Mâzinha).

Não é que a gente não faz os deveres de casa. Faz sim, mas prefere a vida no mar. (Paulina).

Usamos este disfarce de dona de casa, mas vivemos para o mar. Estamos em casa, fazendo uma coisa, outra, mas o pensamento é no mar: se choveu, se vai dar vento; se o tempo mudou, se vai dar peixe, se não vai dar. E as donas de casa vizinhas não conseguem enxergar esta diferença. Um pano de louça é um pano de louça, mas não é aquela coisa branquinha. Nós somos de improviso. Diz isso no teu trabalho. Não há o capricho da dona de casa. E algumas chegam aqui, dando sugestão, dizendo como fazer. Não entendem que nós somos só um disfarce. (Safira).

Disfarçar diz respeito a algo que faz de conta que é. As pescadoras usavam expressões que faziam alusão ao que se esperaria de uma *boa* dona de casa em que o exemplo usado foi o pano de louça, que continuava sendo pano, mas não *aquele* da dona de casa exemplar: branco, sem manchas, engomado, passado. Safira citou exemplos de vizinhas que chegavam a sua casa e não se davam conta de que ela era *uma pescadora disfarçada de dona de casa* e teciam sugestões sobre mudanças e atitudes caseiras que, para ela, não faziam sentido. As vizinhas estariam aludindo a uma atuação pautada por papéis de gênero que exigem da mulher o trabalho exclusivo no espaço privado da casa,

de desterritorialização segundo a qual elas mudam de natureza ao se conectarem às outras. O plano de consistência (grade) é o fora de todas as multiplicidades. A linha de fuga marca, ao mesmo tempo: a realidade de um número de dimensões finitas que a multiplicidade preenche efetivamente; a impossibilidade de toda dimensão suplementar, sem que a multiplicidade se transforme segundo esta linha; a possibilidade e a necessidade de achatar todas estas multiplicidades sobre um mesmo plano de consistência ou de exterioridade, sejam quais forem suas dimensões” (DELEUZE; GUATTARI, 2009, p. 17).

enquanto que Safira e as demais pescadoras, ao preferirem embarcar, subvertiam essa expectativa.

Ao me narrar as motivações sobre a preferência pela vida no mar, elas me apontavam como centralidade o que poderíamos chamar de *fuga* de tudo o que lhes é exigido em terra, como as obrigações de dona de casa que compõem um cotidiano repetitivo no qual *não se vê os resultados do trabalho da mulher*, conforme resumiu a fala de Cheila, e onde reverberam os problemas familiares, afetivos e as dificuldades financeiras.

Uma terceira forma de significar o mar, que não é descosida das duas anteriores, concerne às saídas para o mar como, além de ser o que lhes fornece renda, ser aqueles momentos que elas denominavam como *terapia*. O mar, mais do que fornecedor de alimentos e de uma forma de sobrevivência financeira, se convertia em sobrevivência afetivo-emocional, linha de fuga cujo território permitia um abrandamento das angústias que perpassam seus cotidianos. Ir ao mar e voltar do mar era garantir a *sensação de missão cumprida*, mas também de *alívio*, de *observação e contato com a natureza*, de *recarregamento de energia*. O mar, ao contrário da monotonia que viam na casa, era *cada dia uma surpresa*.

Todo dia o mar muda e, em que pese que fiquem tristes quando o mar não dá nada, ainda assim o preferem, pois ele dá um sossego, uma espécie de distração na necessária concentração que ele exige, embora sendo um espaço, muitas vezes, desassossegado. Vida instável e incerta, mas que lhes proporciona terapia em forma de uma trégua em meio aos desafios com os quais se deparam desde quando eram apenas meninas.

A gente vai, sai, esquece os problemas, volta mais animada, aliviada. (Mãezinha).

O mar é uma terapia. Um alívio. Uma forma de aguentar a vida. (Alzira).

A gente vai e volta com a sensação de missão cumprida. Faz uma terapia. (Josi).

É terapia. É isso que o mar é. (Neia).

A gente vai e foge um pouco das coisas que incomodam. Das preocupações, da dor, de alguma coisa ruim que esteja passando. (Naca).

Na tentativa de fixar o dito (GEERTZ, 1989, p. 29),⁶⁶ eu perguntaria o que as pescadoras nos dizem quando estão dizendo o que dizem? Talvez estivessem sinalizando que a vida na pesca, que amam, é acionada não só como uma profissão que se faz por gosto, mas como viabilizador de alívio de preocupações e esquecimento de problemas. Porém, mais do que isso, talvez esteja na vida da/na pesca o alívio necessário para cumprir o disfarce cotidiano como dona de casa. O gosto pela vida no mar, portanto, na rua, entra continuamente em conflito com a obrigação de realizar os *deveres de casa* no âmbito doméstico. No jogo de inversão que elas próprias se constituem – pescadoras, cujo gosto é a vida de liberdade no mar – família, marido, casa, tudo consegue ser atendido graças à fuga momentânea que o mar propicia. Para viver o que delas é esperado em terra, como esposas e mães de família, por exemplo, só com as sessões diárias que o mar, como linha fuga, permite.

Muitas narrativas apontavam o mar como terapia, alívio das dores, esquecimento dos problemas. Porém, algumas falavam de um nível mais profundo em que, além de ser um alivia-dor, o mar fez-se um verdadeiro mediador – que além de mediar as suas dores – forneceu-lhes um espaço para recuperação da sanidade, do equilíbrio e da vontade de viver diante dos problemas enfrentados, como situações de violência, perdas, dificuldades em que uma delas, Maria, disse que *pensou que ia enlouquecer*.

A narrativa de dor que mais situou o mar como um grande propiciador de amparo e retorno à vida foi a da própria Maria, a brasileira que, pelos motivos que ela própria nos narra a seguir, foi parar em uma das muitas ilhas de Portugal:

O mar me salvou. Se quiseres, posso falar sobre isso.⁶⁷ Queres saber tudo? [...] Eu posso te dizer: o mar me salvou! O mar me devolveu a vida! Às vezes eu ainda tenho crises. Lembro de tudo; ou esqueço. Tenho dores de cabeça. Mas o mar está ali. Foi e é a

⁶⁶ Ao discorrer sobre as características da descrição etnográfica, Geertz (1989) afirma que o etnógrafo inscreve o discurso social. Ao se remeter a Ricouer sobre a ideia da inscrição da ação, aponta para a pergunta: o que a escrita fixa? (GEERTZ, 1989, p. 29), levando a outra questão central. Diz Geertz: “o que faz o etnógrafo? Ele escreve. Ao escrever, fixa o dito” (GEERTZ, 1989, p. 30).

⁶⁷ Maria viveu uma tragédia envolvendo a perda de dois de seus três filhos com implicações que, se fossem aqui publicizadas, poderiam colocar sua segurança e a de seu filho sobrevivente em risco. Portanto, optei por omitir o que me foi narrado sobre esta passagem de sua vida, pautando-me por pressupostos éticos que dizem respeito à preservação da intimidade e da identidade de nossos interlocutores.

minha salvação. Meu filho também já aprendeu a pescar, já sabe fazer de tudo. Sorte que me sobrou esse, senão eu não sei o que seria se mim, sem meu filho e sem o mar. O mar é uma terapia que me tirou da tristeza. E te digo mais: o mar é mãe. E mais: de madrugada o mar é rosa. É lindo. O mar é rosa Rose, não é azul sempre não.⁶⁸ É lindo! O mar foi a minha salvação. Eu não tenho dúvida nenhuma. Sem o mar eu não teria aguentado. Foi a melhor coisa que eu aprendi na vida. A melhor terapia que pode existir: o mar. É isso que eu posso te dizer. (Maria, 38 anos).

Ponderando a partir de Deleuze e Guattari (2009), reafirmo minha consideração de que podemos considerar que o mar seria uma linha de fuga: em princípio fornece alimento e possibilidade de renda – vida olhada pelo prisma econômico-financeiro. Porém, mais do que isso, ao servir como fuga do cotidiano em terra, torna-se linha de fuga da própria fuga, terapia que mantém a pescadora viva – vida afetivo-emocional que lhe permite continuar vivendo. Entendo que é possível pensarmos uma forma circular que envolve mulheres e mar na qual não há um elemento a mais e outro a menos; há múltiplos – há trabalho, há vício, há terapia, há fuga – platôs que compõem o rizoma, que “conecta um ponto qualquer com outro ponto qualquer e cada um de seus traços não remete, necessariamente, a traços da mesma natureza [...] o rizoma é feito somente de linhas” (DELEUZE; GUATTARI, 2009, p. 32). E uma delas, a linha de fuga, faz parte do rizoma

3.2 Instrumentos de trabalho

3.2.1 Embarcações

As embarcações, geralmente chamadas pelos leigos de forma geral de barcos, recebem diferentes denominações no meio pesqueiro, onde batera (bateira), baleeira, bote, caíco, chata, são nomes que apontam cada qual para um tipo de utilização. A bateira é uma embarcação feita de vários paus. Geralmente, tem até seis, sete metros. O batelão também é uma espécie de bateira, mas com a borda, a popa e a proa mais levantadas, dando-lhe o aspecto de um bote. Tem cerca de seis a sete metros. A canoa

⁶⁸ Maria faz alusão aos diferentes matizes que são visualizados no mar, em especial no final da madrugada e início da manhã, quando ganha tonalidades que vão do azul profundo ao azul claro, violeta, amarelo, rosa. Um fascinante e inacreditável espetáculo de cores.

é feita de um pau só, sendo que, geralmente, vai de sete a nove metros. A baleeira tem este nome pela sua forma abaloada, mais arredondada. Varia entre dez a 12 metros. O bote é mais esguio. Varia de nove a 12 metros. O caíco é pequeno e mais utilizado para o transporte até as embarcações maiores. Geralmente, tem em torno de dois a três metros. A chata é uma embarcação mais reta, com o fundo chato, que pode ter entre seis a oito metros. A chalupa tem a sua popa quadrada, reta, diferente do bote, que é mais afunilado, podendo ser de sete a 12 metros.

Acompanhei pescadoras que trabalhavam em bateiras ou botes de madeira ou de alumínio. Algumas preferiam trabalhar a remo, porque, segundo elas, o barulho do motor as irrita; outras já aparelharam suas embarcações com motor, visto como um facilitador, pois permite deslocamentos maiores, exigindo menor esforço físico.

Não encontrei, no decorrer de meu trabalho de campo, mulheres que trabalhassem diretamente na construção de embarcações. Segundo me relataram pescadores com os quais conversei, também diminuiu muito o número de homens que continuam atuando nesse setor da pesca artesanal. Em Barra do Sul, considerada pelos pescadores locais, *a capital da construção artesanal*, ainda existiam pescadores que aliavam a fabricação manual de embarcações à pesca. Eles recebiam as encomendas de outros pescadores quando se tratava de uma embarcação nova, ou para fazer reparos nas usadas.

Para adquirir uma embarcação, geralmente se acorre às linhas de crédito do governo federal, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).⁶⁹ De forma geral, a

⁶⁹ Segundo me esclareceu um extensionista técnico da Epagri, o Pronaf exige uma série de documentos bem como a garantia de pagamento do financiamento contraído, em que muitas vezes a embarcação com a qual já trabalham é utilizada para tal. Uma das dificuldades que os pescadores encontram, se comparados aos agricultores, é que, por se entender que vivem no *meio urbano*, quando procuram linhas de financiamento, muitas vezes não conseguem se *enquadrar* nas regras do Pronaf, que exige comprovação de que em torno de 70% da renda seja oriunda da atividade considerada *rural*, ou no caso, pesqueira (o que também precisa ser repensado). Vejamos o exemplo: um pescador que na safra, mesmo tendo atividades urbanas, consegue vender sua produção por 80 mil reais/ano (sendo sua esposa funcionária pública que ganha 20 mil reais anuais), terá acesso ao crédito rural e direito à Declaração de Aptidão do Pronaf (DAP). Por outro lado, um pescador que tenha renda anual de 20 mil reais e a esposa também tenha a mesma renda de 20 mil reais/ano, alcançando 50% de renda com a pesca, não se *enquadra* para ter acesso ao crédito rural. Outra questão é que, ao contrário do agricultor, que tem atividades como pernoites, lazer, refeições, pousadas rurais entendidas como *atividades rurais*, aquelas que os pescadores realizam, como frete de embarcações, viagens para os turistas, venda de refeições, artesanatos, aluguel de casas

primeira embarcação é pequena, e a maioria dos pescadores trabalha visando, mais tarde, adquirir uma maior, ou trocar por uma do mesmo tamanho, porém mais nova. Quando compram usadas, as embarcações já vêm com o nome, que continua o mesmo, pois já foi registrado na Capitania dos Portos. No entanto, se resolvem fazer uma embarcação nova, geralmente optam por nomes de mulheres da família, visando *fazer uma homenagem*. Outra opção muito comum são os nomes dos filhos, nomes bíblicos ou de santos e trechos do evangelho.

Por exemplo, a embarcação que Safira usava no início de minha pesquisa, que adquiriu usada, tinha o nome de Elias Davi, que, além de ser o nome de seu filho menor, é um nome bíblico.⁷⁰ A embarcação de Mãezinha reproduzia o seu apelido, Mãezinha, que ela própria escolheu, enquanto que a de dona Naca tinha seu próprio nome, que foi escolhido pelo filho pescador, para lhe homenagear, fazendo-lhe uma surpresa. Iliete e o marido optaram pelo nome da filha mais nova, adotiva, com o intuito de lhe demonstrar o quanto é amada. Eles já possuíam as embarcações Eduarda I e Eduarda II. Também foi comum ver nomes ou expressões jocosas, como a canoa Tansinha, cujo significado diz respeito à mulher que não é muito esperta.

A manutenção era feita continuamente, sendo uma vez ao ano, geralmente, refeita a pintura das embarcações, momento em que encontrei mulheres trabalhando com seus maridos. Ao perguntar-lhes como escolhiam as cores, a maioria dos homens respondeu antes que a mulher pudesse falar:⁷¹ “*é ela quem decide, pois entende melhor da combinação das cores*”. Para serem pintadas, as embarcações

aos veranistas, etc. são enquadradas como *demais*. Em assim ocorrendo, não conseguem a DAP, exigência central para acessar aos financiamentos com juros mais acessíveis. Sobre formas de financiamento via Pronaf, ver: www.pronaf.gov.br.

⁷⁰ O que para sua família era extremamente significativo pela religião, vivida de forma muito dedicada e fervorosa. Safira e sua família pertenciam à Congregação Cristã no Brasil, cujos cultos que ela frequentava ocorriam às noites de quinta-feira e domingo. O aspecto da religião, da religiosidade e da fé, embora eu não tenha me aprofundado sobre isso, era recorrente em algumas pescadoras. Encontrei mulheres participando das seguintes igrejas: Católica, Assembleia de Deus, Congregação Cristã no Brasil, Espírita. Uma dizia não acreditar *em nada*.

⁷¹ No início do trabalho de campo, os pescadores me questionavam muito sobre por que eu não fazia também uma pesquisa com e sobre eles; “*afinal quase ninguém vem saber de nós*”. Ou: “*nós também queremos falar. Por que só com elas?*”. Ao que lhes explicava meu propósito. No entanto, mesmo eles sabendo que meu interesse era pelas pescadoras, quando podiam, sempre entravam nas conversas, opinando, comentando, contando algum episódio. Percebi uma espécie de necessidade de falar e ser escutado.

eram retiradas dos ranchos e levadas para a praia, onde o processo de lixar e pintar ocorria em etapas sucessivas. Depois de concluído o trabalho, eram devolvidas aos ranchos, locais de abrigo daqueles que as possuem, ou mantidas ancoradas em local próximo, alguns dos quais denominados *portos*.

3.2.2 Agulhas, linhas, redes

Pescas. Pesca de peixe, de camarão, de siri, de berbigão, foram as que acompanhei. Entre os peixes, corvina, linguado, tainha, anchova, robalo; camarão-de-sete-barbas, camarão branco. Os peixes têm suas épocas e diferentes valores perante o mercado. Assim, tem-se um calendário anual composto de diferentes espécies e distintas formas de pescar. Maio a julho era a vez da tainha, peixe cobiçado pelos clientes que acorriam aos mercados e barracas, e festejado pelos pescadores e pescadoras. Os anos de 2011 e 2012 foram considerados fracos, pois *a tainha passou longe, lá fora*.

Essa circularidade que preenche o calendário da pesca no decorrer do ano é acompanhada por uma embarcação que serve de base para a captura, mas as redes⁷² mudam de acordo com o tipo de pescado e a época do ano.⁷³ Há aí uma diversidade que faz parte do que se chama de “panos da rede”. Dependendo do seu tipo, uma rede pode ter um, ter

⁷² Faço um agradecimento especial ao colega da Epagri, Jefferson Oliveira, de Laguna, especialista na área da pesca, com o qual tive conversas que contribuíram para me esclarecer acerca das diferenças sobre apetrechos, redes, embarcações, o que aliei ao que as pescadoras me narraram.

⁷³ Existem também, além das redes, outros tipos de apetrechos para realizar as pescas: pesca de peixe *com anzol* – apetrecho de metal para captura individual de espécie; pesca *de fisga* – espécie de tridente, para a pesca realizada no complexo lagunar. O pescador fica na proa da embarcação para ter visão de onde está o linguado. Rema lentamente até avistar o linguado, momento em que vira o lado do anzol, que é o próprio tridente, físgando-o; pesca *de gerival*, ou *berimbal* – no complexo lagunar, é proibida. Em São Francisco do Sul é legalizada. Em uma bateira ou canoa, um pau atravessado do lado dela, coloca-se um par de gerival de um lado e um par do outro e captura-se só o camarão. É predatória também, pois pega todo o fundo. Pesca *de siri* – existe a feita com covo, que é uma armadilha fixa de fundo. Põe-se no final da tarde e se retira no dia seguinte. Existe ainda a feita *com espinhel*, que é um fio de *nylon* no qual vai se dando nó e colocando carne de gado. Em média, de cinquenta em cinquenta centímetros vai se soltando no fundo; tem cerca de oitocentos a mil metros de comprimento. Espera-se cerca de meia hora, depois se passa com a embarcação e vai-se recolhendo tudo com um puçá, que é uma espécie de coador. O pescador fica praticamente deitado na embarcação; a linha vai correndo pela mão direita e, com a esquerda, munida de um puçá, retira os siris.

três panos, ter muitas braças.⁷⁴ A rede para camarão é uma; as redes para peixes mudam de acordo com o tipo, o que vai repercutir no tamanho da malha. Assim, uma rede para corvina tem malha oito, uma rede para tainha tem malha dez, uma rede para peixes menores tem malha seis. Para a pesca de siri que acompanhei, eram usadas armadilhas chamadas de gaiolas, feitas de madeira e fechadas com linha de algodão depois de, no interior delas, colocadas as iscas.

A expressão utilizada para refazer e recuperar a rede que se rompia durante a pesca era *consertar, remendar*. Pescadores e pescadoras faziam esse trabalho, geralmente juntos, dependia do tamanho da rede e do estrago que tivesse sofrido. Para tanto, eram utilizadas agulhas e linhas e, a exemplo do processo usado por costureiras e alfaiates, os panos iam sendo costurados e refeitos à medida que a agulha avançava em meio às malhas, refazendo os nós que davam formato aquele tipo de rede. Se antes as linhas eram de algodão, cada vez mais são substituídas pelas de *nylon, made in China*,⁷⁵ o que exige firmeza e ao mesmo tempo provoca fissuras nas mãos que consertam.

3.2.3 As bandeiras

As bandeiras me fascinaram desde o primeiro momento, o que provocava risos em pescadores e pescadoras, levando-os a me questionar constantemente: “*Mas o que tu vêς nessas bandeiras? São só bandeiras*”. O que viam como *só bandeiras* apontava-me que haveria muito mais a ser considerado quando pensamos sobre a intenção da bandeira: sinalizar os pontos de pesca no mar. Em um cotidiano que, visto de fora, pode ser interpretado como sem regras, sem normas, sem leis e que segue um fluxo ditado pelo mar, pelo tempo, pelos ventos, ao contrário, se mostrou intensamente pautado por regras muito claras, a primeira das quais diz

⁷⁴ Braça é uma medida usada pelos pescadores e pescadoras, que utilizam o braço esticado como referência. Daí se dizer que a rede tem tantas braças.

⁷⁵ O que trabalhei em Gerber (1997). Sobre Globalização, ver Bernan (1986); Appadurai (1990); Featherstone (1990); Fonseca (1993); Harvey (1994); Ortiz (1994); Rial (1995). Os denominados “panos de rede” atualmente são feitos industrialmente com linhas de *nylon* e chegam às mãos de quem vai confeccionar a rede propriamente dita via comércio local. Se antes a confecção era feita em casa a partir de linhas de algodão, a produção industrial avançou no cotidiano da pesca num rápido processo, que Harvey chamou de *encolhimento do mundo*, uma compressão espaço-tempo que teve um forte impacto sobre práticas político-econômicas e sobre a vida social e cultural das pessoas (HARVEY, 1994, p. 257).

respeito a ter que gostar da pesca para nela continuar. Uma segunda regra remete a considerar que, se o mar aparentemente não tem dono, não tem cercas. É possível afirmar que há uma complexidade alusiva aos muitos territórios que são sinalizados e que, portanto, mostram para os que ali circulam quem é o *dono* daquele ponto. A delimitação e a sinalização desses territórios, embora sejam migrantes e se deslocem de acordo com a época do ano, são marcadas pelas bandeiras.

As bandeiras são, portanto, os sinalizadores que mostram visualmente onde estão colocadas as redes de pesca, uma forma clara de delimitar e dividir o espaço do mar e, embora aos olhos leigos possam parecer todas iguais, cada pescador sabe qual é a sua. Ao lhes perguntar como a identificam e como fazem para diferenciá-la em meio a tantas, as respostas: “*Cada um faz de um jeito; cada um costura de um jeito; cada um inventa uma forma de saber que aquela é a sua*”. São jeitos de amarrar, dobrar, fazer, costurar em que cada um tem e identifica a *sua* forma.

Ao perguntar-lhes como e com que material faziam, uma resposta em comum: “*inventamos*”. Na ocasião de minha pesquisa, observei e eles me contaram que estavam usando muito os restos de guarda-chuvas. Ao indagar-lhes como chegaram aos guarda-chuvas, me esclareceram: “*Testamos e vimos que dura muito, não resseca tanto no sol e mantém a cor por mais tempo*”. Na verdade, percebi que tudo se aproveita em uma permanente bricolagem: restos de panos, de saias, de camisetas de clube de futebol e de tecido de guarda-chuvas ou sombrinhas.

É interessante aqui remeter a Martins (2007), que, no contexto de Portugal, se referia à criatividade, às invenções e reinvenções dos pescadores que constroem, consertam e laboram com as artes de pesca, para os quais a atividade pesqueira dependia de uma sucessão de invenções e novidades cotidianas. Diz esse autor que não se trata só de imaginar como se deve construir um aparelho que opera escondido da vista, mas que todas as possíveis circunstâncias são levadas em conta, quando cada profissional constrói o aparelho e reinventa-o diariamente.

Eu diria que a capacidade criadora de pescadores e pescadoras é de tal forma inventiva que, concordando com Martins (2007), qualquer tentativa de descrição é insuficiente para revelá-la na totalidade. Ao inventar e reinventar formas de viver a pesca, eles se inventam e reinventam dando a esse já diverso universo mais diversidade, possibilidades e peculiaridades que fogem a qualquer material inicialmente adquirido de produções industriais. Ao fazer isso, estão reinventando formas diferenciadas de viver a dita cultura pesqueira.

“Os procedimentos de reinvenção são discretos, quase invisíveis, porque correspondem a pequenos acréscimos, que aproximam o aparelho de um grau de perfeição por ele intuído” (MARTINS, 2007, p. 60). Eles cultivam uma atitude e um “espírito metódicos, e são intelectualmente rigorosos ao aproveitarem as experiências do passado” (MARTINS, 2007, p. 60).

Na sucessão de testes e experiências, vão alternando os materiais, acrescentando outros, inventando e reinventando seus utensílios, equipamentos e complementos. Nas palavras de Safira, um improvisado em que juntam algumas peças, criam outras, testam e voltam a criar em um exercício contínuo de aproveitamento, colagem, emendas, remendos. Lévi-Strauss (2002, p. 32), ao usar a expressão *bricoleur*, esclarece: “o *bricoleur* é aquele que trabalha com as mãos [...] como no *bricolage*, no plano técnico, a reflexão mítica pode alcançar, no plano intelectual, resultados brilhantes e imprevistos [...]”.

O *bricoleur* está apto a executar um grande número de tarefas diversificadas, porém, ao contrário do engenheiro, não subordina nenhuma delas à obtenção de matérias-primas e de utensílios concebidos e procurados na medida de seu projeto: seu universo instrumental é fechado, e a regra de seu jogo é sempre arranjar-se com os “meios-limites”, isto é, um conjunto sempre finito de utensílios e de materiais bastante heteróclitos, porque a composição do conjunto não está em relação com o projeto do momento nem com nenhum projeto particular, mas é resultado contingente de todas as oportunidades que se apresentam para renovar e enriquecer o estoque ou para mantê-lo com os resíduos de construções e destruições anteriores. (LÉVI-STRAUSS, 2002, p. 33).

Resumindo o princípio norteador central do exercício cotidiano pelo qual se pauta o *bricoleur*, ocorrendo aqui ao que elas próprias me afirmavam, “é que a gente sempre guarda as coisas que ganha ou que acha. Nunca se sabe ao certo, mas sempre pode servir para alguma coisa”. Dessa forma, o material de destruições anteriores existe e fica à espera da oportunidade de ser transformado de acordo com a necessidade do momento.

Em relação ao processo de bricolagem com que confeccionavam as bandeiras, a exemplo das redes de pesca, também percebi uma repetição do ato de costurar. E observei e registrei um pescador a fazê-lo: primeiro, de forma muito cuidadosa, cortou o tecido que revestia cada varão de dois guarda-chuvas. A seguir, recortou-o em pedaços para,

na sequência, costurar cuidadosamente cada recorte, um ao lado de outro, em uma vara de bambu que, finalmente, se tornou o sinalizador, a bandeira, que foi imediatamente levada à embarcação.

Ao observar atentamente o que o pescador fazia, pareceu-me que sua mão grossa e ressecada pela pesca se tornava extremamente delicada, à medida que a sequência cuidadosa que compunha cada etapa da costura ia sendo cumprida. Com agulha, tesoura e linha, assim o pescador costurava e criava aquela que saberia, entre tantas, ser a sua bandeira, algo que me remete a Durand (1995, p. 17), quando se debruça a descrever sobre a arte do sapateiro que consta, segundo o autor, em unir com agulha e linha os fios que aliam costura e imaginação.

3.3 Os peixes

3.3.1 Os mais cobiçados e os mais perigosos

Segundo Haimovici e Klippel (1999), de modo geral, os peixes são estudados de acordo com o ambiente onde vivem. No mar, são duas as principais categorias: demersais, que na linguagem nativa são os que *vivem no fundo marinho* ou ali se alimentam; e pelágicos, que diz respeito aos que vivem ao longo da coluna d'água. Ou seja, na superfície, e não se alimentam sobre o fundo.

Entre os demersais, os mais cobiçados, em se tratando de litoral catarinense, são os linguados (família *Achiridae* e *Paralichthyidae*), os bagres (família *Ariidae*), a corvina, o papa-terra, a pescadinha e as pescadas branca e amarela (família *Sciaenidae*), os peixes-galo, pampos e a guaivira (família *Carangidae*). Também se incluem todos os camarões pescados, com destaque para o camarão-de-sete-barbas que, na ocasião, era a espécie de maior importância para a frota artesanal de arrasto em Santa Catarina. Encontrei também pescadoras que lidavam com berbigão.

Entre os peixes pelágicos de maior importância, estão a tainha e as tainhotas ou paratis (família *Mugilidae*), os robalos (família *Centropomidae*), a anchova (*Pomatomidae*), a espada e os peixes cartilagosos, como as arraias e os tubarões.

Em termos de perigo, podemos nos referir aos peixes considerados mais temidos pelos pescadores, entre os quais se incluem os tubarões, principalmente o tubarão-tigre que, segundo relatos, se finge de morto no barco para atacar. Por outro lado, estão as arraias, que

possuem um ferrão ou dão choques, como a treme-treme, e os bagres, que têm esporões ou espinhos junto às nadadeiras, os quais facilmente infeccionam por causa do muco presente no corpo do peixe, que carrega uma carga elevada de bactérias, além de ser extremamente doloroso. A arraia ainda é considerada a que tem a carne *muito forte*, o que faz com que em algumas localidades seja evitada pelas mulheres durante os períodos de gravidez e pós-parto, denominado *resguardo*.⁷⁶

3.3.2 Os peixes e as redes

Em relação às redes utilizadas conforme o peixe a ser capturado e as formas de pescar, de acordo com os tipos de pescarias, encontrei as seguintes: rede de espera fixa, que em alguns lugares é chamada de manjuada, e que se divide em: a) de superfície, que é usada para a tainha e para diversos peixes, os demersais; b) de meia-água, para anchova e, em alguns casos, para sardinha; e c) de fundo, usada para abrótea, cação, corvina, os chamados peixes de fundo. Algumas redes são lisas, de um só pano, mais usadas dentro de lagoas. Outras são de três panos, para capturar peixes maiores. É a chamada rede de malhão, pois são três malhas, sendo mais usada para o mar aberto. Outra rede muito usada é a de cerco: uma rede lisa, de um só pano, usada para tainha e anchova. Geralmente é mais utilizada em lagoas, ou águas mais tranquilas. Dentro do cerco existe, em algumas regiões do estado de Santa Catarina, o que chamam de *bate-bate*,⁷⁷ que, na prática, significa bater com o remo na embarcação, ou na água, provocando um eco que confunde o peixe e faz com que entre na rede.

A rede feiticeira, também chamada rede de currico, é pouco usada no estado pela pesca artesanal. Verifica-se um uso mais frequente por turistas, na pesca de praia. É uma rede feita de três panos; chamada também de rede de malhão. Tudo o que entra na rede feiticeira, não sai. Em alto-mar, ela é amarrada na embarcação e vai seguindo conforme a maré. Outra modalidade utilizada, considerada predadora, pois arrasta

⁷⁶ Maria Fernanda S. Pereira realizou sua pesquisa de mestrado na Costa da Lagoa, Florianópolis, em que analisou as concepções e práticas relacionadas à formação da criança, e observou que esta era, simultaneamente, um ser individual, mas também membro representante da família formadora de uma rede relacional. No decorrer de sua pesquisa, realizada com mulheres grávidas ou em período de resguardo, emergiram questões que diziam respeito a prescrições e permissões alimentares no período de gestação e no pós-parto (PEREIRA, 2012).

⁷⁷ Aspecto citado por Mussolini (1980), quando de forma pioneira descreveu o cerco.

o fundo do oceano, é a rede de arrasto de camarão. Trata-se de uma rede, cuja panagem é feita de linha mais grossa e cuja pesca é realizada com pranchas de madeira e com ferro para dar o peso necessário para arrastar. A época do defeso, no caso do camarão rosa e do camarão-de-sete-barbas, era de 1º de março a 31 de maio, desde 2009.

A tarrafa é uma rede usada comumente pelos pescadores, podendo ser de três tipos, conforme a finalidade: a) lisa, de malha três para camarão, que não tem o tenso (que serve para ensacar o camarão); b) de rufo (para pegar peixe); c) de argola (quando puxada, forma o rufo em toda a sua extensão).

A prática com rede de arrasto de praia é realizada esporadicamente. Essa rede também arrasta o fundo, capturando diversas espécies de peixes, tanto grandes quanto pequenos. A diferença em relação ao arrasto no mar é que se faz o cerco da praia para a água, saindo da areia e fazendo o cerco; a seguir, se volta para a areia. É realizada com canoa a remo e puxada por homens. Uma peculiaridade da região Sul de Santa Catarina, no município de Araranguá, é o fato de ser feita com motor e puxada por trator.

A rede denominada de aviãozinho é considerada uma armadilha fixa, pois o que entra não sai, e funciona com uma atração luminosa. Em alguns lugares se chama de ponte estrela. O período de defeso era de 15 de julho a 15 de novembro. Na ocasião, existiam 28 áreas que foram balizadas desde 1986, 22 áreas oficiais e seis de acordo de pesca (que não é autorizado, mas feito por meio de um acordo com o Ibama). Cada pescador tem direito a três pontos com seis redes cada um, totalizando 18 redes. Pela legislação, a rede pode ter até 14 metros, mas os pescadores artesanais, segundo informações de técnicos da Epagri, costumam usar redes menores. A legislação permitia, na época, malha três, mas como as fábricas não conseguiam fazer com essa malha, ficava em malha dois, malha oito, o que acabava sendo aceito. Era usada no complexo lagunar e na lagoa do Sombrio, Sul do estado de Santa Catarina.

3.3.3 A morte do peixe; a vida na pesca

É preciso que o peixe morra para que o pescador viva. A atividade da pesca está imersa em uma relação de vida e morte em que, para pescadoras e pescadores conseguirem continuar na atividade, peixes, siris, lulas, camarões e demais pescados que fazem parte de seu cotidiano precisam ser capturados e mortos diariamente. Não há culpa, nem piedade, nem se pensa sobre isso, pois é necessário que o peixe

seja fresco, embora se trate de um peixe morto. Se o peixe, por exemplo, chegar às bancas de comercialização ainda com sinais de vida manifestos nas leves aberturas de boca e guelras, procurando um pouco de ar, ou em movimentos inesperados de seus corpos, melhor: os clientes vibram e têm a certeza da qualidade do frescor do *produto*.

Acompanhar os momentos de captura dos peixes me colocou frequentemente em conflito, em confronto direto ao presenciar, com uma experiência audiovisual, ou seja, testemunhar a morte deles. Comprar um desejado e desejável *peixe fresco* no mercado público é uma coisa que eu, como cliente, estava acostumada a fazer corriqueiramente. Sempre queria o peixe fresco, mas o peixe já estava morto. Não saltava na minha frente nem me olhava como se pedisse socorro. Acompanhar o processo de morte dos peixes e de outros bichos, como pesquisadora, fez-me refletir sobre a subjetividade em campo,⁷⁸ ponderando sobre até aonde vamos, mesmo nos contrariando, angustiando, sofrendo, para levar a cabo nosso propósito de realizar uma pesquisa.

Inesperada, mas rapidamente, aprendi que a morte deles – os peixes – tem som. Ouvi-los me deixava angustiada, inquieta, me sentindo sufocar e, instintivamente, puxando meu próprio ar. Após a primeira vez que vi e ouvi esse processo, espontaneamente perguntei à pescadora e seu esposo: vocês não têm pena de ver o peixe morrer? Não se sentem agoniados? Ambos, rindo muito, me responderam de forma jocosa: “Rose, vou falar uma coisa, não me faz esta pergunta ridícula para mais ninguém. Se perguntares isso aos outros pescadores, eles vão te jogar do barco com roupa e tudo. Onde já se viu ter pena do peixe? (Dé); “Para nós vivermos, o peixe tem que morrer. Entendes? É a regra: a morte do peixe é a vida na pesca (Alzira).

O golpe final na cabeça ou entre os olhos, caso fosse necessário, se tornava extremamente angustiante para a antropóloga em meio à familiaridade dos profissionais que matavam de forma certa. Para eles, e segundo eles, para o pescador viver, o peixe tem que morrer. “É assim; é o processo natural”, me diziam. Se ali, na frente deles, eu me vi tendo que achar natural, e me esforcei para demonstrar uma *naturalização* do que via, foi no *Diário de campo* que consegui registrar minha aflição diante desses momentos:

⁷⁸ Todos nós nos deparamos com questões em campo que dizem respeito à subjetividade. Nesse sentido, sugiro ver, entre outros, Rabinow (1977); Barley (1983, 2006); Clifford (1983); Geertz (2008); Oliveira (2009); Maluf (2010, 2011).

Que angústia! Como mexe comigo ver os peixes morrendo. Comprar peixe fresquinho em uma peixaria ou no mercado é uma coisa. Agora, presenciar eles morrendo é outra completamente angustiante. E tem som! O peixe tem som. Essa sequência de sons que vai do mais forte e, gradativamente, diminuindo até acabar, me angustia. E o golpe final, quando precisa, entre os olhos? Nunca tinha pensado nisso: um peixe fresco é um peixe recém-morto, ou ainda quase vivo. (Barra do Sul, 13.9.2011).

Ainda não me acostumei com os respiros finais dos peixes, siris, arraias. Presenciar de perto o processo de morte deles tem me incomodado. Juro: eles me olham. Ontem, uma arraia olhou para mim.⁷⁹ Fiquei angustiada ao observar sua falta de ar e movimento de ida e vinda do que me parecia seu peito. Estava ali, acompanhando aquele ir e vir, quando, de repente, a arraia abriu os olhos e olhou para mim ao mesmo tempo em que abria, em agonia, a pequena boca. Por um momento fiquei com o olhar fixo no dela para, a seguir, rapidamente, desviá-lo e seguir olhando outros detalhes daquela manhã [...] qualquer coisa para não ficar ali encarando aquela arraia que, fragilizada, me olhava. Abria e fechava os olhos enquanto dava os últimos suspiros. Não aguentei, desviei os olhos da arraia e fui observar os urubus que faziam festa com os restos de peixes ao que, daqui a pouco, seriam agregados os restos da arraia. (Palhoça, 29.6.2011).

Poderíamos pensar que as pescadoras se pautam por uma forma rizomática pela qual, em alguns momentos, defendem alguns bichos e se indignam perante atitudes tomadas em relação a outros. Porém, para o sucesso na repetição cotidiana de busca pelo sustento familiar, a morte de um dos bichos é central, desejada e, caso não ocorra pela rede que lhe captura, o golpe final é desferido sem qualquer cerimônia ou culpa, tendo em vista que, para o pescador viver, é preciso que o peixe morra. O mesmo peixe que emociona a pescadora “*como um filho que se vê pela*

⁷⁹ A expressão que uso não tem qualquer relação com a obra de Tânia Stolze Lima, *Um peixe olhou para mim*, 2005. A autora trabalha sobre o povo Yudjá e a perspectiva, centrando sua pesquisa sobre o cauim, bebida fermentada que seria gente, pois, de certa forma, mata. “O cauim é tido por seus *iwa* como ‘gente’ porque a embriaguez é um grau de morte. Penso que tem um sentido implícito: não nos mataria se fosse gente. Em outras palavras: se a gente morre-um-pouco, só pode ser gente. Se os *iwa* são retratados, como parece, em uma tentativa de restituir o raciocínio dos que batizaram a bebida no passado, é, talvez, como se tivessem dito a si mesmos: o cauim nos mata-um-pouco; até parece que é ‘gente!’” (LIMA, 2005, p. 380). A expressão que utilizei naquele dia em campo foi apenas como evocação imediata do que senti quando o olhar da arraia se deparou com o meu.

primeira vez”, a seguir é firmemente abatido, pois só assim se reverterá em vida para quem lhe capturou. Não há aí *nada de errado*. O peixe, talvez, não seja um bicho, mas um quase ente que lhes mantém vivos. Portanto, “não se pode contar com um dualismo ou uma dicotomia, nem mesmo sob a forma rudimentar do bom e do mau” (DELEUZE; GUATTARI, 2009, p. 18). *É assim que funciona a pesca*. Como um rizoma, que se expande feito tentáculos muito sutis, pescadores e pescadoras defendem a vida de bichos e a relação com eles. Mas também dependem da morte de outros para que a própria vida continue.

3.3.4 Outros bichos: cachorros, gatos, gaivotas, urubus

Há pequenos animais, como cachorros, gatos, garças, que fazem parte do cotidiano da pesca. Aonde seus donos ou donas vão, eles estão juntos, cruzando caminho, metendo-se na frente, no meio, bisbilhotando, cheirando, rosnando, espreitando para ver se ganham algum naco de comida. Era assim com Marjorié, a cadelinha de Mãezinha; Tico, o gato de sua filha; Tuco, o cachorrinho de dona Iliete; Sara, a garça amiga de Safira, que aparecia sempre que os peixes estavam sendo limpos, e que, quando não ia, era lembrada: o que será que aconteceu com Sara, que hoje não veio?

Por outro lado, havia bichos que nunca eram convidados, mas que sempre apareciam nos momentos em que a fartura das vísceras era denunciada quando pescadores ou pescadoras iam jogar no mar os restos que não seriam aproveitados após a limpeza do pescado. O que ocorria poderia ser definido como uma junção de festa com briga e competição entre gaivotas, urubus, garças, mas, principalmente, entre as primeiras em que a algazarra ganhava decibéis que faziam, por vezes, doer os ouvidos.

Como numa espécie de dança, as gaivotas que tinham acabado de engalfinhar um naco de peixe imediatamente se viam seguidas por outras que cismavam em pegar justamente aquele pedaço. Em movimentos para frente ou para trás, para o lado direito ou esquerdo, cada qual tentava se livrar da concorrente até conseguir, em um movimento certo, sair correndo com o petisco enquanto a que perdeu aguçava mais ainda seus grunhidos estridentes.

Os urubus não faziam tanta algazarra. Concentravam-se no pedaço de comida, objeto de disputa, com as asas abertas em “v”, enquanto os movimentos das pernas acompanhavam a concentração dos olhos fixos nas vísceras e nos restos de peixe ou de crustáceo que foram jogados fora. A bicharada percebia que algo estava para

acontecer quando o movimento, geralmente feito com um carrinho de mão conduzido até a beira do mar, começava. Como que disfarçando para que o outro não percebesse, cada um começava lentamente a se aproximar do local-espço do banquete e, de repente, quase ao mesmo instante em que o pescador ou a pescadora virava o carrinho, o alarde se fazia num unísono: “uéquéquéqué!!!!”.

Foi possível observar uma relação muito próxima entre pescadores e pescadoras e os animais que circulavam em suas casas ou na própria praia, em que mesmo aqueles que não seriam, em princípio, animais de estimação, eram vistos como parte da família ou merecedores de atenção. Em alguns momentos, eram tratados de uma forma tão próxima e carinhosa que beirava a uma relação humano/humano.⁸⁰ Segundo um dos pescadores com os quais convivi, “*todas as criaturas têm direito a comer*”. De acordo com ele, isso está ficando cada vez mais difícil com o que definiu como a *neurose do plástico*. Ou seja, a Vigilância Sanitária prescreve a limpeza total do ambiente⁸¹ da praia com tudo sendo embalado em sacos de plástico, imediatamente após a seleção e limpeza dos pescados. Para o referido pescador, isso era visto como um absurdo, pois ele percebia que até as gaivotas estavam ficando *raqúiticas*, sem força para levantar voo devido à falta de comida. E isso, dizia ele, “*é culpa dos turistas, que querem tudo limpinho*”. Em suas palavras:

Até as gaivotas estão fracas. Podes ver, olha lá: coitadas! Não têm força nem para levantar voo; estão ficando raquíiticas. Agora a prefeitura vem obrigando a gente a limpar tudo, ensacar tudo em saco plástico, onde já se viu? Coitadinhas das gaivotas! E a culpa é dos turistas que querem a praia toda limpinha; os neuróticos com limpeza. É a neurose do plástico. Coitadinhas! Eu dou comida mesmo. Todos têm o direito de comer. Por que elas não teriam? (João, Pântano do Sul, Florianópolis).

Havia o questionamento e, ao mesmo tempo, uma ponderação que dizia respeito à diferentes concepções de limpeza. Por um lado, aquela que o pescador entendia que poderia ser mantida tendo em vista postular-se por uma ética da relação com os bichos, diante daquela com a qual se depara quando os órgãos públicos exigem o cumprimento do que diz respeito a seguir os preceitos da legislação sanitária. Enquanto

⁸⁰ Sobre a relação humanos/animais/animais/humanos, ver Segata (2012); Ingold (1991, 2012); Descola (1997, 1998, 2005).

⁸¹ Para uma discussão sobre meio ambiente e antropologia, ver Devos (2007, 2008).

os moldes técnico-sanitários preconizam a limpeza e higienização total da praia, o pescador se guia por preceitos que querem dar conta do pressuposto de que todos os seres vivos têm direito à alimentação, inclusive elas, as gaivotas, *coitadinhas!*

3.4 Em terra: o trabalho continua

3.4.1 Entre o cru e o cozido, cozinhas e ranchos de pesca

Se formos usar a casa⁸² para pensar a pesca, precisamos considerar que a construção dos espaços de sociabilidade aproxima casa e rua, incluindo dois espaços centrais: a cozinha, que é circunscrita às casas, e o rancho de pesca que, além de ser o local de abrigo das embarcações e de realização de atividades ligadas à pesca, é um lugar central para encontros, reuniões, lanches, chegadas e saídas. Uma espécie de segunda casa.

Dentro das casas das pescadoras com as quais convivi, o espaço central onde tudo acontecia, como receber visitas, mães, avós, compadres e comadres, amigas, preparar e fazer as refeições, e onde as atividades do dia cedo se iniciavam, era a cozinha. Era ali que a família se reunia e conversava em torno de temáticas alusivas à pesca, como os seus períodos de fartura ou escassez, as dificuldades enfrentadas ou as pescarias consideradas boas, os encaminhamentos necessários para legalizar a situação perante os órgãos ligados à profissão, entre outros. Era na cozinha que a pescadora preparava a refeição a ser levada para o mar, como café, pães ou, se fosse ficar mais tempo, pratos salgados.

A cozinha é o espaço inicial de circulação de aprendizados sobre os processos de beneficiamento dos produtos da pesca, aí incluindo

⁸² Janet Carsten e Stephen Hugh-Jones, ao organizar *About the house*, 1995, inspirados nos escritos de Lévi-Strauss sobre “*house societies*”, propuseram como objetivo reunir ensaios que falassem sobre casas, não no sentido de estrutura física, mas como espaço que tem uma dinâmica processual e que diz muito sobre corpos, pessoas, relações; como se vive, com quem se come, como se pensa. Segundo eles, “as casas ganham significado para grupos sociais e representam o mundo em volta deles. [...] casas têm dinâmica, características processuais encapsuladas na palavra ‘residência’” (CARSTEN; HUGH-JONES, 1995, p. 1-2). Maluf (1993, p. 49), em seu trabalho de campo em uma comunidade pesqueira de Florianópolis observou que a casa é “o espaço inteiramente produzido e transformado pelo ser humano e impregnado de seus signos”. Ambos os trabalhos dizem respeito às especificidades que cada sociedade imprime nesse espaço onde transformações acontecem e as relações se dão.

consumo e transformações alimentares que implicam normas, valores, relações⁸³ referentes à comida e à culinária. Nas localidades que percorri são as mulheres que trocam e fazem circular esses conhecimentos, que são passados de mulher para mulher em relações inter e intrageracionais em que aprendem a limpar, eviscerar, descascar, preparar, mesclando “matéria e memória, presente e passado, invenção e necessidade na forma de gostos, cheiros, cores, sabores, formas, consistências, especiarias e condimentos” (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1997, p. 296). Quem, o que e como se come, formas de preparo, temperos usados, ingredientes que não podem faltar, por que se come ou se deixa de comer, são questões que dizem respeito à comida e à culinária,⁸⁴ aspectos da vida centrais

⁸³ Woortmann (1986) afirma que a comida fala da família, aí incluídos homens e mulheres, e que é por meio da percepção da comida que o gênero é construído no plano das representações. Diz ele que quando se constrói a refeição, se constrói o gênero. Embora se possa ponderar que há muito mais a ser considerado quando pensamos sobre os processos de construção de gênero, essa correlação entre comida e gênero faz-se interessante para pensarmos como a refeição mostra alguns processos relacionais. Por exemplo, para observarmos quem recebe o que é considerado o “melhor pedaço”, quem come junto com quem; quem serve a comida, entre muitos outros fatores. Há também outro aspecto, levantado por Maciel (2004). A autora afirma que a comida envolve emoção, trabalha com memória e sentimentos. A expressão, por exemplo, *comida caseira* ilustra bem esse pressuposto, evocando aconchego, segurança, ausência de sofisticação ou de exotismo. Remete ao familiar, ao próximo, ao frugal, diz a autora. Quando dona Alicia, 61 anos, dona de um restaurante, me narrou que tentava fazer tudo natural, *como na minha casa*, remetia, a meu ver, ao exposto por Maciel, pois implicava trazer para seu estabelecimento um jeito de fazer: *feito em casa*. Esse jeito de fazer *em casa* remete ainda às relações entre mulheres em que os aprendizados se dão de mãe para filha, de avó para neta, de vizinha para vizinha em que um constante “*aprendi com*” remete à memória dos saberes-fazeres de mulheres na cozinha. A esse respeito Luce Giard traz uma rica discussão sobre lembranças, cheiros, especificidades que nos fazem pensar como “dignas de interesse, de análise e de registro aquelas práticas ordinárias consideradas insignificantes” (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1996, p. 217). A cozinha é, portanto, um espaço em que o domínio que emerge é o feminino, segundo Woortmann (1986), com o que concordo quando me refiro aos espaços da pesca que percorri. Aspectos que dizem respeito à criatividade, às invenções e às habilidades da culinária pesqueira do litoral de Santa Catarina, dos quais são as mulheres centralmente detentoras.

⁸⁴ Sobre a alimentação e a culinária, ver: Certeau, Giard e Mayol (1997); Maciel (2001, 2004); Zaluar (1982); Woortmann (1986); Canesqui e Garcia (2005); Rial (2003); Cascudo (2003); Carneiro (2006); Barbosa (2007); Silveira (2011); Lévi-Strauss (2004, 2006); Kraieski (2007, 2012); Pagu (2012). Trata-se de temáticas centrais de troca entre as mulheres pescadoras, cujos saberes-fazeres (CERTEAU, 1996) produzidos nesses espaços repercutem no mar, quando os cozinheiros que atuam na pesca industrial, ao virem a terra, pedem às suas esposas “alguma receita nova” para inovar (WAGNER, 1981) nas cozinhas dos barcos em que atuam. Assim, embora, a maioria das mulheres

em todas as localidades,⁸⁵ pois revelam muito sobre elas, segundo Lévi-Strauss (2006, p. 448).

A culinária pesqueira tem como figura central os frutos do mar, tendo destaque o peixe, por questão de preferência, mas também porque o camarão, financeiramente, rende mais, ficando para consumo esporádico. Junto ao peixe, não pode faltar a farinha de mandioca para o pirão, que pode ser feito só com água fria ou fervendo, ou ainda com um caldo de peixe. Pirão com peixe é um prato não só de consumo caseiro preferencial, mas prato-emblema de restaurantes. Nesse sentido, Maciel (2001) afirma que “cada região possui hábitos alimentares próprios, mas também pratos emblemáticos que servem como marcadores identitários regionais”, em que o tempero e as formas de fazer emergem como um diferencial nesses processos. Assado no forno ou na brasa, cozido, ensopado, frito, defumado, escalado, muitas foram as formas de preparo e consumo de peixes que observei, sendo uma preocupação central não deixar o peixe *cheirar*. Ou seja, dar sinais de apodrecimento, porque isso não só significava perdas, mas a ojeriza de possíveis clientes que, segundo as pescadoras, muitas vezes confundem o cheiro marcante de alguns peixes com cheiro de podre.

Quando Lévi-Strauss (2004, 2006) se debruçou na escrita que compôs *Mitológicas*, nos deixou questões instigantes para pensarmos a relação natureza/cultura, cru/cozido/podre, a partir do que ele denominou de *triangle culinaire*. Se em *O cru e o cozido*, o autor inicia a definição do referido triângulo postulando que em qualquer cultura ele pode servir para pensar oposições que dizem respeito à natureza/cultura, em *Do mel às cinzas* faz emergir “o mais-que-cru” e o mais que cozido, mel e tabaco. Porém, foi em *A origem dos modos à mesa* que o autor mais me inspirou ao falar sobre modos de fazer.

fique em terra, a troca de seus conhecimentos chega ao mar, nos espaços considerados exclusivamente masculinos, como as embarcações, propiciando uma troca contínua entre mulheres e homens sobre invenções e reinvenções também no que diz respeito à alimentação e à culinária advinda da pesca.

⁸⁵ DaMatta (1997) preconiza que a sociedade manifesta-se por muitos espelhos e idiomas, e que um dos centrais no Brasil seria a comida, viés pelo qual a reprodução social também se dá. Concordo com DaMatta no sentido de que a comida nos fala muito. Olhar a comida me disse muito sobre o lugar da mulher no mundo da pesca, em especial sobre os processos de manipulação, preparo, transformação e consumo alimentar em que a cozinha (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1997) e os ranchos de pesca, em uma relação casa/rua (DAMATTA, 1991), se mostraram centrais, sendo onde ocorrem processos de manipulação e transformação de alimentos. Portanto, de cruzamentos e circulação de saberes-fazeres femininos.

O tetraedro de receitas proposto por Lévi-Strauss (2006, p. 446), grelhado, assado, defumado e frito, que remete aos eixos água/ar/óleo,⁸⁶ instigou-me a problematizar diferentes fazeres que diziam respeito à comida, à culinária, aos modos de manuseio e transformação que tinham como espaço privilegiado cozinhas e ranchos de pesca e, como elemento central, o fogo. Do frito, preferência de consumo diário para as pescadoras, aos processos de pré-cozimento, algo que não mais está cru, mas também não é de todo cozido, talvez o que Lévi-Strauss (2006, p. 446) denominaria de “meio-caminho”, no caso entre o cru e o cozido; e a defumação, visando a atender um público ávido por produtos feitos diretamente por elas, o tetraedro na prática pesqueira dá centralidade à fritura, por um lado, e à fumaça defumadora, por outro, em que o *mais que cozido* aproxima as mulheres dos processos contínuos de transformação de natureza em cultura.

Para além do espaço propriamente dito das cozinhas de suas casas, deparei-me, conforme venho afirmando, com outro espaço que era central para que a pesca acontecesse: os *ranchos de pesca* ou *ranchos de descasque*, situados nos fundos ou próximos às casas. O rancho poderia estar fora do terreno onde vivia a família ou nos fundos de suas residências. Trata-se de um local privilegiado de sociabilidade entre pescadores e pescadoras. Era no rancho que se pedia material emprestado, esquentava-se água, fazia-se café ou se preparava uma refeição entre os muitos afazeres do dia. Alguns se entreajudavam na pintura de embarcações ou nos momentos de empurrá-las para o mar ou para dentro do rancho. Também era ali que se entregava a rede pronta para o cliente que chegava, entre outras possibilidades.

O rancho é, portanto, um espaço de agitação, movimento, conversas, discussões, negociações. É para lá que se encaminham os que chegam do mar e é de lá que ocorrem as saídas para o mar, feitas diretamente da areia para a água, a exemplo de Itapoá, São Francisco, Governador Celso Ramos, Laguna; ou essa movimentação também ocorre em pequenos trapiches de madeira, como em Barra, Barra do Sul, Florianópolis, aos quais muitos se referiam como *meu porto*, *o porto de fulano*. Todos sabiam de onde saíam para pescar a Safira, a Iliete, a

⁸⁶ Lévi-Strauss propõe uma série de variações entre cada um desses componentes do tetraedro em que oscilam cozimento no vapor ou cozimento na água, por exemplo. “Se o sistema culinário considerado fizer uma distinção entre cozimento em água e cozimento no vapor: este último, que afasta a água do alimento, se situará a meio caminho entre o ensopado e o defumado” (LÉVI-STRAUSS, 2006, p. 446).

Naca, a Mãzinha, a Márcia, por exemplo, pois cada qual tinha o rancho ou o seu *porto*, que era, na verdade, o local onde ficava a embarcação enquanto não se estava pescando.

Tanto nas cozinhas quanto nos ranchos de pesca, havia um elemento central: o fogo. O fogo, vindo do próprio fogão, era usado para os preparativos de refeições frugais e para refeições coletivas, como peixe assado na brasa, ou em forma de caldo, reunindo vários pescadores/as amigos/as ou visitantes. Por outro lado, o fogo, que podia ser de um fogão a gás ou feito com lenha diretamente no chão, era imprescindível para processar produtos *in natura*, a partir de onde camarão e siri, por exemplo, eram transformados, passando de cru ao que é denominado de *pré-cozido*; de peixe *sujo* ao filé; de camarão ao empanado; de siri à casquinha.

Nesse contexto que se compunha de cozinha, rancho, praia, casa, rua, dentro, fora, o rancho é, por um lado, um espaço de transformações alimentares em que o elemento fogo é central em todos os processos, mesmo deslocado da cozinha da casa, mas é também um espaço de sociabilidades que possibilita a emergência de conflitos, trocas, criações, negociações entre profissionais da pesca, clientes, amigos e vizinhos que circulavam por aquele espaço.

É interessante lembrar a distinção que DaMatta (1991) fez entre a casa e a rua. Ele observou que a casa é o espaço dedicado ao sossego, à segurança, opondo-se à rua, que seria o local de fora, onde estaria, entre outros aspectos, o relacionado ao trabalho. A partir dos pressupostos do autor, parece-me possível dizer que o rancho de pesca constitui-se em um espaço de junção em que casa e rua, por vezes, se mesclam. Mas é também um espaço entre a casa e a rua, ou ainda um espaço que se transforma em uma segunda casa. Há ali a reunião de amigos e amigas, a realização de trabalhos em grupo, bem como trocas de receitas, confidências, problemas, mas também momentos em que o pescador ou a pescadora acorrem quando querem ficar sozinhos, pois cada rancho tem seu dono ou sua dona e, embora se entre sem bater, só se entra com a permissão que a amizade propicia.

Fisicamente, o rancho de pesca não é totalmente rua, posto que coberto e protegido das intempéries; nem totalmente casa, pois está aberto como local aonde se chega para sair ao mar, e para onde se volta após a jornada diária. Simbolicamente, ele é casa e é rua. É sossego, mas também movimento.

3.4.2 Mulheres-máquina; mulheres e máquinas

A máquina, as máquinas, a máquina e a mão, as mulheres-máquina, o artesanal e suas técnicas são questões que emergiram no decorrer de meu trabalho observando as mulheres em ação nos diferentes momentos de processamento de peixes e camarão em especial. Observei que há maneiras distintas de processar os produtos, pelas quais vão sendo criadas e adaptadas diferentes formas não só de pescar, mas de descascar, eviscerar, limpar, transformar os pescados. A discussão sobre formas de processamento constitui tópico central de interesse no cotidiano da pesca, em que, por um lado, objetiva encontrar maneiras de minimizar o sofrimento e desgaste das mulheres e,⁸⁷ por outro, de *preparar o futuro* diante da constatação de que a mão de obra feminina na pesca vem diminuindo a cada ano. Aborda-se aqui a inclusão de máquinas nos processos de beneficiamento, as consequências daí advindas e a visão das mulheres que aí se inserem.

A comparação entre mulher e máquina é uma constante: *elas descascam rápido como uma máquina; elas são mulheres-máquina*. Tais comentários me levavam a pensar sobre as implicações da capacidade dita artesanal – visualizada no ato frenético do uso das mãos no trabalho – das pescadoras nos processos de limpeza e processamento de pescados, em que a velocidade, a agilidade e a destreza com que descascam camarão ou evisceram peixes, por exemplo, é uma constante referência à qualidade exigida para o trabalho na pesca.

⁸⁷ Nos contextos em que as mulheres com as quais convivi trabalham, o impacto das novas tecnologias diz respeito às máquinas que passam a ser instaladas nos mesmos espaços na busca, segundo as coordenadoras dos grupos, de preencher a falta de mão de obra feminina. Por outro lado, encontrei invenções a partir de máquinas que foram readequadas às necessidades da pesca como, por exemplo, a do jovem Ni, em Barra/Balneário Camboriú, que, após alguns experimentos, transformou uma máquina de descascar batata em outra de filetar peixes quando percebeu que a mãe e as duas irmãs, para dar conta da produção, submetiam-se a muitas horas de trabalho. Com a sua invenção, a produção que seria limpa em muitas horas teve seu tempo reduzido, facilitando a vida das trabalhadoras. Algumas pessoas, de sua própria localidade e de outras, tomaram conhecimento de seu invento e lhe encomendaram a máquina. Ou melhor, a peça que reinventa a máquina, para o que ele não cobrou adicional além do custo da peça, pois, segundo ele, quer *facilitar a vida das mulheres*. Ao lhe perguntar se gostaria de patentear sua invenção, respondeu-me que não tinha *condições*, pois o custo estava, na ocasião, em torno de dez mil reais. Podemos pensar nos pressupostos da dialética da convenção/invenção preconizada por Wagner (2010, p. 96), se ponderarmos que ao desconvenicionar a máquina – de cortar batatas – e inventar a máquina – de filetar peixes – o pescador criou e reinventou outra forma de filetar, que implica e está implicada em uma reinvenção de sua própria cultura, de sua forma de estar na pesca.

A mão, a partir da agilidade com que descasca ou eviscera, é a parte do corpo que as pescadoras consideram comparável a uma máquina pelo fato de executar o trabalho com rapidez e perfeição, *não perdendo nenhuma parte* do peixe ou do camarão, além daquela que precisa ser retirada. No caso do camarão, casca, rabo e cabeça; em relação ao peixe, cabeça, pele e espinha. Tudo é aproveitado com maestria. Ao se compararem entre si, algumas consideram que há umas mais rápidas do que outras. Chegam a essa conclusão não só por se observarem, mas pela evidência perceptível na produção diária em que resultam mais ou menos quilos de produto limpo, dependendo da velocidade da mão que descasca ou eviscera. Ao referirem-se a si próprias sobre o trabalho de beneficiamento, ou serem referidas por outras pessoas, são adjetivadas com um substantivo em comparação ao que entendem como sinônimo de rapidez e eficiência: máquinas!

No entanto, começam a adentrar os espaços de beneficiamento outras máquinas – as elétricas – que, segundo avaliação de pescadores e pescadoras, não conseguem dar conta da qualidade do trabalho das mulheres. A máquina, não tendo mão para realizar o descasque, não tem sensibilidade para fazê-lo de forma correta. A máquina não consegue substituir a mulher-máquina: “*A mulher, que tem mão, sente melhor*”. “*A máquina descasca sem sentir e então não faz um serviço perfeito como a mão da mulher*.” “*Deixa casca junto, esmaga um pouco. Não é a mesma coisa.*”

Segundo elas, o movimento repetitivo mecânico das máquinas elétricas não consegue se assemelhar ao movimento repetitivo, porém humano, de suas mãos. No entanto, diziam-me que o futuro reserva mais espaço às máquinas, devido à diminuição, passando pela raridade até chegar à *extinção*, das mulheres-máquina.

Da velocidade das mãos que as qualificam como *mulheres-máquina* à entrada ainda tímida de máquinas, observa-se o que parece ser uma substituição inevitável da mão de obra das mulheres que, cada vez mais, é menor. Se as mais novas não querem continuar na atividade por considerá-la cansativa e, de certa forma, estigmatizada pelo cheiro, as mais velhas as incentivam a procurar outras formas de trabalho que sejam menos estafantes, mais reconhecidas e que contribuam para que as filhas, diferentemente delas, *venham a ser alguém na vida*, ampliando o campo de possibilidades (VELHO, 1994) em sua trajetória, principalmente por meio do avanço nos estudos.

3.4.3 As bicicletas

O mundo da pesca é imbuído de personagens e situações, se podemos assim definir, que compõem os muitos cenários em que as muitas pescas ocorrem. Assim, é certo que temos mulheres, homens, mar, terra, crianças, águas, areias, céu, ventos, sol, lua, estrelas, gaivotas, urubus, embarcações, redes; risos, choros, angústias, alegrias; períodos de agito, períodos de calma, partidas, chegadas, partidas sem retorno. Ciclos que se alternam na composição do calendário de capturas e proibições que fazem parte desse mundo.

Nos lugares que percorri no litoral de Santa Catarina, pareceu-me impossível fazer uma etnografia do mundo da pesca sem falar das bicicletas. Elas são o meio de transporte mais usado por pescadores e pescadoras, seja para se deslocar até os ranchos de pesca, para comprar gelo, para entregar alguma mercadoria, ir a casa almoçar, voltar. São usadas para quase tudo. A bicicleta é como que um acessório indispensável. É praticamente impensável a vida de idas e vindas de casa ao rancho, do rancho à venda, do rancho ao mercado, sem a bicicleta.

Enquanto a lida na pesca segue seu ritmo, no mar, nos ranchos, na banca de peixe, as bicicletas ficam jogadas na areia, ou encostadas em alguma embarcação, em um poste, em um canto da praia ou do rancho, enquanto as muitas atividades são feitas.

As bicicletas que circulam pelos muitos espaços que compõem o mundo da pesca não são novas ou de última geração. São bicicletas usadas. Geralmente, muito usadas, até mesmo velhas, desgastadas, como se fizessem alusão ao processo de desgaste provocado pela exposição contínua às muitas intempéries que constituem a vida na pesca. Homem, mulher, bicicleta, tudo se desgasta mais rápido.

Não se trata de uma bicicleta qualquer. São específicas. Feitas para deslocar, mas também para carregar. Longe de ser um opcional e dando a impressão de já ser parte delas ao sair das lojas, a maioria traz amarrada na garupa, ou à frente, uma caixa feita de plástico que serve para o transporte de tudo o que se possa imaginar: redes, agulhas, linhas, peixe, siri, camarão, gelo, gorros, roupas, compras diversas.

Enfim, para tudo o que for necessário transportar, ali está ela: a bicicleta. E agregada a ela, a caixa de plástico, combinando um par que mescla ecologia e plástico. As bicicletas compõem os muitos cenários da pesca e se mostram parte constante do cotidiano de homens e

mulheres. Não são bicicletas para passeio, ou que recém saíram de fábrica, pois suas estruturas se mostram mais grossas e afeitas ao trabalho. Nada exalam de recreio ou passeio. Assim se apresentam as bicicletas que fazem parte das lidas do mar.

Capítulo 4

O MUNDO DAS MULHERES NA PESCA: APRENDIZADOS E CORPOS

A criança, como o adulto, imita atos bem-sucedidos que ela viu ser efetuados por pessoas nas quais confia e que têm autoridade sobre ela. O ato se impõe de fora, do alto, mesmo um ato exclusivamente biológico, relativamente ao corpo. O indivíduo assimila a série dos movimentos de que é composto o ato executado diante dele ou com ele pelos outros. É precisamente nessa noção de prestígio da pessoa que faz o ato ordenado, autorizado, provado, em relação ao indivíduo imitador, que se verifica todo o elemento social. No ato imitador que se segue, verificam-se o elemento psicológico e o elemento biológico. Mas o todo, o conjunto é condicionado pelos três elementos indissolivelmente misturados. (MAUSS, 2003, p. 405).

No capítulo anterior dediquei-me a falar sobre como as pescadoras veem *a* pesca. Neste capítulo, o foco é pensar a partir de como elas se veem *na* pesca, o que envolve questões sobre corpo e o que significa ter um corpo para a pesca; como e com quem elas aprenderam a pescar, bem como as atividades realizadas em terra; o que elas precisam aprender e como as relações de parentesco orientam com quem elas aprendem; como elas se veem nesse conjunto de atividades, aprendizados, sociabilidades, que poderíamos dizer que compõem redes de transmissão de saberes e que estão imbuídos de questões que dizem respeito a relações, prescrições e papéis de gênero.

Concentro-me, portanto, inicialmente nos processos de aprendizados vivenciados a partir da repetição e da imitação de atos bem-sucedidos (MAUSS, 2003, p. 405) que, ao serem experienciados, passam por outro processo, que diz respeito à construção de corpos de mulheres

pescadoras. Ou seja, o aprendizado da pesca – com quem se aprende – está intimamente imbricado com as relações de parentesco, e o lócus onde o aprendizado se mostra está no corpo e na corporalidade que vão sendo construídos à medida que a pescadora se constrói enquanto tal.

Em relação aos corpos, as pescadoras afirmavam que foram *acostumados*. Ou seja, moldados e produzidos, simultaneamente, para a agilidade, a força, a destreza, o que, no entanto, não seria possível sem outra qualidade central: a coragem. Para os homens com os quais trabalhavam, seja marido, irmão, pai, elas eram consideradas excelentes *camaradas*; ótimas profissionais. *Melhor não poderia haver*. Ao questionar-lhes como eles as definiriam, eles, procurando palavras para dizer-me o quanto são boas, só conseguiam fazê-lo de uma forma: “(é tão boa quanto; ou como) um homem!”. Se considerarmos o gênero como uma construção social sobre o masculino e o feminino, que tem como aspecto primeiro o relacional, que produz sujeitos, poderíamos entender que as afirmativas anteriores remetem a um sexo – o masculino, e um corpo –, o de homem, a determinada profissão, no caso, a pesca.

4.1 Aprender: aprendizado, transmissão e circulação de saberes

Em princípio, há aprendizados na pesca que são considerados de homem ou de mulher; permeados, portanto, por questões de gênero. No entanto, percebi que na vida cotidiana há também uma fluidez que percorre o que e quem faz, em que homens e mulheres, às vezes, se dividem em diferentes tarefas, às vezes se juntam, em outras se misturam. Assim, embora a maioria dos homens trabalhe no mar e das mulheres em terra, encontrei mulheres e homens que cruzam constantemente essas fronteiras, nas quais foi possível observar mulheres que fazem rede, tarrafas, embarcam, e homens que evisceram, limpam, vendem.

As mulheres que embarcam são as que cruzam de forma mais marcada essas fronteiras, definidas por preceitos de gênero e que compõem seus muitos afazeres com a junção de um e outro, mar e terra, embarcação e casa.

Eu faço os dois serviços: eu faço o serviço de tirar o peixe. Eu faço o serviço do macho e chego aqui e o que vou fazer? Vou tirar o barco, lavar o barco, limpar o peixe, empacotar. Eles vão almoçar e descansam. Vou arrumar a chumbada, vou ver se tem furo,

vou dar uma mão de tinta aqui e ali. Eu tenho que fazer os dois serviços. Isso, muitas que são casadas e ajudam eles lá e cá. Tem que ser revisto esse negócio de mulher pescadora. Ela tem duas jornadas de serviço, além da de casa. (Tina).

Ao discorrer sobre as muitas atividades que faz, Tina denomina algumas delas como *serviço de macho*, numa alusão direta aos preceitos que distinguem o que deveria ser feito por homens e o que caberia às mulheres. Isso chama a atenção para o fato de que as mulheres que trabalham na pesca, e aí se incluem as embarcadas e as que atuam em terra, têm uma jornada dupla, além daquela de dona de casa, o que pude constatar diariamente nas diferentes casas onde as mulheres embarcadas, por exemplo, trabalhavam cerca de três a quatro horas a mais do que os homens.

Como já dito no início deste livro, encontrei três formas de as mulheres estarem nas pescas: a) trabalham embarcadas; b) coletam à beira d'água; e c) trabalham em terra. Trabalhar em terra ou trabalhar no mar implica processos diferenciados de aprendizado seja em relação ao que, como e com quem se aprende, sendo, de modo geral, centrais as figuras do pai e da mãe. Ao conversar com as mulheres pescadoras que na ocasião embarcavam e perguntar-lhes como se deu seu aprendizado, elas me respondiam: “*com meu pai*”; “*com meu marido*”, “*com um senhor*”, o que me levou a perceber três formas mais frequentes de como as mulheres embarcadas aprenderam essa profissão:

- 1) As que foram iniciadas muito cedo, por volta dos 10, 9, 8 anos, na própria família, geralmente com o pai.
- 2) As que, ao casar com pescadores, começaram na pesca por *amar* seus maridos, porém nela continuaram porque a pesca se tornou *um de seus amores*. Elas costumavam me definir o que sentem pelo mar e pela pesca como *amor; paixão; gosto*.
- 3) Aquelas que, não tendo relação com a pesca, se interessaram pela vida no mar e encontraram em um pescador mais velho, considerado *da família*,⁸⁸ o referencial do aprendizado.

⁸⁸ Fonseca (2004 [2000], p. 80) refere-se à pseudoconsanguineidade no sentido de denominar alguém como sendo aquilo que, de fato, não é haja vista que, em princípio, só poderia ser pelos laços de sangue: “ele chamava dona Marlene de mãe”. Nos processos de aprendizagem da pesca com senhores mais velhos que não seus pais, as duas pescadoras que passaram por este processo utilizaram-se de expressões como, *ser como um pai; ser um pai*. Em outros momentos, ao interpretar que alguém era parente de outro tendo por base as denominações que usavam como avó, mãe, me deparei com esta situação. Por

É interessante notar que as embarcadas ou continuam trabalhando com seus parentes, pais, irmãos, maridos, ou trabalham sozinhas em embarcações muito pequenas. Embora pescadores e pescadoras tenham verbalizado que “*se nasce pescador*” no sentido de que “*é preciso ter jeito para a pesca*”, a observação e a escuta das narrativas me permitiram ponderar que há um processo de construção desses sujeitos no decorrer da vida que faz com que se tornem pescadores, pescadoras. Esse processo é percorrido pelo aprendizado que se inicia e continua na repetição e na imitação cotidiana que, enquanto molda corpos e constrói sujeitos, fortalece a afetividade entre um adulto e uma criança ligados por laços de parentesco ou afinidade; ou entre marido e mulher.⁸⁹

No caso do aprendizado ainda criança, entre a menina e o pai, me relataram que se sentem mais afeiçoadas aos seus pais do que às suas mães pela proximidade e convivência produzida na pesca embarcada, cujo aprendizado se deu com aqueles e não com estas: “*Eu sinto mais falta do pai. Eu era mais apegada a ele. A mãe vivia mais na roça. Não gostava de ficar perto. Então eu me criei mais com o pai. Quando ele morreu, como senti. Como sinto a falta dele!*” (Mãezinha).

As que aprenderam com seus maridos me diziam que a culpa era do *amor*. Conheceram seus esposos, se apaixonaram e, como eles eram pescadores, foram inseridas nessa profissão, seja por iniciativa própria, quando diziam que “*tudo pode se aprender*”, seja pelo convite e convencimento do marido. Se algumas inicialmente não queriam saber de pescar, com o passar do tempo e o aprendizado da pesca se tornaram, elas, mulheres, além de apaixonadas por seus maridos, apaixonadas também pela pesca.

Em relação ao aprendizado com um senhor mais velho, uma das pescadoras, em determinado momento de sua vida, se “*apaixonou por*

exemplo, quando uma moça chegou chamando dona Rosinha de avó, e eu entendi que esta seria sua avó consanguínea. Ao perceber meu equívoco, ela, rindo abraçada a dona Rosinha, me esclareceu: *ela é minha avó, mas porque eu escolhi de tanto que amo ela. Não é vó?* Em outro momento, Cheila se referiu a sua mãe como se estivesse viva, embora eu soubesse que tinha falecido quando Cheila ainda era criança, o que me confundiu. Rindo muito, me esclareceu: *mas ela é minha mãe. Eu chamo de mãe. É minha irmã, mas ela que me criou quando o pai deu a gente.*

⁸⁹ Segundo pescadoras e pescadores, além de estar diminuindo gradativamente o número de profissionais que atuam na pesca artesanal devido ao fator econômico, esta rápida diminuição também estaria ocorrendo em decorrência do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Segundo os mesmos, ao considerar as atividades ligadas à pesca como trabalho e não como forma de aprendizado da profissão, o ECA estaria inviabilizando a continuidade desta forma de vida.

aquele mundo, aquele marzão” e teve em um senhor pescador e sua esposa o referencial para aprender. A forma como ela resume o que sente por ele diz respeito a considerá-lo uma das pessoas mais importantes de sua vida, *“aquele que ensinou tudo o que sei. Um pai”* (Tina).

A única exceção que encontrei sobre o aprendizado da pesca para o embarque ser entre um adulto homem e uma menina se deu com Safira, que considera que aprendeu muito mais com a mãe, quando seu pai adoeceu, e elas passaram a trabalhar juntas. Mesmo antes dessa parceria com a mãe, no início de tudo, Safira começou a embarcar quando sua mãe adoeceu e a acionou para ir com o pai, pois o filho mais velho *“não tinha jeito para a pesca”*. Safira localizou em suas lembranças o momento em que a mãe lhe deu o primeiro conselho para aprender a ser uma pescadora.

Ela me disse: “Safira, tens que ir pescar com o pai porque a mãe está muito doente. A mãe machucou muito a mão. Vai, filha. Escuta bem o que a mãe vai te ensinar: abre bem as pernas para ter firmeza no barco. Daí não tem perigo de tu caíres”. (Safira).

“Abre bem as pernas” tem a ver com uma das exigências do aprendizado da técnica corporal para/na profissão, entendendo aqui que *“o primeiro e o mais natural objeto técnico, e ao mesmo tempo meio técnico, do homem, é seu corpo”* (MAUSS, 2003, p. 407). *Abre bem as pernas* significa aprender uma técnica que diz respeito ao equilíbrio.

Encontrei, ainda em campo, o aprendizado que contradiz o postulado inicial da transmissão homem/mulher, quando a pescadora Safira me narrou que foi ela quem ensinou ao seu marido os segredos e as técnicas ligadas à pesca que ela já exercia ao conhecê-lo. Nesse caso, ao se apaixonar por Safira, seu esposo, que não era pescador, passou pelo processo de iniciação com ela, que lhe transmitiu as formas de reconhecer os pontos de pesca e os peixes, as técnicas de remendo e confecção de redes, a condução de embarcações e os processos de limpeza e conservação de pescados.

Em relação ao aprendizado do trabalho da pesca em atividades realizadas em terra, como eviscerar o peixe, descascar o camarão, descarnar o siri, preparar a comida a partir de produtos advindos do mar, continua ocorrendo, eminentemente, pelas mulheres e entre elas, em que o laço inicial da transmissão do saber-fazer é entre a menina e a mãe, ou demais mulheres da família, como avós e tias e, em alguns casos, entre vizinhas. No entanto, observei que as mais jovens vêm se afastando das atividades realizadas na pesca. Estão estudando mais, com

a intenção de encontrar outras formas de trabalhar, o que é incentivado por pais e mães, conforme já mencionei.

De modo geral, quem se encarregava de cuidar do rancho de pesca era o pescador, ou ambos. Também os dois se encarregam de remendar as redes quando estas sofrem alguma avaria no mar. Quando a mulher também embarca, os dois dividem essas atividades com mais frequência do que quando a mulher trabalha em terra. No caso de dona Naca, que já é viúva, ela própria se encarrega de cuidar do rancho e da embarcação, bem como de fazer e consertar suas redes, além de confeccionar outras para venda, considerando que possuía, na ocasião, uma clientela fiel que não trocava seus trabalhos pelo de qualquer outro pescador.

Os saberes da pesca ocorrem pelo que eu chamaria de uma circulação que se renova continuamente por meio da troca de aprendizados, na qual as mulheres ensinam o que aprendem e aprendem o que outras pescadoras ou outros pescadores aprenderam com outras pessoas. O aprendizado dos saberes se dá pela observação e prática diária junto a quem ensina e também pela troca que ocorre *boca a boca* pela divulgação de descobertas ou invenções. Quando alguém descobre ou inventa alguma forma de melhorar o trabalho, ensina para aqueles que fazem parte do seu grupo de afeição, composto de parentes, amigos ou amigas e vizinhos com os quais mantém relações próximas.⁹⁰

Se ponderarmos sobre a construção dos sujeitos a partir de com quem se aprende, será possível chegar a um ponto em comum entre as pescadoras que embarcam, que diz respeito a uma quebra na relação mulher-mulher posto que o aprendizado passe a ser homem-mulher. Enquanto as mulheres que trabalham na pesca em terra aprenderam entre mulheres, de mãe para filha, de avó para neta, de vizinha para vizinha, de amiga para amiga, as embarcadas com as quais convivi aprenderam com os homens, pais, maridos ou com “*um estranho que se tornou da família*”.

⁹⁰ Em relação ao exemplo de Ni, filho e irmão de pescadoras, do qual já falei, o qual inventou uma máquina para facilitar o filetagem de peixes. Outra pescadora, dona Rosinha, ao saber da máquina, comentou que gostou da ideia e comprou a que o próprio Ni adaptou de acordo com sua invenção. Tina, ao adaptar calças *jeans* e macacões de oleado para mulheres a partir do uso de um zíper mais macio, divulgou entre as conhecidas o *segredo* de conseguir urinar no mar sem precisar tirar a calça ou o macacão, o que aprendeu com uma *velha pescadora*. Em relação àquelas que participam de cursos viabilizados pela Epagri, observei que elas (re)elaboram o que foi *ensinado*, por exemplo, em cursos de culinária, adequando ao que possuem em casa; quando vão *ensinar* para suas vizinhas ou parentas, ensinam também as suas *invenções*.

“Quando ainda éramos crianças” é o período ao qual se referem para me narrar a faixa etária em que esse aprendizado começou, tratando-se, na grande maioria, da filha mais velha de famílias que não tinham meninos em idade de aprender a profissão ou cujos filhos “*não tinham jeito para a pesca*”.

No começo na pesca, eu aprendi com meu pai, lá no Pontal, com 8 anos comecei, mas eu não gostava, não. Tinha dois filhos homens. Um estava com uma família em Guaratuba, outro vivia com a vó. Daí sobrou eu. Ele me levava junto. Fui a contragosto. Eu queria brincar como as outras meninas. Eu chorava muito. Era pesca a remo e pescávamos linguado, paru. Daí, fomos para Barra do Saí. Eu estudava de manhã e pescava à tarde. Sábado e domingo pescava de manhã. Daí ficava o dia inteiro. (Iliete).

Eu aprendi com o pai. Ele não queria me levar. Daí eu prestei atenção e vi que ele saía em um horário e comecei a levantar antes dele. Então ele começou a me levar. Um dia levava, outro não. Eu tinha uma curiosidade em saber como era e ele me ensinou tudo. (Neia).

Eu aprendi com o meu pai. Desde 8 anos eu já tarrafeava. Eu já fazia rede e tarrafeava com 8 anos! Eu! Com 8, 9 anos. Eu era a mais velha. E eu sempre gostei da pesca. Eu mesmo sou apaixonada pela pesca. Mas era pela necessidade que a gente pescava. (Naca).

Se, por um lado, o aprendizado se deu em decorrência da *necessidade* de suas famílias, em que vieram a se transformar em *camaradas* de seus pais, irmãos, maridos, filhas, e umas gostavam, a exemplo de dona Naca, outras tinham raiva dessa imposição tão precoce em suas trajetórias, conforme ilustrado com a fala de dona Iliete. Outras ainda tinham curiosidade, como dito por Neia. Por outro lado, com o tempo, elas passaram e o tempo passou com elas nessa profissão, constituindo-se em *gosto* pela vida ao ar livre, em que a alusão ao fato de amarem a *liberdade* era uma constante.

As expressões das quais se utilizavam para descrever o que sentem diziam respeito a se sentir muito bem com o que se faz, sobre o que a maioria me dizia não ter dúvidas: “*amo; gosto; tenho verdadeira paixão; eu sou viciada pelo mar*”.

Eu gosto. Eu amo a minha pesca, o meu trabalho. Faço rede, pesco, boto, lavo a embarcação, cuidado. Faço tudo, tudo, tudo. (Naca).

Para ser pescadora, tem que gostar. Eu me sinto muito bem trabalhando na pesca. Como é que se diz: eu me sinto realizada! Tudo o que eu preciso tem ali. (Josi).

O mar? Não tem o que dizer. É a minha vida. (Geni).

Eu, sem a pesca, não sou nada. Eu sou viciada pela pesca. Eu amo mesmo. (Alzira).

É um trabalho que eu gosto de fazer. Não tem como explicar. É uma coisa que a gente gosta. Pra mim é melhor do que qualquer serviço. É o melhor trabalho. (Neia).

É uma alegria. A gente não se perturba. Fica ligado naquilo que a gente vai fazer. Eu gosto mesmo da pesca. Eu tenho que ir todo dia. É um vício. (Paulina).

Trata-se de diferentes aprendizados compostos de distintas formas, espaços, sociabilidades e sujeitos, e que se dão e são passados, ora entre mães e filhas, ora entre pais e filhas, outras vezes entre maridos e esposas ou entre esposas e maridos, em que as mulheres se constituem como as camaradas dos homens com os quais trabalham; ou quando atuam sozinhas e são elas as mestras de suas próprias e pequenas embarcações.

Um complexificador que precisamos levar em conta quando procuramos compreender os processos de aprendizado para as pescadoras que trabalham embarcadas diz respeito a uma mescla de aprendizados inter e intragênero, em que elas, como filhas, e prováveis futuras esposas de pescador, aprenderam com as mães, além dos afazeres da casa, os saberes-fazeres utilizados em terra, considerados *mais de mulher*, como evisceração, descasque, limpeza, beneficiamento, transformação de peixe, camarão, siri, marisco, dependendo da região. No entanto, como foram acionadas por suas famílias para trabalhar como embarcadas, aprenderam com os pais os saberes-fazeres que se dão no mar e nas embarcações, considerados *mais dos homens*, como remar, fazer, remendar e soltar redes, guiar as embarcações, ir ao mar e voltar.

Há ainda as mulheres que não embarcam, mas que são consideradas as *melhores que qualquer homem* em atividades que, em princípio, seriam realizadas por homens, como fazer e remendar redes. São mulheres que se tornaram referência na confecção desses apetrechos, cujos clientes se compõem de pescadores amadores e de colegas pescadores que lhes pagam para ter o que consideram *o melhor produto*. Não há, portanto, uma forma de aprender e, muito menos

de ser pescadora. São muitas as possibilidades como os diferentes aprendizados circulam e são transmitidos por meio dos enredamentos afetivos que compõem as muitas pescas.

No entanto, se o laço afetivo inicial é consanguíneo, os laços posteriores se constroem por meio de redes que se pautam pela afetividade no trabalho. Veremos a seguir que, em relação às que atuam em terra, há outras questões envolvidas nos processos de fabricação dos sujeitos além do ser e estar em uma família, haja vista que, após se tornarem adultas, as mulheres se inserem em pequenos agrupamentos, aos quais se referem como *o meu grupo*, motivadas pelo que denominam de *amizade*.

Em relação às embarcadas, a camaradagem é o que orienta as formas de trabalhar junto com marido, filho, filha em que, em grande maioria, elas são as camaradas de seus maridos. Algumas são elas próprias as mestras de suas embarcações, como se observará logo adiante.

4.2 Amizade e camaradagem

4.2.1 Entre amigas: com quem se trabalha em terra

Tönnies (apud FERNANDES, 1973, p. 104), ao tratar sobre as formas de convivialidade humana, distinguiu três possibilidades: a) os *laços de sangue*, que se pautam pelo parentesco; b) a *aproximação espacial*, ou seja, as relações vicinais; e c) a *aproximação espiritual*, que contempla interesses, sentimentos, afetos. Diz o autor que é “nesta classificação que devemos procurar as raízes de todas as relações (associações)”. Maluf percebeu a formação de uma “rede de relações entre as comunidades, uma vez que, mesmo com o forte sentimento de localidade que demarca cada uma delas, as relações com as outras são bastante intensas” (MALUF, 1993, p. 15). Este aspecto apontado por Maluf pôde ser percebido em meu percurso, em que foi possível observar que é por meio de redes⁹¹ que as relações, conflituosas ou de

⁹¹ Enne (2004, p. 264), ao mapear algumas das principais abordagens referentes ao conceito de rede, afirma que os autores que trabalham com esse conceito convergem no que diz respeito a considerar como central em uma rede a “sua capacidade de articulação e rearticulação permanente”. Para uma discussão sobre redes e aspectos socioeconômicos de pequenas agroindústrias, ver Mior (2005). Segundo o autor, é Murdoch (2000) quem propõe um nível intermediário de redes que seria mais adequado

afinidade, às quais se refere Aguiar (2005), emergem, mas é também onde os princípios de apoio mútuo e afetividades se manifestam, seja em momentos de perda, dor, alegria, conquista, aprendizado, trabalho.

Marcelo Oliveira, em seu estudo com grupos populares urbanos em um município da Grande Florianópolis, observou os códigos que regulavam as relações entre homens, levando-os a criar grupos coesos, as denominadas “*turmas de encontros cotidianos em que alianças e conflitos foram dois dispositivos sociológicos típicos observados na formação destes pequenos grupos de sociabilidade, cujos vínculos relacionais eram em caráter de amizade*” (OLIVEIRA, 2008, p. 34, grifo do autor). Raquel Paiva, ao comentar o que chamou de uma reinterpretação conceitual de Tönnies, diz que ao se falar sobre vinculação social e preocupação territorial, estariam implicados outros “aspectos próprios da sociabilidade que parecem ter perdido o sentido [...] como cooperação, solidariedade, tolerância, fraternidade, docilidade, amizade” (PAIVA, 2007, p. 147). É este último aspecto destacado por Paiva (2007) e enunciado por Oliveira (2008), a amizade, que observei ser um termo êmico utilizado para expressar uma motivação central na formação de redes de mulheres em torno dos processos de limpeza e beneficiamento de pescados.

Rezende (2002) diz que “a palavra amizade em português refere-se tanto a um sentimento quanto a uma relação específica” que fala sobre redes de vizinhança e de amizade, por exemplo. Strathern (2005), ao discutir questões sobre o dado e o construído em relação ao parentesco, chama a atenção para a importância de serem considerados outros elementos que constroem e que estão além de aspectos biológicos ou consanguíneos a partir do que poderíamos pensar, no contexto que aqui apresento, o parentesco imbricado em redes outras, como vizinhança e amizade, por exemplo. Carsten (2004) preconiza que é central ver

tanto para se pensar a construção de estratégias alternativas de desenvolvimento rural como para sua interpretação, em que haveria dois principais conjuntos de redes interagindo nas regiões rurais: as verticais e as horizontais. A vertical diz respeito a como a agricultura é inserida em processos mais amplos de produção, transformação, distribuição e consumo de alimentos e matéria-prima do ponto de vista de uma abordagem setorial do desenvolvimento. Por outro lado, redes horizontais referem-se “à incorporação da agricultura e dos territórios rurais em atividades que os atravessam e estão imersas nas economias locais e regionais, inclusive urbanas” (MIOR, 2005, p. 57). O autor ainda complementa: “as redes verticais e horizontais estão associadas à ideia de desenvolvimento setorial e territorial, respectivamente” (MIOR, 2005, p. 57). Eu acrescentaria, a essas duas redes que dizem respeito ao aspecto econômico, uma terceira rede, que eu chamaria de transversal e que diz respeito às relações afetivas que perpassam as formas de aprendizados, mas também as formações em torno do trabalho.

as noções como não acabadas e que a dicotomia está muito mais na disciplina do que no que está circulando e faz parte das diferentes realidades. Concordo com as autoras e me inspiro em suas falas no sentido de pensarmos que há muito mais fatores compondo as formas organizativas do que relações pautadas exclusivamente pelo parentesco consanguíneo. Relações afetivas, como as de amizade, emergiam e se mostravam constituidoras de redes, fossem elas formais ou informais, envolvendo parentes e não parentes.

Uma das atividades mais fortes das mulheres pescadoras em terra são os processos de limpeza de pescados em termos de pesca artesanal, pois não adentrarei na maricultura, na qual também atuam. Muitas mulheres, ao falarem sobre o *grupo* de que participam, se referiam ao parentesco como destino e à amizade como escolha, em que não se pode mudar o fato de ter nascido *naquela família*. No entanto, pode-se escolher com quem se quer trabalhar.

Assim, os grupos informais que observei existiam a partir: a) do convite da esposa de um pescador artesanal que tinha uma embarcação; ou b) em pequenos espaços denominados de salga. Percorri 12 grupos e,⁹² após algum tempo circulando entre eles, perguntei às mulheres coordenadoras como ocorriam os agrupamentos: se eram todas parentas; se moravam perto; como elas convidavam as mulheres e por quê. O que, afinal, definia a formação dos grupos de descascadeiras de camarão ou fileteadeiras de peixe?

A resposta invariavelmente foi: *em primeiro lugar, pela amizade*. Essa motivação que se dava pela amizade pode envolver *parentes que são consideradas amigas*. Ou as que, não sendo parentes, têm o mesmo pré-requisito: *são amigas*.

Eu convido as amigas e quem quer e pode vir, vem. É com quem me dou bem pela amizade. A gente trabalha entre amigas. (Lorena, coordenadora).

Não adianta só ser parente. Precisa se dar bem; e, pela amizade, a gente se dá muito melhor, às vezes, com um estranho do que com quem é parente. Parente nasce; amigo a gente escolhe. Eu descasco com a Maria lá em cima. Não tem distância; é pela amizade. (Lais, descascadeira).

⁹² *Nosso grupo* era uma denominação que elas utilizavam corriqueiramente ao verbalizar quem fazia parte dele e, portanto, com quem trabalhavam. O número de mulheres por grupo variou de três a dez, sendo quatro grupos compostos de cinco mulheres; três de quatro mulheres; dois de três; outro de sete; outro de nove; um de dez mulheres.

Aqui tem parente, tem quem não é parente. O principal é se dar bem. Amizade e querer trabalhar; entendes? (Joir, dono de uma pequena salga).

Em relação aos grupos observados, não havia um número fixo ou determinado de mulheres, mas uma organização informal em que me parece que a noção de rede consegue dar conta da diversidade com que esses pequenos grupos se formam, se considerarmos que a formação de rede propicia que as pessoas circulem e se articulem, nesse caso, entre os diferentes grupos. Se por um lado pode-se fazer parte de uma salga, em que o dono recebe camarão de vários pescadores e um grupo de mulheres trabalha em conjunto, por outro lado, muitas pessoas descascam em casa, reunindo o pai, a mãe e, em alguns casos, filhos e filhas, mas a formação central se dá com as amigas, convidadas para este fim. Laís explicou o porquê da importância da amizade:

Geralmente passamos juntas oito horas por dia quando tem camarão, por isso tem que ter amizade. Começa às sete horas até às onze. Depois, começa a uma e vai até as cinco no grupo que eu trabalho. Cada grupo tem sua forma de combinar. Se sobrar camarão, congela e fica para o outro dia. Quando tem pouco é só à tarde. Quando chega camarão, a Maria avisa. Conversamos sobre o dia a dia; o que aconteceu na televisão, daqui mesmo. Tem aquelas que são mais íntimas, são amizades que vêm de fora da salga. Depende da pessoa. Eu não sou de contar problema, mas tem aquela que já chega, já fala. Aí depende. Eu já estou uns dez anos de descascadeira. (Laís).

Se tomarmos a fala de Laís, segundo a qual se trata de amizades que vêm de fora da salga, poderíamos supor que as redes que levam à formação de pequenos grupos se respaldam pela amizade. Porém, e não menos importante, outro pré-requisito exige que haja uma postura de trabalho. Há, assim, a expectativa de uma conduta de amizade aliada à disposição para o trabalho e para trabalhar em conjunto. Tem-se, assim, a relação afetiva que orienta o convite da coordenadora do grupo, mas também se trata de um convite direcionado àquelas parentas amigas, ou amigas que ela, de antemão sabe, são trabalhadoras, naquela função desejada.⁹³

⁹³ Lembrando a discussão de Elias (2000, p. 39), ao abordar a relação estabelecidos/*outsiders*, quando afirma que “a opinião interna de qualquer grupo com alto grau de coesão tem uma profunda influência em seus membros, como força reguladora de seus sentimentos e sua conduta”.

Outra questão é que esses grupos não são fechados, e o número de participantes oscila, se amplia, se reduz na medida em que algumas amigas ou parentas circulam entre eles. Nesse aspecto, encontrei mulheres que em uma semana estavam em um grupo e na seguinte já estavam em outro; dias depois voltavam ao primeiro, e assim circulavam entre os grupos, motivadas pelo que definiam como *ficar um pouco em cada um*. Ou seja, as redes de amizade nas quais elas se inseriam lhes permitiam participar ora em um grupo, ora em outro.

A amizade, aliada à disposição para trabalhar juntas, constituiu-se em conduta reguladora e orientadora na formação de redes nas quais as mulheres se articulam e circulam. Na finalização deste tópico é interessante dizer que a tríade – parentesco, amizade, trabalho – qualifica o “com quem” se trabalha, mas funciona também de maneira muito fluida nos muitos arranjos possíveis.

4.2.2 Dois que são um: camaradas

- *Mas eu também quero falar*. Disse o marido de Alzira enquanto eu escutava o que ela me narrava.
- *O senhor quer falar o quê?* Perguntei-lhe.
- *Quero falar dela*.
- *Então fale*.
- *Eu quero dizer que não pode existir camarada melhor do que ela. Não tem! Ela faz tudo como um homem!* (Dé, Barra do Sul).

As pescadoras embarcadas trabalhavam com maridos, irmãos, filhos. Esporadicamente, algumas filhas acompanhavam a pesca. Trabalhar junto em uma embarcação significa mais do que ser um tripulante. Nas pescas que acompanhei, implica pautar-se pela *camaradagem*, em que há a figura do mestre, que coordena a embarcação, e o camarada, que trabalha com o mestre. Mestre e camaradas se referem um ao outro como *camarada*: “*ela é minha camarada; eu trabalho como camarada dele*”. No entanto, encontrei também mulheres que atuavam como mestras, como Mãezinha, Paulina, Naca, Tina.

Ao perguntar aos homens com os quais as pescadoras trabalhavam como elas são como camaradas, eles me diziam: *parceiras, companheiras, fantásticas, fora de série*, nos termos que utilizavam, e que não encontrariam pessoa melhor para trabalhar. Quando buscavam qualificá-las como pescadoras, não usavam adjetivos. Para defini-las, só conseguiam dizer o que queriam me dizer recorrendo à

comparação delas com eles, os homens, no sentido de demonstrar a sua capacidade para o trabalho na pesca.

É melhor do que qualquer homem. Ela é meu braço direito. Faz tudo. Não tem medo de nada. Tem coragem. Trabalha igual a qualquer um de nós. Tem uma força que só vendo. (Cristiano, Florianópolis).

É um homem que tenho comigo. Faz tudo o que eu faço, vai aonde vou, sabe tudo. É mesmo a minha camarada, não tem medo de nada, gosta da pesca. (Kriki, Barra do Sul).

É um animal. Trabalha e tem força como qualquer homem. Ela gosta mesmo do que faz. E faz parte da nossa equipe de trabalho. É uma irmã fora de série mesmo. (Márcio, Florianópolis).

O que está por trás dessas falas? Um homem! Um animal! Força, coragem, destreza? A forma como os camaradas conseguiram qualificá-las tem como foco comparativo um substantivo masculino indefinido: um homem; um animal. “*A minha irmã? Igual a ela não tem. É um animal. É um homem pra trabalhar. Não. Ela é melhor do que um homem*” (Florianópolis). “*Ela? Dá para dar nota mil. Trabalha melhor que qualquer homem*” (Barra do Sul). Referem-se a elas como seres que têm a capacidade laborativa de homens ou animais em corpos de mulheres, o que poderia ser visto como um depoimento-prova, segundo exigem os preceitos do INSS (que veremos adiante), tendo em vista que, ao qualificá-las como homens, os pescadores estão, na verdade, dizendo e provando que elas têm um corpo para a pesca.

Todos os camaradas-maridos que na verdade eram, em maioria, os mestres das embarcações, compartilhavam a opinião de que não existe camarada melhor do que elas e que, com *elas formam um par, um só, um casal*. Elas, por sua vez, diziam que o trabalho a dois dá certo porque *formam um par, um casal*, e que para o trabalho dar certo no mar tem que se dar bem em terra; e para dar certo em terra, tem que saber lidar um com o outro no mar. Homem e mulher camaradas seriam, segundo me disseram, “*dois que é um*”: “*é um casal, um par, um só. É como carne e unha. Tem que dar certo no mar e aqui em terra*” (Alzira). “*É uma dupla. Mas na verdade é um só: um casal*” (Marques).

É interessante remeter aqui que é corriqueiro ouvir por parte de técnicos do extensionismo⁹⁴ que atuam junto aos territórios da pesca

⁹⁴ O extensionsismo será abordado na relação entre saber científico e saber tradicional; porém, é interessante pensarmos aqui que os extensionistas estão se pautando por uma visão do senso comum.

que *os pescadores são individualistas*. O que o campo me mostrou me leva a ponderar que as formas – portanto uma conjugação plural – como pescadores e pescadoras se organizam não podem ser definidas como individualistas. Eu arriscaria dizer que são dualistas no sentido de que percebi que há uma preferência por trabalhos em duplas, algo que talvez se aproxime do conceito de díade, proposto por Carl Landé, segundo o qual “uma relação díade, no seu sentido de ciência social, é uma relação direta que implica alguma forma da interação entre dois indivíduos” (LANDÉ apud ENNE, 2004, p. 270). O máximo que encontrei na composição de suas formas organizativas foi que trabalham ou se reúnem em grupos muito pequenos, entre três e dez pessoas. Algo muito longe das exigências burocráticas que pautam as instituições públicas para a liberação de recursos financeiros.⁹⁵

Em relação a *dois que é um* (conforme a concordância usada por elas), as pescadoras falavam sobre uma espécie de diretriz necessária segundo a qual é preciso que o casal se dê bem e que o homem saiba tratar a mulher. Do contrário, ele é quem perderia sua camarada, de forma definitiva ou temporária, vindo a ter um gasto a mais. Durante o trabalho de campo, um dos casais teve um atrito no mar. Segundo a pescadora, “*ele foi muito grosso, não soube ter paciência*”. Ao lhe perguntar sobre como ficaria, ela me explicou:

Vou fazer greve até ele pedir desculpa, pois ele é que foi o errado. Já combinei com minha filha, nenhuma de nós duas fala com ele até ele pedir desculpas, pois ele foi grosso com ela também, por algo que deu errado lá fora.

[E se ele não pedir desculpas?]

Problema dele. Eu não trabalho mais como camarada. Hoje ele já teve que chamar o Joaquim, que foi. Vamos esperar. Ele vai ver que estava errado.

A fala da pescadora diz respeito ao fato de que, sendo camaradas, marido e mulher, segundo ela, significa também que “*é um dinheiro que não sai da família para pagar alguém de fora*”. Ou seja, alia-se à sua capacidade de trabalho a questão da economia familiar, ele tê-la como camarada. Passados dois dias, a greve tinha funcionado: o marido pediu

⁹⁵ Por exemplo, em recursos viabilizados pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, ou Ministério da Agricultura, no caso agrícola, para a realização de cursos nas áreas pesqueiras, muitas vezes há a exigência de um número mínimo de 16 participantes, o que às vezes inviabiliza a sua realização.

desculpas e ela voltou ao mar, ao exercício a dois. Carne e unha, mas que às vezes se estranham. Ao observar pequenos movimentos das mulheres nesse sentido de *fazer greve* quando os atritos ocorriam, elas me sinalizavam que, embora sendo elas as camaradas deles, são elas que detêm uma espécie de poder de convencimento para que o mestre continue tendo-as como camarada. Primeiro, porque, mais do que precisar pescar, ela ama, e muito, ele e a pesca; segundo, ela não falta ao trabalho; terceiro, por que ele iria preferir outro camarada quando tem em casa uma camarada que sabe o que faz e faz tão bem, ou melhor, que um homem?; quarto, ela tem um corpo para a pesca.

Encontrei ainda pescadoras que trabalhavam em embarcações menores e que, às vezes, saíam sozinhas, quando os deslocamentos eram mais próximos, ou com os filhos como seus camaradas. Nesses casos, são elas as mestras e eles os camaradas. Portanto, são elas as responsáveis pela coordenação do trabalho, que inclui definir o lugar aonde se vai pescar, o horário de saída e de retorno, o que ocorre de acordo com o resultado da pescaria, as mudanças de local visando às tentativas em encontrar um que seja considerado bom para a pesca; guiar o barco.

Nesses casos, as mulheres eram viúvas ou casadas com pessoas que não trabalham na pesca, cabendo a elas um papel de liderança na embarcação que, em relação às casadas com pescadores, era do marido. É possível dizer que tanto as viúvas quanto aquelas cujos maridos atuam em outras áreas estejam liberadas da figura da autoridade masculina, pelo menos no contexto profissional. Isso lhes propiciava mais liberdade para gerenciar o próprio trabalho a partir da mestrança que exerciam na relação de autoridade sobre os filhos, que lhes obedeciam e seguiam suas orientações e decisões.

É interessante notar que, ao questionar os filhos e as filhas sobre como lidavam com o fato de suas mães serem pescadoras, todos, sem exceção, falaram sobre elas discorrendo de forma emocionada e orgulhosa, apesar de pontuar as dificuldades que elas encontram no exercício da profissão. Para tanto, recorriam a expressões como *orgulho*, *emoção*, *mulher de garra*, *uma guerreira*.

4.3 De perto e de longe; de dentro e de fora: por que se trabalha embarcada

Fiquei me questionando continuamente sobre o quanto as pescadoras me diziam que amam a vida na pesca e se não haveria, no decorrer

de suas trajetórias, ocorrido a construção de um autoconvencimento sobre esse amor, por ser essa a realidade ou, nos moldes de Velho (2004), o campo de possibilidades com o qual se deparavam e passavam a viver com o ingresso na pesca, já que apenas dona Iliete narrou abertamente sua revolta inicial. As demais, tanto as que iniciaram meninas quanto as que se tornaram pescadoras após se casar com pescadores, foram unânimes em afirmar o *gosto* pela pesca. Com o decorrer do trabalho de campo, observei que muitas delas tinham outras habilidades⁹⁶ com as quais poderiam ter uma renda trabalhando em terra. No entanto, elas nutriam uma espécie de necessidade de ir, estar, viver no/do mar, no/do rio, na/da lagoa.

No decorrer da pesquisa o verbo transitivo *gostar* foi sendo (re) significado a partir de outras questões que não apenas amar, sentir prazer, apreciar. Foi Safira quem, em uma de nossas muitas conversas, me esclareceu as motivações que perpassam a vida e a continuidade na pesca. Segundo ela, embora a maioria das mulheres embarcadas diga que trabalha na pesca porque gosta – “*e gosta*” – este gostar se alia à *necessidade* de continuar trabalhando. Se elas gostam da pesca, foi necessário percorrer uma trajetória na qual o aprender a pescar se revestiu do aprendizado concomitante do gosto por essa vida, de *liberdade*, ao *ar livre*, mas cujo ingresso se deu pela necessidade financeira. Segundo Safira, só um olhar atento, de perto, poderia se dar conta dessa sutileza.

⁹⁶ Elas utilizavam estas habilidades em especial nos momentos em que a pesca passava por situações de miséria. Costumavam dizer: “*a gente inventa*”. Eu diria que há dois tipos de *invenções*: a) diversão, que diz respeito à formação de grupos de bingo, de jantar semanal, de passeios, de idas às igrejas (embora houvesse o forte motivador da fé e da religião, percebi que também as idas às igrejas e cultos eram acionadas como parte dos momentos de encontro com as amigas). Também incluo aqui os cursos e encontros anuais de mulheres da área da pesca promovidos pela Epagri e pelas prefeituras municipais, para os quais muitas reservam esses dias para o lazer, as brincadeiras, o descanso do trabalho na pesca. Os encontros ocorrem uma vez ao ano e circulam entre os diferentes municípios pesqueiros de determinada região; b) sobrevivência, pela qual elas inventam pães, bolos, docinhos, toalhinhas bordadas, bolinhos fritos de banana, tortas recheadas, frangos assados com farofa aos domingos, tudo para ser vendido na própria vizinhança que, sabendo de suas habilidades, vai às suas casas para comprar. São maneiras que elas encontram para melhorar a renda em épocas difíceis: “*a pesca tem época que dá boa, mas tem época que não dá nada. Esse ano o mar está castigando a gente. Não tá fácil. Quando aperta, eu invento umas coisas, faço salgadinho, coxinha, risoles. Também faço bolo de aniversário. Me viro*” (Neia); “*Eu invento; vendo pão, vendo frango para ajudar na renda, mas 80% vêm lá de trás, da pesca*” (Safira).

Tem aquela pessoa que a pessoa olha com os olhos e vê, e a outra que precisa procurar para ver mais fundo. E é isso que estás fazendo com o teu trabalho de entender tanto esforço físico, mas é o nosso ganha-pão. Quem olha de longe e de fora, olha e diz: “olha como eles gostam de pescar! Lá vão eles, mesmo com esse frio! Como gostam!”. Mas tu, que estás vendo de perto e de dentro, sabes que nem sempre é assim. Também é pela necessidade. Não é só porque gosta. Mas também é porque se gosta. (Safira).

Segundo Safira, há um engano quando alguém olha de fora e de longe e conclui que as saídas ao mar, ao rio, à lagoa são apenas e sempre pelo gosto por essa vida, e que é necessário exercitar uma observação atenta, mais profunda, algo que talvez se aproxime do que denominamos de etnografia, e que me fez questionar o quanto Safira postula a favor do exercício etnográfico em que é preciso olhar de *dentro e de perto*,⁹⁷ já que de fora e de longe não seria possível um olhar mais a fundo.

Safira afirmava que “*tem horas que a vida na pesca é muito difícil*”, com o que concordavam as demais pescadoras. Porém, todas corroboravam também que *para poder continuar, tem que gostar muito*.

Tem que gostar sim e tem horas que a gente desanima. Ontem a gente foi tirar a rede e tinha estragado um monte [...]. Daí eu vim para casa e desabafei com uma vizinha que veio aqui. Ela nunca tinha me visto assim e perguntou: “Safira, tu gostas de pescar?”. Eu pensei: mas isso quem tinha que perguntar é a Rose! E ela não me perguntou assim: “tu gostas de pescar”. Não é Rose? Tu dissesses que querias ouvir a minha história e eu contaria como quisesse. Pesca é algo que começou obrigado. Tinha que pescar, mas ao mesmo tempo eu gostava porque era uma novidade. Quando ela me perguntou: “tu gostas de pescar?” Eu demorei a responder. Eu precisei pensar; e respondi que gosto. Mas tu estás vendo como é a nossa vida por dentro e vendo de perto. Não estás olhando de longe. De longe é porque gosta de pescar. Mas, de perto, como estás

⁹⁷ Magnani (2002, p. 17), ao discutir o método etnográfico sobre a cidade e sua dinâmica, propõe “um olhar de perto e de dentro capaz de identificar, descrever e refletir sobre aspectos excluídos da perspectiva daqueles enfoques que, para efeito de contraste, qualifiquei de fora e de longe”. O autor afirma ainda (p. 16) que nessa discussão sobre a especificidade da etnografia, é interessante lembrar os *anthropological blues* de Da Matta (1978); *experience-near* versus *experience-distant*, de Geertz (1983); resíduos, de Peirano (1995), estes últimos dizendo respeito a “certos fatos que resistem às explicações habituais e só vêm à luz em virtude do confronto entre a teoria do pesquisador e as ideias nativas”.

com a gente, tu sabes que tem horas que não é porque gosta. É pela necessidade. De fora e de longe é uma coisa; de perto, pode ser outra. A gente gosta? Sim, gosta. Mas tem mais. Tem que ter coragem para enfrentar o mar, mas também para enfrentar a vida. (Safira).

A fala de Safira, além de problematizar a necessidade e o gosto pela pesca, acaba por remeter a uma constatação que diz respeito a serem as pescadoras que embarcam respeitadas e admiradas em suas comunidades como *mulheres de coragem*, tendo em vista o enfrentamento cotidiano e a relação direta com o mar. A junção de ter necessidade, mas acima de tudo *gosto* pela pesca, se alia à coragem necessária para poder continuar sendo, existindo, *durando* como pescadora. É nesse sentido que entendo que elas são imbuídas de uma *duração* bachelardiana segundo a qual “é preciso dar tempo ao tempo para que ele realize sua obra” (BACHELARD, 1994, p. 12), o que faz com que elas se façam na pesca e a pesca as faça. Não poderia haver dúvida quanto ao fato de trabalharem por necessidade, mas não posso deixar de considerar também que suas verbalizações sobre o amor, o fascínio, a paixão pela pesca remetem a um *ethos de amor à profissão*.

Ao mesmo tempo em que *duram* (BACHELARD, 1994) como pescadoras a partir do exercício na pesca, também a pesca *dura* a partir da *duração* delas. A pesca, que entrou em suas vidas *por necessidade* e continuou pelo *amor*, mostra-se uma motivação central para continuarem *durando*, o que vai lhes deixando registros significativos da materialização dessa maneira muito peculiar de ser e estar no mundo, cujo depositário visível é o corpo.

É, pois, sobre corpos e corporalidade que passo a discorrer a seguir.

4.4 O corpo na/da/para a pesca

4.4.1 Sobre o corpo na pesca

É preciso ter um corpo⁹⁸ para a pesca, tanto que algumas das pescadoras foram acionadas por seus pais porque o irmão mais velho

⁹⁸ Para uma discussão sobre corpo, corporeidade, corporalidade ver, entre outros, Beauvoir (1991); Mauss (2003); Maluf (2001, 2009); Csordas (2008); Foucault (2009); Matos e Soihet (2003); Sterling (2001); Latour (2004); Venn (2010); Paulilo (1987); Lima (2012); Perez Fonseca (2008). O corpo e, neste caso, o corpo das pescadoras, é objeto e/ou sujeito? Em sendo sujeito, é então sujeito dos sujeitos? Como e por onde considerar o corpo? Beauvoir (1991, p. 59), ao falar sobre a contribuição da psicanálise na psicofisiologia no sentido de considerar que não há fator que intervenha na vida psíquica dissociado de um sentido humano, afirma que “não é o corpo-objeto descrito pelos cientistas que existe concretamente e sim o corpo vivido pelo sujeito”. Por sua vez, Foucault (2009) centra sua discussão sobre a relevância do corpo em que a corporeidade é central como realidade biopolítica histórica, e que sob o crivo da disciplina estariam técnicas que perpassam processos de modelagem, de construção de corpos dóceis. Segundo o autor, “é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 2009, p. 132). Csordas (2008, p. 102) fala de corporeidade em uma discussão que postula o corpo como sujeito da cultura a partir de uma análise da prática, o *habitus*, trabalhado por Bourdieu, aliado à noção de percepção, o *pré-objetivo*, de Merleau-Ponty, em que não haveria uma distinção mente-corpo. A cultura estaria corporificada desde o início, sendo o corpo “reconhecido pelo que ele é em termos vivenciais, não como um objeto, mas como sujeito” (CSORDAS, 2008, p. 142). Por outro lado, Almeida (1996) questiona se o corpo é um sujeito ou é, na verdade, o lócus das performatividades que constituem o sujeito. Csordas (2008) preconiza que o corpo que está em crise diz respeito à ideia de que existe um substrato biológico e natural que seria transformado no corpo socialmente circunscrito a partir da intervenção da cultura. Nesse sentido, Csordas vem contribuir com a discussão sobre essa temática que *está em cena*, como resume Maluf (2001) quando diz que o corpo é visto numa perspectiva de agência. Para Csordas (2008), o corpo é *agente e experienciador*, o que advém de uma noção de *embodiment* que se pauta na fenomenologia pós-estruturalista ou pós-moderna. A partir daí, Csordas busca problematizar dicotomizações, tais como natureza/cultura, ao mesmo tempo em que procura escapar da ideia de corpo como um objeto em que a realidade social seria inscrita. É com esse pano de fundo que o autor formula a ideia de *corpos sujeitos* – em vez de objetos – de cultura em que o foco não se volta para as representações simbólicas que tomam o mundo como realidade exterior aos corpos, mas para as práticas e o *estar no mundo*. Csordas (2008, p. 101) argumenta que o paradigma do *embodiment* pode ser elaborado para o estudo da cultura e do sujeito, e que sua perspectiva advém da antropologia psicológica na direção da fenomenologia que “parte da premissa metodológica de que o corpo não é um objeto a ser estudado em relação à cultura, mas é sujeito da cultura; em outras palavras, a base existencial da cultura” (CSORDAS, 2008, p. 102). O corpo seria o lócus em que emergem afetações, sendo este não *objeto receptor*, mas um *sujeito agenciador* das inúmeras possibilidades em que essas afetações se dão (CSORDAS, 2008, p. 102, grifo nosso).

não tinha jeito. Essa expressão, *não tinha jeito*, diz respeito a não ter esse corpo, o qual é construído na e pela pesca pelo adestramento corporal que se faz na repetição e imitação cotidiana em que a disciplina do corpo em relação às necessidades fisiológicas é apenas um aspecto. Conforme já dito, há a disciplina do controle do enjoo, do uso da força e do corpo (FOUCAULT, 2009). O corpo é fabricado num contínuo, na experiência da/na pesca: a força, a mão, a coluna vertebral, as pernas, os ombros, os olhos. As pescadoras fazem a pesca e a pesca as faz. Em suas narrativas emergem ponderações sobre a construção de seus corpos, *moldados*⁹⁹ desde muito cedo para práticas que exigem simultaneamente flexibilidade, firmeza, força e tolerância aos movimentos da embarcação:

⁹⁹ O *habitus* se mostra uma noção interessante para pensarmos a construção de corpos na pesca se pensarmos que ele é “o modo como a sociedade se torna depositada nas pessoas sob a forma de disposições duráveis, ou capacidades treinadas e propensões estruturadas para pensar, sentir e agir de modos determinados [...]” (WACQUANT, 2012, p. 36). É, ao mesmo tempo, sedimentação no corpo e corpo que sedimenta em uma relação dialética do fazer e ser feito em que o individual e o grupal se mostram no corpo. O tempo da vida das pescadoras foi e é perpassado por essa fabricação e moldagem, tratando-se de um processo de longo prazo, iniciado quando eram crianças, ou jovens mulheres, e que segue repetido, dia após dia, registrando uma corporalidade em que elas reconhecem seus corpos como “*um corpo mais para homem*”. A fabricação corporal é central no processo de fazer-se pescador/pescadora, em que a experiência vivenciada se corporifica, deixa marcas, registra um *habitus* que remete a uma *hexis* corporal diferenciada. Wacquant (2012), no texto “Esclarecer o Habitus”, propõe-se a fazer uma reconstituição da gênese da noção de *habitus*, cujas raízes encontram-se na noção aristotélica de *hexis*, estado adquirido. Sendo *habitus* o particípio passado do verbo *habere* (ter ou possuir), no século XIII foi traduzido por Tomás de Aquino como capacidade para crescer através da atividade. Wacquant afirma que a noção foi usada por sociólogos como Durkheim, no curso “*L’Évolution Pédagogique en France*” (1904-1905); Mauss (em especial no ensaio “As técnicas do corpo”, de 1934); Max Weber (em “*Wirtschaft und Gesellschaft*”, de 1918); Veblen (que discorre sobre o que denomina de *habitus* mental predatório dos industriais, em “*The theory of the leisure class*”, de 1899); Elias (que fala sobre um *habitus* psíquico das pessoas civilizadas, 1937). Segundo Wacquant, a noção ressurgiu na fenomenologia, nos escritos de Husserl, nos quais “o *habitus* concernia à conduta mental entre experiências passadas e futuras, sendo que Husserl usava como cognato conceptual o termo *habitualität*, mais tarde traduzido para inglês pelo seu aluno Alfred Schutz como conhecimento habitual (e daí sua adoção pela etnometodologia), uma noção que se assemelha com a de hábito, generalizada por Maurice Merleau-Ponty (1945) na sua análise do corpo vivido como o impulsor silencioso do comportamento social”. Porém, diz Wacquant, é no trabalho de “uma vida inteira” de Bourdieu que se encontra “a mais completa renovação sociológica do conceito delineado para transcender a oposição entre objectivismo e subjectivismo: o *habitus* é uma noção *mediadora* que ajuda a romper com a dualidade de senso comum entre indivíduo e sociedade ao captar ‘a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade’” (WACQUANT, 2012).

O corpo se molda. Podes ver, eu não tenho barriga. O pessoal, as mulheres da cidade, malham, como eles dizem. Eu não preciso. Corro daqui até lá, volto, porque já acostumei o corpo a pegar peso, fazer força. O corpo é diferente. (Naca).

Tem muita massa muscular, é mais forte. O meu corpo é totalmente diferente do corpo das mulheres da cidade. Um dia, fui a uma loja. Uma das moças disse pra outra: olha aquela ali; acho que é nadadora. Eu acho que ela faz remo, alguma coisa. Olha o tamanho da guria. Eu noto que o pessoal olha. Às vezes chego para comprar uma roupa, elas dizem: essa não vai dar para ti porque és forte. No comecinho na pesca, eu senti. Como a gente diz, já é de estrutura. As minhas irmãs, nós éramos tudo igual, mas se elas forem fazer o que eu faço, já vão criar corpo. Nossos hormônios, não sei explicar, já são mais fortes. Não sei se é pela alimentação, ou pela genética. A minha mãe era baixinha. Eu já puxei ao meu pai. Quando eu vou nas lojas e perguntam a profissão, e eu digo: pescadora. Elas: o que? Eu digo: pescadora! Eu já tenho as mãos assim. É diferente. (Josi).

Podes ver o que eu vou dizer. Todas são assim mais, mais, como é que vou dizer: mais rudes. Acho que é isso. Com um corpo mais forte; costas mais largas. Senta de um jeito. Eu não consigo sentar de perna cruzada. Somos, como o pessoal diz aqui, “as metralhas”. Mais fortes, mais embrutecidas. Um corpo mais para homem. (Safira).

As pescadoras me falavam de um corpo que se molda e que, portanto fica diferente. A forma como elas conseguiam me definir sobre essa diferença era dizendo que seus corpos parecem *um corpo de homem*. No entanto, essa definição poderia ser uma fala delas que me direcionava como uma justificativa, tendo em vista que, em uma sociedade hierárquica segundo pressupostos de gênero, elas emergem como mulheres que têm um corpo para a pesca. Por outro lado, elas me falavam sobre a percepção de uma diferença entre elas e as mulheres que vivem em outros contextos que não os da pesca: a forma de sentar diferente, a maneira de andar, de vestir, de ser. Embora algumas dissessem que a pesca alia força e jeito, diziam também que são *mais fortes, embrutecidas, rudes, mais para homem*, numa alusão direta aos postulados de gênero que diferenciam a fraqueza, a meiguice, a fragilidade para as mulheres em contraponto ao que as pescadoras definiam como sendo *mais para homem*.

Segundo as mulheres, faz parte e está nas exigências da profissão de pescadora ter força e *coragem* em alguns momentos, jeito e agilidade em outros. A meu ver, esse adestramento corporal faz com que

ocorra uma composição com a embarcação de um só corpo, um corpo-embarcação, em que a embarcação mostra-se, aos meus olhos, continuidade do corpo de quem pesca; e o corpo de quem pesca, por outro lado, faz-se continuidade da própria embarcação.

Nas idas ao mar, eu percebia que os corpos delas e deles aderiam à embarcação como uma continuidade dela, enquanto eu sentia que o meu ficava solto, mas em uma soltura insegura que dizia respeito exatamente à rigidez de um corpo que não se moldou na/para/pela pesca. À medida que a embarcação avançava no mar, seus corpos seguiam o ritmo sem qualquer alteração, o que eu definiria como uma mobilidade imóvel embarcação/corpo, enquanto que o meu seguia em uma imobilidade móvel, embarcação *versus* corpo, quando eu tinha vontade de me agarrar à embarcação para não cair quando ela, ao balançar de um lado para outro, me jogava junto. A pescadora seguia tranquila, sentada ou em pé. Seu corpo, ao contrário do meu, não era jogado, mas acompanhava o movimento da embarcação, continuidade de seu próprio corpo.

Havia, por outro lado, o corpo fora da pesca, em que emergem vaidades, cuidados. Uso de cremes hidratantes, momentos de fazer a “chapinha” alisando o cabelo ondulado. Esmaltes nas unhas, batom nos lábios e uso de brincos. Cada uma tinha o seu jeito de ser vaidosa, mesmo as que diziam que não o eram. Um cabelo amarrado de modo diferente e brincos colocados no dia combinado para sairmos juntas ao mar e, portanto, quando eu registraria imagens, contrariava a verbalização das que afirmavam categoricamente que não tinham vaidade. Outras assumiam que eram vaidosas, sim, e que não é por ser pescadora que não seriam:

Afinal é parte da mulher ser vaidosa. Eu me pinto, passo batom, uso brinco porque gosto. Eu sou assim. Não é porque estou escolhendo um camarão, que tenho que ter cabelo sujo. (Adriana).

Claro que sou vaidosa. Toda mulher é. É da mulher ser vaidosa e não é porque é pescadora que não é. (Alzira).

Eu gosto de me arrumar, de me pintar, passar um creme no cabelo. Ficar cheirosa. (Neia).

Como desde o início do trabalho solicitei autorização, tornou-se frequente registrar em imagens o cotidiano das pescadoras com fotos e filmagens, principalmente no início do trabalho de campo.¹⁰⁰

¹⁰⁰ Com a convicção de que à medida que o tempo passasse eu me familiarizaria com aqueles espaços da pesca e com o cotidiano das mulheres, busquei registrar o maior

Porém, foi com grande surpresa que, ao voltar após ficar seis meses no Estágio de Doutorado em Portugal, deparei-me com algumas mudanças visíveis em quatro pescadoras. Uma delas tinha passado a *arrumar as unhas, fazer depilação com cera e massagem modeladora*; outra passou a arrumar as unhas e a pintar o cabelo. Mas foram outras duas as que mais me surpreenderam: uma tinha emagrecido oito quilos. Ao manifestar minha surpresa e comentar o quanto estava mudada, ela me alertou: “*não visse nada. A Neia emagreceu 20 quilos. Quando tu viajasses, nós falamos: somos obrigadas a emagrecer antes da Rose voltar. Temos seis meses. A Neia já disse que quer que tu tires as fotos tudo de novo para mostrar como ela está agora. Tu não vais reconhecer*”.

Enquanto mentalmente me questionava se a pesquisa teria contribuído para motivar tal mudança, a pescadora concluiu sua fala: “*a gente falou: pois estamos dando entrevista, saindo em foto, filmagem. O que vão dizer? Pescadoras gordas? Descuidadas? Nada disso! Vamos emagrecer!*” Tal afirmação me levou a refletir sobre os processos de afetações que o campo possibilita, em que não apenas somos afetados, mas onde também afetamos a vida das pessoas. Vi-me refletindo ainda se teria sido o exercício de sombra proposto pela antropóloga que teria instigado as pescadoras, ao olharem, responderem, conviverem com a sombra, se olharem, perguntarem e voltarem para si mesmas se propondo então a se recriar e se reinventar como mulheres pescadoras.

Em Maluf (2001, p. 88) encontramos a proposta de que o corpo seja olhado, “*não apenas como objeto da cultura, mas como também dotado de agência própria; não apenas como receptáculo de símbolos culturais, mas como produtor de sentido*”. Nesse aspecto, o corpo das pescadoras é produtor de sentido construído pela, para e na pesca, em que a pesca as constrói e elas constroem a pesca. “*São anos assim!*”, diziam-me.

É interessante trazer aqui as reflexões de Seeger, DaMatta e Castro (1979), que se referem às populações ameríndias em que uma ideia central diz respeito à fabricação do corpo na trajetória dos indivíduos. Ao citar como exemplo a perfuração labial e auricular, definindo-a como uma penetração gráfica, física, da sociedade no corpo, os autores

número possível de condições, lugares, pessoas já no início do campo, corroborando que “é importante também que esse trabalho de coleta e registro de impressões seja feito desde o início, ou seja, desde os nossos primeiros contatos [...] porque certos fatos que impressionam enquanto constituem novidade, deixam de ser notados à medida que se tornam familiares (MALINOWSKI, 1976, p. 31).

afirmam que é ela que cria as condições para engendrar o espaço da corporalidade, que é a um só tempo individual e coletiva, social e natural (SEEGGER; DAMATTA; CASTRO, 1979, p. 15). Conforme ainda corrobora Maluf (2001), “alguns exemplos dessa corporificação da experiência, ou centralidade do corpo na experiência coletiva e individual, são a forma pela qual se dão, em muitos desses grupos, o aprendizado e a socialização das crianças [...]” (MALUF, 2001, p. 93).

A partir dessas ponderações sobre as sociedades ameríndias, parece-me possível e interessante propor uma aproximação com os territórios da pesca, tendo em vista que se, por um lado, as populações pesqueiras estariam inseridas em sociedades ditas ocidentais, por outro lado, afastar-se-iam no sentido de denunciar o que, em princípio, seria um olhar dicotômico do ocidente sobre o corpo. Os dados de campo de minha pesquisa me levam a pressupor uma complexa heterogeneidade quando pensamos em sociedades ocidentais no sentido postulado por Maluf em relação às sociedades ameríndias.

Se certas experiências sociais contemporâneas, como nas sociedades ameríndias, estão voltadas para a “fabricação de corpos” que – investidos de agência e subjetividade – “fabricam cultura”, é também da fabricação de pessoas (e de sujeitos) que se trata. Elas também, não sendo uma “coisa dada”, são produto e produtoras de sentidos e de novas experiências. (MALUF, 2001, p. 99).

Conforme questiona Maluf (2001), caberia perguntar se estamos tratando do mesmo corpo, diante dos inúmeros fenômenos com os quais nos confrontamos em que questões sobre sujeitos, agenciamentos, fabricação, entre outras, que precisam ser investigadas e problematizadas. Por outro lado, embora tenhamos que nos questionar sobre que corpo e a partir de qual prisma se está falando, as discussões reverberam cada vez mais profundamente nos espaços de discussão da antropologia. Um exemplo profícuo a que aqui faço alusão diz respeito ao de Maluf (2001), que traz um rico material em que, após percorrer autores como Mauss, Hertz, Leenhardt, Foucault, embrenha-se em uma discussão sobre contemporaneidade e pessoa, aludindo ao fato de que é central conectar a uma discussão sobre corpo e corporalidade uma reflexão sobre pessoas e suas formas culturais específicas, considerando que somos produtos e produtores de corpos, culturas e sujeitos.

É interessante pensar que as populações pesqueiras teriam muito mais em comum com as sociedades ameríndias do que inicialmente

poderíamos supor, no que diz respeito às experiências coletivas e individuais que perpassam a construção de corpos nos processos de aprendizado da pesca, em que são investidos *anos seguidos* para que o corpo se molde. O processo de aprendizado na pesca é doloroso quando exige do corpo suportar mais peso do que inicialmente suportaria; ou quando testa os limites corporais, como o controle do vômito. Alguns desistem, não conseguem continuar ou não são aceitos porque não aprendem a lidar com o enjoo, por exemplo. A grande maioria acaba por conviver com o mar após anos de treinamento. No entanto, foram-me relatados casos de pessoas que voltaram a ter enjoo, ou o tiveram pela primeira vez, após algum tempo ou depois de anos trabalhando na pesca. Questiono se seria o corpo apontando sinais de seu nível de exaustão em uma profissão extenuante, cujo cansaço se manifestaria na aversão corporificada em forma de vômito.

Embora algumas pessoas verbalizassem que “*pescador já é quando tem que ser*”, considero que não se nasce, mas se aprende a ser na construção do próprio corpo e, em consequência, de uma corporalidade para a pesca. Algo que diz respeito ao que Latour (2004, p. 207) define como aprender a ser afetado quando discorre sobre os perfumistas:

Começando com um nariz mudo incapaz de diferenciar muito mais do que odores “doces” e “fétidos”, cada um termina um tanto rapidamente com a formação “de um nariz” (*un nez*), isto é, alguém capaz de discriminar diferenças cada vez mais sutis e capaz de dizer-lhes um a parte de outro, mesmo quando eles são mascarados por, ou misturados com outros.

O nariz, portanto, inventa o cheiro, mas também o cheiro especializa o nariz, na medida em que o corpo-nariz se constrói no aprendizado que se repete e na repetição que especializa o aprendizado. É nesse processo de repetição que corpos são construídos e especializados, como os corpos de mulheres pescadoras.

4.4.2 Roupas que fabricam corpos

O tempo vivenciado na pesca imprime aos corpos e à corporalidade das mulheres pescadoras formas específicas de como a materialidade dessa forma de vida se mostra, seja no vestir, sentar, caminhar, em que elas próprias reconhecem como diferentes seus próprios corpos se comparados aos de outras mulheres que não atuam

na pesca. Macacão de oleado,¹⁰¹ botas maiores do que o pé para facilitar retirá-las em caso de naufrágio, gorros, casacos e cabelos curtos ou sempre bem presos para evitar acidentes são exemplos das exigências e da indumentária da pesca. Escondidos atrás de camadas de tecido ou do plástico grosso dos macacões, seus corpos passam por uma fabricação e, ao mesmo tempo, por uma dissimulação corporal que as igualaria aos homens, tendo em vista que, segundo as pescadoras com as quais convivi, seriam roupas *masculinas; de homem*.

Resumindo o que me diziam, *é um corpo de mulher em roupa de homem* em que a indumentária é composta de calças que permitem uma mobilidade corporal, sobrepostas por macacão de oleado feito para homens, cujo desenho frontal, na maioria das vezes, representa uma abertura para dar vazão ao pênis, o que não deixa dúvida. Gorro, macacão, capa, luvas e botas transformam os corpos e todos ficam mais ou menos iguais. Homens e mulheres. As pescadoras consideram que essa indumentária contribui para a construção do corpo para/na/da pesca e é um dos fatores que fazem com que se tenha uma noção preconcebida de que não existem mulheres que embarcam, tendo em vista que os corpos femininos desapareceriam por trás de roupas feitas para corpos de homens.

Quem vai dizer que nós estamos no mar se quem olha de longe parece tudo homem? Parece ser tudo o mesmo corpo com a mesma roupa. (Márcia).

Por isso dizem que não tem mulher na pesca. A roupa que usamos é roupa de homem. Nosso corpo vira um corpo de homem: é calça larga, macacão, bota grande, luva. Tudo é roupa de homem. Não existe roupa de mulher na pesca. (Iliete).

Ao questionar-lhes o porquê de suas afirmações, o tempo emergia como central. Diziam-me que são anos vividos na/da e para a pesca, em que muitas começaram aos 8, 9 anos de idade e viram seus corpos sendo, de tal forma, modelados pela pesca, e a pesca sendo modelada por eles, que muitas já não conseguem se vestir ou andar com roupas que não sejam as que a pesca exige, como calças compridas, confortáveis e largas, conforme se referia dona Naca, 63 anos, que desde os 8 anos vive na pesca. Trata-se de corpos que são reconhecidos e que se reconhecem

¹⁰¹ Macacão feito de uma espécie de plástico grosso, cujo nome advém de épocas passadas em que os pescadores literalmente passavam óleo na roupa para que tivesse uma maior durabilidade, segundo depoimento oral.

como diferentes do que se esperaria ser um corpo de mulher em terra. Trata-se de roupas fabricadas para homens que, ao serem usadas por mulheres, constroem corpos que, vistos de longe e sem uma atenção mais aproximada, teriam a mesma forma. Homens e mulheres usando a mesma roupa teriam um só corpo: de homem.

Assim sendo, se a pesca tem uma diversidade de ser feita e de existir, há nela um ponto em comum que diz respeito ao que é um corpo para a pesca, que implica uma forma de se vestir em que saias, vestidos, roupas coladas se tornam impossíveis de serem usados. Os gorros geralmente dissimulam os cabelos, as luvas disfarçam as mãos; macacão e botas transformam os corpos e escondem qualquer curvatura corporal que possa denotar um corpo mais longilíneo. Todos os corpos ficam mais ou menos compostos de macacão e capa. Ou seja, muito iguais, homens e mulheres.

Se as roupas, em princípio, para homens, fabricam também corpos de mulheres, moldando formas de ser e estar, os corpos dessas mulheres também fabricam e inventam roupas. A partir do que o mercado (não) oferece – por exemplo, só existe macacão de oleado com corte masculino – as mulheres criam formas de conviver melhor com o que dispõem e reinventam a indumentária para a pesca e para seus corpos. Tina, por exemplo, após testar o uso de velcro, que não foi aprovado nos muitos experimentos feitos, chegou à conclusão que não bastaria apenas colocar um zíper. Teria que ser um zíper de textura maleável, o que facilitaria às mulheres urinar em alto-mar.

A gente tem que inventar a partir do que tem. A gente faz assim: tira essa costura dura da calça ou do macacão que só machuca. Corta, tira fora e faz uma abertura. Depois é só colocar o zíper. Mas tem que ser macio. Aí toda mulher pode fazer xixi no mar. A única coisa é que sempre molha um pouquinho, mas que dá, dá. Não fica esse macacão de homem. (Tina).

Por outro lado, algumas das pescadoras usavam expressões como *estar nua*; *se sentir nua* para falar sobre a dificuldade que tinham em usar saias ou vestidos depois de anos e anos construindo um corpo que aprendeu a andar de calças.

Fui pescar, vesti as calças do pai. Paletó! O paletó do pai eu tinha que vestir. Depois fui parando mais moça e fui comprando agasalho porque naquela época era só agasalho. E eu me acostumei com roupa de homem. Se eu estou de saia, se preciso me abaixar, entrar

no bote, de saia, como fica? De vestido: como? O meu trabalho já é pra isso. Desde pequena trabalhando assim [...] Eu mesmo já me acostumei. Não sei andar de saia ou de vestido. Eu, de saia ou de vestido me sinto nua. É assim. Acostumei desde muito nova nesta profissão. (Naca).

Eu não uso vestido e saia. Eu não sei, eu não me sinto bem. Eu me sinto pelada. Uma vez fui botar para ir a uma festa, tive que vir embora. Eu não aguentei. Eu me senti mal. Eu não tinha jeito pra sentar. Também não sou uma bruta pra sentar, mas não sei explicar, nada dá. Me deixa agoniada, me deixa mal. Eu não me sinto bem. Eu me sinto nua mesmo. (Josi).

Segundo elas, já não é possível usar outro tipo de roupa que não calças compridas, pois isso geraria um desconforto provocado pela nudez. Foi interessante notar que, mesmo pescadoras que seguiam preceitos religiosos cujas mulheres não devem usar calças compridas, usavam por debaixo de saias ou vestidos, *legs* ou meia-calças, que não deixam de ser tipos diferentes de calças. O imaginar-se sem calças compridas faz com que as pescadoras denominem essa situação aludindo à nudez, em que falam de desconforto e impossibilidade de se imaginar de outra forma que não usando uma roupa que, embora e em princípio, seria moldadora de corpos de homens, é aquela com a qual elas se sentem familiarizadas e bem.

4.4.3 Corpos: os riscos; a morte

Por um lado, foi possível observar que há um desgaste marcado, registrado, no corpo, e na corporalidade, em que coluna vertebral, pernas, olhos e, talvez de maneira mais evidente, as mãos, são ostensivamente usados de forma intensiva e permanente. Por outro lado, e simultaneamente, esse corpo, testemunha de saberes-fazeres próprios dessa profissão, é um corpo passível do risco de, a qualquer momento, desaparecer em alto-mar. A possibilidade constante de naufrágios com a qual convivem diariamente está estritamente ligada à imprevisibilidade da perda de vidas que, ao ocorrer, se dá sem qualquer forma de antecipação do acidente, ou do resgate posterior.

A vida é assim. Ela não vai aos poucos. Vai de uma vez. A não ser em caso de uma doença. Mas com o pescador é assim: quando vai, vai de uma vez. Teve um pescador que ficou cinco horas. Deu uma bobeira. Quase foi. Quando o helicóptero estava voltando,

viu ele. Foi a sorte. Senão, já era. Assim, uma coisa, um descuido. E a vida foi. (Alzira).

Intempéries repentinas, ventos imprevisíveis, mudanças de maré, alterações no trajeto da pescaria, peças da embarcação que quebram de forma inesperada podem provocar naufrágios ou momentos de tensão enquanto se fica à deriva ou à espera de socorro por alguma embarcação que esteja próximo. Visando ilustrar essas possibilidades com as quais se deparam cotidianamente, selecionei um dos diálogos que tive com dona Rosinha, em que suas narrativas aludem a exemplos de momentos difíceis que ela vivenciou no mar ou em relação à expectativa de reencontrar seu filho que passou pela experiência de ficar horas desaparecido antes de ser resgatado com vida por vizinhos.

Eu fiquei uma hora, uma hora e pouco. O vento! O vento! A chuva! Eram quatro horas da manhã. Era escuro, escuro, escuro. O cara viu a hora que a batera parou de repente.

[O que a senhora sentiu quando ficou ali esse tempo na tempestade, sozinha, no escuro?]

Não, eu não fiquei com medo. De vez em quando, se eu escutava o ronco de um motor, alguma coisa, eu ligava a lanterna pra eles ver que eu estava ali porque se fechou tudo em chuva. Não me passava nada pela cabeça. Nada. Só fiquei mais assustada quando passei um susto muito grande com um navio lá fora no mar.

[Como é que foi?]

Era uma batera que nós tínhamos. Aí, acabamos de colher a rede. Ele disse assim: “Olha, nós vamos mais um pouco para o sul, para depois arriar para o norte”. Daí, eu disse: “Está bem. Então vamos”. E fomos. Quando nós fizemos a volta, quebrou o eixo. Ele disse: “Como é que foi acontecer isso?”. Ele pegou e botou um ferro n’água e tinha o meu primo que estava colhendo aqui mais ao norte. Aí nós pegamos uma blusa, botamos em uma ponta de vara e começamos a fazer sinal. Ele viu. Ele disse, entre eles: “Olha, lá tem uma embarcação e é o tio Aparício”. Nisso, nós olhamos, saiu um navio ali da ilha do Araça. Eu disse: “Negó, saiu um navio de lá e vai pra lá. Ele disse: “Vai passar perto de nós”. Eu disse: “Nada, homem. Deixa de ser bobo. Vai passar”. Aquele meu primo, quando viu, porque ele estava longe, ele saiu. E lá vinha o navio; e lá vinha o meu primo, o Afonso. Ele disse assim: “Meu Deus, esse navio vai passar bem em cima da batera. Eu disse: Nada, homem. Deus é grande. Deus está vendo nós aqui. Aí, pegou e disse assim:

Não, vai bater. E ele ficou apavorado. Eu disse: “Calma, meu velho. Calma! Não é assim”. E lá vem o Fonso, e lá vem o Fonso. Mas era muito vento. O bote batia na água que respingava. Ele disse: “Meu Deus do céu, nega. Nós vamos morrer debaixo do navio”. Eu disse: “Calma, nego”. Foi a conta de nós pegar o cabo e jogar pro Fonso. O Fonso só puxou a batera e o navio passou. Bem no rumo onde nós estávamos. Ninguém disse uma palavra! Foi uma luta!

[E o navio nem via vocês porque são muito pequenininhos?]

Não, não. Ele nem vê porque é assim ó: quando o navio vem, até uns quinhentos metros, uns seiscentos metros ele vê. Mas depois não vê mais. Não vê! Olha, nega, foi por Deus. Aí outro dia foi aqui, no mar da Taquara. Era escuro. Eu disse assim: “Nego, ali vem um barco”. “Mas o barco vai passar por fora”, disse ele. Eu digo: “Não pega na rede, não pega a bandeira”. Era escuro sabe. “Nada, mulher! O barco vai passar por fora.” Eu disse: “Não, não, faz uma volta pra nós não parar o motor, mas tu não pega a bandeira. Vai mais um pouquinho pra terra”. “Essa mulher! Uia mulher medrosa!” Eu disse: “Não, não, não é medrosa”. Foi a sorte nós não pegar. A bandeira passou assim ó: arrastando no barco. Outra vez nós estávamos colhendo rede aqui, veio aquele barco, e veio, e veio, e veio. Nós fomos obrigados a saltar. Quando vê que ele vem no rumo, a gente já tem que sair porque eles não estão nem aí!

[E a senhora conhece alguém que pesca como vocês que chegou a ir a fundo?]

Tem um primo nosso. Ele foi arrastar camarão, o Ananias, saiu de madrugada. Disseram que ele cochilou, que não viu o barco. O barco partiu a batera e ele morreu na hora. Só acharam ele depois de três ou quatro dias. Outra vez nós estávamos com rede ali no mar do Pinho. Deu um vento muito forte, que o vento, o mar, é uma coisa que é complicada. Voltamos! O mar é vivo! Outra vez nós estávamos lá perto do Gravatá, deu um vento terral que a água batia nas minhas costas pra não cair no motor pra não parar. O vento sul, na verdade, é o que mais prejudica nós, porque se dá vento sul e a maré é pro sul, já cria muita onda. Fica banzerado que é uma coisa!

[Banzerado, o que é?]

Aquela marola que não é onda alta, mas também não é onda baixa. Brisado já é o vento que vem do mar. Daí é difícil ir, vai molhando tudo. Quando o meu filho estava com 19 anos, ele pescava numa batera do pai, era caçei de corvina. Então viajava três horas para fora. Ele e o meu sobrinho. Ele saiu uma quinta-feira, uma hora da manhã. Eu levantei, fiz o café, arrumei a

comida e ele saiu. Depois, o pessoal veio tudo de fora, e nada dele vir. E o vento da terra. Trovoada. E nada! Passou a noite toda no mar. Aí eu fiquei apavorada. Não dormimos aquela noite. Foram os barcos do Zezinho, do Anísio e de um rapaz, que hoje é morto, procurar ele. Aí, o Zezinho perguntou como é que foi a noite, se tinham visto uma batera de boca aberta. Eles disseram: “Se eles estiverem vivos é um milagre, porque o que deu essa noite!”. Aí, passou quinta-feira a noite toda. Sexta-feira à noite é que acharam ele. Chegou em casa sábado à uma da manhã. Botaram fora dez panos de rede, uns quinhentos quilos de corvina, o forro da batera, pra aliviar a batera por causa da onda que era muito alta e botava água pra dentro. Eles tiraram água à noite toda. Disseram que tinha água até o joelho. O meu filho e o camarada. No outro dia, eram três horas da tarde, ele estava com o pai lá no porto trabalhando, arrumando a batera, tudo. Aí, dei café pra ele. Ele começou a chorar. Daí eu beijei ele. Começou a chorar, a chorar. Aí, eu disse: “O que é filho? Por que estás chorando?”. Ele disse assim: “Nada mãe”. “Por que então? Estás pensando o que passasses lá fora?” “Ah, mãe. Eu pensei de não ver mais a mãe.” Vê que eles fecharam a casaria da embarcação e foram dormir os dois para morrer ali dentro pra não ver as ondas do mar. Olha, a gente vê todo mundo vivo, e eles não vinham, ai! [Nós duas não aguentamos: choramos.]. Ser mãe de um pescador não é fácil. Ainda bem que agora tem celular. O meu mais novo, quando vai e demora, eu ligo: “Onde é que estás?”. “Estou aqui dentro do bote, mãe!” Eu digo: “Ah, eu sei que estás aí dentro do bote, mas onde filho?”. [Muito riso] Os meus três filhos homens estão na pesca, um na industrial e dois na artesanal. A gente está preparada pra tudo! E não está! É assim. (Rosinha).

Quando os episódios de naufrágio levam à morte, o corpo é considerado central para que a confirmação do óbito se efetive. Como o corpo tem essa centralidade, há alguns cuidados que passam a ser observados no registro de detalhes no Atestado de Saúde de profissionais da pesca, como altura e cor dos olhos. Ao perguntar a uma das técnicas da Marinha do Brasil o porquê da importância da cor dos olhos, ela esclareceu:

Em caso de naufrágio, e se o corpo for encontrado já em estado inchado, estas informações de altura e cor dos olhos ajudam. Se nenhum bicho tiver comido os olhos, a cor se mantém. Então é um dado a mais para ajudar na identificação e no reconhecimento do corpo.

Para efetivação do processo de reconhecimento, o corpo teria que aparecer para comprovar a morte, vindo a possibilitar o fornecimento do Atestado de Óbito. Não aparecendo o corpo, não há provas. Não havendo provas, só resta à esposa do pescador, por exemplo, esperar até que passe o tempo definido como necessário para comprovar a *ausência*. A esse respeito, a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, do Código Civil, no Capítulo III, da Ausência, define os trâmites necessários quando esta é decretada (BRASIL, 2002).¹⁰²

Segundo a experiência de pescadoras que perderam seus maridos ou pais, foram cerca de cinco anos de espera para receber alguma assistência do governo, tendo em vista que faltava a prova central para o fato da morte: o corpo. Ilustro tal situação a seguir com a fala de uma das mulheres cuja família conseguiu agilizar o processo em um tempo menor porque acionou outros meios, mostrando que é possível, quando há sensibilidade e vontade, antecipar o benefício às viúvas, conforme seu relato.

¹⁰² Parte Geral, Livro I, Das pessoas – Título I – Das Pessoas Naturais, Capítulo I – Da Personalidade e da Capacidade: Art. 6º A existência da pessoa natural termina com a morte; presume-se esta, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão definitiva; Art. 7º Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência: I – se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida; II – se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até dois anos após o término da guerra. Parágrafo único. A declaração da morte presumida, nesses casos, somente poderá ser requerida depois de esgotadas as buscas e averiguações, devendo a sentença fixar a data provável do falecimento. Capítulo III – Da Ausência – Seção I Da Curadoria dos Bens do Ausente. Art. 22. Desaparecendo uma pessoa do seu domicílio sem dela haver notícia, se não houver deixado representante ou procurador a quem caiba administrar-lhe os bens, o juiz, a requerimento de qualquer interessado ou do Ministério Público, declarará a ausência, e nomear-lhe-á curador. Art. 23. Também se declarará a ausência, e se nomeará curador, quando o ausente deixar mandatário que não queira ou não possa exercer ou continuar o mandato, ou se os seus poderes forem insuficientes. Seção II Da Sucessão Provisória. Art. 26. Decorrido *um ano* da arrecadação dos bens do ausente, ou, se ele deixou representante ou procurador, em se passando *três anos*, poderão os interessados requerer que se declare a ausência e se abra provisoriamente a sucessão. Art. 27. Para o efeito previsto no artigo anterior, somente se consideram interessados: I – o cônjuge não separado judicialmente; II – os herdeiros presumidos, legítimos ou testamentários. Art. 30. Os herdeiros, para se imitirem na posse dos bens do ausente, darão garantias da restituição deles, mediante penhores ou hipotecas equivalentes aos quinhões respectivos. § 1º Aquele que tiver direito à posse provisória, mas não puder prestar a garantia exigida neste artigo, será excluído, mantendo-se os bens que lhe deviam caber sob a administração do curador, ou de outro herdeiro designado pelo juiz, e que preste essa garantia § 2º Os ascendentes, os descendentes e o cônjuge, uma vez provada a sua qualidade de herdeiros, poderão, independentemente de garantia, entrar na posse dos bens do ausente.

São necessários cinco anos para se conseguir o Atestado de Óbito. A mãe conseguiu antes porque nós escrevemos uma carta para a Previdência Nacional; de lá eles entraram em contato com a Previdência de Biguaçu, que chamaram a mãe dizendo que ela teria direito a um salário mínimo até ficar comprovado o óbito. Junto a um advogado, que solicitou os documentos necessários para dar andamento ao processo, documentos esses que conseguimos com a ajuda da Capitania dos Portos de Florianópolis, que entrou em contato com a Capitania do Rio de Janeiro e depois com a Colônia de Pescadores daqui. Além desses documentos havia os registros em jornais do acidente e testemunhas, como casais amigos que numa audiência com o juiz declararam o que chamam de veracidade dos fatos. A partir daí o juiz expediu um Atestado de Óbito onde a mãe passou a receber os três salários que tinha direito. Foram mais ou menos uns três anos de espera. Todas nós nos sentíamos impotentes frente aos acontecimentos. Parecia um pesadelo, e uma espera interminável, pois, como não vimos o corpo, tínhamos a esperança que ele iria voltar a qualquer momento. Para a mãe foi ainda mais difícil, pois ela ficou com os filhos para criar. Tarefa complicada. Ela foi uma guerreira. Ainda hoje é difícil falar nisso. Com a avó eu nem toquei mais no assunto, pois ela sempre fala nele e não se conforma até hoje. Toda vez que fala nele, chora. Eu tenho 42 anos, a mãe tem 63, e a avó 86 anos. Meu pai já desapareceu há mais de 20 anos. (Ana, Governador Celso Ramos).

Como é possível constatar na fala de Ana, trata-se de anos de espera para que se considere que o tempo do desaparecimento tenha sido suficiente e venha a se efetivar o direito de receber o benefício de pensionista como viúva de pescador, tendo em vista que a lei que regulamenta essa questão de desaparecidos é federal e trata de forma indiferenciada brasileiros, não levando em conta peculiaridades como esta dos pescadores que desaparecem não por questões outras, mas tão somente por um acidente de trabalho. O conteúdo da própria lei foca mais resguardar o destino de possíveis heranças ou bens, sem aventar formas de garantir que essas populações possam ter imediatamente reconhecido o fato do desaparecimento para constituir o direito do amparo legal.

Mais uma vez emerge a questão da centralidade do corpo, tanto na atenção a detalhes deste no processo de reconhecimento em caso de acidente, aludindo à estatura física e cor dos olhos, quanto nos episódios de desaparecimento em que, não havendo um corpo, não há como efetivar a comprovação da morte. Não havendo essa comprovação, a

família do pescador fica em uma situação mais vulnerável do que em qualquer outra já vivida, considerando que são anos de espera e de falta de assistência, aliados ao processo de luto que não tem fim.

Butler (2006, p. 46) se refere ao luto questionando-se se há como saber “quando se elabora um luto, ou quando alguém termina de fazer o luto por outro ser humano”. Ele acrescenta que

talvez um luto se elabore quando se aceita que vamos mudar a causa da perda sofrida, provavelmente para sempre. Quiçá o luto tenha a ver com aceitar sofrer uma mudança (talvez se deveria dizer *submeter-se* a uma mudança) cujo resultado não se pode conhecer de antemão. (BUTLER, 2006, p. 47).

Em relação às viúvas de pescadores há, a meu ver, um *submetimento* duplo. Primeiro, pelo que se aplica aos humanos e que Butler definiu como um *nosotros*. Ou seja, o fato de que estamos implicados na iminência de perdas, a qualquer momento. Por outro lado, ao se submeter a uma situação que poderíamos denominar de um *devir viúva*, em que ela não deixa de viver o processo de luto, embora resguarde a esperança de que o outro volte, também vive uma situação de vulnerabilidade extrema enquanto não lhe reconhecem como tal. Já não é mulher de pescador, mas também do seu reconhecimento como viúva não se trata. De alguma forma, ela desaparece com o laço pelo qual se reconhecia. Como resume Butler (2006, p. 48): “Que ‘sou’ sem ti? Quando perdemos alguns dos laços que nos constituem, não sabemos quem somos nem o que fazer. Em um nível, descubro que te perdi a ‘ti’ só para descobrir que ‘eu’ também desapareço”.

Continuando em diálogo com Butler, corroboro sua afirmação quanto a dizer que “deveríamos então avaliar e opor as condições sob as quais certas vidas humanas são mais vulneráveis do que outras, e certas mortes mais dolorosas do que outras” (BUTLER, 2006, p. 57). Eu afirmaria que urge ponderar que, embora toda vida humana seja vulnerável, algumas são mais do que outras. É preciso considerar diferenças centrais que extrapolam a vulnerabilidade humana em comum, levando-se em consideração que há vidas, mortes e lutos mais dolorosos. Não seria o caso de rever a legislação brasileira sobre desaparecidos e criar uma especificidade que contemple a questão do desaparecimento/morte de pescadores e, portanto, da vida das pescadoras?

4.4.4 O corpo como memória da profissão

Além da possibilidade constante de naufrágios, os acidentes são comuns na profissão da pesca, que é considerada extremamente perigosa, tendo em vista, além do fato de se trabalhar no mar, os próprios apetrechos com os quais se lida, como anzóis, ferros, motor, linhas de *nylon*, entre outros, aliados aos acidentes com os próprios pescados, como mordida de peixes, perfuração com ossos e espinhas e os cortes ou perda de partes do corpo em peças da embarcação.

As narrativas das pescadoras rememoravam experiências sobre acidentes, sustos, imprevistos, os quais, ao me serem narrados, além de acionarem suas memórias sobre os episódios vividos, acionavam também o corpo como prova materializada em forma de cicatrizes, falhas ou mutilação de dedos, pernas ou braços. Se, por um lado, a memória era ativada com riqueza de detalhes sobre o que estava sendo narrado, não havia como pôr em dúvida a veracidade da narrativa: o corpo era mostrado como prova.

Já tive alguns acidentes. Uma vez, eu passei a mão aqui, na polia, saiu do lado de lá, não sei como. Ai meu Deus do céu! Aí essa coisa revirou e ficou só no osso. Passou aqui e amassou tudo. Agora que está melhorando. Esse dedo aqui ficou com defeito. Amassou com graxa, areia e sangue, tudo misturado, levou quatro pontos. Só que eu botei babosa; quase nem aparece. Eu quase desmaiei porque vi o osso. Mas, credo, é dor! Dor não mata ninguém. Não Mata! Era umas dez horas; até às duas e meia da tarde fiquei sem pontear. Fiquei mais de mês sem trabalhar, sem mexer em nada. Ficou só as marcas, só. E não quebrou nada, osso nenhum. Devo ter os ossos fortes porque em mim nunca quebrou nada. Olha que eu tenho levado lambada, mas nunca quebrou. [Só aquela vez que caiu no mar? Conta pra mim como foi.] Mas não quebrei nada: nunca se deve dar as costas para o mar. Eu estava de costas pra proa. Eu estava viajando. Daí bateu o nordeste forte, eu desequilibrei e caí. Quando eu fui me sentar, eu já sentei fora do bordo. Desequilibrei, caí assim, tummmm, de costas. Nisso a bota engatou na rede. Eu caí, fui pro fundo e a rede engatada aqui. Eu de calça de oleado, de bota. Daí, eu peguei na rede porque o bote estava em marcha de viagem. As portas correram praqui e eu fui puxando de palmo em palmo. Fiquei surfando ali atrás. Fiquei ali porque dentro não tinha como entrar. Fiquei agarrada no leme ali atrás e surfando. Fiz assim com o pé; as botas saíram. Perdi o celular, perdi setenta reais. Fiquei agarrada e fui governando, governando até ir ao

encontro do seu João. Daí, ele me viu. Eu abanei, ele chegou perto de mim. Aí eu soltei o bote e fui pro bote dele pra depois pegar esse aqui. E o trabalho pra pegar esse bote? Atrás, correndo. Peguei na curva porque a embarcação, quando fica sem leme, o lado do cabeçote do motor é o lado mais pesado. Aí, ele pende pra esse lado. Ele fica dando aquela volta longe, longe, descansada. Parecia ser um cabrito doido. Numa volta daquela foi que eu peguei. Pulei pra dentro. Eu fiquei toda dolorida, uma meia hora surfando. O meu braço aqui ficou tudo doído, machucado, vermelho. Passei trabalho. Nunca tinha me acontecido isso aí. Nesses anos todos! Mas sempre tem a primeira vez. Isso é pra eu me cuidar. (Naca).

Esse meu dedo aqui, que não estica mais, que ficou aleijado, foi uma arraia. A gente estava pescando e fincou o esporão da arraia. Foi um acidente de trabalho, como se diz. Fiquei com o dedo sem prestar mais, defeituoso. Até hoje não prestou mais. (Luísa).

Após os acidentes sofridos, as pescadoras relataram que precisaram fazer pequenas pausas, mas que, a seguir, continuaram na pesca, por causa da necessidade financeira. Com o tempo, os episódios de acidentes foram parcialmente esquecidos, pois é no próprio corpo mutilado, deformado que a materialização dessas lembranças ficou registrada e que, portanto, não as deixas de todo esquecer.

A gente nunca esquece porque a marca fica no corpo, no defeito do corpo da gente. Esquece a dor, mas não o que passou. (Luísa).

Eu já sofri alguns acidentes na pescaria, mas o pior deles foi com os meus cabelos que foram arrancados pelo motor do barco. Eu fui olhar o esticador de polia¹⁰³ porque ele estava fazendo barulho. Como eu estava com os cabelos soltos, o vento soprou e meus cabelos foram lançados no eixo do barco e, com isso, fiquei totalmente careca. Sorte que não arrancou o couro, mas tirou o cabelo todo. Foi horrível. Devido ao fato de a gente ser mulher e ser vaidosa, eu sofri muito e entrei em depressão porque me achava feia careca. Só o carinho do marido e dos filhos fez com que eu superasse a depressão. (Alzira).

Segundo Alzira, foi a experiência mais difícil que ela teve na sua trajetória de pescadora, pois se viu privada de seus cabelos, o que, para ela, era algo muito importante para uma mulher, pois considera um *complemento para o rosto*. À medida que Alzira me narrava sua

¹⁰³ É uma peça metálica que existe para esticar a polia, que é um pedaço redondo de borracha.

experiência, eu ficava impressionada com os detalhes do acidente que ela lembrava e ia contando: a percepção do barulho estranho em uma peça da embarcação, o breve vacilo e a perda total de seus cabelos e o indício de um sangramento. “*Sorte que não arrancou o couro.*” Ao ouvir essa frase, imagens de deformidades faciais me vinham à mente, mas foi apenas em Portugal que me dei conta da dimensão do que Alzira tinha narrado, quando um brasileiro que assistia a uma palestra que ministrei sobre minha pesquisa me sugeriu buscar informações a respeito de uma associação de escarpeladas na região Norte do Brasil. Lá mesmo iniciei uma investigação pela internet, deparando-me com imagens de mulheres e meninas vítimas de escarpelamento.

De acordo com o *site* da Associação Sarapó,¹⁰⁴ escarpelo é o nome científico do couro cabeludo, e escarpelamento em embarcações ocorre quando o escarpelo humano é arrancado de forma brusca com grande quantidade de cabelo, que é puxado de forma inesperadamente rápida quando se enrola em motores em grande rotação. Na grande maioria dos casos, além do escarpelo são arrancadas orelhas, sobrelhas e parte da pele do rosto e pescoço, levando a deformações graves, ou até a morte. Esse tipo de acidente costuma ocorrer em embarcações, com pessoas de cabelos compridos, ao se aproximarem de partes móveis do barco, como o motor ou o eixo, e acontece muito frequentemente na região Norte,¹⁰⁵ onde o transporte por barcos é mais comum, sendo os

¹⁰⁴ Disponível em: <<http://www.sarapo.com.br>>.

¹⁰⁵ O escarpelamento é considerado um caso de saúde pública na região amazônica. Além da prevenção, o combate a esse tipo de acidente passa por medidas socioeconômicas e psicológicas de atendimento às vítimas, que têm suas vidas totalmente modificadas, pois além da deformação física e do isolamento pelo qual passam, elas têm suas chances no mercado de trabalho diminuídas, tanto pelo preconceito diante da sua aparência quanto pelas dificuldades como não poder mais tomar sol, se expor a cheiros fortes ou passar roupa, por exemplo. Segundo a Associação das Mulheres Ribeirinhas e Vítimas de Escarpelamento da Amazônia (AMRVEA), esses acidentes vitimam principalmente mulheres, das quais 65% são crianças. Em alguns trajetos, os longos cabelos de meninas e mulheres transportadas nas embarcações enroscam nos motores. O que acontece a partir daí é rápido e traumatizante, pois, às vezes, elas perdem parte do cabelo; outras vezes, todo o couro cabeludo e partes do corpo, como as orelhas, são decapitadas. Sobre a dor do impacto, as vítimas não sabem dizer, pois o choque é tão grande que algumas desmaiam. Quando voltam a si, estão com o rosto desfigurado. Por isso, muitas delas não saem mais de casa, e há casos de meninas que foram abandonadas por suas famílias. É comum que passem anos sem ter coragem de se apresentar aos outros; além disso, desenvolvem problemas físicos como dor de cabeça intensa cada vez que molham a cabeça. O estado do Pará, segundo maior em extensão da região Norte do Brasil, onde a maioria das comunidades usa embarcações como meio de transporte, é considerado o que concentra

estados da foz do rio Amazonas e o estado de Santa Catarina os que registram o maior número desse tipo de acidentes. Ainda segundo o mesmo *site*, visando erradicar o escalpelamento, foi aprovada, em 6 de julho de 2009, a Lei nº 11.970.¹⁰⁶

Em alguns depoimentos, as mulheres escalpeladas de estados como Pará e Amapá dizem não ver problema maior na perda de cabelo, pois o uso de peruca supre essa falta, mas o que mais lhes aflige é a deformidade facial com a perda de orelhas e partes do rosto.¹⁰⁷ Alzira, por sua vez, embora com o escalpo preservado, ao se dar conta de ter o cabelo arrancado, tendo ficado totalmente careca, se viu de tal forma fragilizada que esse fato desencadeou um processo de depressão. Tanto as mulheres da região Norte do Brasil quanto o exemplo de Alzira, em Santa Catarina, apontam para a necessidade de ações mais contundentes

o maior número de vítimas de escalpelamento, cerca de 90% dos casos. Por perderem o couro cabeludo, muitas mulheres usam um lenço na cabeça para esconder as marcas e, por isso, elas são chamadas “As meninas de turbante”. O Pará vem realizando várias ações para inibir o escalpelamento. O Amapá segue a mesma linha. O estado vem atuando de forma preventiva na redução de acidentes com vítimas de escalpelamento por embarcação. Para a execução de um trabalho mais efetivo, o governo do estado do Amapá conta com o apoio da Associação de Mulheres Ribeirinhas e Vítimas de Escalpelamento da Amazônia, que possui aproximadamente 150 mulheres associadas (SEM MÁSCARAS, 2009; Disponível em: <www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task...>. Acesso em: 21 nov. 2011). Algumas iniciativas foram tomadas no sentido de minimizar essa situação, sendo uma delas capitaneada pela defensora pública Luciene Strada de Oliveira, que, ao dela tomar conhecimento em 2005, coordenou um diagnóstico sobre o assunto na região Norte, a partir de onde a Defensoria Pública da União determinou e aprovou um programa de erradicação do escalpelamento em uma ação conjunta com vários órgãos públicos, como SUS, Marinha do Brasil, IML, além de instituições privadas, como fabricantes de motores e ONGs (OLIVEIRA, 2010).

¹⁰⁶ De autoria de Janete Capiberibe (PSB-AP), que tornou obrigatório o uso de proteção no motor, eixo e partes móveis das embarcações, e que determinou que a embarcação flagrada sem o uso desses equipamentos poderá ser apreendida e multada, além de o condutor ter suspensa a habilitação para navegar. Em caso de acidentes pela falta das proteções, quem dirige o barco pode ser processado.

¹⁰⁷ A Associação de Mulheres Ribeirinhas e Vítimas de Escalpelamento da Amazônia (AMRVEA), localizada em Macapá, possuía, em 2012, 117 integrantes, sendo 110 mulheres. De acordo com o Ministério da Saúde, no ano de 2011, 618 pessoas fizeram a cirurgia de reparação pelo Sistema Único de Saúde (SUS), sendo a grande maioria na região Norte. Um conhecido cirurgião plástico de Florianópolis, Dr. Rodrigo D’Eça Neves, participou de um dos mutirões em Macapá. Segundo ele, as mulheres sentem os maiores danos na pele e no rosto, mais do que nos cabelos, principalmente “com as sobrancelhas e a pele dos olhos que acabam sendo arrancadas junto com o couro cabeludo”. Ainda segundo o médico, devido à violência de alguns acidentes com motores, torna-se necessário implantar orelhas de silicone (OLIVEIRA, 2010).

em termos de prevenção de acidentes nas embarcações. Guardadas as proporções das deformidades corporais entre carecas, cuja perda do cabelo é reversível, e escalpeladas, em que a reposição de partes da face se faz de forma parcial e após sucessivas cirurgias reparadoras, as repercussões em suas vidas são irreversíveis, sejam as emocionais, afetivas, psicológicas ou econômicas.

4.4.5 Corpo-mãos: prova da profissão

É possível afirmar que o corpo aponta ainda os *corpos sentidos*: ver, ouvir, tocar, sentir, e serve como prova da trajetória de vida, seja no corpo em agilidade e rapidez ao fazer o que fazem, e especialmente, segundo elas, no corpo-mãos, sobre o qual me detenho a seguir.

O corpo é central como sujeito, onde as afetações com as quais nos deparamos deixam marcas no processo de nos fazermos. Latour (2004) entende que corpo é o oposto de estar morto e que construir um corpo é ser afetado, é estar apto e aprender sobre afetações no sentido de que é por ele, o corpo, relacional, que aprendemos a aprender. Há assim, segundo Latour, gradativamente, a construção de corpos que reagem de diferentes formas a odores, imagens, sons, por exemplo, em que o corpo/sujeito está onde o aprender a ser afetado se mostra. Enfim, nossos corpos se fazem no aprender a ser afetado.

Afetar-se pela/na pesca é construir corpos nos quais o que poderíamos denominar de corpo-mãos é central. O uso e desgaste da pesca, segundo as pescadoras, estão no corpo-mãos, usado de forma frenética pelas embarcadas para puxar, jogar, remendar redes e tarrafas; e pela grande maioria de mulheres em terra, para eviscerar peixes, limpar siri, descascar camarão, fazer ou remendar redes, em uma especialização da rapidez que não permitia à antropóloga qualquer registro fotográfico que não o solicitado em forma de *pause*.

O corpo-mãos, por um lado, era evocado pelas pescadoras como devendo ser prova suficiente de suas trajetórias na pesca e, portanto, para a conquista de direitos, como a aposentadoria, o que também era corroborado pelos pescadores, exemplo do que disse um deles em uma das reuniões que acompanhei quando um técnico do INSS falou da necessidade de provas: “*Olha as mãos!*”. Por outro lado, diz respeito à materialização de uma memória da profissão cravada no desgaste físico, em que o corpo se apresenta com sulcos e marcas, vincos formados pelo sol e pelo sal com os quais se convive diariamente, o que resulta em uma

espécie de metamorfose mais acelerada no processo de envelhecimento a partir do qual os corpos-mãos dos mais velhos me afligiam mais, pois havia momentos que me pareciam como uma espécie de garra preparada para o esforço que a pesca exige.

Nesse aspecto, Vasseur (2004) se refere à percepção do processo de metamorfose pelo qual o corpo passa no decorrer do tempo, em que as fotografias seriam um meio com o qual nos depararíamos com a visão da própria metamorfose corporal que o envelhecimento e o desgaste do tempo vão imprimindo sem que nos demos, de imediato, conta.

Se o homem não parou de consagrar seu corpo às mais diversas transformações, tanto reais quanto imaginárias, há finalmente uma metamorfose da qual ele não pode escapar: essa do tempo que deforma e altera a carne [...] nosso corpo está, em vida, em perpétua metamorfose. Mas é, na maioria das vezes, uma metamorfose imperceptível cujos efeitos só são visíveis à distância; através do olhar daquele que, durante muito tempo, não mais nos viu. Nas fotografias onde se conseguiu captar, para sempre, um instante que já passou. (VASSEUR, 2004, p. 185).

Não só ao se depararem com as suas fotografias, mas o meu próprio corpo se mostrou foco de estranhamento sobre a metamorfose em forma do envelhecimento visualizado no desgaste acelerado de seus corpos. Ao perguntarem minha idade, elas verbalizavam a percepção do que denominavam de se acabar mais rápido: “*És mais velha do que eu na idade, mas no rosto, nas mãos, olha pra mim! Estou muito mais acabada. Isso é da vida na pesca*”. Percepção que fala de um rápido desgaste físico em que a pesca deixa marcas irreversíveis em seus corpos, seja no rosto vincado pela exposição diária ao salitre, ao vento, ao sol, que, de forma geral, lhes fixam na face mais idade do que a registrada em seus documentos; seja nas dores nas costas e nas pernas inchadas pelos longos períodos em que ficam em pé. Porém, a forma mais visível se mostrava nas mãos.

O corpo-mãos que envelheceu na pesca já não tem a mesma elasticidade que mãos juvenis ou mãos de outros contextos e afazeres. Corpo-mãos que já não estica totalmente, ficando mais voltado para dentro, ressecado, calejado e grosso. Ou muito fino e fragilizado. Corpo-mãos que se moldou no cotidiano do mar. Um corpo que testemunha o percurso de trajetórias de vida diferenciadas de contextos citadinos e que emerge na materialidade que aquele corpo-mãos, de forma muito peculiar, registra. Ao contrário do perfumista de Latour (2004, p. 207), cujo aprendizado se dá por meio e a partir de um *kit*, “*the malette à*

odeurs”, é o corpo da própria pescadora que serve e que suporta o aprendizado de *ser afetado*. Por outro lado, se formos pensar no mar como aquele que tem a habilidade de ensinar, seria então ele próprio uma espécie de *kit* que permite ao corpo da pescadora se especializar.

Tornou-se comum eu ouvir uma alusão ao corpo como prova da profissão, em que o corpo-mãos seria a principal evidência da materialidade do ser pescadora: mãos de pele muito grossa ou muito fina, inchadas, secas por um lado por causa dos ferimentos causados por espinhas, ossos de peixe ou cascas de camarão e, por outro, com unhas extremamente frágeis por causa do constante contato com a água. A materialidade dos efeitos da diferença (social, simbólica e política) nos corpos, na vida e na trajetória e experiência cotidiana das mulheres (MALUF, 2009, p. 14) precisa ser abordada, compreendida e considerada.

E é nesse sentido, entre outros, que pode ser percebida a dificuldade que alguns técnicos – que representam órgãos públicos, que deveriam amparar, orientar e reconhecer essas profissionais – têm ao se deparar com os contextos em que as muitas pescas ocorrem e onde essas mulheres trabalham de forma intensiva. Vejamos, a seguir, o trecho de uma das falas que ouvi em campo:

Quando a mulher do INSS chegou lá em casa, ela olhou para nós e comentou: “Ah, mas vocês são mais bronzeadas do que eu”. Eu falei: “Claro, dona. A gente trabalha na praia, no sol. Todo dia”. Já visse isso? A gente se sente mal. Elas, com as unhas feitas, bonitas. A gente com as unhas feias, grossas, sujas. Eu me senti humilhada. Como não ver que a gente é pescadora? Basta olhar as mãos. Basta olhar o corpo. (Jussara).

Como não ver que o corpo denuncia outro sentido, não aquele que a técnica inicialmente consegue entender? Como não ver o que está materializado de forma, em princípio, tão evidente para a pescadora, de que, se fosse observado com um pouco mais de atenção, tornar-se-ia possível dar-se conta? Na fala de Jussara, nota-se a experiência que as pescadoras continuamente têm no que diz respeito a se depararem com o despreparo de alguns técnicos, e no caso pincei o do INSS, para atender um público que poderia ser denominado de *diferenciado*, como as profissionais da pesca. Veja-se que a fala da referida técnica aponta para uma noção de praia e mar como lugares de descanso, de férias, de onde se sai *mais bronzeada* do que técnicos pálidos por trabalharem em lugares fechados, segundo a observação irônica de Jussara.

Por outro lado, Jussara remete a uma fala que se mostrou corriqueira em campo e que alude à materialização que a pesca vai registrando no próprio corpo no decorrer do tempo, um corpo que, por ter sido afetado (LATOUR, 2010), à medida que se especializava, se constituía prova irrefutável de uma profissão que diz quem são e por que são.

Capítulo 5

A RELAÇÃO COM O ESTADO: ENTRE SABERES, RECONHECIMENTO E (IN)VISIBILIDADE, UM SUJEITO QUE NÃO SE ENQUADRA?

M 32 – marcou o visor colorido indicando a mesa, seguido do som de um blim blom. Entrei com Safira e o técnico do INSS se mostrou solícito, embora sério, e perguntou o que queríamos. Como Safira havia me pedido para *fazer as perguntas*, eu iniciei a conversa e se seguiu o seguinte:

– Eu sou pesquisadora e estou acompanhando esta senhora, que é pescadora e me pediu para vir acompanhá-la, pois quer tirar algumas dúvidas sobre o processo de aposentadoria.

Demonstrando não ter me ouvido, o técnico se dirigiu diretamente à Safira: – A senhora é mulher de pescador?

Interfiro: – Não, ela é pescadora.

Continuando como se eu não tivesse falado, o técnico continuou:

– A senhora trouxe os documentos do seu marido?

Não me contendo, mais uma vez interferi ao mesmo tempo em que me dei conta do coração mais acelerado e o sangue me corar o rosto com a raiva que senti. Porém, num esforço de controle comentei: – Ela também tem os documentos de pescadora.

Mais uma vez, foi como se eu não tivesse dito nada. O técnico continuou olhando apenas para Safira, e ela rapidamente lhe respondeu:

– *Ah, eu trouxe sim. Estão aqui.*

– Ela também tem documentos, insisti. Porém, o único som que eu parecia ouvir era meu próprio coração acelerado:

tuctuctuctuc. Era eu também agora, não só invisível, mas inaudível para o referido técnico, que continuou sem considerar o que eu argumentava.

– Tem a carteirinha dele aí? Deixa eu ver. Como está aqui, está tudo certo. Ele tem a carteirinha há 12 anos e a senhora é mulher dele. É casada legalmente?

– *Sim, sou.*

– Então. Tem que contribuir 25 anos e ter 55 anos de idade para se aposentar. Era só isso?

– *Era, sim. Obrigada.* Respondeu Safira de forma tímida, muito diferente de seu jeito alegre e expansivo. Ele não me olhou. É como se eu não estivesse ali. (Trecho do meu diário de campo).

Este capítulo diz respeito a pensar a relação com o estado. Para tanto, inicio esse tema com algumas reflexões sobre a relação, os conflitos e a circularidade entre diferentes saberes: por um lado, os das pescadoras; por outro, os viabilizados pelo extensionismo rural em Santa Catarina, exercício este extremamente complexo, se considerarmos que sou empregada na Epagri, conforme já esclarecido no início desta escrita. Assim sendo, trabalhando em uma empresa do estado, vejo-me diante de um forte exercício de distanciamento, posto que me desloco da figura de extensionista e exercito-me como antropóloga.¹⁰⁸ Ambas as condições compõem o que sou, o que gera momentos de *liminaridade*¹⁰⁹ em que me sinto, na Epagri, uma antropóloga, em um exercício continuado de estranhamento do familiar, sem o que eu considero que não poderia contribuir de forma responsável no exercício de uma antropologia consequente (SAEZ, 2009), pautada pelo que preconiza o código de conduta da Associação Brasileira de Antropologia (ABA).

¹⁰⁸ Ver Silva (2000). O autor aborda questões referentes ao fato de ser o pesquisador também um pesquisado, situação em que emergem conflitos, questões, dúvidas. Duarte também trabalhou esta questão em sua dissertação de mestrado no PPGAS/UFSC, quando usou a expressão *insider* com o intuito de problematizar sua pesquisa sobre o mandato policial da Polícia Militar de Santa Catarina. Para ele, *insider* “pode significar alguém com dificuldades de relativizar os conceitos, ou transformar o familiar em exótico. O argumento é que determinadas questões, conceitos, dinâmicas estariam tão naturalizados em mim como nativo de forma a me parecerem trivialidades sem importância que talvez isso pudesse obliterar minha visão e consequentemente minha análise, prejudicando os resultados do trabalho” (DUARTE, 2012, p. 49).

¹⁰⁹ Liminaridade no sentido de alguém que se sentia como se não estivesse em nenhum dos dois lugares. Amparando-me nas palavras de Turner, seria um estar “no meio e entre as posições atribuídas [...] como se nada possuísse” (TURNER, 1974, p. 117).

Na universidade, por vezes, parecia não haver uma percepção de que há sutilezas entre um trabalho *do* ou *no* estado. Por sua vez, no estado, o conhecimento advindo da universidade, por vezes, é prejulgado e considerado como algo inexequível. Faço, assim, uma reflexão sobre a relação pescadoras/extensionistas, mas também sobre meu lugar quando me penso uma antropóloga-extensionista/extensionista-antropóloga, o que implica conflitos, enfrentamentos e questionamentos. Considerando a realização de uma pesquisa pautada em uma postura crítico-antropológica e orientada por pressupostos éticos, tive um cuidado especial ao exercitar esse deslocamento devido à relação próxima com os *nativos*, *objeto* deste livro, e a ser eu própria, até certo ponto e de toda forma, nativa.

Avançando no capítulo, detenho-me no que considero a centralidade de meu trabalho no sentido de trazer contribuições para pensarmos sobre questões que dizem respeito às dificuldades de reconhecimento que as pescadoras enfrentam quando se deparam com um estado que também reflete a forma cultural como essa profissão está pautada, por uma visão hierárquica de gênero. Essas mulheres, reconhecidas em suas comunidades e que se reconhecem como *guerreiras*, inventando a pesca e se reinventando cotidianamente na pesca, vivem à parte de um estado incapaz de contemplar sujeitas e sujeitos de direito, pela simples definição de seu sexo.

Aparecem, neste capítulo, a racionalização e a burocracia, com destaque para o papel do *sistema* que define se elas têm ou não direito, em que o formulário preenchido, por ser *transparente*, revela que não são reconhecidas pelo estado como elas próprias se reconhecem. Ao colocar o *x* em *feminino*, essas mulheres não se enquadram ao *sistema*, que não fala, não escuta, mas tudo sabe, não deixando, portanto, dúvidas de que elas não são o que reconhecem que são: pescadoras.

5.1 Saberes e fazeres: pescadoras e extensionismo

As pescadoras com as quais convivi têm acesso ao extensionismo de Santa Catarina por intermédio da Epagri,¹¹⁰ sendo duas as principais

¹¹⁰ A Epagri foi criada em 1991 a partir da fusão do Instituto de Pesquisa do Estado (IASC) e das então associações de extensão rural (ACARESC) e pesqueira (ACARPESC), tendo Acaresc na época a maior estrutura física e de pessoal, dedicada ao atendimento à agricultura, cujo quadro de profissionais majoritariamente era de engenheiros agrônomos. Passados mais de vinte anos, a Epagri ainda demonstra dificuldade em

formas pelas quais essa relação pode ocorrer: a) procuram a assistência técnica para fazer algum financiamento visando acessar linhas de crédito disponíveis para a compra de embarcações, por exemplo; b) participam de grupos, encontros, reuniões de mulheres nos quais são discutidas temáticas de interesse nas áreas de saúde, agregação de valor, educação ambiental, culinária e, mais recentemente, direitos das mulheres da pesca. Em uma ou outra via de acesso ao extensionismo, é possível falar sobre relações que envolvem diferentes saberes, que poderíamos chamar de saberes tradicionais, por um lado, e os técnico-científicos por outro.

Tanto elas vão aos escritórios locais de extensão como os técnicos vão às suas casas, especialmente as extensionistas sociais.¹¹¹ Para realizar os processos relativos a financiamentos, o local é o escritório, tendo em vista a necessidade de preenchimento de formulários disponibilizados nos computadores dos técnicos. Para participar dos grupos ou cursos voltados às mulheres, dependendo da região e das condições, os encontros podem se realizar nos centros de treinamento da Epagri,¹¹² nas cozinhas das casas das pescadoras ou em espaços cedidos na comunidade, como salão paroquial, cozinhas e escolas. Assim, na chamada *extensão técnica*, boa parte dos trâmites se desencadeia no escritório. Na *extensão social*, a cozinha e outros espaços de sociabilidades se fazem centrais.

Problematizar os saberes-fazeres de pescadoras no contexto do extensionismo rural implica pensar como a circularidade desses

lidar com a área pesqueira. Sendo uma empresa resultado da referida fusão, ela não conseguiu dar conta da diversidade implicada na junção de um trabalho que era feito com agricultores e outro que se realizava com famílias de áreas pesqueiras. Como continuamente tem que demonstrar que é uma empresa eficiente para o governo do estado, e como a maricultura e a agricultura dão mais retorno financeiro e visibilidade para Santa Catarina, os investimentos, tanto em corpo técnico quanto em recursos financeiros, são destinados em maior volume para essas duas áreas do que para a pesca artesanal, considerada por muitos técnicos como *uma forma primitiva* ainda de realizar a atividade no mar, a qual consegue demonstrar pouco retorno financeiro. Há, portanto, muito ainda a avançar.

¹¹¹ A Epagri contempla pesquisa e extensão. O trabalho de extensão se divide em *técnico* (realizado por engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas que atendem a questões ligadas à produtividade agrícola) e *social* (realizado por pedagogas, assistentes sociais, enfermeiras, sociólogas, entre outras profissões, que trabalham com questões sócio-humanas e ambientais).

¹¹² A Epagri dispunha, na época da realização de minha pesquisa, de 12 centros de treinamento, localizados nos seguintes municípios: Agronômica, Araranguá, Campos Novos, Canoinhas, Chapecó, Concórdia, Florianópolis, Itajaí, São Joaquim, São Miguel do Oeste, Tubarão e Videira (EPAGRI, 2011).

diferentes saberes-fazer se atrita e se acomoda no cotidiano feminino da pesca, na medida em que o saber técnico, via extensão, traz de seus objetivos primordiais o que diz respeito a fazer com que *produzam melhor e tenham mais higiene*, sendo, de certa forma, uma prática civilizatória.

Ao discutir o conceito de civilização, Elias (1994) esclarece que se trata de uma grande variedade de fatos e questões que envolvem a tecnologia, os conhecimentos científicos, as formas de comportamentos e os costumes. Assim sendo, muitas das políticas públicas viabilizadas pelo extensionismo, a partir do momento em que se pautam pela disseminação de processos de limpeza, higienização, formas de manipulação, controle, uniformidade e racionalização da produção, aí se inserem.¹¹³

O conceito bakhtiniano de circularidade (BAKHTIN, 2008) se mostra interessante e atual para pensarmos que, mesmo quando se parte de um pressuposto que considera o conhecimento técnico-científico como central (por exemplo, o extensionismo, que teria o objetivo de “levar o conhecimento” às populações rurais), há, concomitantemente, outras formas de conhecimento que se

¹¹³ Tanto em Foucault (2008), que trata sobre a história da loucura, discorrendo sobre os processos de confinamento e internações, em especial na França, quanto em Foucault (2009), que fala sobre prisões, vigilância e punição, o autor se refere a formas de adestramento, confinamento, normatizações, padronizações, o que, por um lado, define quem é louco e como deve ser tratado; por outro, como deve ser vigiado o condenado. As discussões que o autor traz contribuem para pensarmos sobre outras formas de confinamento e normatizações que não apenas aquelas materializadas em instituições de reclusão ou punição. Explico-me a partir do diálogo que tive com colegas técnicos objetivando melhor compreender os trâmites exigidos quando alguém quer se tornar um microempresário (ME) da pesca: as exigências que pescadores e pescadoras têm que cumprir se desejarem ampliar sua produção passam por medidas que vão desde a obrigação do uso de uniforme – *que não é para proteger quem manipula; é para proteger o animal de quem o manipula* (guarda-pó, gorro, luvas, botas) – a reformas em suas instalações, nas quais o rancho de madeira cede lugar a salas, cujas dimensões das medidas são especificadas pela legislação sanitária, que define desde a altura do pé-direito da obra às paredes branco-azulejadas, superfície lisa, lavável e impermeável; piso abrasivo, antiderrapante e lavável. Nada podendo ser de madeira porque a madeira é absorvente. A cadeia do frio tem que estar bem instalada. Disse-me um dos técnicos: “*Quem trabalha com alimentação tem por obrigação vender saúde. Se eu vender doença é um crime contra a saúde do consumidor, passível, inclusive de prisão. Para isso, tem a lei do consumidor. O pescador é fornecedor de alimento*”. Ou seja, o não atendimento às exigências pode, sim, desencadear punições e até a prisão do infrator, cujo órgão central de monitoramento e controle traz, inclusive no nome, seu objetivo – Vigilância Sanitária.

pautam e se expressam distinta e independentemente. Na interação entre o conhecimento técnico-científico, exemplificado aqui pelo extensionismo, com os conhecimentos de populações pesqueiras, ou agrícolas, ou indígenas, há um processo de articulação em que ambos se influenciam, trocam, constroem e reconstroem. Embora o postulado fundador do extensionismo preconize que é ele que leve o conhecimento, na verdade, trata-se de uma via de mão dupla, em que nem sempre o saber tradicional é devidamente visibilizado.

Isso talvez porque, como afirma Bakhtin, “o poder dominante e a verdade dominante não se veem no espelho do tempo, assim como também não veem o seu ponto de partida, seus limites e fins, sua face velha e ridícula, a estupidez e suas pretensões à eternidade e à imutabilidade” (BAKHTIN, 2008, p. 185). Seguindo os pressupostos de Bakhtin, poderíamos dizer que a prevalência de formas sisudas de interagir, “com o rosto sério e em tons graves”, consideradas posturas de seriedade que técnicos costumam imprimir ao seu trabalho, confrontar-se-iam com as formas mais soltas, risonhas, espontâneas e bem-humoradas das populações rurais.

Ginzburg (1987), ao retomar as ideias de Bakhtin para tratar do oleiro que tinha *ideias próprias*, refere-se à circularidade quando diz que “entre a cultura das classes dominantes e a das classes subalternas existiu, na Europa pré-industrial, um relacionamento circular feito de influências recíprocas, que se movia de baixo para cima, bem como de cima para baixo [...]” (GINZBURG, 1987, p. 13). O conceito de circularidade implica, dessa forma, uma relação dinâmica em que saberes, conhecimentos, formas de ver o mundo circulam, são trocados, influenciam e sofrem influência, o que diz respeito às pescadoras selecionarem dos cursos e eventos que participam aquilo que entendem que lhes *serve para algo*, como as informações sobre seus direitos, ou alguma receita de doce na qual acrescentam ou da qual retiram ingredientes e *passam para frente*, ensinando as vizinhas e parentas; às extensionistas quando aprendem com as pescadoras fazendo, por exemplo, anotações de receitas que, por sua vez, as pescadoras *sabem de cabeça*.

Em relação à racionalização, Max Weber define como “fundamentada em regras racionalmente criadas, isto é, em virtude da disposição de obediência ao cumprimento de deveres fixados nos estatutos” (WEBER, 1979, p. 526). No que tange ao serviço de extensão rural, essa racionalização emerge nas políticas públicas elaboradas,

geralmente, nos gabinetes de Brasília, longe do movimento, do cheiro, dos ruídos de ambientes da pesca, em que técnicos elaboram normativas, leis ou projetos pautados por *regras gerais* que abrangem territórios amplos, sem levar em conta as muitas especificidades das distintas formas de viver na pesca. Em vez desse processo duro, cujo fluxo sai de Brasília em direção às pequenas comunidades, a formulação de políticas públicas teria que privilegiar uma discussão atenta e continuada com as populações pesqueiras, considerando as múltiplas formas de exercício da pesca artesanal no Brasil.

Aludindo às dificuldades de diálogo entre técnicos e a populações, eu recorreria à imagem do par mármore/murta, discutido por Castro (2002), tendo em vista que as políticas públicas não conseguem contemplar a complexidade que circula e compõe o mundo da pesca. Esse autor, inspirando-se no “Sermão do Espírito Santo”, de Padre Antônio Vieira, constrói uma reflexão sobre as dificuldades de comunicação e os consequentes mal-entendidos entre jesuítas e grupos tupinambás no século XVI nas muitas tentativas de efetivar um processo de conversão das populações indígenas. “Os Tupinambá faziam tudo quanto lhes diziam profetas e padres – exceto o que não queriam” (CASTRO, 2002, p. 219), o que levava os jesuítas a defini-los como *inconstantes*.

Tomo emprestada essa reflexão para o contexto da pesca quando percebo que técnicos de instituições do governo, como MDA e Epagri, demonstram continuamente dificuldades semelhantes na atuação junto às chamadas *populações do meio rural catarinense* quando dizem, por exemplo: “às vezes, o que a gente diz entra por um ouvido e sai por outro”; “na reunião eles dizem que vão fazer, depois, fazem tudo diferente” – algo que fala sobre certa *inconstância* daquele que tanto ouve quanto esquece. Talvez porque o que ouve não lhe faz eco com os seus modos de ser, viver e estar no mundo.

Muito colada à racionalização, a burocracia se impõe de forma crescente via exigências que tornam os processos mais morosos. O que Foucault (2009) definiu como normalização, abrange diferentes setores da sociedade, como a medicina e as escolas. Nessa linha de raciocínio, quando os participantes de reuniões, homens e mulheres questionavam os técnicos de diferentes instituições sobre o porquê de terem que *fazer relatórios*, juntar dados, quantificar a produção, enumerar a *fauna acompanhante*, os técnicos respondiam apontando para uma normalização: “a burocracia é assim”.

Não só a pesca artesanal, mas a maricultura,¹¹⁴ passa a contemplar o que Weber (1999, p. 86-87) denomina de *mecanismos de regulação homogêneos*, pautados por vigilância¹¹⁵ e controle do governo e submetidos a uma burocracia que, longe de ser a admirada por Weber,¹¹⁶ teria como vantagens “precisão, velocidade, clareza, conhecimento dos arquivos, continuidade, discrição [...]” (WEBER, 1979, p. 249). Ou seja,

¹¹⁴ Em seu trabalho de campo com uma associação de maricultores no Sul da Ilha de Santa Catarina, Renata Britto também observou as dificuldades enfrentadas por essa associação no processo de legalização das atividades. A pesquisadora observou “o esforço de instituições ligadas à maricultura, capitaneada pela Epagri, para promover a profissionalização, uniformização e padronização dos processos produtivos, para que os/as produtores/as pudessem ser inseridos/as no mercado interno e, quiçá, internacional” (BRITTO, 2012, p. 26). Um dos pescadores citados pela autora se refere às exigências burocráticas, como licença ambiental, termo de ajuste de conduta, cujos documentos, segundo ele, são difíceis de preencher “pelo próprio engenheiro da Epagri, quanto mais um pescador” (Senhor Max apud BRITTO, 2012, p. 50). Segundo a autora, o discurso oficial, “orientado pela lógica utilitarista/instrumental, defende a possibilidade de conciliar desenvolvimento econômico e inclusão econômica, social e cultural por meio da transformação do artesanal e da criação de um artesanal profissional competitivo [...]” (BRITTO, 2012, p. 137).

¹¹⁵ Ao falar sobre as exigências dos *órgãos reguladores*, como Fatma, Ibama e Vigilância Sanitária, um dos técnicos com os quais conversei culpou a bactéria, que seria contaminante, para justificar a dureza da burocracia: “A burocracia é tão grande que ele, o pequeno, não dá conta. E não é porque a lei quer, é por causa da bactéria que faria mal a todos. Estamos em um país tropical. É diferente dos países da Europa que são mais frios e onde a legislação é bem mais tranquila. Tem a questão aqui das barreiras sanitárias que Santa Catarina tanto preza. A qualidade é negociável, a segurança não. Tem muitas dúvidas, muitas questões que dependendo do técnico que pega o processo, será de uma ou outra forma. Tem Fatma que fala que a área construída é o prédio; tem Fatma que diz que é da cerca para dentro. Daí, quase todos ficam de fora. Isso que a Fatma é uma só”. A fala do técnico ainda remete à complexidade que envolve a questão de quem exerce os trâmites burocráticos e as muitas e diferentes formas de agir e exercitar o poder em nome da burocracia e do próprio estado, o que veremos adiante neste capítulo em relação aos processos de aposentadoria.

¹¹⁶ Tragtenberg (2006), faz uma discussão sobre burocracia e ideologia a partir de um diálogo direto com Weber. Cita Frankel ao se referir à admiração de Weber pela burocracia, pois ela “favorece uma administração racional realista” (TRAGTENBERG, 2006, p. 171). Tragtenberg (2006) defende que a burocracia é essencialmente um conceito da esfera pública, operando a mediação entre o interesse particular e o interesse geral; diz respeito não apenas a razões de eficácia na empresa, mas, sobretudo a razões de poder no estado. O autor relembra ainda que, para Weber, é central contextualizar “a burocracia, pois ela pode se colocar a serviço de diversos interesses de dominação” (TRAGTENBERG, 2006, p. 187), tendo em vista que o exercício do poder se dá pela administração. Sobre racionalização e burocracia, ver também Weber (1979, p. 229-282; 1993, p. 41-70; 1980, p. 16-38).

que *faz funcionar*, privilegia o engessamento, a lentidão e a dependência das muitas instâncias reguladoras.

Sobre essa tríade que alia vigilância, controle e governo, podemos recorrer à discussão de Foucault (2009) sobre uma *vigilância hierarquizada, contínua e funcional* exercida sobre os indivíduos. Para o autor, “o poder na vigilância hierarquizada das disciplinas não se detém como uma coisa, não se transfere como uma propriedade; funciona como uma máquina” (FOUCAULT, 1997, p. 170). Aqui, nos referimos à *máquina estatal*, que sendo composta por diferentes níveis hierárquicos, que vão do nacional ao municipal, busca implantar formas que considera cada vez mais eficientes de controle sobre os indivíduos aperfeiçoando programas de computador em que o *sistema*¹¹⁷ não deixa dúvidas ao chefe maior.

E se é verdade que sua organização piramidal lhe dá um “chefe”, é o aparelho inteiro que produz “poder” e distribui os indivíduos nesse campo permanente e contínuo. O que permite ao poder disciplinar ser absolutamente indiscreto, pois está em toda parte e sempre alerta, pois em princípio não deixa nenhuma parte às escuras e controla continuamente os mesmos que estão encarregados de controlar; e absolutamente “discreto”, pois funciona permanentemente e em grande parte em silêncio [...] (FOUCAULT, 1997, p. 170).

A hierarquia estatal segue trâmites que envolvem diferentes níveis que vão do nacional ao municipal, passando pelo estadual. Os mesmos técnicos municipais que precisam cobrar das pessoas com as quais interagem dados, números, produção, relatórios, o fazem e, por sua vez, prestam contas para as instâncias superiores. As instituições precisam prestar também contas à sociedade, aos ministérios, ao governo federal. O profissional busca, assim, justificativas para explicar-

¹¹⁷ Sobre o poder do *sistema*, também veremos um pouco mais adiante quando nos detivermos sobre os processos de aposentadoria. Em relação aos cursos ministrados pelas extensionistas sociais da Epagri, por exemplo, para a compra de materiais simples como gêneros alimentícios ou itens para compor artesanato, cujo valor liberado gira em torno de trezentos reais, há a exigência de três orçamentos, o que demanda um tempo que poderia ser mais bem utilizado na prática em campo, na relação com as mulheres. Há ainda uma exigência do âmbito nacional de um número mínimo definido de participantes por curso, registrados cada qual com o número de CPF, além dos inúmeros relatórios finais comprovando o que foi executado. Uma demanda que toma uma parcela considerável de tempo de extensionistas visando cumprir o que os níveis hierárquicos exigem.

se diante do público com o qual trabalha, ponderando que se trata do que poderíamos dizer que é de um ente superior, o governo, que exige vigilância por meio de dados e controle.

Entretanto, mesmo cumprindo as determinações burocráticas, há espaços de interação com as populações que escapam à vigilância, o que poderíamos considerar como *linhas de fuga* (DELEUZE; GUATTARI, 2009, p. 18), que dizem respeito às rupturas nas linhas de segmentaridade. É nessas linhas de fuga que se torna possível construir novas relações e possibilidades tanto para as pescadoras quanto para extensionistas sociais e técnicos. Trata-se de um exercício contínuo de criatividade que contorna ou tenta adequar da melhor maneira possível exigências burocráticas às realidades pesqueiras para facilitar a realização de cursos e eventos que atendam às demandas locais. Não é suficiente, portanto, definir a burocracia se considerarmos que “há [...] uma perversão de burocracia, uma inventividade ou criatividade permanentes que se exercem inclusive contra regulamentos administrativos” (DELEUZE; GUATTARI, 2008, p. 91). A *perversão de burocracia* diz respeito a encontrar saídas que deem conta da diversidade de situações que as comunidades pesqueiras apresentam e que as determinações burocráticas não conseguem contemplar; um esforço que tenta continuamente transformar o *molar* em *molecular*.

No entanto, além de as propostas de políticas públicas serem pensadas longe de onde acontecem, há outro fator que perpassa as empresas e instituições governamentais que diz respeito à interferência político-partidária por meio da qual os níveis mais elevados da hierarquia são preenchidos. Nesse sentido, o potencial técnico, denominado *técnico de carreira*, tem uma relação e compromisso diferenciados com as populações rurais em níveis distintos daqueles que pautam os ligados partidariamente, embora muitos técnicos, em dado momento, migrem e passem a compor os quadros de forma distinta da que vinham exercendo. O problema não é o gerenciamento de instituições por pessoas ligadas a partidos políticos, mas o fato de que cada equipe que assume, no desejo de deixar a *sua marca*, não dá continuidade às propostas iniciadas em governos anteriores. É mais comum que defendam suas ideias do que exercitem o “manter-se suprapartidário, portanto, conseguir superar suas próprias tendências e opiniões” (WEBER, 1993, p. 72).

As implicações sobre sermos todos nativos (CASTRO, 2002) e, por outro lado, todos antropólogos, repercutem nas discussões, angústias e questões que se cruzam quando nos deparamos com outros poderes e somos chamados a dar respostas e a dialogar com atores que

ocupam lugares estratégicos em diferentes (com)posições e poderes. O estado-teatro Negara (GEERTZ, 2000) se faz elucidativo: a política do espetáculo competitivo era agitada, mas tal como sua intriga e seu cenário, o elenco do Estado-teatro não podia ser mudado com facilidade. O Negara não era só uma estrutura de ação, mas também de pensamento em que o real era tão imaginado quanto o imaginário. Um está no outro; o que, segundo Geertz, precisa ser fortemente considerado. Não há rei ou poder; o rei é o poder. Não há um *ou* outro, há os dois. O elenco que compõe o estado com o qual me deparei, e me deparo, está fortemente inserido em cenários em que há reis que detêm/são o poder, em que política e conflito seriam vieses pelos quais podemos traçar nosso olhar acerca do poder como “um ingrediente essencial do espetáculo contemporâneo” (ABÊLÈS, 1997, p. 22).

Há, assim, a partir do nível mais alto da hierarquia, a cobrança dos níveis abaixo de produção e respostas via relatórios que deem conta do que foi executado, traduzidos em forma de números (reuniões, atividades, público atendido, instalações feitas) que preenchem os formulários eminentemente quantitativos. O modo como foram realizadas as atividades não recebe centralidade, pois a cobrança feita objetiva prestar contas ao poder maior para demonstrar que a empresa pública em questão é eficiente o bastante para não ser classificada pelo governo estadual ou federal como *deficitária*. A parte qualitativa do processo não é desconsiderada em sua importância, mas vista como mais complexa, cara e difícil de ser demonstrada. Assim sendo, o que se visibiliza são os números.

Outro foco de problematização diz respeito a como se consideram ou desconsideram diferentes conhecimentos, sobre o que entendo que cabe um diálogo com Latour e Woolgar (1997, p. 207). O autor, ao abordar a vida de laboratório, diz que o que motiva os pesquisadores é a *credibilidade científica* respaldada por um grupo de pares. Ele diz ainda que o que se chama de conhecimento não pode ser definido sem que se entenda o que significa a aquisição do conhecimento. “Conhecimento não é algo que possa ser descrito por si mesmo ou por oposição a ‘ignorância’ ou ‘crença’, mas apenas por meio do exame de todo um ciclo de acumulação” (LATOURE, 2000, p. 357).

É nesse sentido que entendo que há saberes-fazeres locais de homens e mulheres, pescadores e pescadoras, cujas especificidades não vêm sendo devidamente consideradas quando na elaboração de políticas públicas voltadas ao setor da pesca. Não se trata de pensar a ciência de um lado e a cultura de outro; trata-se de cultura *versus* cultura,

considerando-se que o conhecimento científico é tão culturalmente construído quanto os vivenciados, no caso para o qual me volto, pelas pescadoras.

Hartung observou questões semelhantes sobre a relação entre saberes do estado e os de comunidades,¹¹⁸ constatando que o primeiro tem uma lógica que não considera as diferentes lógicas que emergem das pequenas comunidades. Ao levantar um questionamento nodal, a autora resume a complexidade em questão:

qual a diversidade que, enfim, as políticas do Estado reconhecem, protegem, promovem? A dos grupos, comunidades, coletivos humanos alvos dessas políticas ou aquela definida pelo Estado a partir das categorias de seus operadores? (HARTUNG, 2009, p. 10).

Ao criar categorias classificatórias que objetivam encaixar o que não tem como ser encaixado, tendo em vista os processos que estão além dessas classificações, o estado não consegue dar conta da diversidade com a qual se depara.

Firth (2002), em seu estudo pioneiro, já chamava atenção para o fato de que a área pesqueira, pela comparação com a agricultura, sofreu com a negligência tanto por parte de cientistas quanto pelo governo. Para ele, objetivando dar conta da complexidade das diferentes populações pesqueiras, os estudos teriam que ser realizados em colaboração entre duas ou mais esferas de interesse, tratando-se, portanto, de um trabalho interdisciplinar. Por outro lado, ele enfatiza que os pesquisadores, geralmente, não têm autonomia para colocar em prática suas observações sobre o que veem em campo (FIRTH, 1968, p. xi-xii). Tal aspecto levantado por Firth é central, pois o poder de decisão, longe de estar nas mãos de técnicos ou de pesquisadores, depende das prioridades que permeiam as políticas viabilizadas pelo estado, em que a autonomia decisória cabe aos cargos político-partidários ligados ao governo em questão. Geralmente, as demandas, questões, observações que tanto as populações pesqueiras, indígenas ou agrícolas, quanto técnicos que trabalham em campo tenham feito em

¹¹⁸ No caso trabalhado pela autora, trata-se da comunidade negra Invernada Paiol de Telha, em que as tensões, os questionamentos, as dificuldades relacionadas a processos de regulamentação de terras e relações sobre quem está fora, quem está dentro do ponto de vista do estado e dos pontos de vista das pessoas remete a “categorias que se referem às diferentes formas de pertencer” (HARTUNG, 2009, p. 6).

reuniões ou consultas encontram dificuldade em serem transformadas em política pública executável diante dos embates burocráticos com os quais se deparam.

No decorrer de meu trabalho de campo, foi possível observar a diversidade e complexidade dos diferentes saberes que compõem os locais pelos quais circulei.¹¹⁹ Só o olhar atento das pescadoras e de seus camaradas sobre fotos e filmagens que eu lhes mostrava de outros locais de pesca que havia percorrido me fez compreender que, embora existam terminologias iguais, como *rede de cerco* ou *rede de espera*, as formas de fazer são diferentes. Ou seja, ao observar nas imagens o que as demais pescadoras faziam, elas estavam me ensinando duas vezes: sobre ser pescadora e sobre o próprio extensionismo, apontando-me que este não consegue dar conta de tal diversidade. Essa pode ser uma grande dificuldade na formulação de políticas públicas voltadas ao meio pesqueiro.¹²⁰ Em vez de considerar a diversidade, que é complexa e, portanto, mais trabalhosa de lidar, geralmente se opta pela homogeneização, pois isso torna tudo mais fácil de ser controlado. As políticas públicas formuladas em Brasília e executadas pelos técnicos seguem normas rígidas, burocraticamente definidas, que se pautam por padrões e parâmetros de enquadramento incapazes de contemplar o diverso. Trata-se de uma tensão contínua entre esses diferentes saberes.

Recorrer a Bakhtin (2008) para pensar a circularidade de conhecimentos, de saberes-fazeres em relação à extensão rural em que o riso emerge como princípio dessa circularidade me leva a pensar que a extensão social consegue se diferenciar da chamada extensão técnica por estabelecer relações que têm no lúdico e, portanto, em formas que promovem o riso e a soltura corporal, um princípio de comunicação. Por não agir como *técnico*, as extensionistas sociais conseguem demonstrar maior facilidade em estabelecer uma relação de proximidade com essas

¹¹⁹ No trabalho que realizou na Ilha do Capim, no estado do Pará, Leitão (1997) também se refere à diversidade e complexidade do universo da pesca, quando afirma que “é preciso revelar a complexidade e diversificação na organização social das populações pesqueiras, de acordo com cada situação concreta, e que não pode ser reduzida a um modelo simplista como apresentado nos planos governamentais”.

¹²⁰ Por exemplo, as normas do Pronaf para a pesca que preveem a compra de embarcações cujo dimensionamento ofertado extrapola a necessidade de muitas pescadoras, que precisam de painéis e utensílios simples, de embarcações pequenas e de dimensões reduzidas, diante do que as linhas de crédito disponibilizam. São mulheres que, não tendo condições de dar garantias aos bancos, ficam fora dos processos de aquisição que viriam facilitar suas formas de pescar e de transformar o pescado, agregando, portanto, uma renda maior ao seu trabalho e contribuindo para que tenham mais autonomia.

populações. Ao contrário dos engenheiros agrônomos, por exemplo, que prescrevem receituários agronômicos e precisam orientar sobre ataques de pragas,¹²¹ ou de técnicos de pesca cuja orientação central versa sobre aspectos de produção ou financiamentos, as extensionistas sociais, geralmente, *trocaram* receitas, informações sobre questões ligadas à saúde, ao ambiente, aos direitos profissionais. Ou seja, ensinam, mas também aprendem – e muito – com as mulheres com as quais interagem.

Ao promover reuniões, encontros, cursos, em que um dos princípios metodológicos pelo qual se pautam é o lúdico,¹²² as extensionistas sociais conseguem exercitar, no contexto da extensão rural catarinense, uma relação mais dialógica e, portanto, mais próxima de uma comunicação que tanto quanto fala, escuta. Portanto, circula. O lúdico como propiciador da soltura corporal e viabilizador do riso, das brincadeiras, da jocosidade¹²³ e da possibilidade de outros métodos

¹²¹ Aqui é preciso referir uma das grandes dificuldades da Epagri que, tendo um quadro técnico formado preponderantemente por engenheiros agrônomos, encontra sérias limitações para atender as populações pesqueiras (sem falar das indígenas), o que precisa ser revisto. Os engenheiros agrônomos, preparados para lidar com a terra, não se sentem à vontade em relação aos pescadores. Muitos querem a transferência para regiões litorâneas, vendo-as como possibilidades de lazer pessoal, de melhor qualidade de vida, mas não têm preparo, perfil e, destes, há os que não demonstram vontade e disposição para aprender a lidar com o mar e com a pesca. Nas contínuas comparações que fazem entre agricultores e pescadores, concluem que os primeiros são *mais organizados, planejam melhor e aceitam propostas de mudança*, enquanto que os segundos são vistos como *desorganizados, agem sem planejar e são desconfiados* em relação a propostas de inovação que lhes pareçam inicialmente estranhas.

¹²² Huizinga (1990, p. 218), ao analisar o jogo como elemento da cultura, questiona se a cultura continuaria se manifestando através de formas lúdicas. O autor enfatiza que a expressão *jogo* traz em seu sentido “atividades que podem ser extremamente sérias”. Ele também afirma que o elemento lúdico estaria em plena decadência desde o século XVIII, e que “a civilização tem suas raízes no jogo, e para atingir toda a plenitude de sua dignidade e estilo não pode deixar de levar em conta o elemento lúdico” (HUIZINGA, 1980, p. 229, 233).

¹²³ Oliveira, ao fazer um estudo sobre uma família de santo de Almas e Angola, escolheu como um dos tópicos de análise a jocosidade como forma de expressão das moralidades dos membros do terreiro. A autora procurou pensar “a jocosidade como prática que não se encerra em si mesma, mas uma prática que – além de ser um meio de expressão da tensão entre a regra e quebra de regra – deve ser pensada como uma forma específica de se relacionar (OLIVEIRA, 2012, p. 136). A ambiguidade nas expressões jocosas faz com que escape a todo momento um pretenso sentido nas brincadeira (OLIVEIRA, 2012, p. 140). Mitchell (2010) observou que a brincadeira, o riso, o deboche e a zombaria permitidos na dança Kalela era o que permitia a continuidade da vida tribal. Ao realizarem a dança no contexto da cidade, os membros da tribo fortaleciam suas relações por meio da jocosidade que a dança permitia.

de trabalho além da escrita, consegue incluir diferentes públicos, alfabetizados e analfabetos. Consegue, portanto, nos pressupostos de Bakhtin (2008) fazer circular as diferentes culturas. Portanto, diferentes saberes. O lúdico, que inclui o riso, é um aspecto central para que a extensão possa se constituir em um espaço de troca e aprendizados.

5.2 Pesca e tecnologia

Emergem, no universo da pesca, questões que dizem respeito à tecnologia, ao artesanal, ao manual, ao industrial, ao mais e ao menos em que, quanto menor e mais fechado o grupo, mais específicos serão os conhecimentos, nos moldes observados por Latour e Woolgar (1997). Não só os cientistas formam grupos fechados, mas também pescadores e pescadoras os constituem no sentido de que se consideram, eles próprios, também *pesquisadores* quanto a testarem, perscrutarem, discutirem e buscarem formas distintas e inovadoras de produzir, fazer e refazer o que fazem.

A título de ilustração, transcrevo a seguir um trecho de meu diário de campo.

Eu estava indo encontrar dona Iliete e me deparei com uma embarcação na praia, e recostados nela dois pescadores. Perguntei se podia tirar uma foto, ao que eles consentiram. Quando terminei de fotografar, um dos pescadores me perguntou:

– *Por que a senhora tirou foto da embarcação?*

– Porque estou fazendo uma pesquisa com mulheres pescadoras e as embarcações fazem parte da pesca.

– *Mas nós também somos pesquisadores!*

– E o que os senhores pesquisam?

– *Nós mesmos!*

– E o que estão pesquisando agora?

– *Como melhorar a saída da barra com tudo o que está mudando. Vem aqui ver o que nós pesquisamos até agora.*

Dei a volta na embarcação e vi um desenho na areia, que ele passou a me explicar. (Trecho de meu diário de campo).

Se por um lado, postula Martins (2007, p. 308-309), o “cientista cria eventos a partir de hipóteses e teorias, recorrendo a amostragens para alcançar a verdade, o pescador guia-se pelos resultados das fainas

anteriores, dando relevo à intuição, que chama de *palpite*". Nesse aspecto, os pescadores não separam, como fazem os cientistas, os fatos da vida cotidiana do domínio das tecnologias. O fato de os pescadores "apreenderem os aspectos básicos da sua profissão com familiares e colegas de embarcação seria uma das razões por que as inovações técnicas e as teorias científicas não eram, ou ainda não são facilmente aceites nas comunidades" (MARTINS, 2007, p. 309). Ou seja, em seu cotidiano de testes, erros e acertos, arriscar alguma inovação advém do que se discute e se aprende com suas relações de confiança e proximidade, buscando uma aplicabilidade útil.

Forman (1970), que realizou sua pesquisa em Coqueiral, região de Maceió, Nordeste brasileiro, também teceu observações que coadunam com as de Martins (2007) e com o que observei em campo no que diz respeito às motivações para arriscar novidades em que a aceitação ou rejeição de inovações ocorre quando faz sentido para aqueles que vivenciam o cotidiano da pesca. Diz o autor:

A aceitação ou rejeição de inovações só podem ser compreendidas como uma função da estrutura social, que influencia as vidas da classe camponesa local. Em alguns exemplos, como no caso de redes de fios de náilon, os pescadores de forma entusiasta, abraçaram a modificação, embora os mandachuvvas locais os desencorajassem. Em outros casos, como a introdução de embarcações de casco, a inovação tecnológica foi rejeitada por jangadeiros embora ele pudesse ter ocasionado um aumento geral da produção. Em ambos os exemplos, os jangadeiros foram capazes de exercer a sua própria vontade. Infelizmente, eles nem sempre podem fazer assim. (FORMAN, 1970, p. 119)

Tem que fazer sentido, para que aceitem a novidade. Para Martins (2007) há um processo de reinvenção contínuo, o qual atinge um estágio ideal quando o pescador se abstrai, torna-se contemplativo, pois é aí que ocorre uma espécie de explosão em que ele explica suas estratégias a partir da intimidade que tem com aquela arte de pesca. Martins (2007) percebeu que não se trata de algo grandioso ou espalhafatoso, mas que há uma discricção nos procedimentos de reinvenção que são, na verdade, quase invisíveis por dois motivos. Um, porque correspondem a pequenos acréscimos que aproximam o aparelho de um grau de perfeição intuído pelo pescador. Por outro lado, porque há também nos processos de inovações que, por sua vez, vão alterar os resultados das pescarias, a manutenção do sigilo. É nessa direção que Martins afirma que "as

pequenas invenções afloram do entusiasmo de pessoas que procuram, com uma espécie – aparente, eu diria – de desinteresse, concretizar o que Bachelard chama fantasias, anseios e desejos” (MARTINS, 2007, p. 308).

Aqui talvez seja pertinente fazer uma ponte do que preconiza Martins (2007) com Brandão (1986), pois ambos remetem a processos extremamente sutis do uso de técnicas pelos pescadores, que muitas vezes não são percebidos por técnicos ou pesquisadores da área. Diz Brandão: “Grande escola de pesca é o mar [...] afinal estou convencido de que os pescadores sabem mais com os olhos fechados do que os técnicos com eles abertos (BRANDÃO, 1986, p. 146). Não se trata aqui de uma citação demagógica, mas que busca referir o sentido do que os autores afirmam e evocar que, no contexto amplo da sociedade atual que preza o científico racionalizado, existem outros saberes que se manifestam de maneiras muito diferentes, com outras formas de racionalização, constituindo grupos que detêm saberes-fazer específicos que coexistem à margem ou em paralelo independentemente de serem percebidos.

É nesse sentido que, sobre a junção dos conhecimentos de pescadores aos de cientistas, Martins (2007, p. 29) pontua que emerge uma forte relação entre a empiria, a técnica e as teorias científicas, distintas das práticas do passado. O autor defende que o conhecimento local deve ser levado em conta, pois os conhecimentos dos pescadores são de tal forma profundos, “que deram rotas e lugares ao mar”, com o que corroboro plenamente. Ou seja, em relação ao meu trabalho de campo, percebi que inventam formas de reconhecer pedras, morros, aspectos geográficos e paisagísticos relacionando-os com os seus pontos de pesca, com as variações na produção pesqueira ou com as oscilações de correntes marítimas a partir do apurado conhecimento que detêm, conforme resumiu Zonabend (1994, p. 170), ao dizer que os pescadores

[...] conhecem cada metro quadrado, cada banco de areia, cada “mancha de pedras”, à força de explorar-lhes em busca de novos lugares de pesca. Eles nomearam, cadastraram este território de que, inclusive, se apropriam usando de uma linguagem que apenas eles compreendem [...].

A fala de Zonabend (1994) vem ao encontro do que observei em campo quando constatei que pescadores e pescadoras criaram uma organização extremamente apurada e sutil, definindo e nomeando fundos, regiões, rotas, o que não se deu de forma aleatória, mas que se constitui como resultado da observação atenta, constante e construída no decorrer de uma vida inteira dedicada e moldada na pesca.

Há aspectos que fazem parte desse mundo que extrapolam o que inicialmente é visível ao olhar de técnicos. Por exemplo, a rede de pesca que, em princípio, seria um apetrecho usado para captura de pescados, na prática, se mostrou muito mais. Ao disponibilizar a rede no espaço aquático, ela se torna um elemento central na organização espacial em um território que, *a priori*, não teria como ser organizado, como o mar. Ao soltar as redes, que são sinalizadas com as bandeiras, aciona-se uma comunicação que traduz, aos que conhecem aquela linguagem, para quem está disponibilizado aquele espaço demarcado.

É interessante notar, por outro lado, que pesquisadores veem esses espaços da pesca como uma espécie de laboratório para seus experimentos, aonde chegam, pesquisam e voltam para suas universidades ou seus escritórios sem dar um retorno às populações pesquisadas. Ouvi, em campo, comentários como: “*teve um biólogo aqui, pesquisou com a gente, já veio muito pesquisador aqui, mas depois esquecem que a gente tem curiosidade em saber o que deu mas nunca veio dizer o que deu a pesquisa*”. Ou: “*já veio muito pesquisador aqui, mas depois esquecem que a gente tem curiosidade em saber o que deu*”. Isso nos instiga a supor que, a partir do momento em que esse conhecimento é (re)apropriado por pesquisadores, que apresentam propostas de explicações sobre os fundos marinhos, por exemplo, como se suas fossem, há um apagamento com o qual desaparecem as trajetórias de acumulação do conhecimento (LATOURET, 1997) de pescadores e pescadoras.

Ao não citarem nos resultados de suas pesquisas, ou não fazerem referência à autoria daqueles que constroem seus conhecimentos longe dos bancos acadêmicos, porém pautados pela observação e experiência cotidiana,¹²⁴ alguns pesquisadores que reconhecem apenas o conhecimento *cientificamente comprovado* a partir de suas hipóteses teóricas desconsideram aquele que se dá na prática e na experiência de vida em territórios que estão contextualizados e nomeados (MARIÉ, 1982, p. 40)¹²⁵ pelos que neles vivem. Essa experiência alia o exercício

¹²⁴ Entre o ofício, que implica qualquer atividade de trabalho que requer técnica e habilidade específica, e a profissão, como atividade para a qual um indivíduo se preparou; e que exerce para obter os recursos necessários à sua subsistência (segundo os dicionários da língua portuguesa), um e outro conceito nos fazem ponderar que as mulheres pescadoras têm, por um lado, uma profissão, pois se trata do que exige muito preparo, mas também exercem um ofício perpassado de técnica e habilidade.

¹²⁵ Marié (1982, p. 22) observou que engenheiros que estariam encarregados de inserir ações de turismo em espaços de pesca estabeleciam relações locais muito complexas,

contínuo de uma observação apurada a processos de invenção e reinvenção, entendendo que “a invenção é sempre uma espécie de ‘aprendizado’, e o aprendizado é invariavelmente um ato de invenção, ou reinvenção” (WAGNER, 2010, p. 100).

É nesse contexto, em que os diferentes conhecimentos se confrontam, se aproximam, circulam, remetendo, entre outras questões e vozes, à “responsabilidade específica da voz do antropólogo” (OLIVEIRA, 2006, p. 30), que entendo estar uma das contribuições da antropologia, portanto minha, como antropóloga: primeiro, propondo um processo de discussão continuada com os técnicos/extensionistas sobre temáticas como diferenças culturais, etnocentrismo, cosmovisões, saberes-fazeres, entre outras; segundo, entendendo que a etnografia, como método, epistemologia, teoria, possa ser um dos caminhos pelos quais a compreensão sobre essas populações e a possibilidade de um diálogo mais próximo sejam possíveis, não só por mim realizadas, mas propondo-as como possibilidade de inclusão nos pressupostos metodológicos atuais da extensão rural e pesqueira catarinense; terceiro, tendo a convicção e deixando claro que o exercício da antropologia não é um meio de tradução entre técnicos e populações, mas uma terceira forma de ver que pode contribuir com uma comunicação pautada por uma relação dialógica, intersaberes.¹²⁶

Porém, é o próprio Oliveira (2006) que nos chama a atenção para o desafio desse exercício. A esse respeito, ele diz que se trata de um desafio epistemológico “e é tanto mais difícil enfrentá-lo quanto mais o antropólogo estiver envolvido em programas ou políticas de ação social” (OLIVEIRA, 2006, p. 172). Entendo que uma das possíveis formas de enfrentamento desse desafio seja o estabelecimento de redes de discussão continuada sobre dúvidas, questões, ansiedades, conflitos internos, embates, algo

pois se pautavam por uma visão sobre esses territórios e pessoas como desqualificados (*territoire sans qualités; homme sans propriétés; homme sans situation*), que ele resumiu como ‘*territoire sans nom*’, territórios estes que, ao contrário de outros marcados por insígnias altamente distintivas, como “*Côte d’Azur, la Camargue ou Luberon, par exemple*” (MARIÉ, 1982, p. 40), fariam com que esses engenheiros considerassem os espaços de pesca insignificantes, sem um significado especial, contrapondo-os aos altamente distintos. Essas dificuldades dizem respeito ainda ao contexto da extensão rural, quando técnicos demonstram dificuldade em trabalhar com o que denominam de *pequeno produtor*, verbalizando que preferem lidar com produtores que já estejam *estabelecidos*, aliado aos incentivos governamentais em transformar os *pequenos* em empresários.

¹²⁶ Comunicação no sentido postulado por Freire (1977), segundo o qual a extensão precisa ser compreendida como um espaço em que diferentes saberes podem e devem conviver e ser respeitados.

que diz respeito ao que foi resumido por Fleischer e Schuch (2010, p. 11) como “envolver-se numa rede de conexão argumentativa”. Ao dissertarem acerca da importância da discussão sobre ética e regulamentação, elas se referem à necessidade de criarmos espaços de reflexão, “coletivizando dúvidas que talvez estejam permanecendo nas ansiedades individuais de cada pesquisador” (FLEISCHER; SCHUCH, 2010, p. 15). Ou seja, longe de permanecer em elucubrações isoladas, contribuir para a composição de redes de pares é central para que possamos nos construir e ampliar nossos diálogos em conjunto.

5.3 Sobre reconhecimento dos direitos

A referência de que o mundo da pesca é eminentemente masculino se pauta por um olhar hierárquico que não reconhece a existência das pescadoras, cuja trajetória de busca por direitos e reconhecimento é ainda incipiente, e que, portanto, as invisibiliza. Enquanto as agricultoras¹²⁷ já podem computar resultados advindos de uma longa caminhada de luta, as pescadoras iniciam-se nesse percurso. O Ministério da Pesca e

¹²⁷ O Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) já pode computar muitas conquistas no decorrer de sua trajetória em relação ao reconhecimento de seus direitos, como a aposentadoria. A deputada federal Luci Choinacki é uma das lideranças catarinenses que têm como objetivo a melhoria de vida de agricultoras e agricultores, tendo sido ela própria agricultora. Em relação às pescadoras, em 2004, o governo federal, através da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAQ), realizou um encontro das trabalhadoras da pesca, dentro da I Conferência de Pesca, que era oficial, do governo. As mulheres organizadas nos estados se encontraram e reivindicaram que o evento fosse composto só por mulheres pescadoras e que os debates e propostas fossem postos dentro do documento oficial da Conferência, não só como memória, mas como resultado dos debates e demandas do Movimento de Mulheres Pescadoras (MMP). Em 2006 foi realizado um encontro de mulheres pescadoras, no qual foi fundada a Articulação Nacional das Pescadoras (ANP). Na avaliação de pescadoras, conseguiu-se avançar em termos de discussões sobre direitos e a questão da saúde. Em 2009, durante o governo do presidente Lula, foram organizadas reuniões pelo país, sendo a de Santa Catarina realizada em Itajaí. Naquela ocasião foi incentivado o ingresso de mulheres nas colônias de pesca e teve início um processo mais continuado de discussões sobre direitos com essas populações. Começaram a ser viabilizadas reuniões pelas extensionistas sociais da Epagri sobre as diretrizes do Ministério da Pesca, a partir do que muitas mulheres fizeram a Carteira de Pescadora Profissional. Ao questioná-las sobre o porquê de resolverem fazê-la, respondiam-me: “*pelo menos assim a gente tem direito ao seguro-desemprego para ajudar a família*”. Ou seja, embora comesçassem a pensar em sua legalização como profissional, faziam isso motivadas mais pela família do que pelo reconhecimento delas como profissionais.

Aquicultura¹²⁸ pode ser visto como um alavancador da corrida às colônias e aos sindicatos de pesca para a legalização de pescadoras que já exerciam a atividade, mas não viam necessidade de ter a Carteira de Pescadora Profissional (CPP), documento indispensável para seu reconhecimento.

Para efeito de direito¹²⁹ aos benefícios previdenciários e à aposentadoria, a pesca artesanal¹³⁰ está classificada como atividade que, junto com a agricultura, define seus membros como Segurados Especiais, aí incluindo pescadores, agricultores e indígenas que vivem do que é denominada atividade rural.

¹²⁸ Por meio da Lei nº 11.958, de 26 de junho de 2009: Altera as Leis nºs 7.853, de 24 de outubro de 1989, e 10.683, de 28 de maio de 2003; dispõe sobre a transformação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República em Ministério da Pesca e Aquicultura; cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Gratificações de Representação da Presidência da República; e dá outras providências (BRASIL, 2009).

¹²⁹ O art. 1º do Código Civil Brasileiro determina que “toda pessoa é capaz de direito e deveres na ordem civil”. Isso significa dizer que a “personalidade jurídica, portanto, para a Teoria Geral do Direito Civil, é a aptidão genérica para titularizar direitos e contrair obrigações, ou, em outras palavras, é o atributo necessário para ser sujeito de direito” (GAGLIANO, 2004, p. 88). Desse modo, “quando uma lei é elaborada e toda vez que a lei é interpretada – por juízes, advogados, funcionários públicos e cidadãos em geral – encontra-se subjacente uma noção de sujeito de direito. O sujeito de direito é aquele a quem a lei – em sentido amplo – atribui direitos e obrigações, aquele cujo comportamento se pretende regular. A pergunta sobre como esse sujeito toma decisões – em última instância, quem ele é – interessa aos juristas sob diversos pontos de vista. Imputabilidade e inimputabilidade, capacidade e incapacidade, deliberação e intuição são conceitos juridicamente relevantes e que se referem a estados mentais, intenções, processos cognitivos, em suma, o que se passa em nossas cabeças quando tomamos uma decisão” (CANTISANO, 2010, p. 132-151). O termo “sujeito de direito”, de um lado, refere-se a quem é apto a ser submetido ao poder de outro, ou a uma ordem; de outro, refere-se a quem é capaz de raciocinar, agir livremente e dominar os objetos do mundo.

¹³⁰ A Marinha do Brasil define duas formas de ser pescador: amador e profissional. A forma profissional abrange duas categorias: a do Pescador Profissional (POP), que se refere a quem faz o curso básico de pesca; e a do Pescador Especializado (PEP), título recebido a partir de cursos realizados na Capitania dos Portos e na Marinha do Brasil, considerados especializados, como de motorista e de mestre. Segundo a Lei nº 11.959, pesca é toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros. A seção II da referida Lei, Da Atividade Pesqueira, diz que esta compreende todos os processos de pesca, exploração e exploração, cultivo, conservação, *processamento*, transporte, comercialização e pesquisa dos recursos pesqueiros. O parágrafo único da referida seção considera como *atividade pesqueira artesanal* os trabalhos de confecção e de reparos de artes e apetrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o *processamento do produto da pesca artesanal* (BRASIL, 2009, grifo nosso).

A condição de Segurado Especial (SE), que deveria abrigar as pescadoras em decorrência das especificidades de atividades exercidas em situações distintas de trabalhadores urbanos, como horário diferenciado e exposição constante às intempéries, à periculosidade e ao desgaste físico precoce, na fala de técnicos do próprio INSS, emergia revelando uma visão segundo a qual essa classificação – especial – dar-se-ia pelo fato de se tratar de trabalhadores/seres menores – seriam menos sujeitos? – qualificados como *coitadinhos*, *pequeninhos*, como será possível ver adiante.

Entendo que para compor a trajetória de busca por seus direitos como sujeitos, como profissionais da pesca, é central desconstruir a homogeneização e construir o aporte de uma *diferença que difere* de outras categorias profissionais que possam compor o chamado espaço do campo, ou espaço rural. Trata-se de pescadoras cujos contextos de trabalho onde as muitas atividades ocorrem implicam diferenças cruciais quando comparadas a outras profissões, como a agricultura. Para Abu-Lughod (1991), um dos problemas centrais com a generalização são seus efeitos em não considerar as diferenças existentes. A generalização preza pelo uso do homogêneo que, por sua vez, simula coerência e atemporalidade, ambas produzidas visando melhor criar uma situação sobre a qual se pretenda dar conta e manter sob controle.

Enquanto as agricultoras lidam com a terra, as pescadoras trabalham com e no mar. Essa é a primeira grande diferença. A segunda diz respeito ao fato de que as agricultoras têm como espaço de trabalho a terra, local fixo que lhes dá uma segurança maior do que a das pescadoras, para as quais “há ausência de posse do recurso explorado” (MALDONADO, 1994, p. 29). Embora em ambas as atividades se conviva com os efeitos de intempéries e imprevistos, o mar é investido de mobilidade. Mesmo que se tenha o reconhecimento do que chamam *pontos de pesca*, em princípio, o mar é de todos e a circulação, livre. Terceira diferença: na agricultura, planta-se, cuida-se, limpa-se; cultiva-se e se espera o tempo da colheita. Na pesca artesanal não há cultivo, há extração, em que todo dia é dia de observar como foi a pescaria.

Em comum, um calendário anual que diz respeito aos ciclos de plantio e colheita, por um lado; de épocas de diferentes peixes, por outro. Pescadoras e agricultoras vivem em ciclos que significam épocas de mais ou menos produção. Ambas têm jornadas de trabalho extenuantes, cuidam da casa e dos filhos; porém, uma tem na terra; outra tem no mar seu referencial. Esses são exemplos breves de diferenças e aproximações que precisam ser consideradas para que as pescadoras

sejam plenamente reconhecidas como trabalhadoras, tendo acesso aos direitos previdenciários e às linhas de crédito, vindo a adquirir aparelhos, embarcações e equipamentos, um reconhecimento das especificidades e formas de vida e trabalho.

Há ainda, portanto, um longo percurso quando pensamos em reconhecimento profissional. O Movimento das Mulheres Agricultoras pode ser tomado como exemplo de uma longa trajetória com o qual muitas conquistas foram alcançadas. Porém, é preciso ponderar especificidades incluídas sob a denominação de *atividades rurais*. Nesse sentido, é preciso mostrar as diferenças, visando conquistar direitos iguais se considerarmos que “o trabalho da pesca é pouco considerado pelo poder público e pela própria academia, o que por certo acarreta o esquecimento desse setor em relação a outras atividades desenvolvidas por essa população tradicional” (MACHADO, 2007, p. 457).

5.4 Acerca de (in)visibilidades e anonimatos

Anônimo é, em princípio, o que ou aquele que não tem nome. Anonimato diz respeito a todos e a tudo quanto existe mas não se vê, posto que não aparece quando diluído em alguma categoria genérica. O exemplo que eu gostaria de discutir aqui é o da expressão *autônoma*, sugerida por uma instituição como o INSS, responsável pelos trâmites exigidos e relacionados à aposentadoria de trabalhadores brasileiros, para as pescadoras se registrarem e terem direito à aposentadoria. A simplificação sugerida por meio da categoria *autônoma* faz desaparecer a diversidade com que mulheres se exercem como pescadora. Seria preciso observar, acompanhar, dialogar sobre diferentes formas como elas atuam e se inserem na pesca. Suas falas, quando muito, se manifestam por parte de algumas *representantes* nos encontros de mulheres ou em eventos regionais ou nacionais. Porém, o falar não quer dizer que, de fato, serão ouvidas e levadas em consideração quando na elaboração de políticas públicas ou normativas.

Gayatri Spivak (2010), na sua obra intitulada *Pode o subalterno falar?*, aborda centralmente a condição da mulher, pobre, trabalhadora, habitante do terceiro mundo e migrante, em que a condição global de subalternidade encontra seu emblema, apontando que o lugar da teoria é masculino. Porém, mais que a teoria, eu diria que há um âmbito bem mais amplo que a tudo abrange e que a tudo vê e classifica dentro e a partir da ótica do masculino. Em uma sociedade pautada por essa

lógica, torna-se impensável considerar que há mulheres pescadoras. Tal pressuposto vai repercutir em uma das exigências do INSS segundo a qual, para se aposentar, a mulher deve provar que é esposa ou filha de pescador. Ou seja, sozinha, como um sujeito, trabalhadora ela não é. Autônoma engloba e homogeneiza o que não se enquadra, o que diz respeito ao que Abu-Lughod (1991) se refere como efeito da generalização. Uma homogeneização que faz desaparecer qualquer indício de diversidade.

Em relação à invisibilidade da pescadora, observei durante minha pesquisa que o trabalho feito por mulheres não é imediatamente reconhecido por instituições como o INSS, responsável pelos trâmites exigidos e relacionados às aposentadorias de trabalhadores brasileiros. Embora previsto em nossa Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, Inciso I, que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações” (BRASIL, 1988), na prática, obrigações e direitos não encontram a igualdade tão propalada. Nos espaços em que circulei e nas reuniões viabilizadas pela Epagri de que participei, envolvendo pescadores e pescadoras com técnicos do INSS, cujo objetivo era que os primeiros conhecessem seus direitos e obrigações ligados aos processos de aposentadoria, pude perceber que a mulher pescadora não tem sua autonomia profissional reconhecida pelo referido Instituto.

Sobre o que vem se definindo como *invisibilidade feminina* no campo, parece-me possível afirmar que as pescadoras são as mais invisíveis e só recentemente estão buscando seus direitos de serem profissionais da pesca e, portanto, de terem acesso à carteira profissional, à licença-maternidade, ao seguro-defeso, ao auxílio-doença e à aposentadoria, entre outros direitos.

Cabe aqui um breve parêntese para recorrer rapidamente ao que se define por pesca e pescador. No *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, podemos encontrar que pescador é “adjetivo singular masculino; que ou *aquele* que pesca”. Pesca “é o ato de pescar; pescaria; arte ou *técnica* dos pescadores; aquilo que se pescou; ato de retirar algo da água; ação de procurar, de pesquisar”. Por outro lado, artesanal é definido como “relativo ou próprio de artesão ou artesanato; diz-se das coisas feitas *sem muita sofisticação*; rústico” (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2001, grifo nosso). No *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, lê-se que “pescador (latim *piscatore*); que pesca; *aquele* que pesca” (FERREIRA, 1986).

No *New International Webster's Student Dictionary of the English Language* (1997), encontramos: “*fish is to catch or try to catch fish in (a*

body of water); *fisherman, one who fishes for sport or as an occupation*". Não encontrei em dicionários a denominação clara de pescadora, porém nesse dicionário de língua inglesa ainda se pode ler: "*fishwife: a woman who sells fish*" (WEBSTER'S, 1997). Ou seja, é difícil encontrar a definição reconhecida de pescadora, ou *fishwoman*, para a mulher que vive em atividades que compõem os processos de pesca. Porém, consta nesse dicionário que, sendo uma mulher de pescador, uma *fishwife*, cabe a ela, em decorrência, a venda de peixes.

É interessante atentarmos que nos dicionários pesquisados há uma definição clara que não nos deixa dúvida: masculino singular: aquele que pesca. Não se cogita em nenhum dos dicionários, que são obras referenciais sobre a escrita, mas também reflexo de como uma sociedade pensa e se vê, uma conceituação mais ampla. Ainda hoje é considerado pescador – substantivo masculino – o homem que embarca e vai para o mar, rio ou lagoa, ou seja, retira da água e traz o produto de sua respectiva pescaria, seja ela industrial ou de pequeno porte, quando falamos de pesca profissional.

Usando a linguagem que as populações com as quais interagi usavam para me fazer entender sobre o não reconhecimento das mulheres como pescadoras, é considerado pescador artesanal aquele que vai para o mar, pesca e retorna com o produto *in natura*. Este detalhe é central: *in natura*. A partir do momento que o produto da pesca passa por qualquer processo de transformação, em vez de a mulher que o manipulou ser reconhecida pelo seu trabalho como pescadora, não o é. Sendo um produto manipulado, passa a ser visto por instituições, como as que lidam com sanidade animal, como resultado de um *beneficiamento*. Como tal, deve estar inserido em atividade realizada em nível de pequenas ou miniagroindústrias. Em assim se considerando, essa trabalhadora passa a ser vista como uma empregada que pode e deve, segundo orientação dos próprios técnicos do INSS nas reuniões que presenciei, ter sua carteira assinada sob a denominação genérica de *autônoma*. Em assim o fazendo, essas trabalhadoras da pesca desaparecem, deixam de existir como pescadoras e, portanto, como seguradas especiais, cujo direito de aposentadoria dar-se-ia com menos tempo de contribuição do que o do trabalhador urbano. Tornam-se invisíveis perante os quadros formais, seja do INSS, seja das instituições trabalhistas.

As pescadoras são vistas – e aqui me detenho em destacar o INSS por estar falando da temática aposentadoria, mas quero deixar claro que não se trata de uma postura exclusiva desse órgão – a partir

de um homem. Necessariamente, para conseguir se aposentar com a denominação pescadora, a mulher deve estar inserida dentro do chamado grupo familiar; mas não é o fato de estar no grupo familiar que a faz prontamente visibilizada como uma pescadora daquela família; ela só é aposentada como pescadora quando consegue *provar* que é filha ou esposa de um pescador.

Ao questionar um dos técnicos do INSS sobre a possibilidade de a mulher, por exemplo, não ser casada, como ficaria, ele respondeu: “*Mas tem que ser, tem que ter alguma ligação, ou ela é filha, ou é mulher. Sozinha, ela não é. Ela é em função dele. Então tem que provar que é mulher, filha, etc.*”. Aqui me parece plausível dialogar com Rosaldo (1995, p. 22), quando afirma que “gênero, em todos os grupos humanos, deve ser entendido em termos políticos e sociais com referência não a limitações biológicas, mas sim às formas locais e específicas de relações sociais e particularmente de desigualdade social”.

Questionei, naquela ocasião, se o fato de um casal viver junto valeria; se o depoimento de vizinhos contaria, ao que o mesmo técnico continuou: “*Não. Precisa, pelo menos, da escritura de união estável, de um contrato*”. Nesse momento, um dos pescadores presentes, em tom jocoso e provocando risos nos demais, comentou alto: “*Não sabia que agora tirava escritura de mulher*”. Ao que o outro técnico replicou em tom de impaciência:

Tem que formalizar, gente! Como comprovo? Com contrato. Infeliz ou felizmente, o papel é o que vale. Se para um homem sozinho é difícil, imagine para uma mulher. De que adianta ter os documentos e os fatos provarem o contrário? Tem que ficar claro uma coisa: a previdência é um código de lei. E muita gente tinha esquecido isso, mas agora se está resgatando.

O outro técnico complementou: “*Se a mulher quer se aposentar como pescadora tem que ter provas. Vocês estão gerando provas há alguns anos: é o defeso;¹³¹ é o seguro da embarcação. Se todas as informações forem iguais, vão criando a certeza do fato*”. Foi pedido que ele esclarecesse um pouco mais o que significava *ter provas* e se a carteirinha da Colônia de Pescadores seria suficiente, ao que respondeu que “*é um dos documentos,*

¹³¹ Durante a vigência do defeso como período em que é vetada a pesca de um determinado pescado, os pescadores recebem o *seguro-defeso*. A partir de sua inscrição nas colônias de pesca, as pescadoras passam a ter o direito a receber o valor referente ao defeso da espécie que capturam.

mas precisa provar. Um técnico do INSS vai à casa da pessoa para ver se o que foi dito é verdade”.

Jussara, sobre a qual já me referi em capítulo anterior, e que era uma das pescadoras que estavam presentes nessa reunião, durante o intervalo, me confirmou que ocorrem essas visitas e me relatou como foi a que uma técnica do INSS fez à sua casa, objetivando *coletar provas* sobre se, de fato, seria considerada pescadora. Afora o relato de Jussara, já citado e que fala de humilhação, outras pescadoras nos narram suas experiências com o INSS:

Eu tenho 62 anos. Comecei na pesca com 10 anos, no tempo da escola. Pela manhã, escola; à tarde, era na salga, descascando camarão. Ia até nove, dez horas da noite quando tinha camarão. Quando fui para me aposentar no INSS, na primeira vez não consegui. Falaram que eu não era pescadora. Pensei em desistir, mas resolvi tentar de novo. Eu me senti humilhada. Não me fizeram pergunta. Fizeram um interrogatório. Daí; não aguentei. Comecei a chorar. A moça falou: “calma. O que a senhora tem?”. Eu disse: “o que eu tenho? Tu achas que se eu não precisasse; se eu não fosse pescadora, eu ia estar aqui, passando por isso. Vocês estão fazendo como se eu fosse uma criminoso”. Aí ela viu como fiquei abalada e disse: “calma, senhora, vai dar tudo certo”. Fique calma. Daí foi nessa segunda vez que consegui me aposentar como pescadora. (Judith, 62 anos, Balneário Camboriú).

Eu desisti. Fui lá um dia, num desses órgãos para tirar a carteira de pescadora. Eu e mais três. Chegando lá, o homem falou: “mulher pescadora? Isso não existe. Lugar de mulher é pilotando o fogão, não é dentro de embarcação”. Tu acreditas nisso? As outras começaram a falar, falar. Até que uma mulher entregou uns papéis. Eu peguei e rasguei tudo. Fiquei com raiva. Onde já se viu ser humilhada daquele jeito! Hoje, podia já estar contando tempo para me aposentar. Quem sabe? Mas desisti. Estou aqui: continuo trabalhando, como sempre, e vai ser sempre assim. É isso que sei fazer, que gosto de fazer e que vou fazer até morrer. Agora, me aposentar como pescadora? Pelo jeito, nunca! (Gertrudes, 52 anos, Barra do Sul).

Nas experiências de Jussara, Judith e Gertrudes, há exemplos coletados em campo alusivos ao despreparo de alguns técnicos do INSS para atender as pescadoras. Mais do que isso: a possibilidade de observar técnicos/sujeitos que, imbuídos do poder de representar o estado, exercitando vigilância e punição (FOUCAULT, 2009), não

reconhecem outros sujeitos. É o caso de uma mulher que não reconhece outra mulher como trabalhadora da pesca, inculcando em sua fala e em seus atos postulados e ações que dizem respeito à hierarquia de gênero, a uma visão estigmatizada (GOFFMAN, 1993)¹³² sobre a outra.

As falas nos dizem muito sobre os impasses, as dificuldades e o que elas denominavam de situações de *humilhação* pelas quais passaram quando alguns técnicos entendiam ser impossível uma mulher trabalhar na pesca e, portanto, ter o direito à aposentadoria como pescadora. A técnica em questão, a partir de seus pressupostos sobre o que é ou não é, o que pode ou não pode ser, não reconhecia na mulher à sua frente uma pescadora. Em nome do Instituto que representava e do poder que lhe era conferido, elaborava o parecer que serviria para *alimentar* o também poderoso *sistema*.

Wolf (2003)¹³³ considera o poder como um aspecto das relações entre as pessoas e afirma que, “ao tratar das relações de grupos de uma sociedade complexa, não podemos esquecer de enfatizar o fato de que o exercício do poder por algumas pessoas sobre outras entra em todas elas, em todos os níveis de integração” (WOLF, 2003, p. 75). Tanto aquele que se imbuí do poder quanto o que sofre a ação está impregnado do poder: a técnica que, em nome de uma instituição age, e a pescadora que, diante dessa ação, reage desistindo de ser pescadora. Ou seja, reconhece no poder que, em nome do estado, é exercido, a própria constituição do poder estatal. Uma das reações ao poder é o medo. Foi assim que a pescadora decidiu deixar de o ser.

Continuando com a fala dos técnicos do INSS, um deles afirmou categoricamente que “*para o Direito o que vale é o fato. Para o fato, vale a prova*”. Também falou que há o que denominam de Cadastro Específico de Segurado Especial, cuja elaboração se encontra em andamento.

¹³² Para Goffman (1993, p. 13), os atributos indesejados são considerados estigmas: “*Aquellos que son incongruentes con nuestro estereotipo acerca de cómo debe ser determinada especie de individuos. El término estigma será utilizado, pues, para hacer referencia a un atributo profundamente desacreditador [...]*”.

¹³³ Pensando o poder como relacional, Wolf (2003) diferencia quatro modalidades: 1) individual: potência ou capacidade que cada um tem; bom para entender por que as pessoas se envolvem no jogo de poder; 2) transacional: emerge nas transações e relações entre as pessoas; 3) tático ou organizacional: diz respeito à exibição das capacidades de algumas pessoas em relação a outras, enfatizando os instrumentos que permitem que uns controlem as ações dos outros; 4) estrutural: manifesto nas relações; repercute nos meandros das relações, mas também controla os contextos. Este último ele relaciona com o poder de distribuir e alocar o trabalho social, em Marx, e a governança a qual Foucault se detinha; ação sobre a ação.

Trata-se de um cadastro para que o governo do Brasil tenha controle sobre os trabalhadores brasileiros, aí incluindo pescadores, que estavam fora desse controle. O referido técnico comentou categoricamente: “o *Segurado Especial* é o último estágio que a Previdência chegou para automatizar o controle. Alguns casos já estão automatizados. Está cada vez mais automático. Não é mais possível fazer com o *jeitinho*”. “É o fim do *jeitinho*”, corroborou um pescador.

A fala diz respeito não apenas a um *jeitinho* identificado como da malandragem (DAMATTA, 1990), mas, mais do que isso, aponta para o fim do *tête-à-tête*, das possibilidades de conversa e de diálogo, pois é o sistema informatizado que passa a deter o poder de dizer um sim, dizer um não. Com o atendimento do segurado de forma direta com os técnicos do INSS, poderia haver tentativas e a consequente compreensão sobre as trajetórias dessas pescadoras, cujos meandros estão para além e fora dos enquadramentos (FOUCAULT, 2009, p. 143)¹³⁴ formalizados e previstos nos questionários.

Se, por um lado, esses formulários foram criados em gabinetes por técnicos que desconhecem os muitos ambientes da pesca, por outro o que passa a deter o poder de definir nossos destinos de trabalhadores brasileiros, pois *todos* estamos enquadrados, é o *sistema* informatizado que, diante dos *sim* ou *não* assinalados, determina: deferido, indeferido. Se “agente é tudo o que age” (LATOURE, 2008), com a agência quase humana que detém, por um lado, o sistema *conversa* com outros sistemas e é exigente, pois precisa ser *alimentado* para continuar funcionando. No entanto, quando algo não ocorria como esperado, os técnicos sabiam a quem culpar: foi erro do sistema.

Continuemos a ouvir as explicações que, para o técnico, pareciam ser suficientemente convincente sobre a sabedoria do sistema:

¹³⁴ Segundo Foucault, a constituição de “quadros” foi um dos grandes problemas da tecnologia científica, política e econômica do século XVIII, em que o autor inclui “inspecionar os homens, constatar sua presença e sua ausência, e constitui um registro geral e permanente [...]” (FOUCAULT, 2009, p. 143). No caso aqui abordado, diz respeito a um registro geral e permanente de (todos) trabalhadores brasileiros. Segundo Foucault, trata-se de uma tática disciplinar que “se situa sobre o eixo que liga o singular e o múltiplo. Ela permite ao mesmo tempo a caracterização do indivíduo como indivíduo, e a colocação em ordem de uma multiplicidade dada. Ela é a condição primeira para o controle e o uso de um conjunto de elementos distintos: a base para uma microfísica de um poder que poderíamos chamar de ‘celular’” (FOUCAULT, 2009, p. 143-144). Em relação ao sistema informatizado sobre aposentadoria do INSS, chegou-se ao *último estágio possível*. Todos estão enquadrados.

Cada vez mais sai da mão do servidor e vai para o sistema. Agora é o sistema que define. Chega à frente do computador e vai respondendo, e o sistema vai negar ou aceitar. O sistema não é uma pessoa, mas é ele que define. Depois, chega lá, no presidente do INSS, que assina aquilo que o sistema definiu. O Seguro Especial é o último estágio da sociedade. Todos estão enquadrados no sistema.

Podemos analisar a fala do técnico num diálogo contundente com Foucault (2009), já que o autor preconiza que o poder disciplinar é um poder que tem como função maior adestrar, de forma que todos, em algum momento, estejam enquadrados dentro da normatização prescrita. Ou se está fora. Punição, vigilância e disciplina são poderes destinados a fazer com que as pessoas cumpram normas, leis e exigências de acordo com o preconizado. A vigilância é uma maneira de observar o cumprimento dos deveres. Portanto, um poder que regulamenta gestos, atividades, aprendizagens e constitui-se mais em, fazendo alusão à pesca, um enredamento do qual não se consegue sair. Uma espécie de prisão sem paredes.

Fazendo alusão às muitas redes, no universo da pesca seria uma rede feiticeira, nos moldes que me definiu uma das pescadoras: “*Pegatudo. Nada escapa. Nada fica fora*”. Nas palavras anteriormente ditas pelo técnico: “*todos estão enquadrados*”; parafraseando a linguagem da pesca, todos estão enredados. E trata-se de uma rede poderosa: quem entra, não consegue sair. O mar talvez seja, dessa forma, um dos últimos territórios a ser domesticado, enquadrado. Daí, talvez, a inserção de atividades como as que compõem a aquicultura,¹³⁵ que exigem a organização afilada das *long lines* onde se cultiva os mariscos, das gaiolas de ostras, enfim, uma organização esquadrinhada, dividida em lotes de produção, diferente dos modos soltos, sem definições fixas, porém organizadas e regradas de pescadoras que atuam na pesca artesanal. O mar e os que pescam talvez sejam, de fato, os últimos redutos livres.

Seguindo adiante, a partir da fala de um dos técnicos do INSS, a solução para as mulheres seria o uso do registro profissional como *autônomas*: “*No caso das descascadeiras, por exemplo, não há*

¹³⁵ Aquicultura ou aquícultura, de forma geral, diz respeito ao cultivo aquático de peixes, crustáceos e mariscos. No exemplo citado, nos sistemas de cultivo na maricultura (cultivo de marisco), um dos métodos utiliza o que denominam de *long line*, que, como o nome aponta, trata-se da disposição no mar de linhas compridas, nas quais são penduradas as cordas com sementes de mariscos para que permaneçam durante o período de crescimento.

problema, elas podem pagar o INSS como autônomas. Escolhem se querem descontar 20% ou 11% do salário mínimo; ou 10 salários de contribuição". Porém, foi na sequência, que sua ênfase denotou uma espécie de aversão e total despreparo para lidar com os ditos Segurados Especiais, além de demonstrar claramente sua visão a respeito dos *pequenos produtores rurais*, entre os quais se incluem os ligados à pesca. Afirmava o referido técnico: *"Tem que parar com essa coisa do pequenininho, coitadinho, 'inho'. Tem que buscar ser um EI [Empresário Individual]. Sair desse negócio de especial"*.

Essa fala do técnico aponta para outro aspecto do despreparo de muitos profissionais de instituições públicas para atuarem com pescadoras. Um despreparo que tem a ver com a desconsideração e/ou desconhecimento de diferentes formas de vidas; outras formas de ser e estar no mundo. Esses técnicos do INSS aludem à assimilação de um discurso que poderíamos reconhecer como "sebraeniano",¹³⁶ de que todos devem se tornar um Empresário Individual (EI) e deixar de se considerar e agir no diminutivo, como se o fato de querer ser, ou ser um pequeno pescador, o tornasse um ser a menos. Algo assim "inho".

Parece-me que o raciocínio deveria ser outro. O amparo da lei segundo a qual se pauta o Segurado Especial (SE) não é pelo "inho, de coitadinho, pequenininho", mas pelo tipo de trabalho diferenciado, pautado por um contínuo desgaste físico e realizado em situações de insalubridade, entre outros aspectos, que fazem com que esses profissionais tenham conquistada a prerrogativa de terem o direito garantido de se aposentar com um tempo menor de trabalho do que um assalariado urbano que tem outras condições e horários para trabalhar.

Quinze dias após essa reunião com o INSS, fui a uma das comunidades da grande Florianópolis e, ao conversar com uma das pescadoras que lá havia estado, ela comentou comigo que no período da tarde iria ao referido órgão. Para quê?

Vou dar baixa de minha situação como Segurada Especial, pois estou com medo. Se vier alguma fiscalização, como fico? O moço

¹³⁶ Sebrae é uma empresa cujo objetivo central é transformar pequenos produtores em microempresários. Percebi nas falas dos técnicos uma forte alusão a um discurso que podemos denominar de "sebraeniano", que diz respeito claramente a um discurso do empreendedorismo que aponta que é mais interessante se constituir em empresariado. Resta saber para quem isso é mais interessante, haja vista que há, por trás desse discurso, uma série de exigências que se referem à legalização de empreendimentos bem como à padronização dos produtos e de formas de vida.

lá falou aquilo tudo. Todo mundo saiu desconfiado, com medo. Falei com o pai e ele concordou em dar baixa. Eu não sou mais considerada como grupo familiar, pois sou casada. Quer dizer, vivo junto. Então vou pagar como autônoma. (Jussara).

Mesmo ponderando com ela para que pensasse melhor, esperasse um pouco, ela não demoveu a ideia de deixar de ser Segurada Especial. Parece que o poder exercido pela grande torre panóptica chamada INSS, vigilante e presente no *cuidado de si* do qual alude Foucault (2009), está resumida na decisão e na fala dessa pescadora, que o deixava de ser: “*E se a fiscalização vem?*” A sua reação e decisão foi decorrência de uma mensagem passada sobre uma pretensa ilegalidade em que a maioria das mulheres da pesca se encontraria, pois não comporiam mais o quadro de economia familiar, não sendo, portanto, reconhecidas e consideradas pescadoras. O trabalho informal que fazem ganha, na fala de técnicos que, em princípio, lhes orientariam sobre seus direitos, um tom de ilegalidade, cuja saída sugerida é invisibilizar a si por meio da assimilação de uma categoria ampla: *autônoma*.

A categoria *autônoma*, assim como *do lar*, que muitas vezes usam para responder formulários em lojas ou nos próprios formulários de órgãos governamentais, ou nas certidões de casamento às quais tive acesso, depõe contra a visibilidade dessas mulheres como pescadoras, pois, ao se autodenominarem assim, desaparecem como pescadoras que, de fato, são. Pescadoras que, além de agregar valor aos produtos e de fazer parte da linha de produção necessária para que o setor pesqueiro funcione e seja visível, muitas embarcam. Ou seja, atuam diretamente na captura de peixe, camarão e siri. É preciso, pois, repensar a definição de pesca como uma atividade genérica e de pescador para além de um substantivo masculino.

A denominação *autônoma* esconde a visibilidade de mulheres que atuam/vivem/são na/da pesca, mas não se enquadram nos preceitos do INSS como pescadoras, não havendo, portanto, como constituir provas centrais para o INSS. Encontrei em campo mulheres que não vivem mais com suas famílias de origem, não sendo algumas legalmente casadas. Outras são casadas com homens que não são pescadores. São elas as que pescam. Outras vivem com suas parceiras.

O exemplo mais forte de anonimato com que me deparei diz respeito à pescadora que escolhi para acompanhar mais de perto. Em uma das tardes em que ficamos sozinhas depois de organizar os materiais usados durante a manhã na pescaria e limpar as louças

utilizadas no almoço, sentamo-nos cada qual em um canto da cozinha. Após conversarmos e eu escutá-la contar novamente sobre sua vida na ilha em que viveu por mais de vinte anos, ela, por sua iniciativa, trouxe alguns documentos pessoais para me mostrar, aí incluindo carteira de pescadora, certidão de nascimento e de casamento.

Ao olhar sua certidão de nascimento, descobri a inscrição: *pai desconhecido*. Surpreendida, perguntei-lhe o que significava aquilo, pois sabia que ela tinha vivido com sua família, aí incluindo pai e mãe, sendo o seguinte o seu relato na ocasião, do qual destaco um trecho:

Eu fui com 4 anos para a Ilha dos Remédios. Faz seis anos que estou aqui nessa casa direto. Vivi na Ilha 24 anos [...] A Patrícia era bebê, os dois outros eram meninos. Quem sabe a tia adotou eu por eu ser menina! Ela ficou comigo. Precisava colocar na escola. Como colocar sem registro? Tinha que registrar. Então me registrou lá mesmo em Curitiba. Eu sou filha de Luiza Castanho Correia e de Jetel Mendes, mas no registro de nascimento está o nome de minha tia, Eulália Mendes, como minha mãe, porque ela me registrou. Não botou nem o nome do marido dela. Só o nome dela mesmo. Daí ficou assim: o nome dela como mãe e sem pai. (Safira).

Ao registrá-la somente como sua filha, a tia apagou qualquer traço do passado da sobrinha em relação à maternidade e à paternidade de seus pais pescadores. Entendo que esse exemplo é esclarecedor e, ao mesmo tempo, estarrecedor sobre o que o INSS define como constituir *provas* e o quanto uma trajetória pode ser invisibilizada pelos imponderáveis que vão se sucedendo no seu percurso. Ainda chocada com o que via. Ou melhor, com o que não via, pois se tratava de um documento que constituiria uma *prova* em um futuro processo de aposentadoria, recorri à sua certidão de casamento e, mais uma vez, não acreditei naquilo com o que meus olhos se depararam. No espaço, após o tópico profissão, incrédula, li: *Do lar*. Como? Perguntei-lhe. Ao que me respondeu: “*Falta de esclarecimento, Rose. Se eu soubesse naquela época o que estás me chamando atenção hoje com a tua pesquisa, eu teria colocado: pescadora*”. Dito isso, a seguir, me pediu: “*Será que amanhã vais comigo no INSS? Eu queria pedir esclarecimento sobre a aposentadoria*”.

Assim, no dia seguinte, fomos juntas à agência do referido Instituto, localizada em município próximo, pois ela queria solicitar algumas orientações e tirar dúvidas porque, com base nos registros de seus documentos, percebeu que era a mais anônima entre as anônimas.

Ao chegar ao prédio em que se localizava o INSS, fomos informadas que tínhamos que subir em um elevador para o andar do referido Instituto. Ela, rindo, comentou enquanto esperávamos o elevador chegar: “*Th Rose, agora sou eu. A dificuldade que tens no barco, eu tenho aqui*”. “Como assim?”, perguntei, sendo que sua resposta nos fez rir:

No barco eu fico em pé brincando, mas subir em elevador, minha nossa! Dá uma aflição. Lembra que eu te contei que, quando fomos morar em Barra do Sul, quando saímos da ilha, nós, eu, a minha irmã, demoramos muito para andar em linha reta. Lembra? Tu achas graça é? Te conto mais: sabes que nós, eu, a Patrícia, os meus irmãos, quando a gente saiu da Ilha e foi morar em Barra do Sul, a gente tinha dificuldade para andar em linha reta? É verdade. Pois lá na Ilha a gente nunca andava em linha reta. Já visse uma ilha ter linha reta? Era só correndo na areia, pulando pedra, andando em caminhos de subidas e descidas. Quando chegamos em Barra do Sul foi um trabalho, a gente andava e sentia que ia mais para um lado. Tinha que treinar mesmo as pernas. Firmar. Isso para ir aprendendo e conseguir andar em linha reta como as pessoas dali. (Safira).

Safira apontava questões interessantes sobre diferenças alusivas a *hexis* corporal em que eu tinha dificuldade nas embarcações. Ela, por sua vez, tinha essa dificuldade em espaços como elevadores. Nesse ínterim, o elevador chegou ao andar que o segurança havia indicado. O prédio tinha cerca de quatro andares. Feito de concreto, pintado de branco com janelas de alumínio. Asséptico, sem nenhum sinal de sujeira ou lixo em local fora do lugar. Em vez de nos sentirmos aconchegadas, a frieza imposta pela perfeição quadrada da arquitetura do prédio branco nos colocava em atenção e expectativa. Safira pediu-me que solicitasse à recepcionista como poderia tirar suas dúvidas, o que fiz.

Ao explicar à recepcionista que se tratava de uma pescadora que gostaria de ter alguns esclarecimentos sobre o processo de aposentadoria, ela, não sabendo onde encaixá-la, me disse: “*Ah, vou te dar um m (de mesa) e quando o técnico chamar, vocês perguntam o que querem*”. A espera se mostrou angustiante. Éramos cerca de 15 pessoas aguardando em uma sala de espera que estava separada da sala de atendimento por uma porta de vidro. Sentei em uma cadeira entre outras que estavam disponibilizadas em fila, uma atrás da outra, à esquerda de quem chegava; a recepcionista estava à direita em uma mesa/balcão específica/o sobre a/o qual ficava o compartimento de onde tirava as senhas. Mostrava-se séria, com expressão fechada.

Algumas pessoas que chegavam pediam informações e demonstravam dificuldade de entendimento em um primeiro momento, ao que a recepcionista explicava. Recebiam novamente a informação, porém em um tom de voz mais alterado, seguido da pergunta: “*eu já não lhe expliquei?*”, para, a seguir, continuar: “*Bem, como eu já lhe disse mais de uma vez*”. A expressão das pessoas, simples e encolhidas diante da recepção nada calorosa, denotava que ainda não tinham entendido o que a recepcionista explicava, mas ficava por isso. Não se atreviam a fazer qualquer outra pergunta. Apenas quando chegou à sala outra técnica do INSS, ela sorriu e brincou com esta sobre algum assunto em comum.

Safira não quis sentar. Ficou apoiada, em pé, em uma parede, e constantemente me olhava com uma aflição nos olhos que também foi me afligindo enquanto esperávamos. Esperamos; esperamos. Mentalmente, eu pedia: que sejam bem atendidas. Eu também estava em expectativa sobre como seria o atendimento. A própria espera e a observação sobre como as pessoas eram tratadas me impressionavam. Tratava-se de pessoas, aparentemente, simples, que demonstravam dificuldades e não conseguiam entender os trâmites burocráticos que para os técnicos eram muito claros.

Após sermos chamadas e atendidas, conforme já relatado na epígrafe deste capítulo, saímos, eu, possessa de raiva e Safira, muito mais tranquila por saber que, sendo *mulher de pescador*, teria assegurada sua aposentadoria. O detalhe é que foi ela, sendo pescadora, filha de pescador e de mãe, também pescadora, quem o ensinou a pescar quando se conheceram. A trajetória dessa pescadora é conhecida e reconhecida por toda a comunidade em que vive: “*Safira, a pescadora? Safira, a que viveu na ilha? Conheço sim!*”. Como Safira não conseguiu ficar muito tempo em Curitiba com sua mãe adotiva, retornando à convivência de sua família de origem pouco tempo depois de ter sido registrada pela tia, ela passou a pescar aos 8 anos de idade, conforme ela própria já nos narrou. Ou seja, uma vida inteira vivida na/da pesca e que não consegue ser visibilizada. Por um lado, devido aos imponderáveis em sua trajetória pessoal, como já demonstrado; por outro, pelo não enquadramento em sistemas que lhe dizem que, embora tente provar, não é quem tenta dizer ser.

A seguir, outros exemplos dessa invisibilidade das pescadoras, cujas falas remetem ao despreparo para atendê-las e ao desconhecimento sobre suas existências.

Hoje já melhorou um pouco. A gente paga certinho a Colônia. Todo ano. Um dia fui na Colônia e briguei com o pessoal de Florianópolis que veio aqui. Quando eu disse que queria fazer os documentos, o homem falou: “isso não é trabalho, é um artesanato”. Daí eu disse: “é trabalho sim. Vem aqui que eu vou pegar duas caixas de camarão. Só duas. Pra tu descascar. Depois tu me dizes se é ou não é trabalho”. A mulher não queria me dar a folha para preencher. Puxei de um lado, ela do outro. Cada uma ficou com um pedaço na mão. Eles me diziam que não iam me dar a folha. Eu teimei e disse: “vão sim! Senão eu não saio daqui. Eu trabalho na pesca. Tenho o direito. Não saio daqui sem essa folha”. Aí eles me deram. Coisa para rir depois, mas vê se não mudou a regra do Defeso? Eles viram que tinha algo errado. Mudou. Não é trabalho? Hoje chegamos às seis e meia da manhã. Vai até umas três da tarde. Tem dias que vai até às nove da noite. Na verdade isso não tem hora. É dependendo do camarão: se tem ou não. (Marisete, 48 anos, Barra do Sul).

O homem que trabalhava lá na colônia na época que fui procurar os meus direitos me disse, para mim e para as outras que estavam junto: “lugar de mulher é pilotando fogão, não é dentro de barco”. Ele falou bem isso. Vais ouvir de outras por aí. Algumas insistiram em buscar os direitos. Eu desisti porque sei mesmo que vou trabalhar até não poder mais. Dói? Dói! Mas é assim a vida: sou analfabeta, não entendo nada, mas sou feliz. Não sou triste não. Eles olham a gente e não nos veem como gente. Eu desisti. Eu existo e trabalho mesmo eles não querendo ver os meus direitos. (Fernanda, 60 anos, Barra do Sul).

Na primeira vez fui. Daí, eu, com a necessidade de trabalhar fora, tinha uma carteira profissional assinada lá três ou quatro meses em um ano, entende? Fui no INSS e elas me disseram [...] que não faziam a minha aposentadoria, que eu não provava que era mulher de pescador. Eu falei: “eu sou esposa de pescador, tenho sete filhos com meu marido, vivemos da pesca. Eu vou procurar os meus direitos”. Depois de uns meses voltei lá. Fiquei duas horas sentada em uma cadeira para fazer uma entrevista: Qual era o meu barco? Qual era a minha rede? Que tipo de peixe? Sei que foram duas horas. No fim, eu fiquei esgotada e comecei a chorar. Duas horas fazendo pergunta. De vez em quando baixava lá no computador e perguntava isso, perguntava aquilo. Passar por toda essa dificuldade para fazer uma aposentadoria de 450 reais, porque antes era menos ainda. Isso é uma vergonha. “Vocês e o governo deviam ter vergonha – eu disse – porque eu estou me humilhando.

Tudo ia digitando. Ela disse: “fique tranquila que a senhora está aposentada”. Eu me senti a mulher mais feliz do mundo naquele momento. (Judith, Balneário Camboriú).

Para melhor entender os trâmites necessários para a aposentadoria, conversei com algumas secretárias de colônias de pescadores, pois percebi que são elas que detêm o conhecimento a esse respeito, tendo em vista que se encarregam dos processos. Suas falas confirmam as narrativas das pescadoras sobre as dificuldades que algumas enfrentam quando recorrem ao INSS. Segundo uma das secretárias, “*tudo depende de quem a gente pega para atender,¹³⁷ porque a burocracia define, mas quem faz é o técnico do INSS. Alguns atendem melhor, escutam, mas a maioria não sabe, não foi preparado para lidar com a pesca*” (secretária).

Ao se reportarem aos processos burocráticos, as pescadoras demonstravam saber e ter noção de que o poder pelas decisões que lhes afeta vem de níveis mais altos na hierarquia burocrática e, portanto, de locais mais longes. Ao me responderem sobre suas trajetórias de vida, dificuldades, dores, momentos que denominavam de tristeza ou humilhação, aproveitavam para solicitar o envio do que denominaram *recado para as autoridades, para a Dilma,¹³⁸ conforme pode ser visualizado a seguir:*

Hoje, eu digo pra ti: “eu sou feliz!”. Eu olho pra mim, para eles e digo: “Nós somos vencedores! O mundo não nos destruiu”. Há 39 anos começamos eu e ele, hoje somos 28. Entende? Hoje eu olho e digo: “vencemos!”. O que eu posso fazer por eles eu vou fazendo, abracei a causa da mulher casada, da mulher trabalhadora, da mulher guerreira. Eu digo que o governo, na verdade, a Dilma devia, eu digo pra ti Dilma: “devias olhar para as mulheres pescadoras porque aqueles 540 reais são muito pouco. Podias fazer um pouco mais pela classe pescadora”. Porque a gente escuta na televisão que ela vai ajudar a mulher da pesca. Que Deus abençoe! Que ela possa ter muita luz no coração dela, mas que faça logo

¹³⁷ Como acompanhei reuniões do INSS em diferentes regiões do estado, foi possível observar diferentes posturas. Por exemplo, no litoral norte, a equipe de técnicas esclareceu sobre os quatro meses aos quais as pescadoras têm direito de trabalhar no ano fora da pesca, sem perder o direito de segurada especial. Ou seja, como diziam as secretárias de colônias e as pescadoras, o destino destas depende do técnico e de seu preparo.

¹³⁸ Dilma Rousseff, atual presidenta do Brasil.

porque muita mulher vai morrer, como já estão morrendo, sem ter o reconhecimento. (Judith, Balneário Camboriú).

Que faça uma lei digna da mulher porque sabe que a mulher é mais fraca do que o homem, sabe que é mais difícil ela chegar para dar um tapa no homem. Ela não quer fazer isso. Tem muitas que nem trabalham mais porque não têm nem mais condições de trabalhar. Se ela pudesse ainda receber o seguro-desemprego, ainda seria feliz, mesmo que fosse no final da vida dela. (Rosinha, Balneário Camboriú).

O Ministério da Pesca tem que dar uma ajudada, apoiar quem é pescador mesmo e dar a licença para o pescador pescar legalizado e não como um bandido. (Marizete, Barra do Sul).

O pessoal da pesca, seja do Ministério, da Epagri, do governo, tem que fazer isso que estás fazendo. O que estás fazendo? Ouvindo nós. É isso que precisa antes de criar leis, normas, sem conhecer o pescador e a pesca. É isso: “diz lá pra eles. Se eles querem ouvir a gente, é claro!”. (Adriana, Itapoá).

Como foi possível depreender neste tópico, a burocracia apareceu durante a pesquisa como uma grande agente que define como as pessoas devem a ela se submeter, limitando possibilidades e determinando enquadramentos. Como uma forma leviana e ardilosa, ela respalda a ação de alguns burocratas que exercem *posições de poder* que, se por um lado, não levam em conta as consequências de suas decisões, decretos, atitudes nas vidas a serem afetadas, por outro não medem esforços para mostrar o quanto podem interferir, desestabilizar, alterar rumos de vidas em meio aos possíveis meandros dos poderes que, em nome da burocracia, detêm.

Em sendo o sistema, conforme informou um dos técnicos do INSS, o detentor do poder de decidir quem se enquadra ou não se enquadra dentro das prerrogativas ali definidas, ele não deixa dúvidas, haja vista ter sido criado para definir o destino de aposentadoria de uma pessoa. *Ele é transparente.* Não há espaço para dúvidas, alegavam os representantes do referido Instituto. No entanto, e ironicamente, sendo transparente, ele não permite visibilidade para quem não se enquadra: as pescadoras. Como constituir provas se o reconhecimento desse sujeito, mulher pescadora, por si só não existe? Se os órgãos públicos – e aqui pincei o INSS pelo papel central que tem em relação ao processo de aposentadoria dos trabalhadores brasileiros, porém é central também o Ministério da Pesca – entendem o trabalho dessas mulheres como *ilegal*,

ou como não existente, até quando elas continuarão invisíveis, diluídas na categoria *autônoma*, ou *do lar*? Não haveria para essas mulheres mais que um dever pescadora?

5.5 Uma linhagem de guerreiras: mulheres de valentia

Encontrei mulheres que embarcam no litoral de Santa Catarina, no trecho que compreende entre Laguna, região Sul, e Itapoá, extremo Norte, localização esta que pode ser conferida na imagem disponibilizada no início deste livro. Algumas embarcam de forma contínua e outras são as que eu estou denominando de pescadoras *stand by*, ou seja, não embarcam seguidamente, ou porque ficaram doentes ou porque o casal decidiu que ela seria poupada devido ao esforço físico e ao frio; ou porque ficam, temporariamente, como cuidadoras de pessoas doentes da família ou da vizinhança; ou porque têm filhos pequenos; mas estão sempre prontas para embarcar. Por algum motivo, naquele momento, elas não estão na pesca, mas são pescadoras, acionadas quando isso se torna necessário para que a atividade pesqueira continue sendo exercida. Trata-se de um acionamento automático que se dá sem que seja necessária uma negociação ou um aviso prévio, pois, na maioria das vezes, esse acionamento ocorre de um dia para outro; ou no próprio dia. Algumas me contaram a este respeito:

Eu diminuí um pouco de embarcar porque peguei uma doença no pulmão por causa de muita friagem lá fora. E agora esse inverno está muito frio. Tem também os filhos que estão pequenos. Eu fico mais com eles com esse frio. Mas sempre que falha o camarada de meu marido, ele me chama e então eu embarco. Ele chega e me diz: “nega, o camarada falhou. Vamos?”. Aí eu digo: “vamos!”. (Neia, Barra do Sul).

A gente decidiu que ela ia ficar mais em terra, no camarão, porque é muito esforço a pesca do camarão. Mas sempre que precisa, ela está pronta, não tem tempo ruim. Os camaradas falham. Ela, nunca. Está sempre pronta se eu precisar. Amanhã mesmo ela vai comigo. O camarada falhou. (João, marido de Terezinha, Barra do Sul).

É sempre assim. Nem precisa avisar antes. É de um dia para o outro. Às vezes de uma noite para o dia seguinte. Ele chega e diz:

“o camarada falhou. Vamos comigo amanhã?”. Que esse amanhã não é amanhã; é de madrugada. Claro que vou! (Terezinha, Barra do Sul).

As pescadoras *stand by* são mulheres que, após trabalharem seguidamente nos processos de embarque, se afastam por motivos distintos e, embora algumas dissessem que se dedicam ao trabalho em terra, sempre que requisitadas, estão prontas para o embarque imediato. Inclusive dona Rosinha, com 62 anos na ocasião, que cedeu sua vaga para o filho que recém tinha retornado à casa dos pais. Ao ser questionada sobre esse aspecto, respondeu-me que embarcaria imediatamente se o marido ficasse sem o filho como camarada.

Se ele precisar de novo, estou pronta. Embarquei vinte anos com ele e começou assim. Um dia ele estava desanimado e falou: “como é que vou fazer sem camarada? Como é que vou pescar? Se tu soubesse pescar tu ia comigo de camarada”. Daí eu falei: “mas não tem nada nessa vida que a gente não aprenda”. Então ele disse: “mas será que não vais marear?”. Eu respondi: “se marear a gente vê o que faz”. Mas nunca enjoei. Fui e não parei mais. Vinte anos fiquei com ele direto, todo santo dia, até que o filho voltou e vim para o trabalho em terra. Mas se precisar, eu vou. (Rosinha, 62 anos, Balneário Camboriú).

As pescadoras que embarcam são respeitadas e admiradas em suas comunidades como *mulheres de coragem*, tendo em vista a relação direta com o mar. As próprias mulheres que trabalham na pesca, mas em terra, demonstram abertamente sua admiração.

Isso sim é coragem. Sair, ir para o mar, pescar, enfrentar qualquer tempo. Eu também sou pescadora, trabalho na pesca descascando camarão desde pequena, mas aqui ó, pé firme, no chão. Deus me livre sair como ela que sai para o mar. É preciso muita coragem. E isso ela tem. Essa pode dizer que tem. Eu admiro demais a força dela, a coragem. Vai, não tem medo de nada. (Vilma, Canto dos Ganchos, sobre Naca, Governador Celso Ramos).

É preciso ter coragem para sair e não saber o que vai encontrar. O tempo muda a qualquer momento. Às vezes sai daqui com o tempo, uma maravilha; chega lá fora, muda tudo. E naqueles barquinhos pequenos. Eu não teria essa coragem mesmo. São mulheres especiais, com outra força. A dona Rosinha passava

aqui direto, todo dia. Não tem medo de nada. (Viviane, Barra, sobre Rosinha, Balneário Camboriú).

Elas próprias se autodenominam com o que consideram essa qualidade necessária para trabalhar no mar, mas isso não quer dizer que não tenham medo lá fora. Há, no entanto, e por outro lado, a necessidade de continuar pescando. Aqui o antônimo de coragem não é necessariamente medo, mas uma postura que denominam de *respeito pelo mar*. Segundo elas não se pode demonstrar “*medo porque o mar sabe quem tem medo. Pelo mar a gente tem respeito*”. Tal aspecto é considerado de forma extremamente séria, quando buscam explicar a causa de morte no mar: “*o meu irmão morreu na água. Tinha medo. E o mar sabia. Ele morreu dia 3; no dia 8 ia fazer 16 anos*” (Neia).

As pescadoras atribuem às suas próprias trajetórias de vida o motivo de serem como são e quem são. Mulheres que trabalham de forma contínua e que, mesmo quando grávidas permaneciam *pescando até o último minuto*, conforme suas palavras: “*só parei quando a barriga não dava mais*” (Safira); “*pesquei até o barrigão não deixar mais*” (Neia); “*Ih! Ia até quase ganhar os filhos no bote*” (Naca).¹³⁹

Safira, uma de minhas interlocutoras centrais, resumiu o que implica ser pescadora, definindo-as como tendo *uma valentia*, o que, de certa forma, embora por outro ângulo, Fonseca (2004)¹⁴⁰ trabalhou quando discorreu sobre a vida de mulheres de classes populares de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, as quais denominou de “mulheres valentes”. Vejamos as palavras de Safira:

¹³⁹ Perguntei também sobre o aspecto da menstruação, pois me contaram que não param durante esse período, mas que sentem muitas dores na região abdominal e lombar, o que faz com que, ao chegar do mar, como presenciei, tomem um banho quente e se deitem, aquietando-se por algumas horas, diferentemente dos demais dias, quando chegam, organizam tudo e continuam em outros afazeres.

¹⁴⁰ Fonseca (2004), ao discorrer sobre a vida e a família de mulheres de classes populares de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, deu a um dos capítulos o título “Mulheres Valentes”. De certa forma, o sentido é distinto do abordado pelas mulheres com as quais trabalhei. Em Fonseca, essa denominação diz respeito às histórias relatadas por mulheres sobre suas reações à infidelidade conjugal do marido. A autora traz a história de três mulheres que *trabalham para sustentar suas famílias*, referindo-se à valentia feminina no enfrentamento da infidelidade masculina (FONSECA, 2004, p. 113-114, 129). O ponto em comum seria a agência delas em relação à vida.

O que estou te falando. Não sei se é certo dizer isso, estou falando do íntimo, do meu ser. Não é algo que eu falaria para um jornalista em uma entrevista rápida. O que vou te falar agora não é para tu gravar, para tu escrever. É para tu lembrar. E, na hora certa, tu vais lembrar. Pode ver: em cada uma das mulheres pescadoras, se tu fores olhar lá atrás, na mocidade, na infância, tem uma história de luta, de sofrimento. Tem, em nós, uma valentia. Não é? Uma forma de enfrentar a vida, de ser guerreira, que a gente aprendeu com o mar. E ele não amedrontou. Ele ensinou. Pode ver cada uma de nós. (Safira, Barra do Sul).

Todo o tempo Safira me chamava a ser uma interlocutora de seus próprios questionamentos e das reflexões que ia fazendo à medida que conversávamos e que a pesquisa avançava. Em vez de me preocupar em gravar ou anotar,¹⁴¹ chamava a atenção sobre o que diz respeito a me deixar afetar, fazendo-me lembrar Favret-Saada (2005): no momento certo eu saberia acionar a memória sobre o que me fora dito e vivido.

Safira, ao mesmo tempo em que se autodefinia e definia as demais pescadoras como pertencentes a uma linhagem de mulheres em que haveria uma valentia, atribuía essa valentia ao aprendizado que foi sendo construído com/no mar. Segundo ela, o mar, ao contrário de amedrontá-las, foi um mestre com o qual aprenderam a coragem com que lidam, não somente com ele, mas especialmente com a vida, com suas adversidades e dificuldades; com seus momentos de tristeza, miséria ou perdas; com alegrias e superações que fazem parte de suas trajetórias. Trajetórias estas pelas quais se pautam e que duram no tempo, conforme preconiza Bachelard (1994), como *mulheres de valentia*, que, de acordo com dona Naca, poderiam ser definidas como “*pescadoras de verdade, que não só falam ou têm carteirinha de pesca, mas que são mesmo pescadoras*”.

Safira fala sobre as pescadoras e, portanto, sobre si própria. O mote de sua fala se deu quando, ao chegarmos à casa de Mãezinha, esta estava voltando da residência de uma vizinha, onde estava estacionada uma ambulância. Essa vizinha tinha fincado um osso de bagre na mão quando o limpava, o que se diz ser extremamente doloroso, mas que tem que ser imediatamente retirado devido a uma espécie de muco

¹⁴¹ O que remete a Malinowski (1976, p. 35), quando afirma: “recomenda-se ao etnógrafo que de vez em quando deixe de lado máquina fotográfica, lápis e caderno, e participe pessoalmente do que está acontecendo”.

que pode desencadear sérias complicações. Mãezinha nos contou o ocorrido quando se aproximou com sua forma ágil de andar e falar em voz alta:

Meu Deus do céu! A Maria enfiou um osso de bagre na mão. Vieram correndo me chamar. Cheguei lá e disse para a filha dela: chama a ambulância! Enquanto isso eu olhei para ela e disse: tu vais me odiar, mas eu tenho que tirar isso senão tu vais sofrer muito mais tarde. E puxei aquilo. Tinha que fazer. Fiz e pronto. É assim, não pode vacilar. Tem que fazer? Tem. Então fui lá e fiz. Ela deu um grito que minha nossa! Mas eu não podia ter pena. Agora a ambulância está lá fazendo um curativo. Mas uma certeza ela tem: não vai ter perigo nenhum de inflamar. (Mãezinha, São Francisco do Sul).

Quando nos atemos às palavras de Mãezinha, podemos apreender, por um lado, o quanto essas mulheres são reconhecidas em suas comunidades como pescadoras que detêm o conhecimento em questões alusivas ao mar e à pesca. Primeiro, foram chamá-la, quando poderiam recorrer a outros pescadores da mesma rua. Segundo, mesmo avisando a vizinha que seria um procedimento extremamente doloroso, esta confia a ponto de deixá-la fazer, quando poderia esperar pelo aparato médico que estava a caminho. Por outro lado, emerge a valentia à qual se refere Safira: “*Tinha que fazer!*”. Mãezinha foi lá e fez sem titubear a partir do aprendizado que, conforme postula Safira, se deu com o mar.

Ao verbalizar a admiração por Mãezinha, a quem conhecia, Safira se refere às demais pescadoras que sabia agora existirem, pois as viu por meio de fotos que eu levava comigo para que umas soubessem da existência das outras, como já dito. Ao mesmo tempo em que falava da valentia que é própria dessa *linhagem de guerreiras*, Safira justificava o motivo/agente que lhes permitiu serem como são: o mar.

Por outro lado, elas, ao serem ótimas pescadoras, seriam péssimas donas de casa, o que apenas fariam de conta, o que Safira definia como um *disfarce*.

Com a tua pesquisa tu estás ajudando essa linhagem de mulheres, nós, pescadoras, a tirar um pouco, se tiver, de um peso de que falta algo por fazer, de não ser uma dona de casa tão boa, coisas que a mãe, uma tia ensinou, como manter tudo limpo, uma toalha de louça bem branquinha. Com nós, pescadoras, não tem

isso porque nós escolhemos o mar. É nossa paixão. Não falando agora na questão de ter que fazer por dinheiro, para ganhar a vida, mas pela paixão, pelo fascínio. É a nossa escolha. Não que não goste de uma casa arrumada, mas a gente escolhe o mar. A vida do mar, de pescadora. E com esse teu trabalho, tu vens e mostras uma para as outras. E a gente vai vendo, vai conhecendo, vai ficando com vontade de ir lá conhecer aquela que nos toca. Mas também vê: não sou só eu! Tem outras. E isso dá uma força. Já pensasse nisso: no trabalho que estás fazendo. Com nós? Já pensasse nisso, Rose? Na verdade, tu descobres isso agora e mostras que nós somos só um disfarce de dona de casa.

Safira se refere, a meu ver, à etnografia como uma forma de contribuir para que elas tirem um pouco da culpa, *se tiverem*, de não cumprir com o que os preceitos de gênero, hierarquicamente definidos, lhes exigem em terra. Safira estava me dizendo que, ao apresentar uma à outra por meio das imagens que eu ia produzindo, eu estava, de certa forma, lhes mostrando o quanto seus cotidianos são agitados, intensos, centralizados no mar, e a partir dele e da pesca. E, ao ver outras pescadoras que ela nem imaginava existir, isso lhe dava força, pois ela percebia que faz parte de uma linhagem que até então não conhecia, o que, de certa forma, diz respeito à visibilidade, pois, ao se dar conta de si própria por meio das imagens de outras, ela vê e conclui: *não sou só eu*.

As mulheres com as quais convivi entraram na pesca e não conseguem se imaginar sem continuar nessa vida, mesmo quando ocorre de passarem pela difícil e irrevogável perda de seus homens. No entanto, nem sempre a mulher pescadora é aquela nascida em família de pescadores, como encontrei. Nesse sentido, é preciso desqualificar o parentesco como pré-requisito para os processos de aposentadoria em que *ser mulher de pescador* é considerado sinônimo de profissão para que as pescadoras venham a ser reconhecidas como um sujeito de direito, por elas próprias.

Se considerarmos a visibilidade como o conhecimento que as comunidades têm sobre as mulheres que trabalham na pesca (SEMPERE; SOUSA, 2008, p. 74),¹⁴² podemos dizer que oscila entre a visibilidade

¹⁴² As autoras consideram uma distinção teórica entre visibilidade dupla (profissional e social) e visibilidade simples (social). As pescadoras que vão para o mar estariam dentro da social, enquanto que as demais profissionais concentrariam uma invisibilidade de forma dupla. As pescadoras em terra teriam uma visibilidade menor do que as que

mais expansiva que as mulheres que embarcam desfrutam, tendo em vista o viés de gênero que tradicionalmente pauta essa atividade como feita por homens. Elas teriam, portanto, um prestígio que as que atuam em atividades feitas em terra não têm.¹⁴³ No entanto, ainda é muito forte reconhecer oficialmente as mulheres como pescadoras, mais em relação ao seu estatuto de casadas com pescador do que como profissionais que efetivamente são. É inegável que se avançou em termos de garantir o registro de mulheres nas colônias de pesca, a partir de quando passaram a acessar o direito ao seguro-desemprego e à aposentadoria. Porém, há muito ainda a ser feito no intuito de reconhecê-las como profissionais, independentemente de serem filhas ou esposas de pescadores.

Inspirando-me em Fraser (2007), eu afirmaria que é preciso mais do que uma quebra da invisibilidade via um princípio de reconhecimento tímido que ora avança, ora retrocede ou fica estagnado. Ao se propor a pensar como se poderá revigorar a teoria e a prática da igualdade de gênero sob as condições atuais, Fraser (2007) deseja apontar o que deveria ser descartado ou preservado para as lutas que virão. Ao discutir a questão dos direitos das mulheres, a autora enfatiza que a representação não é apenas uma questão de assegurar voz política igual a mulheres em comunidades políticas já constituídas. É necessário reenquadrar as disputas sobre justiça que não podem ser propriamente contidas nos regimes estabelecidos. Contestando o mau enquadramento, o feminismo transnacional estaria reconfigurando a justiça de gênero como um problema que Fraser (2007) denomina de tridimensional. Ou seja, composto por uma tríade a ser pensada de forma conjunta que implica redistribuição, reconhecimento e representação (FRASER, 2007, p. 305).

Em outra obra, a proposta de Fraser já aponta para o sentido de buscar um equilíbrio que alie tanto a questão do reconhecimento

embarcam, porém ainda um pouco maior do que a das esposas colaboradoras, no caso as menos visíveis entre as invisíveis.

¹⁴³ O fato de muitas mulheres trabalharem em terra, com grande destaque para os processos de beneficiamento, faz com que elas próprias tenham dificuldade em se assumir como profissionais que detêm saberes e conhecimentos profundos e qualificados naquilo que fazem. Por outro lado, há pescadores que preferem e só colocam suas redes para serem consertadas nas mãos de algumas mulheres conhecidas e reconhecidas em suas comunidades como as melhores e mais habilidosas a fazerem aquele tipo de atividade, sem a qual os apetrechos de pesca não têm condições de voltarem a ser usados, implicando tempo e economia para a atividade pesqueira.

quanto da redistribuição e da representação, situações que devem ser analisadas dentro do contexto em que estão inseridas.

Nos casos em que o não reconhecimento envolve a negação da humanidade comum de alguns participantes, o remédio é o reconhecimento universalista; assim, a primeira e mais fundamental compensação para o *apartheid* sul-africano foi a cidadania universal “não racializada”. Ao contrário, quando o não reconhecimento envolve a negação daquilo que é distintivo de alguns participantes, o remédio pode ser o reconhecimento da especificidade. (FRASER, 2001, p. 120).

A autora defende que é possível aproximar ética e justiça, justiça e *boa vida*, perspectiva tanto de Charles Taylor quanto de Axel Honneth, lembra Fraser. Para ela, há uma questão central que precisa ser olhada de frente, de forma rápida e livre de dicotomias desnecessárias.

Se falharmos em formular essa questão, se nos agarrarmos, ao invés, a falsas antíteses e dicotomias enganadoras, perderemos a chance de vislumbrar arranjos sociais que possam compensar injustiças econômicas e culturais. Apenas olhando para abordagens integrativas que unem redistribuição e reconhecimento, nós podemos alcançar as exigências da justiça para todos. (FRASER, 2001, p. 137).

Se os argumentos de Fraser (2001, 2007) se fazem bons para pensar, eu diria que quando o não reconhecimento envolver a negação da humanidade comum das pescadoras, o acionamento de um reconhecimento universalista visibilizado em uma expressão generalizada como *mulheres do campo* pode ser acionado. No entanto, quando o não reconhecimento envolver a negação do que lhes é distintivo – ser pescadora – minha proposta corrobora com Fraser (2001): que se reconheça a especificidade.

5.6 Enredamentos de uma rede feiticeira

Eu tive o incentivo do meu marido também, embora no começo o relacionamento ficou meio abalado. Daí, eu falei pra ele: “tu não trabalhas em uma área que tem duzentas mulheres? Eu trabalho numa área que tem sessenta homens. Se nós botar em uma balança, é a mesma coisa. O respeito que tens lá, eu tenho aqui”.

Aí ele disse: “deixa eu me acostumar”. Eu disse pra ele que hoje tem homem cozinheiro, costureiro, tem até homem que faz faxina. É porque tem profissão que é vista mais como de homem, outras mais como de mulher. (Josi).

Entre as redes de pesca, uma das consideradas mais perversas, tendo em vista que dela nada escapa, é a rede feiticeira. No formato cônico de um funil, ela arrasta tudo nos fundos por onde passa. Nela, o que entra, não consegue sair. Dela, nada foge. Por um lado, me inspiro nessa rede que tudo o que pode captura. Por outro, me alio aos pressupostos de Foucault (2009), segundo os quais a vigilância é uma função definidora dos processos reguladores e de controle, “uma peça interna no aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar” (FOUCAULT, 2009, p. 169).

A partir de ambos, considero que se faz possível falar de enredamentos de controle e vigilância vinculados aos processos de cadastramento e recadastramento de trabalhadores brasileiros visando à futura aposentadoria. Falo do que considero os enredamentos das classificações trabalhistas que compõem os enquadramentos pelos quais se pauta o INSS, entendendo que esta discussão se faz central quando nos propomos a tentar entender algumas das implicações que perpassam a busca por reconhecimento de mulheres como profissionais da pesca; portanto, como pescadoras.

Dessa forma, iniciou-se este capítulo com uma discussão que diz respeito à circularidade de conhecimentos, a qual se encaminhou para a análise da construção dessas mulheres como sujeitos. Considerei suas narrativas e as pistas que os dados de campo apontaram sobre seus modos de (a)sujeitamentos, que dizem respeito ao que Maluf (2009, 2012) definiu como “modos e regimes de subjetivação no contemporâneo, pensando o sujeito não apenas como *objeto* da análise antropológica, mas como *categoria analítica* e paradigma para uma abordagem antropológica do contemporâneo” (MALUF, 2012, p. 2, grifo nosso).¹⁴⁴

¹⁴⁴ Com a intenção de exercitar o que eu definiria como a busca de um diálogo próximo, minha interlocutora central é Maluf (2009, 2012) entendendo que a autora traz contribuições instigantes para pensarmos sobre o que ela propõe como uma “antropologia do sujeito”, a partir da qual visualizo o exercício, entre as muitas formas de antropologias (BASTOS, 2010), de uma antropologia *consequente* (SAEZ, 2009). Não só uma antropologia dos sujeitos – a partir dos embates em campo e voltados ao campo, mas também uma antropologia com os sujeitos – antropólogos – com os quais aprendemos a produzir e a nos construir como antropólogos. Pinço o que Maluf

Tais modos de subjetivação se relacionam com as trajetórias de mulheres pescadoras na busca por suas conquistas como profissionais, repercutindo no processo e nas dificuldades de aposentadoria, em que emerge, diante do critério definido pelo INSS de Segurado Especial, a questão central do anonimato e da invisibilidade da mulher no setor da pesca; posturas e visões de órgãos públicos e de pessoas que, de forma geral, não sabem de suas existências e desconfiam de suas capacidades de vivenciar uma “experiência subjetiva” (MALUF, 2009, p. 13).

A igualdade “não é a ausência ou a eliminação da diferença, mas sim o reconhecimento da diferença e a decisão de ignorá-la ou de levá-la em consideração” (SCOTT, 2005, p. 15). Por ser vista como feita por homens, não se vê como possível que mulheres possam ter na pesca uma experiência individual, que diz respeito não apenas a uma experiência profissional, mas social; seu modo de ser e estar no mundo. Quando ignoram ou desconsideram essa possibilidade singular de existir, ou não a reconhecem como possível, esses técnicos cortam a possibilidade de o reconhecimento ser efetivado. Assim fazendo, “retiram da vida o sentido de experimentação e de criação coletiva. Retiram do ato de viver o caráter pleno de luta política e o da afirmação de modos singulares de existir” (BAPTISTA, 1999, p. 49).

Ao alimentar o sistema, que poderíamos considerar um poderoso *amolador de facas* (BAPTISTA, 1999)¹⁴⁵ contemporâneo,

(2012) propõe quando fala sobre uma antropologia do sujeito: “O enunciado ‘por uma antropologia’ sinaliza que não existe uma antropologia do sujeito; e a locução ‘do sujeito’ sinaliza que existe ‘o sujeito’. O desenrolar do meu argumento vai, senão inverter os sinais, atenuar um tanto o que pode ser lido como uma assertiva. Inicialmente porque, como eu vou discutir adiante, o sujeito está presente, mesmo que na maior parte das vezes de forma espectral, em diversos estudos antropológicos contemporâneos. Em segundo lugar, porque, para grande parte das teorias sociais críticas contemporâneas, por exemplo, no campo do feminismo e dos estudos pós-coloniais, em seu diálogo com teorias do sujeito como as psicanalíticas, foucaultianas e as da filosofia da diferença, entre outras, ‘o sujeito’ enquanto ente unificado, substantivo, prévio à experiência, o sujeito da razão, representado na teoria antropológica clássica pela figura do ‘indivíduo moderno’ seria uma ficção. Cabe explicitar que o que estou tomando como *sujeito* não se reduz à abordagem da noção de Pessoa, essa sim com uma extensa e densa carreira no interior da antropologia” [...]. (MALUF, 2012, p. 1-2, grifo nosso).

¹⁴⁵ Luis Antônio Baptista usa esta expressão para falar da *mutilação* de corpos de bêbados, travestis, negros, crianças e adultos com AIDS, entre outros, falando do que considera na contemporaneidade uma reedição e aperfeiçoamento de estratégias mórbidas de banimento, em que profissionais de prestígio, padres, atrizes, psicanalistas “circulam dentro e fora da mídia, produzindo a ingênua e eficaz impressão de uma fala individual e neutra” (BAPTISTA, 1999, p. 47). Ao falarem da fragilidade e carência

com dados que *automaticamente* vão compondo formulários que classificam sujeitos, a mulher, por ser pescadora – ou a pescadora, por ser mulher? – não encontra o respaldo necessário para ser, ela própria, reconhecida. Em assim ocorrendo, precisa *constituir provas* para tentar conseguir o que, por um princípio de nossa Constituição Federal, seria um direito inalienável – o direito que todos têm a ter direito – posto que *erga* (para) *omnes* (todos).¹⁴⁶

desse outro, na verdade contribuem como amoladores de faca que promovem, acirram e justificam o preconceito que desqualifica formas diferenciadas de ser e de existir, seja por sexo, orientação sexual, raça.

¹⁴⁶ “A expressão *erga omnes*, de origem latina (latim *erga*, “para”, e *omnes*, “todos”), é usada principalmente no meio jurídico para indicar que os efeitos de algum ato ou lei atingem *todos* (grifo nosso) os indivíduos de uma determinada população ou membros de uma organização, para o direito nacional. Enquanto que os atos legislativos (leis, decretos legislativos, resoluções, entre outros) têm como regra geral o efeito *erga omnes*, as decisões judiciais têm como regra geral apenas o efeito *inter partes*, ou seja, restrito àqueles que participaram da respectiva ação judicial. Alguns processos judiciais, contudo, possuem o efeito *erga omnes*, como a Ação Direta de Inconstitucionalidade, quando se ataca um ato normativo (que a princípio teria validade contra todos, como uma lei), a qual, se considerada precedente, retirará do mundo jurídico tal ato normativo, valendo contra todos. Têm o mesmo efeito, ou seja, eficácia contra todos (e mais efeito vinculante), as decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), nas ações declaratórias de constitucionalidade, nos termos do § 2º do art. 102 da Constituição Federal de 1988. Sendo a inconstitucionalidade reconhecida em uma ação que não tem o efeito *erga omnes*, como no caso de recurso extraordinário contra decisão judicial interposto junto ao Supremo Tribunal Federal, à decisão poderá ser dado efeito *erga omnes* por meio de Resolução do Senado Federal, conforme art. 52, inciso X, da Constituição Federal” (ERGA OMNES, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma tarrafa ou uma rede se começa com um nó, porque se não se começar com um nó, não se consegue fazer nem uma tarrafa nem uma rede. Tudo começa com um nó. (Seu Vado, Costeira, Florianópolis).

Fiz um grande esforço para não pregar ou moralizar, e, fora um ou outro pequeno deslize, acho que consegui. Isso não significa que eu não tenha convicções. À guisa de conclusão, aqui estão elas. (BECKER, 2010, p. 274).

As observações que fiz no decorrer de minha pesquisa me apontaram subsídios para afirmar que a denominada invisibilidade feminina na pesca se dá de duas formas: uma por parte de quem olha de fora, sejam órgãos públicos, acadêmicos, seja a população de forma mais ampla que não conhece ou que não consegue supor que existam mulheres pescadoras; outra diz respeito ao contexto interno em que as famílias e as próprias mulheres pescadoras, com ênfase nas que atuam em terra, muitas vezes não se dão conta de que sem elas a pesca não se reproduz. As mulheres com as quais convivi estavam em praticamente todas as etapas e formas em que a pesca ocorre, seja de cerco, de espera, de fundo, de anzol, de gaiola, de espinhel; de peixe, de camarão, de siri, de berbigão, conforme busquei demonstrar.

Se, por um lado, as muitas pescas não se realizam sem as redes, que são muitas: de amalhar, de espera, de fundo, flutuante, de cerco, entre muitas outras, por outro lado, a pesca também não cumpre seu papel de fonte de renda e reprodução de formas específicas de vida sem as mulheres, as quais escolhi como foco, *carne e sangue*, de minha pesquisa. Não pretendi, de forma alguma, como já dito, tirar dos

homens o seu lugar no mundo da pesca, até porque na maioria dos trabalhos sobre pesca são eles os principais ou únicos interlocutores. Aliado a isso, em muitos contextos pesqueiros as mulheres atuam de forma muito sutil, em decorrência de preceitos que não lhes permite adentrar aos barcos ou aos ranchos de pesca, como em algumas regiões do Brasil, conforme nos apontam muitas pesquisas. São os homens os visibilizados e os espaços de pesca vistos como *exclusivamente* deles.

A contribuição inicial à qual esta pesquisa se propôs foi mostrar que existem pescadoras embarcadas e, assim o fazendo, apontar que existem muitos espaços de pesca em que também as mulheres atuam e que são centrais. Isso implica, pois, nos questionarmos sobre a dificuldade, em especial de órgãos públicos que tratam de processos de aposentadoria ou daqueles que atuam diretamente com essas populações, por exemplo, em reconhecer as mulheres como pescadoras, tanto as que realizam suas atividades em terra quanto as que embarcam. É como se, ao se considerar que elas estivessem em um lugar fora de lugar – se posso assim me expressar –, por ser aquele visto como um espaço eminente, mas não exclusivamente masculino, essas mulheres não pudessem ou não tivessem capacidade, força, condições, destreza, um corpo para exercer atividades na/da pesca.

Mais: Por que algumas mulheres, pelo fato de serem *esposas de pescador*, são registradas e conseguem se aposentar como pescadoras, como se fosse uma peça agregada ao homem, embora nunca tenham trabalhado na pesca, enquanto outras que fazem desse o seu cotidiano não conseguem esse reconhecimento por não serem *legalmente* casadas com pescadores? Até quando a mulher vai precisar de um referencial homem – filha de pescador; esposa de pescador – para ser vista como pescadora? Até onde o anonimato, pautado pela terminologia *autônoma* ou *do lar*, vai esconder, invisibilizar, a participação de mulheres no mundo da pesca? Reafirmo: as mulheres compõem as muitas instâncias da pesca: limpam, evisceram, comercializam, transformam, embarcam. Como é possível que ainda continuem invisíveis aos olhos de órgãos públicos estando em praticamente todos os lugares em que a pesca se dá? Como é possível ainda ser tão incipiente o reconhecimento dessas mulheres como sujeito, profissionais, pescadoras?

Trata-se de mulheres lutando em um mundo em que os discursos de gênero o tempo todo estão dizendo: você não existe! Pesca não é para você! Você não tem um corpo para a pesca! O que essas mulheres estão mostrando é que elas têm um corpo para a

pesca e não precisam virar um homem para ser pescadoras. Elas são mulheres, estão e continuam pescando como mulheres. Para citar o exemplo da indumentária da pesca, podemos dizer que o macacão não tem gênero. Há algo de arbitrário quando se coloca um gênero no macacão. E há algo de enfrentamento quando a pescadora coloca um zíper nesse mesmo macacão para dar a ele o gênero que ela quer, mostrando que continua mulher e que é pescadora.

Entendo que se faz central fazer um exercício de olhar o mundo da pesca a partir de um prisma que vá das mulheres para os homens, como pôde ser observado no capítulo específico sobre as narrativas autobiográficas dessas mulheres, e no decorrer do livro, sobre como se veem, como vivenciam e que significados aludem a seus espaços de trocas e sociabilidade e sua valorização como trabalhadoras, entre outras questões. Um olhar mais atento a esse mundo da pesca nos poderá dar a possibilidade de perceber, mais do que dizem, como vivenciam e significam esses aspectos.

Em um de seus estudos, realizado em uma comunidade do litoral Sul do Brasil, e referenciado no decorrer deste livro em diferentes momentos, Maluf pôde perceber realidades que colocam em questão os modelos formais mais visíveis e, a partir delas, construir interpretações, além de compreender mais sobre a cultura de gênero ali vigente, suas complexidades e sofisticação. É uma maneira de entender os significados ou, como afirma de forma contundente, “uma maneira de entender como se constituem essas diferentes vozes, ou seja, como se constituem socialmente as identidades de gênero na comunidade” (MALUF, 1993, p. 14).

Posso aqui me referir ao fato visível encontrado em campo em que, na grande maioria dos locais de pesca, homens e mulheres trabalham em funções ora distintas, ora iguais; em atividades ora separadas, ora juntas, mas que muitas vezes se entrecruzam. As embarcadas trabalham em embarcações pequenas, nas quais ele e ela pescam e delas trazem, limpam evisceram o pescado; ou pode ocorrer também que, enquanto ele faz uma dessas atividades, ela faz outra visando maximizar o tempo do qual dispõem.

Em relação às que trabalham em terra, são elas, em grande maioria, que limpam, preparam, transformam. Nesses casos, ao chegar a terra, os pescadores largam tudo e a partir de então elas dão continuidade ao processo dali em diante, incluindo seleção, limpeza, evisceração ou descasque e comercialização. Mas isso também pode ser

diferente, pois em outros casos os pescadores participam da limpeza, eviscerando, preparando; outras vezes, mal eles chegam do mar, elas a eles se juntam e, rapidamente, montam barracas improvisadas, pois os fregueses já se aproximam para ser atendidos. Não há, portanto, uma regra definida. Inúmeras são as possibilidades. Assim se mostrou o mundo da pesca em que adentrei.

Existe forma de definir qual é mais importante? Quem chega do mar ou quem aguarda com os equipamentos necessários para continuar a atividade? Quem exerce o ato de trazer o peixe ou quem tem habilidade de atrair a clientela? Seria interessante ponderar que sem uma atividade as outras não se completam e o mundo da pesca não se reproduz. Para além das mulheres que embarcam, as mulheres são maioria nas atividades realizadas em terra, como já dito; porém, essas atividades ainda não são devidamente consideradas trabalho da pesca, mas uma *obrigação* de mulher ou filha de pescador.

Reitero: as mulheres ainda encontram muitas dificuldades em ser reconhecidas como pescadoras e conseguir melhorar suas condições de trabalho. Por exercerem uma pesca que se inclui na comumente denominada artesanal, ou pequena pesca, as linhas de crédito para suprir as suas necessidades, por exemplo, são menores do que as usualmente ofertadas. Embora exista, em alguns casos, por exemplo, a possibilidade de obter crédito de *até dez mil reais*, as exigências para tal acesso deixam de fora muitas mulheres que não têm como dar “garantias de pagamento”, exigência de instituições bancárias.

O Ministério da Pesca deveria fazer uma portaria para esses acessórios que as mulheres precisam: panela, sacos para lavar os produtos, os remos, uma reforma nas bateras. Quem já tem a batera, tem que manter. Para o material delas. Esse valor que tem hoje é para homens que já têm barcos maiores. Precisamos linhas de crédito para as mulheres, para os utensílios. Não precisamos de todo esse valor que hoje tem, mas de um valor menor para os pescadores menores, inclusive as pescadoras. (Tina).

Sobre esse aspecto alusivo às linhas de crédito, considero que cabe ao Ministério da Pesca e ao Pronaf, como programa nacional dedicado à agricultura familiar, no qual se inclui a pesca, discutir, analisar, considerar e propor novas formas de viabilizar o *microcrédito*, considerando que este tem se revelado “precioso para conferir mais responsabilidade e autonomia às mulheres, dando azo àquilo que os

ingleses designam por *empowerment*” (NOWAK, 2007). No decorrer do trabalho de campo encontrei mulheres que, em vez de desejarem comprar embarcações muito maiores ou aumentar a tonelagem bruta de suas embarcações, priorizam a compra de embarcações pequenas e utensílios aparentemente muito simples, como panelas e bacias, mas que fariam muita diferença, tendo em vista poderem “agregar valor” aos produtos.

No que concerne ao extensionismo, a realização desta pesquisa me trouxe a compreensão de que é preciso avançar muito ainda em termos de metodologia que, de fato, permita espaços de troca e diálogo intersaberes. Entendo que investir em espaços que priorizem o lúdico é uma das possibilidades, se considerarmos que o lúdico permite soltura corporal e a inclusão de diferentes públicos, sejam alfabetizados, semialfabetizados ou completamente analfabetos. Outro aprendizado diz respeito a perceber que as pescadoras me ensinavam duas vezes: uma em relação à pesca e outra em relação ao extensionismo. Ao verem as fotos de outras pescadoras que eu levava para lhes apresentar, elas percebiam formas de saber-fazer de que até então, como extensionista, eu não havia me dado conta. Por exemplo, mesmo que o nome da rede – rede de espera – seja o mesmo em Florianópolis ou em Barra do Sul, elas perceberam e me apontaram que o jeito de fazer é distinto. Sutilezas que dizem respeito às muitas possibilidades de as mulheres estarem e viverem na pesca artesanal catarinense. Esse aprendizado me foi possível ao exercitar a etnografia exercitando-me como antropóloga.

Em relação à busca por reconhecimento, há ainda um longo caminho pela frente se considerarmos as situações narradas em que as pescadoras se sentiram “humilhadas”, envergonhadas perante os técnicos do INSS, de colônias de pesca ou de instituições nas quais tiveram que acorrer. Ao INSS, como instituto centralizador e responsável pelos processos de aposentadoria no Brasil, caberia um processo de formação continuada de seus técnicos, bem como uma reavaliação do sistema atual de *enquadramento* de futuras aposentadorias, o qual não contempla de imediato mulheres pescadoras. Não sabendo onde enquadrá-las, a categoria *autônoma* emerge como fixação da invisibilidade da mulher na pesca. Em se declarando *autônoma*, a sentença está firmada: processo indeferido!

O domínio do trabalho científico não tem por base as conexões “objetivas” entre as “coisas” mas as conexões *conceituais* entre

os *problemas*. Só quando se estuda um novo problema com o auxílio de um método novo e se descobrem verdades que abrem novas e importantes perspectivas é que nasce uma nova “ciência”. (WEBER, 1989, p. 83-84, grifo nosso).

Quanto à antropologia realizada em espaços “extra-academia”, considero que isso vem se ampliando rapidamente. Por isso precisamos construir uma agenda de discussão que envolva a participação de nossos pares em torno de questões que dizem respeito à ética profissional, ao diálogo com outros campos de conhecimento, às dificuldades e aos impasses com os quais nos deparamos. Também precisamos discutir sobre a repercussão dos resultados de nossas pesquisas, seja nas instituições, seja na vida das pessoas com as quais as realizamos. Defendo, dessa forma, o que eu denominaria de uma antropologia da indignação, que não tem nada de romântico ou ingênuo, mas que reivindica o meu direito de ser antropóloga, de ser humana e de poder me indignar e materializar essa indignação apresentando trabalhos *consequentes*, seja em formato de uma tese, de um livro, de artigos. Entendo uma antropologia da indignação, portanto, como um exercício de posicionamento articulado interpares que possa subsidiar movimentos sociais, políticas públicas e a busca por reconhecimento de populações com as quais vimos interagindo no decorrer da construção da trajetória da antropologia brasileira.

Não consigo, dessa forma, vislumbrar a natureza da teoria antropológica desvinculada do fazer antropológico, cuja centralidade passa pelo trabalho de campo postulando, entre outros propósitos, equiparar diferentes saberes. Nessa busca por compreender o outro, cada vez de forma mais evidente, nossas teorias se mesclam a conceitos nativos para construirmos uma compreensão *sobre “o outro”*. Os nativos, por sua vez, se apropriam de nossos conceitos para buscar compreender como os compreendemos, ao mesmo tempo em que ampliam seus questionamentos, muitas vezes, a partir das teorias que, por outro lado, postulamos a partir deles. Cada vez mais saímos dos muros acadêmicos reconhecendo e sendo reconhecidos como parte do universo que estudamos. De certa forma, “equivale a dizer que a prática de sua profissão passa a incorporar uma prática política, quando não em seu comportamento, certamente em sua reflexão teórica” (OLIVEIRA, 2006, p. 42). E se a prática política for incorporada em sua reflexão teórica, as repercussões irão além, *afetando* inclusive o comportamento.

A humanidade tem a capacidade de dar sentido: este fundamento ontológico (MOORE, 1999) da antropologia a diferencia, me parece, de outras ciências em termos do que postula Weber (1989) ao afirmar que *quem define o fato* é a perspectiva do pesquisador, o que nos remete à discussão objetividade/subjetividade.¹⁴⁷ Para Weber, a objetividade nas Ciências Sociais é muito peculiar, pois há aí imbricada a emergência de uma dicotomia. Ao se falar em objetividade, a subjetividade ali está, pois o fragmento que o pesquisador escolhe para olhar é qualitativo. O saber vem, dessa forma, de meu olhar, o qual faz a mediação entre o eu e a *realidade*. Os conceitos não conseguem reproduzir a realidade, mas vêm contribuir para ordenar a apreensão que dela fazemos. Assim, “o domínio do trabalho científico não tem por base as conexões objetivas entre as coisas, mas as conexões conceituais entre os problemas” (WEBER, 1989, p. 83).

Construir espaços de inserção da antropologia *no estado* é uma tarefa difícil, considerando que o próprio antropólogo é também “cidadão da sociedade dominante” (OLIVEIRA, 2006, p. 173). No entanto, considero que o respaldo teórico, metodológico, epistemológico com o qual nos afetamos na universidade é o que nos permite buscar empreender o que considero o exercício da antropologia em espaços considerados *do estado*. Ou seja, o exercício da antropologia, ele próprio, *linha de fuga*, parte das *molecularidades* possíveis (DELEUZE; GUATTARI, 2009). Isso se pensarmos que o estado, em princípio, é molar. Mas o molar é perpassado pelo molecular; e o molecular é rizomático. Aí entendo a possibilidade de uma antropologia da indignação.

Como é que te sentes, Rose, sabendo tudo o que a gente está te contando e também que estás fazendo a gente pensar? Tu consegues dormir? (Safira).

Em relação às pescadoras, Brandão (1986, p. 83) afirma que “o contato com a terra obriga o homem a olhar para o chão, o contato com o mar obriga-o a levantar a cabeça”. Talvez por isso as populações pesqueiras e, em especial, as pescadoras, não se entregam e teimam em olhar para a frente e para cima até o limite do que parece impossível, no exercício contínuo do que Amorim (2008, p. 59) definiu como uma resistência *in extremis*. Essa resistência *in extremis*, a meu ver, diz

¹⁴⁷ Saez (2009, p. 16) reporta-se ao fato de que a antropologia é aquela que não postula que não haja realidade objetiva, mas que nessa realidade objetiva há muito mais do que supõem outros cientistas. Para ele, o que interessa é estar aberto à imprevisibilidade.

respeito às formas como as mulheres pescadoras vêm se construindo como sujeitos que se (a)sujeitam a muitas situações, seja na pesca, na família, nas instituições. Se *sujeitando* é que elas exercitam sua agência e continuam sendo.

A expressão que usam para dizer sobre o como se dão conta dessa situação é “*a gente se sujeita*”. Para conseguirem continuar sendo sujeito, continuar *durando* (BACHELARD, 1994) como pescadoras, o mar é acionado por elas como linha de fuga na qual encontram paz, tranquilidade, esquecimento dos problemas e onde a exigência da vida na pesca, que exige extrema *atenção*, por paradoxal que possa parecer, atua como um facilitador desestressante de *distração* da vida que as aguarda em terra.

O ato de *concentração* que a pesca exige – para evitar acidentes, perceber o peixe, puxar as redes – funciona como momento de espécie de meditação, segundo me definiram. Ao se concentrar totalmente no ato de pescar, a pescadora distrai sua atenção dos problemas cotidianos. Ao retornar do mar, independentemente de ter tido sucesso na pesca, ela volta com a sensação de *missão cumprida* e com a satisfação do *vício* que nutre pelo mar. É no exercício de se submeter, se (a)sujeitar ao mar como grande fornecedor de alimentos e como linha de fuga, mas também como um agente poderoso, que elas aprendem as lições necessárias para os (a)sujeitamentos na/da vida, compondo-se como sujeitos que, embora não reconhecidos, são: mulheres pescadoras.

No entanto, não sei defini-las com poucas palavras. Não sei de onde tiram e como têm a força que têm. São mulheres obstinadas, que parecem incansáveis. Não medem esforços para fazer o que tem que ser feito. Não gastam muito tempo se lamuriando com as dificuldades. Construíram trajetórias, corpos e vidas quando, desde muito cedo, aos 9, 8 anos de idade, tiveram que aprender a ser *fortes, corajosas, valentes, guerreiras, trabalhar feito um homem*. Mas são mulheres. É de mulheres que se trata. Mulheres, mães, esposas, filhas para as quais não se perguntou se gostariam de entrar na pesca. Era preciso. Elas lá estavam. E entraram.

Os seus corpos, além de adestrados para habilidades que juntam masculino/feminino, vivem na iminência de perdas a partir das quais *duram* e constituem *temporalidades* como mulheres das/nas pescas. É no bom humor que elas formulam suas táticas de sobrevivência entre a terra e o mar, sendo o mar não somente fonte de renda, mas um aliado com o qual encontram a distração necessária dos desafios em terra a partir da concentração contínua que exige. O medo da morte, da fome,

da violência, das perdas é encarado por meio do enfrentamento da vida em que acionam o riso, a brincadeira.

Trata-se, diz Bakhtin, de um riso ambivalente, “alegre e cheio de alvoroço, mas ao mesmo tempo burlador e sarcástico, nega e afirma, amortalha e ressuscita simultaneamente” (BAKHTIN, 2008, p. 10). O riso, a brincadeira, seria uma espécie de arma com a qual as pescadoras-guerreiras enfrentam as situações difíceis da vida, e a linguagem usual de enfrentamento se pauta pela “grosseria e pelo uso corriqueiro de palavrões, obscenidades, piadas” (BAKHTIN, 2006, p. 15).

O Tempo lhes deu tempo para aprenderem a enfrentar situações-limite com as quais conseguem sabedoria, sanidade e ânimo para enfrentar a vida. Em vez de assumirem uma postura chorosa de pessoa triste e sofredora, utilizam como tática de sobrevivência e de duração a jocosidade, o riso, o senso de humor e, às vezes, uma ironia sutil em meio a dramas, perdas, intempéries, mas também alegrias, conquistas, avanços.

Finalmente, as pescadoras me disseram, talvez, quando perceberam que podiam me dizer, que a pesca não é, na verdade o desafio.

Quando as pessoas perguntam pra gente: como vocês têm coragem de pescar? Elas não percebem que a coragem maior é com a vida. Agora, é o seguinte: a pesca e o mar nos ensinam a vida. Para pescar e para viver é preciso concentração, atenção naquilo que se está fazendo. Naquele momento: no mar e na vida! Se distrair, por um momento que seja, na pesca é colocar em risco a perda da vida. Se distrair na vida é deixar de viver o momento. E é só isso que todos temos: o momento. Isso a pesca nos ensina. Mas o grande desafio, não é a pesca. É a vida. (Safira).

Puxei o primeiro nó. Veio outro. E mais outro. E mais. *Tudo começa com um nó.* Espero ter tecido bem os fios.

REFERÊNCIAS

ABATTI, Sônia Maria. *O papel da mulher agricultora na pequena agroindústria familiar de Rio do Sul*. Florianópolis: Epagri; Joaçaba: Unoesc, 2004.

ABÉLÈS, Marc. La mise en représentation du politique. In: ABÉLÈS, Marc; JEUDY, Henri-Pierre (Org.). *Anthropologie du politique*. Paris: Armand, 1997.

ABREU, Ana Maria Dantas de. *Pesquitos: uma comunidade piscatória*. 1986. Monografia (Licenciatura em Antropologia) – UNL, FCSH, Lisboa, 1986.

ABU-LUGHOD, Lila. Writing against culture. In: FOX, Richard G. (Ed.). *Recapturing anthropology: working in the present*. Santa Fe: School of American Research Press, 1991. p. 137-154.

ACARPESC. *Estatuto da Acarpesc*. Florianópolis: Acarpesc, 1969.

ACARPESC. *Relatório Anual*. Florianópolis: SAAI/Acarpesc, 1990.

ACARPESC. *Relatório do VI Encontro de comunidades pesqueiras do sul catarinense*. Florianópolis: SAAI/Acarpesc, 1989.

ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. *Fotoetnografia da biblioteca jardim*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Tomo Editorial, 2004.

_____. *Açores, EUA, Brasil: imigração e etnicidade*. Lisboa: Nova Gráfica, 2007.

ADOMILLI, Gianpaolo Knoller. *Trabalho, meio ambiente e conflito: um estudo antropológico sobre a construção da identidade social dos pescadores do Parque Nacional da Lagoa do Peixe – RS*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

_____. *Terra e mar, do viver e do trabalhar na pesca marítima: tempo, espaço e ambiente junto a pescadores de São José do Norte – RS*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

AGUIAR, Vilênia V. Porto. *A diversidade sociocultural e a emergência de conflitos no processo de implantação dos Grupos de Animação e Associações de Desenvolvimento das Microbacias*. Florianópolis: PRAPEM – Projeto Microbacias 2, 2005.

ALBUQUERQUE, Cleidi Marília Caivano Pedroso de. *Tecendo redes sociais: as articulações de instituições sociais numa localidade pesqueira de Santa Catarina*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1983.

ALENCAR, Edna Ferreira. *Pescadeiras, companheiras e perigosas: a pesca feminina na Ilha de Lençóis*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 1991.

ALMEIDA, Miguel (Org.). *Corpo presente: treze reflexões antropológicas sobre o corpo*. Oeiras: Celta, 1996.

AMIT, Vered. *Constructing the field*. London: Routledge, 2000.

AMORIM, Inês. A organização do trabalho da pesca em finais do séc. XIX, na Póvoa de Varzim. In: POLÓNIA, Amélia; RIBEIRO, Jorge Martins; RAMOS, Luísa A. Oliveira. *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001. p. 115-133. v. 1.

_____. (Org.). As pescas. In: MADUREIRA, Nuno Luís (Coord.). *História do trabalho e das ocupações*. Oeiras: Celta Editora, 2001. v. 2.

_____. *Mulheres no sector da pesca na viragem do século XIX: formas de participação na organização do trabalho*. Ponta Delgada: Arquipélago. 2005-2006 (História, 2ª série, IX-X). p. 661-683.

_____. Homem da terra ou homens do mar: um percurso historiográfico. In: ONETO, Francisco (Coord.). *Culturas marítimas em Portugal*. Lisboa: Âncora, 2008.

ANGELO, Pedro Manuel Condesso. *Tecnologia tradicional das atividades piscatórias na baía de Cascais*. 1991. Monografia (Licenciatura em Antropologia) – UNL/FCSH, Lisboa, 1991.

APPADURAI, Arjun. Disjuncture and difference in the global cultural economy. *Theory, Culture and Society*, London, v. 1, p. 295-310, 1990.

ARÁN, Márcia. Os destinos da diferença social na cultura contemporânea. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 2, 2003.

ARÁN, Márcia; PEIXOTO JÚNIOR, Carlos Augusto. Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 28, 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA (ABA). *Código de Ética do Antropólogo e da Antropóloga*. 1986. Disponível em: <<http://www.abant.org.br/?code=3.1>>. Acesso em: 15 ago. 2012.

- BACHELARD, Gaston. *A dialética da duração*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.
- _____. *A formação do espírito científico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- _____. *A água e os sonhos*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- BAGINHA, Anabela Cruchinho de Carvalho Dias Pereira Santos. *Artes(ãos) da pesca*. A comunidade piscatória da Vila da Ericeira. 2001. Monografia (Licenciatura em Antropologia) – UNL/FCSH, Lisboa, 2001.
- BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. 6. ed. São Paulo-Brasília: Hucitec/UnB, 2008.
- _____. O corpo como valor: o corpo inteiro. In: _____. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2010b. p. 44-56.
- _____. O corpo exterior. In: _____. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2010c. p. 56-84.
- _____. A autobiografia e a biografia. In: _____. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2010. p. 138-153.
- BAPTISTA, Carlos Manuel Maximiano. *Mestres no mar, sábios em terra*. 1994. Monografia (Licenciatura em Antropologia) – UNL/FCSH, Lisboa, 1994.
- BAPTISTA, Luís Antônio. A atriz, o padre e a psicanalista. In: _____. *A cidade dos sábios*. Rio de Janeiro: Summus Editorial, 1999.
- BARBOSA, Livia. Feijão com arroz e arroz com feijão: o Brasil no prato dos brasileiros. *Revista Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 13, n. 28, jul./dez. p. 87-116, 2007.
- BARLEY, Nigel. Is the sky clear for you? In: _____. *The innocent anthropologist*. London: British Museum Publications Ltda., 1983. p. 51-67.
- _____. *O antropólogo inocente*. Lisboa: Fenda Edições, 2006.
- BARNES, J. A. Redes sociais e processo político. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2010. p. 171-204.
- BASTOS, Rafael José de Menezes (Org.). *Dionísio em Santa Catarina: ensaios sobre a farra do boi*. Florianópolis: EdUFSC, 1993.
- _____. *Antropologia é aquilo que o antropólogo faz. Antropologia? Antropologias*. 2010. Manuscrito inédito.
- BASTOS, Rafael José de Menezes (Org.). Como o conhecimento etnomusicológico é produzido? *Antropologia em primeira mão*, Florianópolis, PPGAS/UFSC, 2009.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. 8. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- BECK, Anamaria. *Lavradores e pescadores: um estudo sobre o trabalho familiar e trabalho acessório*. Florianópolis: UFSC, 1979. Mimeografado.

- BECK, Anamaria. Roça, pesca e renda: trabalho feminino e reprodução familiar. *Boletim de Ciências Sociais*, n. 23, p. 21-32, 1981.
- _____. et al. *Trabalho limpo: a renda-de-bilro e a reprodução familiar*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1983. (Anhatomirim 4).
- BECKER, Howard S. *Outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- _____. *Falando de sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- BECKER, Simone. *Dormientibus non socurrit jus! (O direito não socorre os que dormem!): um olhar antropológico sobre ritos processuais judiciais envolvendo o pátrio poder/poder familiar e a produção de suas verdades*. 2008. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- BENJAMIN, Walter. *O narrador: observações acerca da obra de Nikolai Leskov*. Textos escolhidos. São Paulo: Abril, 1975. p. 63-81. (Os pensadores).
- BERMAN, M. *Tudo que é sólido se desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BLUMENBERG, Hans. *Naufrágio com espectador*. Lisboa: Vega, 1990.
- BONIN, Anamaria A. *A pesca e seus trajetos: um estudo dos pescadores artesanais do Canto da Praia de Itapema, SC*. 1984. Tese (Doutorado em Antropologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1984.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade, lembranças de velhos*. São Paulo: Editora da USP, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: _____. *Razões práticas*. Campinas: Papirus, 1996. p. 74-89.
- _____. *A miséria do mundo*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BRANCHER, Ana. *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.
- BRANDÃO, Raul. *Os pescadores*. Lisboa: Editorial Comunicação, 1986.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 15 ago. 2012.
- BRASIL. *Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: 15 ago. 2012.
- BRASIL. *Lei nº 11.958, de 26 de junho de 2009*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11958.htm>. Acesso em: 15 ago. 2011.
- BRASIL. *Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm>. Acesso em: 15 ago. 2012.

BRITO, Mirella Alves de. *O caldo na panela de pressão: um olhar etnográfico sobre o presídio para mulheres em Florianópolis*. 2007. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

BRITTO, Renata Apgaua. *Trabalho, família e amizade entre maricultores/as de uma associação do sul da ilha de Florianópolis*: a AMPROSUL. 2012. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

BUNGE, Mario. *La investigacion científica*. México: Editorial Ariel, 2003.

BUTLER, Judith. *Mecanismos psíquicos del poder*. Madrid: Cátedra, 2001.

_____. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 11, p. 11-42, 1998.

_____. Sujeitos do sexo/gênero/desejo. In: _____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Vida precaria: el poder del duelo y la violencia*. Buenos Aires: Paidós, 2006.

CALGARO, Sheila Ana. *Vidas separadas pelo mar*. Itajaí: Maria do Cais, 2008.

CALHANDRO, Ana Sofia Domingues. *A comunidade piscatória da Ericeira: preservação ou perda de identidade*. 1994. Monografia (Licenciatura em Antropologia) – UNL/FCSH, Lisboa, 1994.

CALLOU, Ângelo Brás Fernandes. *A voz do mar: a construção simbólica da realidade dos pescadores brasileiros pela missão do cruzador “José Bonifácio”*. 1994. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

CANESQUI, Ana Maria; GARCIA, Rosa Wanda Diez (Org.). *Antropologia e nutrição: um diálogo possível*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. (Coleção Antropologia e Saúde).

CANHA, Clarisse; RAPOSO, Maria José (Coord.). *Inclusão: percursos para a igualdade*. Açores: UMAR Açores, 2006.

CANTISANO, Pedro Jimenez. Quem é o sujeito de direito?: a construção científica de um conceito jurídico. *Direito, Estado e Sociedade*, n. 37, p. 132-151, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://direitoestadosociedade.jur.puc-rio.br/media/Artigo6%20Pedro.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2013.

CAPORAL, Francisco Roberto. *A extensão rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público*. 1991. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1991.

CARDOSO, Fernando L. *Orientação sexual masculina numa comunidade pesqueira*. 1994. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro

de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1994.

CARDOSO, Maria Tereza Pereira. Oralidade, memória e tradição camponesa. *Tempos Gerais*, Revista de Ciências Sociais e História, n. 1, jun./nov. 1999.

CARDOSO, Ruth. *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

CARDOSO, Vânia. O lugar e o tempo do objeto etnográfico. *Etnográfica*, v. 15, n. 3, p. 589-602, out. 2011.

CARID, Miguel Alfredo. *Yama Yama: os sons da memória. Afetos e parentesco entre os Yaminahua*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

CARNEIRO, Maria José Teixeira. “Comida de roça” e “comida de mercado”. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 25., Goiânia. *Anais...* Goiânia: ABA, 2006.

CARNEIRO, Simone Dantas. *Terra liberta: hábitos alimentares em Ponta do Meio*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 1978.

CARSTEN, Janet; HUGH-JONES, Stephen. *About the house: Lévi-Strauss and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

CARSTEN, Janet. *After kinship*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

CARUSO, Juliana P. Lima. *Rendas da vida: relações matrimoniais na Costa da Lagoa*. 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

CARUSO, Mariléia M. Leal; CARUSO, Raimundo C. *Mares e longínquos povos dos Açores*. Florianópolis: Agnus, 1995.

CARUSO, Raimundo C. *Franklin Cascaes: vida e obra e a colonização açoriana*. 2. ed. Florianópolis: EdUFSC, 1989.

CARVALHO, Maria João Correia Andrade de. *A lota da Nazaré: tradição e mudança*. 1976. Monografia (Licenciatura em Antropologia) – UNL, FCSH, Lisboa, 1976.

CARVALHO, Ruy Duarte. *Ana e Manda: os filhos da rede*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1989.

CASCUDO, Luis da Câmara. *História da alimentação no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2003.

CASTRO, Jacira Soares Rosa de. *Manual para visitadoras domiciliares*. Convênio UNICEF/MPAS-SAS. Área de economia doméstica. [s.l.]: [s.n.], [19--].

CASTRO, Mary Garcia. Quando o sertão é mar, mas o olhar estranha, encalha em Recife. Gênero e poder: leituras transculturais. *Cadernos Pagu*, n. 16, p. 49-77, 2001.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. O nativo relativo. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 113-148, abr. 2002.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

CIACHI, Andrea. Gioconda Mussolini: uma travessia bibliográfica. *Antropologia*, v. 50, n. 1, p. 181-223, jun. 2007.

CLIFFORD, James. Power and dialogue: Marcel Griaule. In: STOCKING JR., George W. *Observers observed: essays on ethnographic fieldwork*. Wisconsin: University of Wisconsin, 1983. p. 121-153.

_____. Sobre a autoridade etnográfica. In: GOLÇALVES, José Reginaldo Santos (Org.). *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2008. p.17-58.

COLE, Sally. *Mulheres da praia: o trabalho e a vida numa comunidade costeira portuguesa*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994.

COMISIÓN EUROPEA. *Las mujeres en la pesca: un papel desconocido. La pesca europea*, n. 17, jul. 2003.

CORBIN, Allan. *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CÓRDOVA, Raquel Vieira de. *Ficar em terra: o processo de migração de profissionais da pesca*. 1986. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1986.

COSTA, Adriane Lobo (Org.). *Nas redes da pesca artesanal*. Brasília: Ibama, 2007.

COSTA, Bernardo Dias da. *O peixe só pensa em comer, não tem de trabalhar*. 2000. Monografia (Licenciatura em Antropologia) – UNL/FCSH, Lisboa, 2000.

COSTA, Maria Fernanda R. Sousa. *Comunidade piscatória de Cascais: variabilidade cultural no feminino – 1940/1960*. 2004. Monografia (Licenciatura em Antropologia) – UNL/FCSH, Lisboa, 2004.

CROVETTO, Gonzalo Rodrigo Díaz. *O trabalho dos tripulantes de Corral, Chile: colocando o local no global*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

CSORDAS, Thomas J. A corporeidade como um paradigma para a Antropologia. In: _____. *Corpo, significado, cura*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008. p. 101-146.

_____. A história de AIA. In: _____. *Corpo, significado, cura*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008. p. 147-163.

- CSORDAS, Thomas J. The body's career in Anthropology. In: MOORE, Henrietta. *Anthropological theory today*. Cambridge: Polity Press, 1999. p. 172-205.
- CUNHA, Lúcia Helena. *Entre o mar e a terra: tempo e espaço na pesca em Barra da Lagoa*. 1987. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1987.
- CUSTÓDIO, Jonas Simas. *Caminhos da produção familiar artesanal em Governador Celso Ramos/SC: da pesca à maricultura*. 2006. 155 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- DALRYMPLE, Martha. *The AIA: a story. Two decades of international cooperation*. Washington, DC: Library of Congress, 1968.
- DAMATTA, Roberto. *A casa & a rua*. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.
- _____. *Você tem cultura?* 1981. Disponível em: <<https://docs.google.com/file/d/0B1Qb0U1ox20oREo1VjN1QUExRTA/edit>>. Acesso em: 23 fev. 2013.
- _____. O ofício do antropólogo ou como ter “anthropological blues”. In: NUNES, Edison (Org.). *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- _____. *O que faz o brasil, Brasil?* 8. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DANIEL, Camila. Recordações ao mar: a memória das embarcadas sobre o trabalho em plataformas de petróleo. *Illuminuras*, Porto Alegre, v. 13, n. 30, p. 293-309, jan./jun. 2012.
- DE CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato. *Uma história da vida rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- DELEUZE, Gilles. Un nouveau cartographe. In: FOUCAULT, M. *Surveiller et punir*. Paris: Minuit, 1996. p. 31-51.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?* 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2009.
- _____. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Ed. 34, 2009. v. 1.
- _____. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Ed. 34, 2008. v. 3.
- DELGADO, João. *O outro lado*. Nazaré: Câmara Municipal de Nazaré, 2003.
- DESCOLA, Philippe. *Par de là nature et culture*. Paris: Gallimard, 2005.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Ecologia e cosmologia. In: CASTRO, Edna; CASTRO, Forence Pinton (Org.). *Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: Cejup/UFPa, 1997.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Estrutura ou sentimento: a relação com o animal na Amazônia. *Mana*, v. 4, n. 1, p. 23-45, 1998.

DEVOS, Rafael Victorino. “A questão ambiental” sob a ótica da antropologia dos grupos urbanos, nas Ilhas do Parque Estadual Delta do Jacuí, Bairro Arquipélago. 2007. Tese (Doutorado Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

DIAS, C. E. A. *Espaços de conflito e permanência das agências de estado: o exemplo da extensão rural em Santa Catarina*. 1990. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Itaguaí, 1990.

DIEGUES, Antonio Carlos. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. 1979. Tese (Doutorado em Sociologia) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979.

_____. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática, 1983.

_____. *Povos e mares*. São Paulo: NAPAUB, 1995.

_____. *Ilhas e mares: simbolismo e imaginário*. São Paulo: HUCITEC, 1998.

_____. A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. *Revista Etnográfica*. v. 3, n. 2, p. 361-375, 1999.

DIRKS, N. B.; ELEY, G.; ORTNER, S. B. *Culture, power, history: a reader in contemporary social theory*. Princeton: Princeton University Press, 1994. p. 3-45.

DMITRUK, Hilda Beatriz (Org.). *Cadernos metodológicos: diretrizes do trabalho científico*. 6. ed. Chapecó: Argos, 2004.

DOULA, Sheila Maria. *A fotografia e o “estar lá” da extensão rural*. [s.l.]: [s.n.], [19--]. Mimeografado.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. *As redes do suor: a reprodução social dos trabalhadores da produção de pescado em Jurujuba*. 1978. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1978.

DUARTE, Luiz Ricardo. *Projetos, corpos e mandatos: um estudo sobre o mandato policial no curso de formação de soldados da Polícia Militar de Santa Catarina*. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arquetipologia geral*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

DURAND, Gilbert. *A fé do sapateiro*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

DURAND, Jean-Yves. O hidrogeólogo, o vedor, o etnógrafo. In: ALMEIDA, Miguel Vale de (Org.). *Corpo presente*. Oeiras: Celta Editora, 1996. p. 87-103.

DURHAN, Eunice. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, Ruth. *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 17-38.

ECKERT, Cornélia; ROCHA, Ana Luiza. Questões em torno do uso de relatos e narrativas biográficas na experiência etnográfica. *Humanas: Revista do IFCH/UFRGS*, Porto Alegre, v. 19/20, n. 1/2, 1996/1997.

ECKERT, Cornélia. Os homens da mina: um estudo das condições de vida e representações dos mineiros de carvão em Charqueada/RS. *Cadernos de Estudos*, Porto Alegre, n. 3, jun. 1987.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. v. 1.

EMATER-RS. *Manual do extensionista*. Porto Alegre: Núcleo de Recursos Humanos/Cades. Embrater/BIRD, [19--].

ENNE, Ana Lucia S. Conceito de rede e as sociedades contemporâneas. *Comunicação e Informação*, v. 7, n. 2, p. 264-273, jul./dez. 2004.

EPAGRI. Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural. Disponível em: <www.epagri.sc.gov.br>. Acesso em: 11 nov. 2011.

EPAGRI. SAA. *Relatório do I Encontro inter-regional de mulheres da área pesqueira – Baixo Vale do Itajaí e Litoral Norte*, 19/10/1993. Florianópolis: Epagri, 1993.

ERGA OMNES. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2015. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Erga_omnes&oldid=42153996>. Acesso em: 11 nov. 2015.

COMUNIDADES PISCATÓRIAS: perspectivas antropológicas. *Etnográfica*, Lisboa, v. 3, n. 2, nov. 1999.

FAO. Disponível em: <fao.org.br>. Acesso em: 23 fev. 2013.

_____. *Fishery and aquaculture*. Rome: FAO, 2012.

_____. *The state of world fisheries and aquaculture*. Rome: FAO, 1997.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 360, jan./abr. 2004.

FARIAS, Márcia R. C. *Pesca e sazonalidade no Camacho/SC: um estudo de modo de vida em deslocamento*. 2001. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – PPGAS/UFSC, Florianópolis, 2001.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. Tradução de Paula Siqueira. Revisão de Tânia S. Lima. *Cadernos de Campo*, n. 13, p.155-161, 2005.

FEATHERSTONE, Mike. Global culture. *Theory, Culture & Society*, London, v. 7, n. 2-3, p. 15-29, 1990.

- FEMENÍAS, Maria Luisa. Releyendo los caminos de la exclusión de las mujeres. In: FEMENÍAS, Maria Luisa (Compiladora). *Feminismos: de Paris a la Plata*. Buenos Aires: Catálogo, 2006.
- FERNANDES, Florestan (Org.). *Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação*. São Paulo: Ed. Nacional; Ed. da USP, 1973.
- FERRATER MORA, José. *Dicionário de filosofia*. 4. ed. Buenos Aires: Sudamericana, 1964.
- FERREIRA, Aurelio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa/Aurelio Buarque de Holanda Ferreira*. 2. ed. rev. e aumentada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FERREIRA, Paulo Rogers. *Os afectos mal-ditos: o indizível nas sociedades camponesas*. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 2008.
- FILGUEIRAS, Octávio Lixa. *O barco poveiro*. Porto: Contemporânea, 1995.
- FIRTH, Raymond. Fishing economy and malay rural society. In: _____. *Malay fishermen*. London: Routledge, 2002.
- FIÚZA, Ana Louise de Carvalho. Mulher e ambientalismo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 178-189, 1997.
- FLEISCHER, Soraya; SCHUCH, Patrice (Org.). *Ética e regulamentação na pesquisa antropológica*. Brasília: Letras Livres; UnB, 2010.
- FLORES, Maria Bernardete Ramos. *A farra do boi: palavras, sentidos, ficções*. Florianópolis: EdUFSC, 1997.
- FONSECA, Andrea Lissett. *O sentido de ser guerrilheiro: uma análise antropológica do Exército de Libertação Nacional da Colômbia*. 2008. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- FONSECA, Claudia (Org.). *Fronteiras da cultura: horizontes e territórios da antropologia na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1993.
- _____. *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- _____. *Antropologia, diversidade e direitos humanos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004a.
- FONSECA, Maria Teresa Lousa da. *A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital*. São Paulo: Loyola, 1985.
- FORMAN, Shepard. Innovation and change. In: _____. *The raft fishermen: tradition & change in the Brazilian peasant economy*. Indiana: Indiana University Press for International Affairs Center, 1970. p. 118-138.
- FORST, Rainer. *Contextos de justiça*. São Paulo: Boitempo, 2010.

- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- _____. *Tecnologias del yo y otros textos afines*. Barcelona: Paidós, 1990. p. 45-94.
- _____. *História da loucura*. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, J. (Org.). *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Editora UnB, 2001.
- _____. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e a representação. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 291-308, maio/ago. 2007.
- FRAISSE, Geneviève. Entre igualdade e liberdade. *Revista de Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, 1995.
- FRANCO, Barbier A. *Preparacion profesional del personal de extension y sus necesidades de adiestramiento en ciencias sociales*. Turrialba: IICA, 1958.
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- GAGLIANO, Pablo Stolze. *Novo curso de direito civil*. São Paulo: Saraiva, 2004.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.
- GAMEIRO, João Vasco; BARBOSA, Luisa Maria Gonçalves Teixeira; FERREIRA, Maria Luiza Lomba. *Caneiras: o homem e o rio*. 1982. Monografia (Licenciatura em Antropologia) – UNL, FCSH, Lisboa, 1982.
- GARCIA, R. W. D.; CANESQUI, A. M. (Org.). *Antropologia e nutrição: um diálogo possível*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. (Coleção Antropologia e Saúde).
- GEERTZ, Clifford. Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico. In: _____. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- _____. *Negara: o estado-teatro no século XIX*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.
- _____. Uma descrição densa. In: _____. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989. p. 13-44.
- GERBER, Rose M. *Estranhos e estrangeiros*. 1997. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.
- _____. Entre eles e os “de fora”: a ética nossa de cada dia. In: _____. *Griffos*. Chapecó: Argos, 2003. p. 233-248.
- _____. *Nem santos nem bárbaros*. Florianópolis: Epagri, 2007.

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.

GODIO, Matias; RIAL, Carmen (Org.). *Pesca e turismo: etnografias da globalização no litoral do Atlântico Sul*. Florianópolis: NUPPE/CFH/UFSC, 2006.

GODIO, Matias. *Quinhentos quilos! Ensaio etnográfico sobre uma sócio-montagem audiovisual com um grupo de trabalhadores da pesca na comunidade da Barra da Lagoa, Florianópolis*. 2005. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

GODOI, Emília. *O trabalho da memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: la identidad deteriorada*. 5. ed. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1993.

GOLDMAN, Márcio. Jeanne Favret-Saada: os afetos, a etnografia. *Cadernos de Campo*, São Paulo, USP, Ano 14, p. 149-153, 2005.

_____. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos: etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. *Revista de Antropologia*, v. 46, n. 2, p. 445-476, 2006.

GÓMEZ-FERRER, Guadalupe et al. *Historia de las mujeres en España y América Latina*. Madrid: Cátedra, 2006. p. 291-505. (El Trabajo de las Mujeres).

GRAMKOW, Márcia Maria. *Os caçadores da Barba-de-Ouro: mudança e continuidade na sociedade pesqueira*. 1996. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 1996.

GROSSI, Miriam Pillar (Org.). *Trabalho de campo e subjetividade*. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 1992.

GROSSI, Miriam Pillar; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Mulheres, 1998.

GROSSI, Miriam Pillar; SCHWADE, Eliste (Org.). *Política e cotidiano: estudos antropológicos sobre gênero, família e sexualidade*. Blumenau: Nova Letra, 2006.

GUATARRI, Félix. *Lignes de fuite: pour un autre monde de possibles*. Paris: Éditions de l'Aube, 2011.

GUERRIERO, Iara Coelho Zito; SCHMIDT, Maria Luisa S.; ZICKER, Fábio (Org.). *Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. Culture, power, place: ethnography at the end of an era. In: _____. *Culture, power, place: explorations in critical anthropology*. Durham: Duke University Press, 1997. p. 1-29.

- HAIMOVICI, Manuel; KLIPPEL, Sandro. *Diagnóstico da biodiversidade dos peixes teleósteos demersais marinhos e estuarinos do Brasil*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal de Rio Grande, 1999.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- HARAWAY, Donna. Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*, São Paulo, v. 22, 2004.
- HARTUNG, Miriam Furtado. Saberes reversos ou o difícil diálogo entre saberes “tradicionais” e poderes estatais. *Antropologia em Primeira Mão*, Florianópolis, PPGAS/UFSC, 2009.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1994.
- HAZIN, Fábio. Fisheries and their contribution to sustainable development: small-scale and artisanal fisheries. In: _____. *The sixth meeting of the United Nations Open-ended: informal consultive process on oceans and the law of the sea*. Recife: UFRPE/DEPAq, [19--].
- HEMINGWAY, Ernest. *O velho e o mar*. Lisboa: Livros do Brasil, 2006.
- HERITIER, Françoise. Mulheres de sabedoria, mulheres de ânimo, mulheres de influência. *Cadernos da Condição Feminina*, Lisboa, n. 20, 1987.
- _____. A coxa de Júpiter: reflexões sobre os novos modos de procriação. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 1, 2000.
- HERTZ, Robert. A preeminência da mão direita: um estudo sobre a polaridade religiosa. *Religião e Sociedade*, n. 6, p. 99-128, 1980.
- HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. n. 88, 2922 p.
- HUIZINGA, Johan. *Homo ludens: o jogo como elemento da cultura*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1990.
- HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.
- HUTCHINSON, Sharon E. *Nuer dilemas: coping with money, war and the state*. Berkley: University of California Press, 1996.
- INGOLD, Tim. Becoming persons: consciousness and sociality in human evolution. *Cultural Dynamics*, n. 4, p. 355-378, 1991.
- _____. *The perception of the environment*. London: Routledge, 2000.
- _____. Caminhando com dragões: em direção ao lado selvagem. In: STEIL, Carlos Alberto; CARVALHO, Isabel Cristina Moura. *Cultura, percepção e ambiente: diálogos com Tim Ingold*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012. p. 15-30.
- INGOLD, Tim; KURTLA, Terhi. The perception of the environment in Finnish Lapland. *Body & Society*, London, v. 6, n. 183, 2000.

KEMP, Kênia. *Corpo modificado, corpo livre?* São Paulo: Paulus, 2005. p. 5-74.

KLEIVAN, Inge. The fish world as a metaphorical eskimo society. In: GUNDA, Bela (Ed.). *The fishing culture of the world*. Budapest: Akadémiai Kiadó, 1984.

KOFES, Suely. Categorias analíticas e empiria: gênero e mulher. Disjunções, conjunções e mediações. *Cadernos Pagu*, n. 1, p. 1-12, 1993.

KRAIESKI, Viviane Assunção. *Nem toda receita é Mais Você*: estudo etnográfico sobre consumo e recepção de programas televisivos de culinária em camadas médias e populares. 2007. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

LABALE, Alejandro Raul G. *Maricultura na Penha*: subsídios para uma antropologia da difusão tecno-científica. 2005. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

LACERDA, Eugênio P. *As farras do boi no litoral de Santa Catarina*. 1994. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1994.

LAGO, Mara Coelho. *Memória de uma comunidade que se transforma*: de localidade agrícola pesqueira a balneário. 1983. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1983.

LAGROU, Else. Uma experiência visceral. In: GROSSI, Miriam P. (Org.). *Trabalho de campo e subjetividade*. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 1992.

LAMAS, Maria. A mulher do mar. In: _____. *As mulheres do meu país*. Lisboa: Editorial Caminho, 2002. p. 327-361.

LANGDON, Esther Jean; MALUF, Sônia; TORNQUIST, Carmen Susana. Ética e política na pesquisa: os métodos qualitativos e seus resultados. In: GUERRIERO et al. (Org.). *Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

LANNA, Marcos P. D. *A dívida divina*: troca e patronagem no Nordeste brasileiro. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo*: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LARAIA, Roque de Barros. Apresentação. In: MALDONADO, Simone. *Mestres e mares*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 1994.

_____. *Cultura*: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

AGROECOLÓGICA. Las mujeres asumen el cambio. *Revista de Agroecología*, v. 18, n. 4, 2003.

LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Editora da Unesp, 2000.

LATOUR, Bruno. How to talk about the body?: the normative dimension of science studies. *Body & Society*, v. 10, n. 2-3, p. 205-229, 2004.

_____. *Reensamblar lo social: una introducción a la teoría del actor-red*. Buenos Aires: Manantial, 2008.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LEACH, Edmund. R. Cronos e crono. In: _____. *Repensando a Antropologia*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

LEAL, João. *Açores, EUA, Brasil: imigração e etnicidade*. Lisboa: Nova Gráfica, 2007.

_____. Usos da ruralidade: apresentação. *Etnográfica*, v. 11, n. 1, p. 57-62, maio 2007.

LEENHARDT, Maurice. La noción du corps. In: _____. *Do kamo: la personne et le mythe dans le monde mélanésien*. Paris: Gallimard, 1971. p. 54-70

LEIRIS, Michel. *A África fantasma*. São Paulo: Cosac & Naify, 2007.

LEITE, Ilka Boaventura. Questões éticas da pesquisa antropológica na interlocução com o campo jurídico. In: VÍCTORA, Ceres et al. (Org.). *Antropologia e ética: o debate no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2004. p. 65-72

_____. Produzir o texto, polir o olhar. In: _____. (Org.). *Ética e estética na antropologia*. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 1998. p. 41-46.

LEITÃO, M. R. F. A. *Gênero e pesca artesanal*. Recife: Liceu, 2012.

LEITÃO, Wilma Marques. *O pescador mesmo: um estudo sobre o pescador e as políticas de desenvolvimento da pesca no Brasil*. 1997. 101 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 1997.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O cru e o cozido*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004b. (Mitológicas 1).

_____. *Do mel às cinzas*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004a. (Mitológicas 2).

_____. *A origem dos modos à mesa*. São Paulo: Cosac & Naify, 2006. (Mitológicas 3).

_____. *O pensamento selvagem*. 3. ed. São Paulo: Papirus, 2002.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. *Antropologia & Direito*. Temas antropológicos para estudos jurídicos. Brasília: ABA, 2012.

LIMA, Maria Antónia Pedroso de. *Grandes famílias, grandes empresas*. Lisboa: Dom Quixote, 2003.

LIMA, Roberto Kant de. *Pescadores de Itaipu: a pescaria da tainha e a produção ritual da identidade social*. 1978. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1978.

LIMA, Tânia Stolze. *Um peixe olhou para mim: o povo Yudjá e a perspectiva*. São Paulo: Editora da Unesp: Isa; Rio de Janeiro: NuTI, 2005.

LITORAL DO BRASIL. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2015. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Litoral_do_Brasil&oldid=41544415>. Acesso em: 20 jan. 2015.

LOBÃO, Ronaldo. *Cosmologias políticas do neocolonialismo: como uma política pública pode se transformar em uma política do reassentamento*. Niterói: Editora da UFF, 2010.

LOPES, Manuel. *Corpo e espaço da infância e da adolescência no “folclore poveiro”*. Póvoa de Varzim: Biblioteca Municipal Rocha Peixoto, 2004.

LOPES, Maria Alexandra. *Alfama: tradições e realidades – abordagem antropológica à venda de pescado no bairro*. 1991. 224 f. Monografia (Licenciatura em Antropologia) – UNL/FCSH, Lisboa, 1991.

MAANEN, John Van. And end to innocence: the ethnography of ethnography. In: HESSE-BIBER, Sharlene Nagy. *Approaches to qualitative research*. New York: Oxford University Press, 2004. p. 427-445.

MACHADO, Denise. Catadoras de caranguejo e saberes tradicionais na conservação de manguezais da Amazônia brasileira. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 485-490, maio-ago. 2007.

MACHADO, Lia Zanotta. Gênero, um novo paradigma? *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 11, p. 107-125, 1998.

MACIEL, Maria Eunice. Cultura e alimentação ou o que têm a ver os macaquinhos de Koshima com Brillat-Savarin? *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 7, n. 16, dez. 2001.

_____. Alimentação e cultura, identidade e cidadania. O Brasil tem fome de quê? *Fala Brasil*, 2004.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 49, p. 1-29, jun., 2002.

MAHMOOD, Saba. Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egípto. *Etnográfica*, v. 10, n. 1, p. 121-158, 2006.

MALDONADO, Simone. *Terra liberta: hábitos alimentares em Ponta do Meio*. 1979. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 1979.

_____. *Pescadores do mar*. São Paulo: Ática. 1986.

_____. *Em dois meios, em dois mundos: a experiência pesqueira marítima*. 1991. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 1991.

_____. *Mestres e mares: espaço e indivisão na pesca marítima*. São Paulo: Annablume, 1994.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Os argonautas do pacífico ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, jun. 1976. (Os Pensadores, v. XLII).

_____. The method of field-work and the invisible facts of native law and economic. In: _____. *Coral gardens and their magic*. New York: American Book Company, 1935.

_____. *Canoes and sailing*. In: _____. *Argonauts of the Western pacific*, 1983. p. 105-123.

_____. The ceremonial building of a waga. In: _____. *Argonauts of the Western pacific*, 1983. p. 124-145.

MALUF, Sônia Weidner. *Encontros perigosos: análise antropológica de narrativas sobre bruxas e bruxarias na Lagoa da Conceição*. 1989. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1989.

_____. *Encontros noturnos: bruxas e bruxarias na Lagoa da Conceição*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

_____. *Les enfants du verseau au pays des terreiros: les cultures thérapeutiques et spirituelles alternatives au Sud du Brésil*. Thèse (Doctorat) – Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 1996.

_____. Antropologia, narrativas e a busca do sentido. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 5, n. 12, p. 69-82, 1999.

_____. Corpo e corporalidade nas culturas contemporâneas: abordagens antropológicas. *Esboços*, PPGH/UFSC, v. 9, p. 87-101, 2001.

_____. Corpo e desejo: tudo sobre minha mãe e o gênero na margem. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 143-153, 2002.

_____. Mitos coletivos, narrativas pessoais: cura ritual, trabalho terapêutico e emergência do sujeito nas culturas da “Nova Era”. *Mana*, v. 11, n. 2, p. 449-528, 2005.

_____. *Por uma antropologia do sujeito: esboços*. Florianópolis, 2009.

MALUF, Sônia Weidner. *A escritura do texto: diálogos, riscos e afetações*. In: JORNADAS ANTROPOLÓGICAS, 2., 2010. Florianópolis. *Anais...*

Florianópolis: PPGAS/UFSC, 2010a. Mesa-redonda – A escrita do texto: dificuldades e estratégias.

_____. Gênero e aflição: políticas públicas, ativismo e experiências sociais. In: MALUF, Sônia Weidner; TORNQUIST, Carmen Susana (Org.). *Gênero, saúde e aflição: abordagens antropológicas*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2010b. p. 21-68.

_____. A antropologia reversa e “nós”: alteridade e diferença. *Ilha*, v. 12, n. 1, p. 40-56, 2011a.

_____. Além do templo e do texto: desafios e dilemas dos estudos de religião no Brasil. *Antropologia em Primeira Mão*, Florianópolis, PPGAS/UFSC, 2011b.

_____. *Eficácia simbólica: dilemas teóricos e desafios etnográficos*. No prelo. MANESCHY, Maria Cristina. Da casa ao mar: papéis das mulheres na construção da pesca responsável. *Revista Proposta*, n. 84-85, p. 82-91, mar./ago. 2000.

MARCUS, G.; CUSHMAN, D. Ethnographies as texts. *Annual Review of Anthropology*, v. 2, p. 25-69, 1982.

MARCUS, George E. Ethnography in/of the world system: the emergence of multisided ethnography. *Annual Review of Anthropology*, v. 24, p. 95-117, 1995.

MARCUS, George. Power on the extreme periphery: the perspective of Tongan elites in the modern world system. *Pacific Viewpoint*, v. 22, n. 1, p. 48-64, 1981.

_____. Contemporary problems of ethnography in the modern world system. In: _____. *Writing Culture*. Berkeley: University of California Press, 1986.

MARIÉ, Michel. *Un territoire sans nom*. Paris: Librairie des Méridiens, 1982.

MARTINS, Luís. *Mares poveiros*. Histórias, idéias e estratégias de pescadores da Póvoa de Varzim. Póvoa do Varzim: Biblioteca Poveira 17, 2007. (Coleção Na Linha do Horizonte).

_____. Mares eletrônicos em fundos sem peixe: um estudo de caso na Póvoa de Varzim e nas Caxinas. *Etnográfica*, Lisboa, ISCTE, v. 3, n. 2, p. 235-270, 1999.

MATOS, Maria Izilda S. de; SOIHET, Rachel (Org.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora da UNESP, 2003.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. *A Ilha Encantada: medicina e xamanismo numa comunidade de pescadores*. 1977. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 1977.

MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: _____. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. p. 399-422.

MAYER, Adrian C. A importância dos quase grupos no estudo das sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). 2. ed. *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: Unesp, 2010. p. 139-170.

MENESES, Inês Salema; MENDES, Paulo Daniel. *Se o mar deixar*. Lisboa: ISCTE, 1996.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA), Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), Grupo de Trabalho Ater. *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural*: versão final. Brasília: MDA/SAF, 2004.

MIOR, Luiz Carlos. *Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural*. Chapecó: Argos, 2005.

MITCHELL, J. Clyde. A dança kalela: aspectos das relações sociais entre africanos urbanizados na Rodésia do Norte. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. 2. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2010. p. 365-436.

MOCELLIN, Maria Clara. *Narrando origens*. 1993. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

MOORE, Henrietta L. Anthropological theory at the turn of the century. In: _____. (Ed). *Reason and morality*. London: Tavistock, 1999. p. 47-70.

MOREIRA, Carlos Diogo. Problemas e orientações de investigação na Antropologia Marítima em Portugal. In: ONETO, Francisco (Coord.). *Culturas marítimas em Portugal*. Lisboa: Âncora, 2008.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. *Trabalhadeiras e camarados*: um estudo sobre o status das mulheres numa comunidade de pescadores. 1977. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 1977.

_____. *“Trabalhadeiras” e “camarados”*: relações de gênero, simbolismo e ritualização numa comunidade amazônica. Belém: CFCH/UFGA, 1993.

_____. Pesca de homem/peixe de mulher (?): repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil. *Etnográfica*, v. 3, n. 2, p. 377-399, 1999.

MUNIZ, José Norberto et al. *A extensão rural pública e seus impactos no desenvolvimento municipal sustentável*. Brasília: Asbraer, 2007. (Coleção Semear 3).

MUSSOI, Eros M. *Integración entre investigación y extensión agrária en un contexto de descentralización del Estado y sustentabilización de políticas de desarrollo*: el caso de Santa Catarina, Brasil. 1998. Tese (Doutorado em Agronomia) – Universidad de Córdoba, Córdoba, 1998.

MUSSOLINI, Gioconda. *Ensaio de antropologia indígena e caiçara*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *O viajante e sua sombra*. São Paulo: Escala, 2007.

NOWAK, Maria. O microcrédito no mundo: um instrumento a favor das mulheres. In: OCKRENT, Christine (Org.). *O livro negro da condição das mulheres*. Lisboa: Temas e Debates, 2007.

NUNES, Francisco Oneto. O problema do aleatório: da coerção dos santos ao idioma da inveja. *Etnográfica*, v. 3, n. 2, p. 271-291, 1999.

_____. A antropologia marítima em Portugal: um breve excursão. In: AMORIM, Inês (Org.). *História do trabalho e das ocupações*. Oeiras: Celta Editora, 2001. v. 2.

O'NEILL, Alexandre Delgado. *Reportagem nos Açores*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2007.

OLINGER, Glauco. *Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil*. Florianópolis: Epagri, 1996.

_____. *Extensão rural: verdades e novidades*. Florianópolis: Epagri, 1998.

_____. *Métodos de extensão rural*. Florianópolis: Epagri, 2001.

_____. *50 anos de extensão rural: breve histórico do serviço de extensão rural no estado de Santa Catarina (1956-2006)*. Florianópolis: Epagri, 2006.

OLIVEIRA, Antônio Gonçalves. *Origem e evolução da extensão rural no Brasil: uma análise histórico-crítica*. Viçosa: UFF, jul. 1987.

OLIVEIRA, Bianca Ferreira de. *Pessoa, jocosidade e moral a partir de uma família de santo de Almas e Angola*. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

OLIVEIRA, Luciene Strada de. *Erradicação do escalpelamento: justiça para a população invisível*. 2010. Instituto Innovare. Disponível em: <<http://www.premioinnovare.com.br/praticas/erradicacao-do-escalpelamento-justica-para-a-populacao-invisivel/>>. Acesso em: 21 nov. 2011.

OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. Pesquisa em *versus* pesquisas com seres humanos. In: VICTORIA, Ceres; OLIVEN, Ruben George; MACIEL, Maria Eunice; ORO, Ari Pedro (Org.). *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: Editora da UFF, 2004. p. 33-44.

OLIVEIRA, Marcelo José. *Entre amigos: antropologia da homosociabilidade masculina em camadas populares na periferia metropolitana da Grande Florianópolis*. 2008. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

OLIVEIRA, Mauro Márcio. *A utopia extensionista: ensaios e notas*. Brasília: Embrater, 1988.

- OLIVEIRA, Micheline Ramos de. *No limiar da memória: estudo antropológico sobre mulheres e violências na metrópole contemporânea*. 2009. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O lugar (e em lugar) do método*. Brasília: UnB, 1995. (Série Antropologia 190).
- _____. O mal-estar da ética na antropologia prática. In: VICTORIA, Ceres; OLIVEN, Ruben George; MACIEL, Maria Eunice; ORO, Ari Pedro (Org.). *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: Editora da UFF, 2004. p. 21-32.
- _____. *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: Unesp; Brasília: Paralelo 15, 2006.
- OLIVEIRA, Salette Duarte de. *As mulheres e o trabalho informal nas “salgas” de São Miguel, Penha*. Florianópolis: Epagri; Joaçaba: Editora da UNOESC, 2004.
- OLIVEIRAS, Carlos Manuel G. Ramos de. *Fuzeta: uma abordagem antropológica*. Lisboa: UTL/ISCSPU, 1971.
- _____. O trabalho faz-se espetáculo: a pesca, os banhos e as modalidades do olhar. *Etnográfica*, v. 7, n. 1, p. 131-157, 2003.
- _____. *Hoje por ti, amanhã por mim*. A arte xávega no litoral central português. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia) – ISCTE, Lisboa, 2005.
- _____. (Coord.). *Culturas marítimas em Portugal*. Lisboa: Âncora, 2008.
- O’NEILL, Alexandre Delgado. *Reportagem nos Açores*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2007.
- ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- ORTNER, Sherry. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In: ROSALDO, Michell; LAMPHERE, Louise (Org.). *A mulher, a cultura, a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- ORTNER, Sherry. Entonces es la mujer al hombre lo que la naturaleza a la cultura? In: *AIBR Revista de Antropología Iberoamericana*, ed. eletrônica, v. 1, n. 1, 2006.
- PAGU. Dossiê gênero e alimentação. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 39, jul./dez. 2012.
- PAIVA, Raquel (Org.). *O retorno da comunidade: os novos caminhos do social*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- PALMA, Milagros. *La femme nue ou la logique du mâle*. Paris: Côte-femmes, 1991.
- PAULILO, Maria Ignez Silveira; SCHMIDT, Wilson (Org.). *Agricultura e espaço rural em Santa Catarina*. Florianópolis: EdUFSC, 2003.

PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 28, p. 64-70, jan./fev. 1987.

_____. Maricultura e território em Santa Catarina – Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, n. 31, ago. 2002.

_____. Mares e marés, o masculino e o feminino no cultivo do mar. *Antropolítica* (UFF), Niterói, n. 15, p. 137-145, 2003.

PEIRANO, Mariza Gomes e Souza. *A reima do peixe*: proibições alimentares numa comunidade de pescadores. 1975. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 1975.

_____. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PEIXOTO, Fernanda. *Apresentação*. In: LEIRIS, Michel. *A África fantasma*. São Paulo: Cosac & Naify, 2007.

PERALTA, Elsa. *A memória do mar*: patrimônio, tradição e (re)imaginação identitária na contemporaneidade. Lisboa: UTL/ISCSP, 2008a.

_____. O mar como patrimônio: considerações acerca da identidade nacional portuguesa. In: ONETO, Francisco (Coord.). *Culturas marítimas em Portugal*. Lisboa: Âncora, 2008b.

_____. Somos todos marítimos: uma etnografia das (in)visibilidades do poder na representação social do passado local em Ílhavo. *Etnográfica*, v. 14, n. 3, p. 443-464, out. 2010.

PEREIRA, Maria Fernanda S. *Gravidez, corpo e pessoa*: a formação da criança na Costa da Lagoa (Florianópolis). 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

PEREIRA, Sónia Maria Ribeiro. *Pesca e turismo na baía de Cascais*: relações e influências. 1999. Monografia (Licenciatura em Antropologia) – UNL, FCSH, Lisboa, 1999.

PÉRON, Françoise; RIEUCAU, Jean. *La marimité aujourd'hui*. Paris: L'Harmattan, 1996.

PESSANHA, Elina Gonçalves da Fonte. *Os companheiros*: trabalho na pesca de Itaipu. 1977. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1977.

PIAZZA, Walter F. *A colonização de Santa Catarina*. 2. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1988.

PIERUCCI, Antônio Flávio. A diferença faz diferença, ou a produtividade social da diferença. In: _____. *Ciladas da diferença*. São Paulo: Editora 34, 1999.

PINHEIRO, Sérgio L. G. *Paradigm shifts in agricultural research, development and extension*: a case study in Santa Catarina, Brazil. 1998. 286 f. (PhD Thesis) – University of Sydney, Sydney, 1998.

- PORTO, Rozeli Maria. “Aborto legal” e o “cultivo ao segredo”: dramas, práticas e representações de profissionais de saúde, feministas e agentes sociais no Brasil e em Portugal. 2009. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
- QUEDA, Oriowaldo. *A extensão rural no Brasil: da anunciação ao milagre da modernização agrícola*. 1987. Tese (Livre Docência) – Escola Superior de Agricultura, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1987.
- QUEIRÓZ, Marcos de Souza. *Representações de doenças e instituições de cura numa aldeia de pescadores*. 1978. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 1978.
- QUIST, Cornélie. Ampliar a definição de pescador. *Yemaya*, n. 19, ago. 2005.
- RABINOW, Paul. *Reflections on fieldwork in Morocco*. Chicago: Berkeley University of Chicago Press, 1977.
- REZENDE, Claudia Barcellos. Mágoas de amizade: um ensaio em antropologia das emoções. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, out. 2002.
- RIAL, Carmen. *Mar-de-dentro: a transformação do espaço social na Lagoa da Conceição*. 1988. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1988.
- _____. Por uma antropologia do visual contemporâneo. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 1, n. 2, p. 119-128, jul./set. 1995.
- _____. Primeiros escritos sobre comida e identidade. *Antropologia em Primeira Mão*, Florianópolis, v. 57, 2003.
- RIAL, Carmen. Revisitando a etnografia Mar-de-dentro: pesca, turismo e a transformação do espaço social. In: RIAL, Carmen; GODIO, Matias. *Pesca e turismo*. Etnografias da globalização no litoral do Atlântico Sul. Florianópolis: NUPPE/CFH/UFSC, 2006.
- RIBEIRO, Luiz da Silva. *Etnografia açoriana*. Angra do heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1982.
- RICOUER, Paul. Paris: *Magazine Litteraire*, n. 390, p. 19-68, set. 2000.
- _____. *O si mesmo como um outro*. Campinas: Papirus, 1991. Tomo I
- _____. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papirus, 1994. Tomo I.
- _____. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papirus, 1995. Tomo II.
- _____. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papirus, 1997. Tomo III.
- ROBALO, Carlos. O povo do Rio: esboço etnográfico na borda d’água. In: ONETO, Francisco (Coord.). *Culturas marítimas em Portugal*. Lisboa: Âncora, 2008.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho de; ECKERT, Cornélia. *O tempo e a cidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

_____. *A memória como espaço fantástico*. Disponível em: <www.estaçoportoalegre.ufrgs.br. Iluminuras-Banco de imagens e efeitos visuais, PPGAS/UFRGS>. Acesso em: 3 jul. 2006.

_____. *Imagens do tempo nos meandros da memória: por uma etnografia da duração*. Disponível em: <www.estaçoportoalegre.ufrgs.br. Iluminuras-Banco de imagens e feitos visuais, PPGAS/UFRGS>. Acesso em: 3 jul. 2006.

ROGERS, Everett M.; PONCIANO, Carlos. *The convergence project of the agricultural extension service and the drought in the Brazilian Northeast*. Brasília: EMBRATER, 1984.

ROSALDO, Michele. A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica. In: ROSALDO, M.; LAMPHERE, L. *A mulher, a cultura e a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento inter-cultural. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 1, n. 1, p. 11-36, 1995.

ROSSO, Kelem Ghellere. *Plantadores do mar: a maricultura catarinense e o processo de exclusão dos produtores familiares*. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

RUA, Maria das Graças; ABRAMOVAY, Miriam. *Companheiras de luta ou “coordenadoras de panelas”?: as relações de gênero nos assentamentos rurais*. Brasília: UNESCO, 2000.

RUFINO, Márcia Regina C. F. *Mediação cultural e reciprocidade no contexto das práticas turísticas em Florianópolis*. 2006. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SAEZ, Oscar Calávia. Por uma antropologia minimalista. In: _____. *Antropologia em primeira mão*. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 2009.

SAHLINS, Marshal. *Como pensam os nativos*. São Paulo: Edusp, 2001.

SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

_____. Representing the colonized: anthropology’s interlocutors. *Critical Inquiry*, v. 15, n. 2, p. 205-225, Winter 1989.

SAMAIN, Étienne. Antropologia de uma imagem “sem importância”. *Ilha*, Florianópolis, v. 5, n. 1, p. 47-64, 2004a.

_____. *Balinese character (re)visitado: uma introdução à obra visual de Gregory Bateson e Margaret Mead*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2004b.

- SAMARA, Maria Alice. Maria-Rapaz: romance de uma rapariga pobre. In: _____. *Operárias e burguesas: as mulheres no tempo da República*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2007. p. 20-31.
- SANTOS, Clarice Schultz dos. *As moças que não podiam casar: o caso das extensionistas sociais da Acaresc (1956-1982)*. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.
- SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura*. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- SANTOS, Lucy Woellner dos. *A fusão pesquisa agrícola-extensão rural em Santa Catarina*. 2001. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.
- SANTOS, Sílvio Coelho dos. Das coincidências na pesquisa e na produção antropológicas. *Ilha*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 301-307, 2009.
- SARMENTO, Clara. *Cultura popular portuguesa: práticas, discursos e representações*. Porto: Afrontamentos, 2008.
- SAUTCHUK, Carlos E. *O arpão e o anzol: técnica e pessoa no estuário do Amazonas (Vila Sucuriju, Amapá)*. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade e Brasília, Brasília, 2007.
- _____. Gestos, águas e palavras na pesca amazônica. *Anuário Antropológico*, p. 83-105, 2011.
- SCHNEIDER, David M. *A critique of the study of kinship*. Michigan: The University of Michigan Press, 1984.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, 1990.
- _____. La querelle des femmes no final do século XX. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, 2001.
- _____. O enigma da igualdade. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-30, jan.-abr. 2005.
- SEBRAE/CEAG/FUCAT. *Análise da ação assistencial e extensionista de órgãos públicos e privados em área rural do estado de Santa Catarina*. Florianópolis, 1981.
- SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA. *Programa de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural*. Manual Operativo. Florianópolis: SDA, maio 2002.
- SEEGER, Antony, DAMATTA, Roberto; CASTRO, Eduardo Viveiros de. A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 2-19, maio 1979.
- SEGATA, Jean. *Nós e os outros humanos: os animais de estimação*. 2012. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

SEGATO, Rita Laura. El género en la antropología y más allá de ella. In: _____. *Las estructuras elementares de la violencia: ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos*. Buenos Aires: Prometeo/Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

SEIBEL, Erni J. Ciclos institucionais e ciclos de gestão pública: a trajetória da assistência rural do estado de Santa Catarina. *Revista Brasileira de Administração Contemporânea*, Rio de Janeiro, ANPAD, n. 8, p. 311-324, 1995.

SEIFERT, R. Q. *Extensão rural em Santa Catarina: impasses político-pedagógicos (1956-1985)*. 1990. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1990.

SEM MÁSCARAS. 2009. Texto de Ariane Abdallah e Flora Paul. *TPM Uol*. Disponível em: <<http://revistatpm.uol.com.br/reportagens/sem-mascaras.html>>. Acesso em: 21 nov. 2011.

SEMPERE, Maria Josep; SOUSA, Rogéria (Coord.). *Estamos cá. Existimos: as mulheres na pesca nos Açores*. Açores: UMAR Açores, 2008.

SERVIÇO DE EXTENSÃO PESQUEIRA. Superintendência do Departamento da Pesca. *Plano Diretor*. Brasília: BNDE/Funtec, 1973.

SILIPRANDI, Emma. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. *Agroecologia e desenvolvimento sustentável*, v. 1, n. 1, p. 61-71, 2000.

SILVA, Carmen Lúcia da. *Sobreviventes do extermínio: uma etnografia das narrativas e lembranças da sociedade Xetá*. 1998. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

SILVA, Célia Maria. *Ganchos: ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1992.

SILVA, Cristiani Bereta da. *As fissuras na construção do “novo homem” e da “nova mulher”*: relações de gênero e subjetividades no devir MST – 1979-2000. 2003. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

SILVA, Gláucia Oliveira da. *Tudo o que tem na terra tem no mar: a classificação dos seres vivos entre trabalhadores da pesca em Piratininga, RJ*. 1988. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, 1988.

SILVA, Rubens Elias da. *Guiados por mares e peixes*. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

SILVA, Wagner Gonçalves da. *O antropólogo e sua magia*. São Paulo: Edusp, 2000.

- SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio G. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 11-25.
- SIMON, Álvaro Afonso. *As fases da extensão rural catarinense em relação ao manejo do meio ambiente*. 2004. Mimeografado.
- SMITH, Neil. A gentrificação generalizada. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 59-87.
- SONTAG, Susan. *Diante da dor dos outros*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.
- SPERRY, Suzana. *O olhar da exclusão: comunicação e tecnologia de poder na pesquisa e extensão rural*. 1992. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) – IFCH, UFRGS, Porto Alegre, 1992.
- SPIVAK, Gayatri C. Can the subaltern speak? In: _____. *Toward a history of the vanishing present*. Mass: Harvard University Press, 1999.
- _____. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- STERLING, Anne Fausto. Dualismos em duelo. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 17-18, 2001.
- STOCKINGJR, George W. *Observers observed*. Essays on ethnographic fieldwork. Wisconsin: University of Wisconsin, 1983. v. 1.
- STRATHERN, Marilyn. *After nature: english kinship in the late twentieth century*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- _____. No limite de uma certa linguagem (Entrevista). *Mana*, v. 5, n. 2, p. 157-175, 1999.
- _____. *Kinship, law the unexpected: relatives are always a surprise*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- _____. *O gênero da dádiva*. Campinas: Ed. Unicamp, 2006.
- TABET, Paola, La construction sociale de l'inégalité des sexes. Des outils et des corpos. Paris: L'Harmattan, 1998. p. 9-21, 43-62.
- TAGLIARI, Paulo. *Analysis of the communication linkages between the research and extension agencies and evaluation of the research publications in the state of Santa Catarina, Brazil*. 1984. Dissertação (Mestrado) – University of Wisconsin, Madison, 1984.
- TAVARES, Maria das Graças de Pinho. *Um estudo de tomada de decisão (decision making) na pesca artesanal*. Icarai (Ceará). Brasília: UnB, 1975.
- TEIXEIRA, Carla; QUINTELA, Maria Manuel (Org.). Antropologia e água: perspectivas plurais. *Anuário Antropológico*, 2010 II, n. 201, p. 9-22, 2010.
- TELES, Anamaria. *Sereias e anequis*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

- THOMPSON, Paul. Women in the fishing: the roots of power between sea. In: _____. *Comparative studies in society and history*, v. 27, n. 1, p. 3-32, 1985.
- TILLEY, Christopher. The metaphorical transformations of Wala canoes. In: BUCHLI, Victor (Ed.). *The material culture reader*. Oxford: Oxford International Publisher, 2002. p. 27-55.
- TÖNNIES, Ferdinand. Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais. In: FERNANDES, Florestan (Org.). *Comunidade e sociedade*. São Paulo: Nacional, 1973. v. 1. p. 96-116.
- TRAGTENBERG, Maurício. *Burocracia e ideologia*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2006.
- TRINDADE, José Maria. *A Nazaré dos pescadores*. Nazaré: Colibri, 2009.
- TURNER, Victor. *O processo ritual*. Petrópolis: Vozes, 1974.
- UMRIGAR, Thrity. *A distância entre nós*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
- VASCONCELOS, M.; DIEGUES; A. C. S. A.; SALES, R. R. Limites e possibilidades na gestão da pesca artesanal costeira. In: COSTA, A. L. (Org.) *Nas redes da pesca artesanal*. Brasília: IBAMA-MMA, 2007.
- VASSEUR, Nadine. Les métamorphoses du temps. In: _____. *Les incertitudes du corps*. Paris: Seuil, 2004. p. 185-199.
- VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- _____. Trajetória individual e campo de possibilidades. In: _____. *Projeto e metamorfose*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. p. 31-48.
- VENN, Couze. *Individuation, relationality, affecty: rethinking the human in relation to the living*. *Body & Society*, v. 16, n. 1, p. 129-161, 2010.
- VICTORIA, Ceres; OLIVEN, Ruben Alves; MACIEL, Maria Eunice; ORO, Pedro (Org.). *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2004.
- VIEIRA, Maria Teresa Pita. *A comunidade de pescadores da Costa da Caparica*. 1991. Monografia (Licenciatura em Antropologia) – UNL, FCSH, 1991.
- VIEIRA, Telmo Pedroso. *A transformação da cultura de base açoriana catarinense através do desenvolvimento da pesca e do turismo: um estudo antropológico*. 2008. 610 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Estudios de Iberoamérica, Universidade de Salamanca, Salamanca, 2008.
- VIEZZER, Moema. “*Se me deixam falar...*”. 9. ed. São Paulo: Global, 1984.
- _____. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. In: _____. *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002. p. 183-264.
- WACQUANT, Loïc. *Esclarecer o habitus*. Disponível em: <HTTP://www.ler.letras.up.pt/up/oads/ficheiros/255.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2012.

WAGNER, Roy. *The invention of culture*. Chicago: The Chicago University Press, 1981.

_____. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac & Naify, 2010.

WEBER, Max. *Parlamento e governo na Alemanha reordenada*. Petrópolis: Vozes, 1993. p. 517-580.

_____. A objetividade do conhecimento das Ciências Sociais. In: COHN, Gabriel (Org.). *Sociologia: Max Weber*. São Paulo: Ática, 1989. p. 70-127.

_____. *Textos selecionados*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os Pensadores).

_____. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WEBSTER'S. *New International Webster's Student Dictionary of the English Language*. New York: Trident Press International, 1997.

WOLF, E. R. Encarando o poder: velhos insights, novas questões. In: _____. *Antropologia e poder: contribuições de Eric Wolf*. Organização de Bela Feldman-Bianco e Gustavo L. Ribeiro. Brasília: Ed. da UnB, 2003. p. 325-343.

WOLFF, Cristina Scheibe; RÉCHIA, Karen C. Mulheres de Santa Catarina: vidas de trabalho. In: BRANCHER, Ana. *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.

_____. *Mulheres da floresta: uma história Alto Juruá, Acre (1890-1945)*. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. Relações de gênero e violência nos seringais do Alto Juruá – Acre. 1870-1945. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 15, n. 21, abr. 1997.

WOLFF, Cristina Scheibe. *As mulheres da Colônia Blumenau: cotidiano e trabalho (1850-1900)*. 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991.

WOORTMANN, Ellen. A árvore da memória. *Série Antropologia*, Brasília, n. 159, 1994.

_____. *Homens de hoje, mulheres de ontem: gênero e memória no seringal*. In: SEMANA DE ANTROPOLOGIA, Memória e Identidade, 2., Goiânia. *Anais...* Goiânia: Instituto de Pesquisas UFGO, 1997.

_____. Família, mulher e meio ambiente no seringal. In: _____. *Além dos territórios*. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

_____. Identidades e memória entre teuto-brasileiros: os dois lados do Atlântico. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 6, n. 14, 2000.

_____. *Herdeiros, parentes e compadres*. Brasília: HUCITEC; Ed.UnB, 1995.

_____. *Colonos e sitiantes: um estudo comparativo do parentesco e da reprodução camponesa*. 1988. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 1988.

WOORTMANN, Ellen. Cambios de tiempo y espacio/cambios sociales, bajo el impacto de la modernización. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 2, maio/ago. 2007.

WOORTMANN, Klaas. A comida, a família e a construção do gênero feminino. *Revista de Ciências Sociais*, v. 29, n. 1, p. 103-130, 1986.

_____. “Com parente não se neguecia”. *Anuário Antropológico*, n. 87, 1990.

XINRAN. *As boas mulheres da China*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

ZALUAR, Alba. As mulheres e a direção do consumo doméstico. In: ALMEIDA, M. S. K. et al. *Colcha de retalhos*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ZARUR, George. Repensando o conceito de matrifocalidade. *Cadernos de Antropologia*, v. 15, 1976.

_____. *Os pescadores do Golfo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

ZONABEND, Françoise. *Une perspective infinie*. La mer, Le rivage et la terre à La Hague (presqu'île du Cotentin). Paris: Étude Rural, 1994.



Figura 1 – Saindo para o mar

Figura 2 – Esse tempo que muda





Figura 3 – Indumentária no mar

Figura 4 – Tarrafeando





Figura 5 – Pescando baiacu

Figura 6 – À espera





Figura 7 – Mulheres ao mar

Figura 8 – Na pesca da tainha





Figura 9 – Um porto seguro

Figura 10 – Amanhecer na pesca de siri de gaiola





Figura 11 – Sincronia em terra, sincronia no mar

Figura 12 – Chegando ao porto





Figura 13 – Fim de tarde, fim de pesca

Figura 14 – Camaradas





Figura 15 – Esperando para sair ao mar

Figura 16 – Indumentária em terra





Figura 17 – Enredando a rede

Figura 18 – Macacões de oleado





Figura 19 – Mãos no descasque de camarão

Figura 20 – Mãos na pesca I





Figura 21 – Mãos na pesca II

Figura 22 – A canoa Tansinha espera





Figura 23 – Ranchos e canoas

Figura 24 – Cordas, bandeiras e âncoras





Figura 25 – Bandeiras e botes

Figura 26 – Bandeiras multicoloridas I





Figura 27 – Bandeiras multicoloridas II

Figura 28 – Bicicletas





Figura 29 – A embarcação e o mar

Figura 30 – Embarcações





Figura 31 – A água como espelho

Figura 32 – Embarcações em descanso



Este livro foi editorado com as fontes
Minion Pro e Optima. Publicado *on-line*
em: editora.ufsc.br/estante-aberta

A Coleção Brasil Plural tem como objetivo dar visibilidade às pesquisas realizadas pelo Instituto Nacional de Pesquisa Brasil Plural (INCT/CNPq). Busca retratar as diferentes realidades brasileiras em toda a sua complexidade e contribuir para a elaboração de políticas sociais que levem em consideração as perspectivas das populações e comunidades estudadas. Além disso, visa formar pesquisadores e profissionais que atuem com essas populações.



Instituto Nacional de Pesquisa
BRASIL PLURAL

MCTI Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA

CNPq
CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

CAPEL
COMISSÃO AUXILIADORA DE REVISÃO DE CURRÍCULOS

UFSC
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

PROF
PROGRAMA DE REVISÃO DE CURRÍCULOS

FAPESC
FUNDAÇÃO DE Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento de Santa Catarina

FAPEAM
FUNDAÇÃO DE Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento de Aracaju



97866558050315